



CULTURA, POLÍTICA E TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA FLUMINENSE

ANDRE ROCHA
JEAN SALES
TANIA AMARO
MANOEL SIMÕES
(ORGANIZADORES)

AH
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

ANDRÉ ROCHA
JEAN SALES
TANIA AMARO
MANOEL SIMÕES
(ORGANIZADORES)

CULTURA, POLÍTICA E TERRITÓRIO
CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA FLUMINENSE

1ª EDIÇÃO

DUQUE DE CAXIAS



ASAMIH

2022

***CULTURA, POLÍTICA E TERRITÓRIO
CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA
FLUMINENSE***

1ª EDIÇÃO



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

© 2020 dos editores

Direitos desta Edição Reservados a ASAMIH

Conselho Editorial

Alexandre Marques
Amália Dias – UERJ/FEBF
André Santos da Rocha
Antonio Augusto Braz
José Cláudio Souza Alves
Nielson Rosa Bezerra
Marlucia Santos de Souza
Tania Amaro

Conselho Ad-hoc desta Edição

Floriano Godinho de Oliveira. – PPFH/ UERJ
Gilcilene Barão – UERJ-FEBF
Jean Rodrigues Sales – PPGHR-UFRRJ
Julio Cesar Valente Ferreira- Cefet/Uned-Nova Iguaçu.
Leandro Dias de Oliveira – PPGGEO-UFRRJ
Manoel Ricardo Simões - IFF
Sebastião Fernandes Raulino - SEMDC

Capa: Fotografia da Igreja de São Jorge – Nova Iguaçu (outubro de 2020). Por André Santos da Rocha

Apoio



Ficha Catalográfica

R672c Rocha, André; Sales, Jean; Simões, Manoel; Amaro, Tania. (Org.).

Cultura, política e território contemporâneo na Baixada Fluminense. /
André Rocha, Jean Sales, Manoel Simões, Tania Amaro, (Org.). Duque de
Caxias - RJ: ASAMIH, 2022.

290 p.; E - book.

ISBN: **978-65-990229-6-8**

1. História. 2. Geografia. 3. Baixada Fluminense.

I. Título.

CDD: 981.53

Catálogo da Publicação Bibliotecário: Robson de Jesus Rua – CRB 7 / 6691

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	<u>1</u>
---------------------------	----------

Parte I - Política e Cultura

<u>PANDEMIA E POLÍTICA CULTURAL: CRISE DA CULTURA E LEI ALDIR BLANC NA BAIXADA FLUMINENSE</u>	<u>4</u>
---	----------

João Guerreiro, Bruno Borja, Utanaan Reis Barbosa Filho, Luise Villares, Bruno Duarte&Igor Acácio Guimarães.

<u>O PROJETO BAIRRO-ESCOLA EM NOVA IGUAÇU: ANÁLISES POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO MIGUEL COUTO.....</u>	<u>20</u>
--	-----------

Priscila Martins de Oliveira

<u>ESCOLA SEM PARTIDO: UM OBSTÁCULO AO ACESSO À HISTÓRIA DE DUQUE DE CAXIAS</u>	<u>36</u>
---	-----------

Leaúdes Patrick Francisco de Campos

<u>A INSTRUÇÃO FEMININA NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: O CASO DE MAGÉ (1840 - 1889)</u>	<u>49</u>
---	-----------

Kimberly Araujo Gomes Pereira

<u>EDUCAÇÃO PATRIMONIAL VISUAL: ARTE, PATRIMÔNIO CULTURAL E MADONNARO.....</u>	<u>64</u>
--	-----------

Marcelo Amaral Coelho & Fábio Ricardo Reis de Macêdo

<u>PIBID ALFABETIZAÇÃO IM/UFRRJ: A VIVÊNCIA COMPARTILHADA NA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO EM NOVA IGUAÇU EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19</u>	<u>76</u>
--	-----------

Jonatan Fernando da Silva Reis, Joyce Barbosa Ventura Domingues, Gabrielle Victoria Ferreira de Castro, Ângela Márcia Tavares de Mattos & Clézio dos Santos

<u>NÚCLEO DE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS: A ESCOLA ENQUANTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO</u>	<u>91</u>
--	-----------

Cristiane Dias Nunes, Hélio Azevedo Campos, Kissila Soares Fernandes, Marcia Montilio Rufino, Márcia SpadettiTuão da Costa, Marluce Souza de Andrade & Renata SpadettiTuão, ThaysRosalin de Araújo

<u>O DESENHO COMO AUXÍLIO À GEOGRAFIA ESCOLAR BÁSICA NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO RJ</u>	<u>106</u>
--	------------

Ester Ribeiro Moreira & Clézio dos Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM: ENTRE A PESQUISA, O ENSINO E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.....117

Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre & Jean Rodrigues Sales

Parte II - Territórios Periféricos

CULTURA POPULAR NO ESPAÇO PÚBLICO PERIFÉRICO COMO CAMINHO PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA: A PRAÇA DO SKATE EM SÃO JOÃO DE MERITI.....134

Daiana Novaes Gouvêa

QUANDO A POLÍTICA DE CONTROLE NÃO DÁ TRÉGUA: UM ESTUDO SOBRE AMILITARIZAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE DURANTE A PANDEMIA..... 148

Mariana dos Santos Nesimi

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL: TIPOLOGIAS E FINALIDADES PARA ANÁLISE DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA EM JAPERI, NOVA IGUAÇU E QUEIMADOS162

Lucas dos Santos Figueredo, Thaisa De Paulo Carvalho De Souza & Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

UM PANORAMA DA APICULTURA E QUALIDADE DIFERENCIADA DE ALIMENTO NOS MUNICÍPIOS DO OESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO.....177

Ana Maria de Souza Mello Bicalho, Priscila Salles de Araújo Souza & Regina Cohen Barros.

PAISAGEM OPERACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA “LAGOA AZUL”, DUQUE DE CAXIAS-RJ193

Luiz Miguel Stumbo Filho & Marcio Wixak Vieira da Motta

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO CME-NOVA IGUAÇU A PARTIR DA LEI N. 4.828/2019: A (IM)POSSIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....210

Michelle Paranhos & Bruno Bentolila

OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA BAIXADA FLUMINENSE227

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, Veronica Azevedo Wander Bastos, Eliane Vieira Lacerda Almeida, Aiana Teixeira de Carvalho, Catarina Bernardes Martins, Celio Miotto Filho, Maria Inês Lopa Ruivo & Vanessa Bezerra dos Santos

ESPAÇO CONCEBIDO DE CIMA PARA BAIXO E DE BAIXO PARA CIMA: OS PLANOS E A PERIFERIA NO OESTE METROPOLITANO.....236

Denise de Alcantara & Mylena Vieira de Assis

MOBILIDADE METROPOLITANA, CONSEQUÊNCIA OU PROJETO?
CARACTERÍSTICAS DO EIXO DUQUE DE CAXIAS – RIO DE
JANEIRO253

Filipe Carvalho

TRAJETOS LABORAIS PERIFÉRICOS: CONTRADIÇÕES DA MOBILIDADE
URBANA PARA O TRABALHO E A BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE
DO TRABALHADOR EM NOVA IGUAÇU-
RJ267

Flávia da Silva Souza

Parte I
- Política e Cultura -

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, a Baixada Fluminense passou por mudanças significativas em diferentes campos. Parafraseando a pesquisadora Ana Lucia Enne, foi observado uma “verdadeira redescoberta” da região, que foi motivada por interesse econômicos nesta área, seus potenciais produtivos e a clara inserção deste território nas agendas políticas estaduais e nacionais.

Essa “redescoberta” também tem sido experimentada no que podemos chamar de “efervescência científico-cultural da periferia”, motivada pela potencialização dos atores/produtores de cultura que, em seus trajetos e projetos coletivos, marcam posição de resgate histórico da região, de suas artes e iniciativas de preservação de suas memórias e do seu patrimônio histórico-cultural. Ao mesmo tempo, essa efervescência é fruto da expansão científica e tecnológica dos últimos 20 anos no Brasil, que permitiu que pudessem se instalar e expandir, nesta periferia, universidades públicas e institutos federais e estaduais de ensino técnico e tecnológico. Também não podemos deixar de considerar o espólio científico cultural¹ que já se mobilizavam na região levantando informações, publicizando materiais e fomentando debates coletivos amplamente necessários para visibilizar os anseios e problemas existentes. Com um detalhe importante: dando voz aos que moram, trabalham e vivem na Baixada Fluminense. Se podemos pensar numa grande herança de todos os movimentos que se empenharam a organizar eventos e atividades acadêmicas e culturais na região, podemos afirmar que foi o de dar voz a essa periferia. Reapropriando o famoso título “*pode o subalterno falar?*” escrita por Gayatri Chakravorty Spivak, entendemos que as inúmeras tentativas formuladas até aqui serviram para deixar “a Baixada Falar!”.

Sob esta perspectiva, a atual conjuntura institucional, marcada na grande quantidade de cursos de nível superior e formação tecnológica presente na região, trouxe

¹ Nomeadamente, podemos indicar instituições e coletivos que atuam há muitos anos da região: ASAMIH – Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias; APPH-Clio (Associação de Professores - Pesquisadores de História).

novos horizontes formativos e epistêmicos para a Baixada. Enquanto outrora grandes estudos e teses eram produzidos por pessoas de “fora da região”, agora há um aprofundamento dos estudos feitos pelos “Criás”. É importante salientar que não se trata apenas de uma produção endógena daqueles que nasceram na Baixada, mas de uma produção científica feita a partir da Baixada Fluminense. Notadamente, aqueles que estão trabalhando na região, experienciando problemas, compartilhando as alegrias, agonias e tensões de se viver, morar e trabalhar numa periferia.

É sob essa perspectiva que o Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense (SECBF) encontrou sua maior missão: dar visibilidade a estudos da região a partir de uma leitura horizontalizada, solidária e participativa. Sobretudo inspirando-se nos grandes eventos organizados pela APPH-Clio sobre história da Baixada.

As primeiras edições do SECBF, respectivamente dos anos de 2013 e 2016, foram organizadas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na cidade de Seropédica, adotando um modelo de menor proporção, sendo constituídos por mesas redondas e palestras com pesquisadores de diferentes instituições.

Foi somente no III SECBF, realizado em abril de 2019, que o evento adquiriu o formato atual, em grande parte influenciado pelos discentes de mestrado e graduação que ajudaram na organização do evento. Além das mesas redondas e palestras, o Seminário passou a ser integrado por grupos de trabalho (GT) com apresentações de comunicações científicas, formatação de um comitê científico composto por pesquisadores de diversas instituições do estado: UERJ-FEBF, UFRRJ, IFRJ, FABEL, UNIABEU, UCB, UERJ-Maracanã, UFF, FAETERJ, UNIGRANRIO, entre outros. Nesse evento, as mesas-redondas, além da participação de pesquisadores, contou com a presença de representantes de movimentos sociais e profissionais técnicos que puderam compartilhar suas experiências. A roupagem adotada logrou um importante sucesso, contando com mais de 70 comunicações apresentadas. Os GT's serviram como verdadeiros espaços de socialização, trocas e diálogos sobre temáticas que atravessavam interesses de estudiosos da e sobre a região, demonstrando reais perspectivas de construção coletiva do conhecimento.

O IV SECBF, realizado em abril de 2020, no meio do período pandêmico, teve como grande desafio pensar a estrutura de um evento que tomou grande dimensão, tendo de ser realizado no formato virtual² devido às condições sanitárias³. Apesar desta restrição técnica e social, mais uma vez o evento demonstrou grande potencialidade, recebendo um número ainda maior de comunicações do que na edição anterior.

O presente livro intitulado “**Cultura, Política e Território Contemporâneo na Baixada Fluminense**” que agora apresentamos é um dos frutos do referido evento. A presente coletânea compreende a seleção de dezenove textos que foram avaliados pelos pares científicos do evento e que indicaram inovações potenciais em horizontes teórico-metodológicos, em abordagens temáticas e que consolidam perspectivas de estudos na região.

Para fins de organização temática, a coletânea está subdividida em dois blocos: [1] **Política e Cultura**, e [2] **Territórios Periféricos**.

A primeira seção, “Política e Cultura”, é composta por escritos que suscitam uma compreensão de aspectos históricos, culturais e educacionais da região. Estão imersos debates que atravessam as políticas educacionais e de cultura na Baixada e também estão alocados estudos de práticas de manutenção da memória regional, práticas educacionais e experiências em âmbitos de políticas e lutas na região.

A segunda seção, “Territórios Periféricos”, é constituída por trabalhos que trazem elementos de síntese para se pensar a condição periférica da Baixada, mas também as potencialidades de invenção e reprodução da vida a partir das condições existentes. Nesta parte da coletânea, são tratados temas clássicos de problemas relacionados à violência, moradia, mas também debates oportunos vinculados a produção urbana, a vivacidade econômica, a apropriação coletiva dos espaços públicos e os desafios de sobreviver e viver na periferia.

Os Organizadores.

²A participação de diversas instituições na organização do evento, como o Laboratório de Geografia Econômica, Política e Planejamento (LAGEP), o Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) da UFRRJ, da ASAMIH e IH CMDC, foram fundamentais apoios técnicos e gerenciais para sustentação do evento virtual.

³Todas as atividades realizadas podem ser acessadas no *YouTube* oficial do CEDIM-UFRRJ <<https://www.youtube.com/c/CEDIMUFRRJIM>> Acesso em 25 mar.2022.

PANDEMIA E POLÍTICA CULTURAL: CRISE DA CULTURA E LEI ALDIR BLANC NA BAIXADA FLUMINENSE

João Guerreiro

Professor do IFRJ. Pesquisador do Observatório Baixada Cultural (ObaC)

Bruno Borja

Professor da UFRRJ. Pesquisador do ObaC

Utanaan Reis Barbosa Filho

Mestrando no IPPUR/UFRRJ. Pesquisador do ObaC

Luise Villares

Mestra pelo PPGPACS/UFRRJ. Pesquisadora do ObaC

Bruno Duarte

Mestrando em Economia Política/PUC-SP. Pesquisador do ObaC

Igor Acácio Guimarães

Mestrando em Economia/UFF. Pesquisador do ObaC

Introdução

O ano de 2020 marcou o planeta por conta da pandemia de coronavírus. O setor cultural, tanto no Brasil, como no exterior, sofreu impactos diferenciados, porém profundos. As atividades culturais presenciais e com público foram as mais afetadas pela necessidade de isolamento social. Assim, o cancelamento ou adiamento de eventos culturais públicos e privados – shows, peças, filmes, apresentações circenses, saraus de poesia etc. – desorganizaram o setor e levaram as/os trabalhadoras/es da cultura a vivenciar uma grande dificuldade para garantir sua sobrevivência imediata.

Neste artigo, buscamos compreender as especificidades do impacto da pandemia na cultura da Baixada Fluminense, comparando dados relativos às trabalhadoras/es da cultura da região com dados do município e do estado do Rio de Janeiro. Para tanto, serão apresentados alguns resultados da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa da Baixada Fluminense (ObaC, 2021), desenvolvida pelo Observatório Baixada Cultural (ObaC), em parceria com o Observatório da Economia Criativa da Bahia.

Além disso, também analisaremos a política cultural elaborada para responder a este desafio: a Lei Aldir Blanc (LAB). Para tanto, utilizaremos relatórios da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ) sobre a execução do inciso I da LAB nos municípios da Baixada, fazendo uma comparação com sua aplicação na capital e no estado do Rio de Janeiro. Também traremos dados da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo sobre a execução dos recursos da LAB, avaliando quanto do

recurso destinado foi efetivamente executado nos municípios da Baixada, responsáveis pelos incisos II e III da lei, e comparando com dados referentes à capital e ao estado.

Impacto da pandemia no setor cultural da Baixada Fluminense

Em 14 de março de 2020, quando começa a proibição de funcionamento dos espaços culturais, esse importante setor da economia aponta para o colapso. Nesse contexto, o Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) articulou um grupo de pesquisadores de diversas universidades do país para realizar uma pesquisa para avaliar o Impacto da covid-19 na Economia Criativa do Brasil.

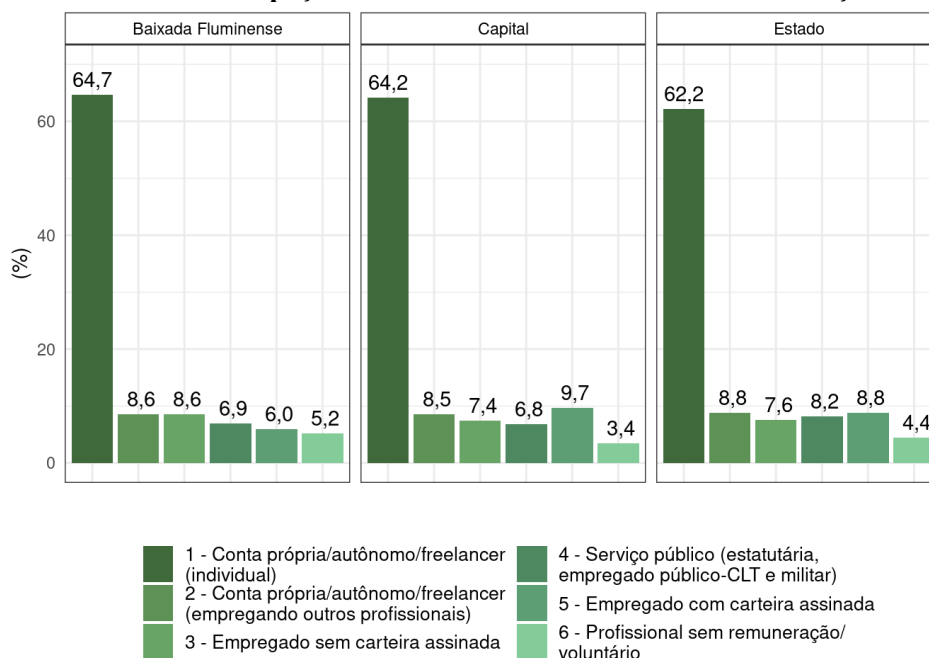
Pesquisadoras/es do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), dos campi Nilópolis, São João de Meriti e Belford Roxo, junto com pesquisadoras/es da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de Nova Iguaçu, se agregaram ao grupo em uma Colaboração Acadêmica, no intuito de desenvolver a pesquisa com um recorte específico para a Baixada Fluminense. Os dados apresentados no artigo foram obtidos nos questionários respondidos, por trabalhadoras/es que moram na Baixada Fluminense e, para análise comparada, serão apresentados dados referentes ao município e ao estado do Rio de Janeiro.

No período de 27 de março a 23 de julho de 2020, a pesquisa nacional obteve um total de 2.608 respostas (sendo 1.639 de trabalhadoras/es e 969 de organizações) e, destas, 1.910 foram validadas e analisadas (CANEDO et al., 2020). A partir desse banco de dados, utilizamos um recorte selecionando apenas respondentes que se identificaram como moradores de algum dos treze municípios que compõem a Baixada Fluminense. Assim, a pesquisa validou as respostas de 116 trabalhadoras/es da cultura de quase todos os municípios da região, à exceção de Paracambi. Também extraímos do questionário as respostas do município e do estado do Rio de Janeiro, obtendo um total de 176 respostas individuais para a capital fluminense e 341 para o estado como um todo.

Primeiro, apresentamos os dados da pesquisa referentes à natureza da ocupação das trabalhadoras/es da cultura no período anterior à pandemia, isto é, até março de 2020. Pode-se observar no gráfico 1 que, na Baixada Fluminense, 64,7% de respondentes declaram trabalhar por conta própria, como autônomo ou freelancer, de forma individual, e 8,6% se declararam na mesma circunstância, porém empregando outros profissionais.

Além disso, 8,6% eram empregados sem carteira assinada e 5,2% eram profissionais sem remuneração ou voluntários. Podemos concluir, portanto, que 87,1% das trabalhadoras/es da cultura da Baixada Fluminense que responderam à pesquisa não possuíam vínculo empregatício formal antes da pandemia.

Gráfico 1: Natureza da ocupação de trabalhadoras/es da cultura em março de 2020 (%)



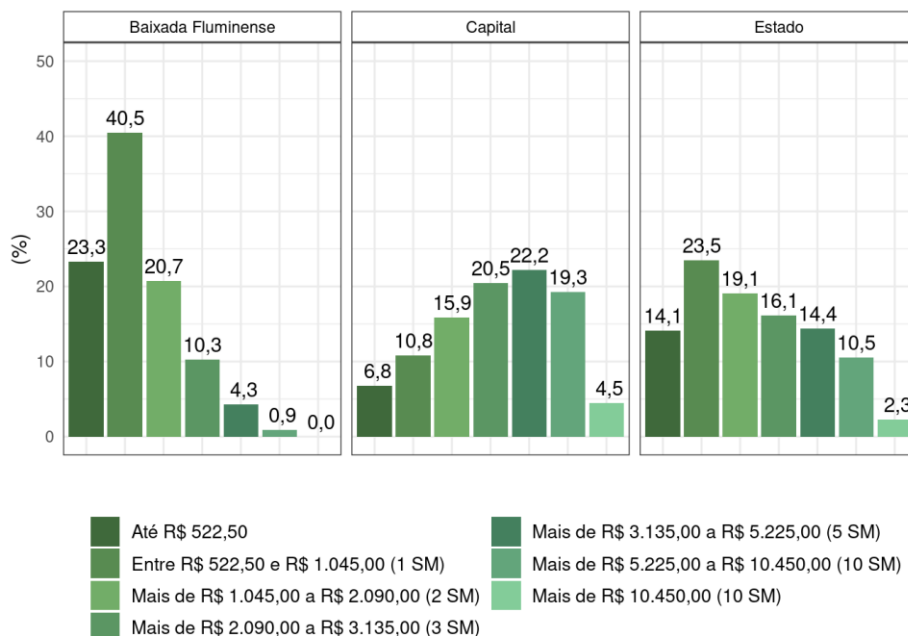
Fonte: Questionários da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa. Elaboração própria.

Também na capital e no estado do Rio de Janeiro observa-se um nível elevado de informalidade no trabalho cultural, alcançando 83,5% na capital e 83% no estado. Esses resultados estão um pouco acima dos dados da pesquisa nacional, que registra 80,7% sem vínculo formal (CANEDO et al., 2020). Ambos expressam o alto grau de informalidade do trabalho cultural, índice importante de sua precarização. Vale destacar que esses dados estão muito acima dos 45,2% de informalidade registrados no setor cultural em 2018 (IBGE, 2019), indicando avanço da precarização do trabalho cultural.

A pesquisa também buscou captar outra dimensão importante das características socioeconômicas de trabalhadoras/es da cultura: o rendimento médio mensal. No gráfico 2, encontramos 63,8% de respondentes da Baixada Fluminense nas faixas de renda até um (01) salário mínimo (SM). Ampliando para as faixas de renda até três SM, abarcamos

94,8% das/os trabalhadoras/es da Baixada, confirmando o perfil de baixa renda desse segmento social. Importante registrar a baixíssima representação de trabalhadoras/es da cultura com rendimentos mais elevados na região: 0,9% declaram receber de 5 a 10 SM e nenhum respondente declarou receber mais de 10 SM.

Gráfico 2: Rendimento médio mensal (%)



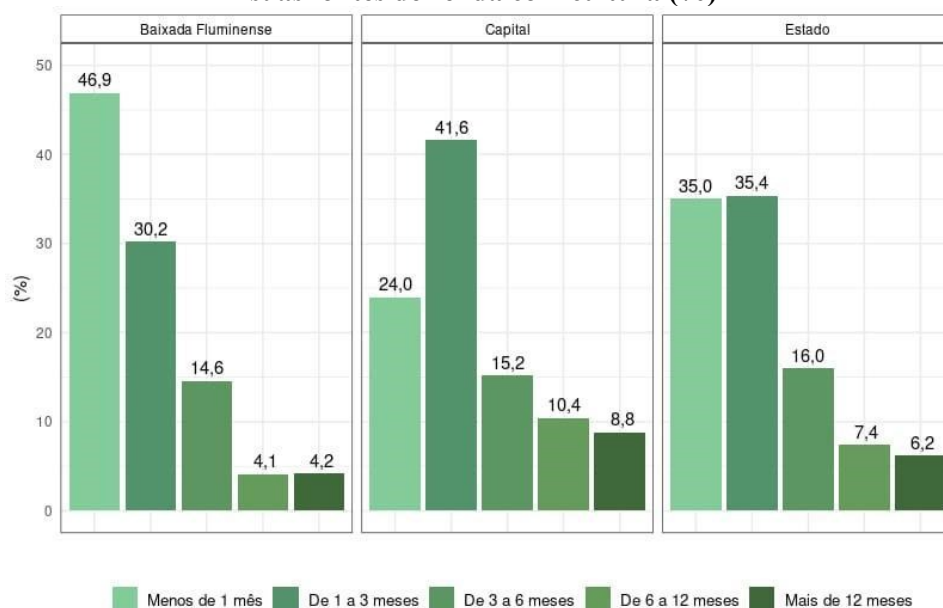
Fonte: Questionários da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa. Elaboração própria.

Ao compararmos o rendimento médio de trabalhadoras/es da cultura da Baixada Fluminense com os rendimentos de respondentes da pesquisa de todo o estado, observamos uma grande variação no perfil de renda. No estado temos 37,6% com rendimentos até um (01) SM e 72,8% nas faixas até três SM. Esses índices são próximos ao resultado da pesquisa nacional, em que Canedo et al. (2020) nos apresentam 31,2% nas faixas de renda até um (01) SM e 71,3% nas faixas até três SM. No entanto, a grande disparidade da renda entre trabalhadoras/es da cultura se evidencia, de fato, na comparação entre a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro. Na capital, os questionários respondidos apontam 17,6% nas faixas até um (01) SM e 54% nas faixas de renda até três SM. Na verdade, a faixa de renda com maior percentual de respostas é a faixa entre três e cinco SM, que alcançou 22,2% na capital. Além da grande

representatividade da faixa entre cinco e dez SM com 19,3% e da presença de 4,5% com rendimentos acima de dez SM.

A pesquisa também buscou aferir o tempo que as/os trabalhadoras/es conseguiriam sobreviver sem a renda proveniente da cultura, dada a interrupção das atividades presenciais. No gráfico 3, pode-se observar que 46,9% das/os trabalhadoras/es da cultura da Baixada Fluminense responderam ter recursos para menos de um (01) mês de paralisação das atividades produtivas. Ampliando o cenário temporal para até três meses, abarcamos 77,1% das/os trabalhadoras/es da Baixada.

Gráfico 3: Capacidade das/os trabalhadoras/es se manterem em caso de suspensão total de suas fontes de renda com cultura (%)



Fonte: Questionários da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa. Elaboração própria.

Ao compararmos esses dados com os da capital e do estado, observamos algumas diferenças, embora sempre mantendo o caráter de urgência da renda emergencial da cultura. Na capital temos 24% na faixa até um (01) mês e 65,6% somando as faixas até três meses. Já o estado apresenta 35% até um (01) mês e 70,4% somando as faixas até três meses. Segundo Canedo et al. (2020), analisando os questionários de todo o país, as respostas apontaram que 33,6% das/os trabalhadoras/es teriam reservas financeiras para um período máximo de um (01) mês e 71,1% somando as faixas até três meses.

A conjunção de alta informalidade e baixa remuneração entre as/os trabalhadoras/es da cultura se expressa na capacidade de se manterem sem os rendimentos da cultura, com a maior parte de respondentes ficando abaixo dos três meses de autonomia financeira em caso de suspensão total de suas fontes de renda com cultura. Apesar das diferenças territoriais, a precarização do trabalho no setor cultural é evidente e estrutural. Embora seja particularmente aguda na Baixada Fluminense, onde a baixa remuneração é mais marcante. Podemos concluir, pelos resultados obtidos da pesquisa, que quem sobrevivia do trabalho cultural no primeiro semestre de 2020 reivindicava a necessidade urgente de uma política pública emergencial para o setor, o que veio a se concretizar na Lei Aldir Blanc, conforme analisado adiante.

A Lei Aldir Blanc

A pandemia impôs a necessidade de uma ação rápida e efetiva do poder público. A declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, levou o Ministério da Saúde a publicar a Portaria nº. 188, em 3 de fevereiro de 2020. A declaração de Emergência Pública de Importância Nacional pelo governo federal levou o Congresso Nacional a promulgar a Lei nº. 13.979, três dias após regulamentar as medidas de enfrentamento à emergência. Ainda no mês de março de 2020, o Congresso Nacional promulgou, no dia 20, o Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu o estado de calamidade pública no país.

Na segunda semana de março, as atividades culturais que implicavam aglomerações começaram a ser suspensas no país e no estado do Rio de Janeiro em particular. No dia 16 de março, o governo estadual publicou o Decreto nº 46.973/2020 e a partir disso passou a adotar inúmeras medidas temporárias e complementares visando à emergência na saúde pública do estado. A pandemia e a crise iminente na cadeia produtiva da cultura provocaram uma articulação nacional do setor. Já em 16 de março de 2020, a assessoria técnica da Comissão de Cultura da Câmara de Deputados começou a contatar diversos artistas, produtores culturais e gestores de cultura para recolher sugestões para um projeto de lei emergencial para o setor cultural.

Internamente à Comissão de Cultura da Câmara, deputadas/os se organizaram para que a produção desse projeto de lei tivesse a participação de toda a Comissão, o que

poderia/deveria apontar para um projeto de lei suprapartidário. Em paralelo, ex-gestoras/es do extinto Ministério da Cultura, especialistas em gestão cultural, assessores técnicos e legislativos, criaram o grupo Convergência Cultural com a intenção de elaborar, também, um projeto de lei emergencial para a cultura.

O que ocorreu a seguir são diversas reuniões municipais, estaduais e nacionais, por meio de redes virtuais – webconferências – com a participação dos produtores culturais, artistas, gestores culturais públicos e privados de todo o país que, ao final, chancelaram o Projeto de Lei nº 1.075/2020, levado ao plenário pela deputada federal Benedita da Silva e outras/os 26 parlamentares, no dia 26 de março de 2020.

Após debates e acordos com as/os autoras/es de outros três projetos de lei (PLs), no dia 29 de abril, ao PL nº 1.075/2020 foram incorporadas as demais propostas, e a Câmara de Deputados passou a ter apenas um projeto de lei de emergência cultural. A seguir, no dia 5 de maio, a deputada federal Jandira Feghali foi designada relatora do PL nº 1.075/2020. Em três semanas o PL foi aprovado por acordo de líderes de todos os partidos representados na Câmara de Deputados, com exceção do Partido Novo. No Senado, o projeto foi aprovado por unanimidade no dia 4 de junho e seguiu para sanção presidencial. Embora publicada no dia 29 de junho, a Lei 14.017/2020, Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, só foi regulamentada no dia 17 de agosto de 2020.

Desde o início da articulação de fazedoras/es, gestoras/es e ex-gestoras/es culturais até a regulamentação de uma lei que deveria ser emergencial, passaram-se cinco longos meses. Porém, após a regulamentação, os poderes executivos estaduais e municipais ainda foram consultar suas Procuradorias Gerais, antes de executar o que a Lei Aldir Blanc garantia aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

O montante de R\$3 bilhões destinados pela LAB para os estados, Distrito Federal e municípios demonstra o poder de (re)articulação do campo cultural, que vinha passando por uma grande crise, anterior mesmo à pandemia. Esse foi o maior recurso destinado à área desde a redução do orçamento federal da cultura a partir de 2014. Para o ano de 2020, o orçamento da área estava previsto em apenas R\$ 1,87 bilhão segundo o portal da transparência e a LOA para 2020 (BRASIL, 2020^a).

A Lei Aldir Blanc permite a aplicação desse valor em três áreas distintas: (1) renda emergencial para trabalhadoras/es da cultura; (2) subsídio para a manutenção de espaços

artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e (3) editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais (BRASIL, 2020b).

Sendo 2020 um ano de eleições municipais, ficou acordado junto ao governo federal que os recursos da renda emergencial da cultura – inciso I do artigo 2º da LAB – ficariam sob a responsabilidade dos estados e esses realizariam o pagamento do auxílio emergencial. O valor seria pago em três parcelas. Porém, por ter excedido o período do pagamento estipulado pela Lei, os R\$1.800,00 foram pagos em uma única parcela para aqueles contemplados pelos critérios estabelecidos.

A renda emergencial, segundo a lei, seria limitada a duas pessoas da mesma família, domiciliadas no mesmo endereço e, quando se tratasse de família monoparental, essa teria direito a duas cotas e o valor pago na parcela única seria dobrado. Seriam beneficiadas/os trabalhadoras/es da cultura que ficaram fora do auxílio emergencial aprovado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e sofreram com os impactos das medidas de distanciamento social por causa da pandemia. A renda emergencial da cultura é um espelho do auxílio aprovado em abril pelo governo federal. Caso o auxílio fosse prorrogado, o que realmente ocorreu, a renda emergencial da cultura também seria. Trabalhadoras e trabalhadores informais do setor cultural precisavam estar inscritos nos cadastros de seus respectivos estados para receberem os R\$600,00 por mês.

Mas quem são trabalhadoras/es da cultura? Segundo a LAB, são pessoas que participam da cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais. O direito ao benefício foi oferecido aos trabalhadores e trabalhadoras do setor que comprovassem atuação na área nos últimos 24 meses, de forma documental ou autodeclaratória, não possuíssem emprego formal, não acumulassem benefícios (exceto Bolsa Família) e tivessem renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos. Além disso, a pessoa não poderia ter recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$28.559,70.

No estado do Rio de Janeiro, a articulação para garantir recursos para o campo cultural remonta ao mês de março de 2020. Apesar de ter sido criado em 2008, o Fundo Estadual de Cultura só foi regulamentado pelo executivo estadual em 19 de março de 2020, ou seja, 12 anos depois da sua criação. Então, a SECEC/RJ iniciou o cadastramento e repasse dos recursos para as/os trabalhadoras/es da cultura, além da realização de editais e chamadas públicas de projetos culturais – inciso III do artigo 2º da LAB.

A renda emergencial da cultura na Baixada Fluminense

Ao analisarmos os dados apresentados no relatório final da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa, observamos que a maior parte dos agentes do setor se encontrava sem renda. A LAB, portanto, chegou em um momento crítico para a economia da cultura e para a renda das famílias, sendo o auxílio financeiro prioritário. Entretanto, apesar de toda comemoração advinda da aprovação da Lei Aldir Blanc, a disparidade territorial da renda não foi amenizada, ou sequer vista pelo poder público. Quando se avalia a aplicação do inciso I da Lei, demonstra-se bem isso.

Historicamente, o olhar e os recursos do poder público para com a cultura estiveram restritos às áreas centrais e nobres do município do Rio de Janeiro. No entanto, durante a década de 2000, algumas tentativas foram empreendidas para descentralizar os repasses de verba, bem como valorizar as/os artistas e espaços culturais da periferia carioca e fluminense. Nesse sentido, vale ressaltar a implementação da Rede Carioca de Pontos de Cultura e o edital de Ações Locais, vislumbrados no intuito de descentralização territorial e democratização do acesso aos recursos públicos. O ponto nodal visava a expandir o eixo cultural para Zona Oeste, Zona Norte e Baixada Fluminense (e demais regiões), áreas, muitas vezes, invisibilizadas política e culturalmente.

Os resultados mostraram que a Baixada Fluminense sofreu em dois aspectos: primeiro, os recursos foram, fundamentalmente, direcionados para Zona Oeste e Zona Norte da capital; segundo, impasses burocráticos para os espaços tornarem-se um ponto de cultura, dado que o convênio implicava regras jurídicas e administrativas relativamente rígidas. Ainda que ao longo do percurso muitas simplificações tenham ocorrido, a Baixada Fluminense pouco conseguiu se adequar à institucionalidade, o que nos remete

há anos de apagamento que a cultura nesse território vivenciou, tendo como consequência a falta de experiência e *expertise*.

Ademais, um estudo realizado pela Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro evidencia o tamanho da desigualdade em termos de política estadual de cultura. Os dados do Painel da Cultura Fluminense 2019 apontam a existência de 29 equipamentos estaduais de cultura na capital, enquanto na Baixada Fluminense não há nenhum. Outro fator determinante na desigualdade da política cultural estadual diz respeito ao montante de recursos e à quantidade de projetos culturais apoiados pelo Programa Estadual de Incentivo à Cultura em 2018. Enquanto a capital conta com 83 projetos apoiados, num valor total de mais de 55 milhões de reais, os treze municípios da Baixada, como um todo, contam com um único projeto apoiado, no valor de 200 mil reais (COMISSÃO DE CULTURA DA ALERJ, 2019).

O objetivo do exposto acima é demonstrar que as tentativas do poder público foram frágeis e inócuas no tocante à Baixada Fluminense, evidenciando a pouca atenção dispendida sobre os espaços e, por conseguinte, seus trabalhadores e trabalhadoras. Nessa perspectiva, o inciso I da LAB, apesar da tentativa de distribuir os recursos de maneira equânime, também conservou a centralidade dos recursos na capital.

Com a finalidade de realçar o explicitado, alguns dados são emblemáticos para debater a aplicação territorial da LAB, especificamente, o inciso I. Segundo o Relatório da Renda Emergencial da Cultura, produzido pela SECEC/RJ, foram 4.977 inscritos para o recebimento do auxílio emergencial da cultura, sendo 3.278 inabilitados e somente 1.699 habilitados e, desses, 1.695 enviaram a conta para o recebimento dos recursos.

Não se sabe ao certo o motivo que levou 65,8% dos solicitantes a terem seu auxílio negado. Todavia, duas hipóteses saltam aos olhos: (1) grande parte já ter se beneficiado da renda emergencial proposta pelo governo federal; e (2) problemas com documentação. Isso porque no relatório acima citado consta que as inabilitações ocorreram pelo fato de os proponentes infringirem o artigo 6º da Lei Aldir Blanc, onde se define quem faz jus à renda emergencial da cultura, conforme acima apresentado. Na tabela 1 foram selecionados os dados da execução do inciso I para moradoras/es dos municípios da Baixada Fluminense, da capital e do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Execução do inciso I da LAB nos municípios da Baixada Fluminense, na capital e no total dos municípios do estado do Rio de Janeiro

LOCAL	PESSOAS CONTEMPLADAS	PESSOAS CONTEMPLADAS (% total)	RECURSOS (valor)	RECURSOS (% total)
Belford Roxo	15	0,88%	45.000,00	0,87%
Duque de Caxias	43	2,54%	132.000,00	2,56%
Guapimirim	5	0,29%	18.000,00	0,35%
Itaguaí	13	0,77%	39.000,00	0,76%
Japeri	4	0,24%	12.000,00	0,23%
Magé	6	0,35%	18.000,00	0,35%
Mesquita	6	0,35%	18.000,00	0,35%
Nilópolis	11	0,65%	33.000,00	0,64%
Nova Iguaçu	41	2,42%	123.000,00	2,39%
Paracambi	2	0,12%	6.000,00	0,12%
Queimados	7	0,41%	21.000,00	0,41%
São João de Meriti	30	1,77%	90.000,00	1,75%
Seropédica	5	0,29%	15.000,00	0,29%
Baixada Fluminense	188	11,1%	570.000,00	11,1%
Rio de Janeiro	866	51,1%	2.634.000,00	51,1%
Estado RJ (total)	1.695	100,0%	5.157.000,00	100,0%

Fonte: SECEC (2021). Elaboração própria.

Embora a desigualdade de renda entre trabalhadoras/es da cultura da Baixada Fluminense e da capital seja evidente, isso não parece ter tido um peso significativo na execução do inciso I da LAB no estado do Rio de Janeiro. Pela Tabela 1, podemos constatar que, das 1.695 pessoas contempladas pela renda emergencial no estado, 866 pessoas (51,1%) são residentes da capital, absorvendo um valor de R\$2.634.000,00 (51,1%). Enquanto isso, os residentes dos municípios da Baixada somaram 188 pessoas contempladas (11,1%), num valor de R\$570.000,00 (11,1%).

A partir desses dados podemos constatar a grande concentração dos recursos da renda emergencial da cultura na capital durante a execução da LAB, principal política cultural de enfrentamento da pandemia. Isso ratifica a necessidade de desconcentrar e a política estadual de cultura no Rio de Janeiro, no sentido de promover uma melhor igualdade de condições socioeconômicas para as/os trabalhadoras/es da cultura na Baixada Fluminense, especialmente nesse momento crítico para o setor cultural, com o forte impacto negativo da pandemia.

A execução da LAB nos municípios da Baixada Fluminense

De acordo com a divisão de competências da Lei Aldir Blanc, os municípios ficaram responsáveis pela execução do inciso II (subsídio aos espaços culturais) e do inciso III (editais, prêmios e chamadas públicas). Desse modo, coube às secretarias

municipais de cultura viabilizar o recebimento dos recursos da LAB, elaborar um plano de execução, organizar cadastros de artistas e trabalhadoras/es da cultura e formular sua política cultural emergencial de enfrentamento da pandemia.

Em termos de política municipal de cultura, nota-se uma grande disparidade entre os municípios da Baixada Fluminense na execução dos recursos da LAB. Segundo os dados do Relatório de Execução Financeira da Secretaria Especial da Cultura (SEC) do Ministério do Turismo, referentes ao dia 23/3/2021, alguns municípios alcançaram praticamente a execução total dos recursos, como Duque de Caxias (99,7%) e Nova Iguaçu (99,3%), que tiveram os maiores repasses da região, respectivamente, R\$5.438.926,00 e R\$4.876.740,00. Destacam-se também os municípios de Paracambi (100%), São João de Meriti (99,9%) e Itaguaí (96%) entre aqueles com maiores índices de execução dos recursos da LAB nos municípios da Baixada.

Tabela 2 – Execução da LAB nos municípios da Baixada Fluminense, na capital e no total dos municípios do estado do Rio de Janeiro

Lei Aldir Blanc – Relatório de Execução Financeira – Parcial 23/03/2021				
LOCAL	REPASSE TOTAL	SALDO CONTA	% EM CONTA	% EXECUTADO
Belford Roxo	3.105.581,00	3.107.082,00	100,0%	0,0%
Duque de Caxias	5.438.926,00	14.096,00	0,3%	99,7%
Guapimirim	424.844,00	124.669,00	29,3%	70,7%
Itaguaí	889.266,00	35.694,00	4,0%	96,0%
Japeri	713.539,00	438.272,00	61,4%	38,6%
Magé	1.587.842,00	269.066,00	16,9%	83,1%
Mesquita	1.194.081,00	295.418,00	24,7%	75,3%
Nilópolis	1.116.331,00	783.177,00	70,2%	29,8%
Nova Iguaçu	4.876.740,00	36.174,00	0,7%	99,3%
Paracambi	377.680,00	90,00	0,0%	100,0%
Queimados	1.039.659,00	413.568,00	39,8%	60,2%
São João de Meriti	2.885.732,00	2.525,00	0,1%	99,9%
Seropédica	570.915,00	147.450,00	25,8%	74,2%
Baixada Fluminense	24.221.136,00	5.667.281,00	23,4%	76,6%
Rio de Janeiro	39.392.683,00	300.116,00	0,8%	99,2%
Municípios Estado RJ - TOTAL	106.930.296,00	13.163.826,00	12,3%	87,7%

Fonte: SEC (2021^a) e (2021b). Elaboração própria.

No entanto, outros municípios tiveram grande dificuldade na execução dos recursos; o caso extremo é o de Belford Roxo, que não executou nada dos R\$3.105.581,00 a ele repassados. Entre os casos de baixa execução, destacam-se Nilópolis (29,8%) e Japeri (38,6%). Os demais municípios da região situam-se em posições intermediárias quanto ao grau de execução. No conjunto, a Baixada Fluminense recebeu um repasse total de R\$24.221.136,00, tendo executado, até março de 2021, 76,6% desse montante, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Com grande tradição na elaboração de políticas culturais, a capital do estado conseguiu executar 99,2% dos R\$39.392.683,00 que recebeu de repasse (SEC, 2021^a). Para o total dos municípios do estado do Rio de Janeiro, verificou-se 87,7% de execução dos R\$106.930.296,00 repassados a 87 municípios habilitados que constam no relatório da SEC (2021b), sendo cinco municípios inabilitados: Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, São Francisco de Itabapoana, São José de Ubá e Sumidouro.

Para o país como um todo, as diferentes realidades políticas e institucionais da gestão cultural implicaram a dificuldade de implementação da política cultural emergencial, sendo registrada a execução de 74,2% do total de R\$2.999.836.071,00 repassados a todos estados e municípios (SEC, 2021^a e 2021b). Assim, segundo os dados do relatório da Secretaria Especial de Cultura, em março de 2021, ainda restava um saldo em conta a ser executado no valor de R\$773.981.654,00 referente a repasses da LAB.

As dificuldades de execução dos recursos foram recorrentes no país, não só por questões específicas da gestão da política cultural nos estados e municípios, mas também por se ter de enfrentar a indisposição do governo federal com a cultura: a LAB foi aprovada na Câmara dos Deputados em 29 de junho de 2020, mas só foi sancionada pelo presidente em 17 de agosto, tendo prazo de execução até 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, a execução de tamanho volume de recursos, inédito na história da política cultural estadual e municipal, tomou caráter de verdadeira corrida contra o tempo. Essa gigantesca operação encontrou diferentes realidades políticas e institucionais nos estados e municípios, apresentando grande disparidade em sua efetiva implementação, conforme pudemos observar nos dados apresentados.

Conclusão

Os resultados da pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa da Baixada Fluminense evidenciam o caráter de urgência vivido por trabalhadoras/es da cultura da região. Como vimos, o perfil de baixa renda e a necessidade urgente de recursos das atividades culturais para sobreviver no curto prazo se destacam na Baixada.

Sabemos que uma crise sanitária da magnitude da provocada pelo coronavírus exige rapidez na resposta das políticas públicas. E, como vimos, os impactos econômicos no setor cultural e na vida das/os trabalhadoras/es da cultura cobraram essa velocidade. A articulação e a intensa mobilização de fazedoras/es culturais e gestoras/es do campo da

cultura levaram à rápida produção de um projeto de lei emergencial para o setor. A regulamentação da Lei Aldir Blanc foi morosa, porém, após ser promulgada, ocorreu uma forte organização de artistas, coletivos e gestoras/es culturais para sua execução.

Os dados sobre a renda emergencial da cultura no estado do Rio de Janeiro apontam para um baixo número de beneficiadas/os e para uma grande concentração dos recursos capital. Conclui-se pela necessidade de desburocratizar, desconcentrar e

17arth1717ente1717aa política estadual de cultura.

Na dimensão da política municipal de cultura, observou-se uma grande disparidade na execução dos recursos da LAB nos municípios da Baixada Fluminense, cabendo avançar no entendimento dos reais fatores que inviabilizaram a plena implementação da lei em determinados municípios. Outro ponto que deverá ser objeto de análise é o impacto dos editais, prêmios e chamadas públicas na produção cultural da região.

O presente artigo buscou trazer um olhar para as/os trabalhadoras/es da cultura inseridos na Baixada Fluminense em comparação aos da cidade e do estado do Rio de Janeiro, num sentido de compreender a execução da LAB nos territórios. Buscamos apontar algumas hipóteses e caminhos que devem ser percorridos pela pesquisa visando ao aprimoramento da lei de emergência cultural que, afirmamos, deve se tornar um exemplo para uma Política Nacional de Cultura construída de forma horizontal, coletiva e escutando os diversos setores do campo cultural. Trabalhadoras/es da cultura estão na linha de frente dessa luta, que se afirma como uma luta por direitos fundamentais: direito à cultura, direito ao trabalho, direito à vida.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020*. LOA 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113978.htm. Acesso em: 29 ago. 2020^a.

BRASIL. *Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/são/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 29 ago. 2020^b.

COMISSÃO DE CULTURA DA ALERJ. *Painel da Cultura Fluminense 2019*. Rio de Janeiro: ALERJ, 2019. Disponível em: <http://www.eliomar.com.br/cartilha-painel-da-cultura-fluminense-2019/>

- CANEDO, Daniele et al. *Impactos da covid-19 na economia criativa: relatório final de pesquisa*. Salvador: Observatório da Economia Criativa; Santo Amaro: UFRB, 2020. Disponível em: https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa_covid19/RELAT%C3%93RIO_FINAL_Impactos_da_Covid-19_na_Economia_Criativa_-_OBEC-BA.pdf
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101687.pdf>
- ObaC – Observatório Baixada Cultural. *Pesquisa impactos da covid-19 na economia criativa da Baixada Fluminense*. GUERREIRO, João; BORJA, Bruno (coord.). Observatório Baixada Cultural, 2021. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ASCOM/obac_relatorio_final.pdf
- SEC – Secretaria Especial da Cultura. *Lei Aldir Blanc – Relatório de Execução Financeira – Parcial 23/03/2021. Relação do saldo das capitais nas contas da Aldir Blanc*. Brasília: Ministério do Turismo, 2021^a. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2020/09/Capitais-1.pdf>
- SEC – Secretaria Especial da Cultura. *Lei Aldir Blanc – Relatório de Execução Financeira – Parcial 23/03/2021. Relação do saldo dos municípios não capitais nas contas da Aldir Blanc*. Brasília: Ministério do Turismo, 2021^b. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2020/09/OutrosMunicipios-1.pdf>
- SECEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. *Relatório da renda emergencial da cultura: Lei Aldir Blanc inciso I*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, 2021. Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/RELAT%C3%93RIO-DA-REND-EMERGENCIAL-DA-CULTURA-FINAL%C3%8DSSIMO-VALENDO-ESTE-090221.pdf>
- SECEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. *Relatório parcial Cultura presente nas redes*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, 2020. Disponível em: <http://cultura.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Relat%C3%B3rio-Final.pdf>

**O PROJETO BAIRRO-ESCOLA EM NOVA
IGUAÇU: ANÁLISES POLÍTICAS EDUCACIONAIS
E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO
MIGUEL COUTO**

*Priscila Martins de Oliveira
Mestre em Geografia pelo PPGGEO-UFRRJ*

Introdução

O Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu, que vigorou nos anos de 2006 a 2010, na gestão do prefeito Lindbergh Farias (PT), tinha como principal objetivo transformar os diversos espaços dos bairros em uma grande sala de aula, valorizando não só os aspectos educacionais como também a aquisição de valores sociais, culturais, morais e éticos do ser humano.

Foi um projeto de intervenção urbana que teve como pontapé inicial e como linha de chegada a educação integral. Seu principal pressuposto foi o reconhecimento de que as pessoas se educam na cidade, em suas redes sociais, nos lugares, territórios onde vivem. O eixo central desse novo programa de atuação do poder público era construir uma política que valorizasse profundamente a educação pública, incentivando a criação de um espaço escolar integrado à comunidade.

Nesse sentido, torna-se oportuna a compreensão dos desdobramentos desse projeto para ampliar a discussão sobre o papel das cidades educadoras e da educação em espaços não formais, bem como pensar nas transformações urbanas produzidas a partir da implementação do Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu e seus reflexos na vida dos moradores da cidade.

O Projeto Bairro-Escola foi uma política educacional que se propunha ir além dos muros das escolas. O espaço escolar passou a ser toda a cidade: espaços públicos, estabelecimentos comerciais, associações, centros culturais e igrejas.

O foco desta pesquisa é estudar os aspectos educacionais, políticos e territoriais dessa política pública de educação, dita como inovadora e que foi considerada como um dos principais programas dessa natureza na atualidade, avaliando sua implantação, processos, metas e principalmente seus impactos. Verificando não apenas se as suas atividades previstas foram executadas, mas, principalmente, de que maneira o seu funcionamento impactou a vida dos moradores daquela cidade.

Metodologia

Para alcançar os intentos propostos, adotamos como metodologia de análise a pesquisa bibliográfica, análise de documentos oficiais (documentos obtidos junto à Secretaria de Educação da Cidade de Nova Iguaçu), bem como o trabalho de campo numa escola participante do Projeto Bairro-Escola. Ali analisamos documentos produzidos pela

coordenação do projeto na escola e ao longo da sua vigência.

No trabalho de campo, realizamos visita ao Bairro Miguel Couto, fazendo o percurso no entorno da Escola Anna Maria Ramalho, mapeando o trajeto até os espaços parceiros, onde eram realizadas as atividades extraclasse dos alunos participantes. Visita específica à Escola Municipal Anna Maria Ramalho para o levantamento dos atores envolvidos no projeto (professores, técnicos, alunos, “mães-educadoras” e colaboradores externos), para realização futura de entrevista semiestruturada, no intuito de investigar os impactos do projeto nessa comunidade escolar.

Levantamento documental do Projeto Bairro-Escola na Secretaria de Educação de Nova Iguaçu (acessar documentos da época da vigência do projeto e as publicações do *Diário Oficial*, tendo em vista que no site da Prefeitura só há disponibilidade de consulta de setembro de 2017 em diante).

Compilação e análise dos dados.

Referencial teórico

O ponto de partida para a elaboração deste texto foi a intenção de analisar o “Estado em ação”, de focar a relevância de olhar para as políticas públicas como instrumento de troca entre o poder público e a sociedade. Pesquisa alguma parte hoje da estaca zero. Assim, começamos utilizando o conceito de política pública de Rocha (2012):

Instrumento capaz de garantir a integralidade dos Direitos Humanos, que em suma são territorializados no espaço. [...] servem para intervir na realidade socioespacial e efetivar direitos. Tais políticas podem ser classificadas como públicas, entre outras coisas, quando: as decisões são públicas, ajudam a garantir o interesse público e é construído num debate amplo, e servem como promoção da igualdade de direitos humanos (p. 103).

Dentro da pesquisa, surgem outros conceitos, como, por exemplo, o de educação não formal de Gohn, que, segundo a autora, envolve:

Práticas educacionais realizadas extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Toda e qualquer prática onde haja transmissão de conhecimento e que não estejam vinculadas à educação formal, isto é,

escolar (GONH, 2009, p.46).

Quando se estuda o Programa Bairro-Escola Nova Iguaçu, percebe-se uma tendência de publicações, textos e dissertações fazendo análise do contexto político-pedagógico do programa. A nossa proposta é enveredar pela análise dos aspectos da ação de política pública e sua influência no espaço e nas relações sociais, tomando como base a ideia de cidade como espaço para assim pensar a cidadania e o caráter socioespacial da cidade.

A cidade, desde os períodos mais antigos, foi o local do desenvolvimento humano em diversas vertentes. Primeiramente, sociais, mas também econômicas e políticas. A produção de espaços de produção econômica e de vivência gerou o que conhecemos atualmente como megacidades. Que se formaram à medida que o espaço foi se reorganizando, com a finalidade de fazer com que os meios de produção e os objetos se encontrem de maneira eficaz. Produzir, no sentido amplo, é produzir espaço. Isso posto, Ana Fani Carlos observa:

A humanidade produz espaço ao mesmo tempo em que este dá sentido à sua vida, as relações sociais ganham objetividade enquanto relações espaciais. As cidades estão como condição e suporte para a realização e materialização das relações sociais, ao mesmo tempo produto e meio pelo qual a sociedade se realiza no plano real (CARLOS, 2001, p. 9-10).

Se o espaço é produzido pela vida humana, como podemos conceituar a cidade? A cidade é social, pois ela muda à medida que a sociedade muda e também modifica a sociedade no seu conjunto.

A cidade, na ótica da história, aparece como centro da vida social e política das atividades mercantis, como lugar de acumulação de riquezas e do valor de uso, associado ao consumo improdutivo da cidade. E o cotidiano, usado e apropriado de forma desigual por classes sociais diferentes, faz surgir novos usos, decorrentes do conflito intenso com espaço e no espaço, fortalecendo o surgimento de novas territorialidades.

A cidade moderna foi forjada segundo a prática espacial capitalista de produção, e uma das principais consequências dessa prática foi a periferização da cidade. A qual

separa os locais de moradia dos locais de trabalho, dos locais de lazer: “[...] revela-se assim pela fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana em espaços e tempos separados enquanto elementos autônomos da vida” (CARLOS, 2001, p. 355).

Contempla-se que a cidade se colocou ao longo da história como uma obra e que precisa ser reconstituída como obra, não como era antes, mas produzindo uma nova realidade. Ela passa a ser a obra dos seus habitantes, o que significa pensar a sociedade para além do capital, produzindo na cidade uma vida urbana como uma atividade criativa e criadora, se impondo sobre a ideia que restringe o papel da cidade apenas ao local de habitação.

Após essa breve reflexão sobre a cidade, não poderíamos deixar de discutir seu principal ator, que é o cidadão. A abordagem aqui apresentada vai tomar por base o livro *O espaço do cidadão*, do geógrafo Milton Santos (2007). Nele, o autor sugere que o homem-cidadão é aquele homem detentor de deveres e direitos e que os reconhece. Porém existe escala de cidadania, há cidadãos de classes diversas; “há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (SANTOS, 2007, p. 24).

Essa escala de cidadania se deve ao fato de que a atividade econômica e a herança social causam a distribuição desigual do homem no espaço. Essa discrepância na distribuição espacial causa a má distribuição do acesso a bens, serviços e direitos, que está diretamente ligada ao lugar socioeconômico e geográfico onde esse homem se localiza.

De acordo com o panorama econômico traçado por Santos, o Brasil pós-redemocratização se fundou em alguns poucos setores produtivos e se baseou em alguns lugares específicos, causando o agravamento das desigualdades e reforçando distorções entre pessoas e lugares. Pela crítica de Santos, “o homem vale pelo lugar onde está [...] A possibilidade de ser mais ou menos cidadão, depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está” (SANTOS, 2007, p. 107).

Dessa forma, Santos conclui que os cidadãos não possuem o mesmo valor, nem o mesmo acesso a direitos, dependendo de onde se encontra no espaço. Ele sempre suscita discussões sobre as questões relacionadas ao lugar; para ele a acessibilidade afeta

diretamente o reconhecimento do que é ser um cidadão, pois quanto mais distante dos produtos e serviços este homem está, menos cidadão ele é, pois a distância dos grandes centros afeta a qualidade e frequência no acesso aos serviços públicos.

Considerando na cidade como espaço de experiência pedagógica, a cidadania que é exercida na cidade precisa ser pensada como parte dos direitos (aqui a educação como um direito mais amplo na esfera da cidade). Por isso não podemos deixar de discutir a dicotomia cidadão *versus* consumidor, proposta por Santos em seu já referido *O espaço do cidadão*.

A ideia do Projeto Bairro-Escola surgiu no âmbito do Movimento das Cidades Educadoras, com o I Congresso ocorrido em 1990 em Barcelona, Espanha, no qual as cidades participantes elaboraram e assinaram um documento denominado Carta das Cidades Educadoras. No documento, as cidades signatárias se comprometeram a traçar o perfil educativo da cidade, garantindo aos seus habitantes o aproveitamento máximo da capacidade educativa do espaço cidadão. Com efeito, a cidade dispõe de um extenso leque de iniciativas educadoras, de origem, intenção e responsabilidades diversas. Ela dispõe de instituições de educação formal, de meios de intervenção não formais com objetivos pedagógicos preestabelecidos, assim como propostas ou experiências que surgem de forma aleatória ou por finalidades comerciais. As cidades educadoras se comprometem em desenvolver parcerias para a troca das suas experiências; num espírito de cooperação, elas se apoiam mutuamente para pôr em prática projetos e experiências que se dignem a incentivar a proposta educacional na cidade. Características muito marcantes dos preceitos das Cidades Educadoras são a valorização da cidade como espaço de aprendizagem, a inclusão de aspectos da vida cotidiana nos temas trabalhados na escola e a educação cidadã com foco no exercício da democracia, como forma de fazer com que o homem se reconheça como partícipe da sua cidade, que possa ter consciência do seu papel de aprendiz e cidadão.

Para o Movimento das Cidades Educadoras, o processo educativo deve ser permanente e integrador, aproveitando-se de todos os fatores que a cidade apresenta e valorizando aspectos de organização da cidade, como cultura, recreação, meio ambiente, planejamento urbano, participação política, entre outros.

No ano de 1994, ocorreu a III Conferência das Cidades Educadoras. Nesse encontro participaram mais de 450 cidades do mundo inteiro. A primeira Carta das Cidades Educadoras foi atualizada, e o resultado desse evento foi a criação da Associação Internacional das Cidades Educadoras, cuja sede latino-americana fica na cidade de Rosário, na Argentina.

Desde 1990 até os dias atuais, ocorreram vários outros congressos da organização, e em todos eles houve reformulação da Carta das Cidades Educadoras, seguindo o princípio de que o teor da carta seria passível de atualizações. Os documentos internacionais que serviram de base para formulação e reformulação da Carta das Cidades Educadoras foram: Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), a Convenção dos Direitos da Criança, que saiu da primeira Cúpula Mundial para a Infância (1990), e a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

Atualmente, 22 municípios brasileiros compõem a Rede Nacional de Cidades Educadoras: Belo Horizonte (MG), Camargo (RS), Carazinho (RS), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Gramado (RS), Guarulhos (SP), Horizonte (CE), Marau (RS), Mauá (SP), Nova Petrópolis (RS), Porto Alegre (RS), Santiago (RS), Santos (SP), Santo André (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP), São Gabriel (RS), São Paulo (SP), Soledade (RS), Sorocaba (SP) e Vitória (ES).

Cabe ressaltar que a cidade de Nova Iguaçu nunca fez parte formalmente da AICE, mas, ao analisar os documentos produzidos para elaboração e implantação das propostas de educação da gestão do prefeito Lindbergh Farias, nos seus dois mandatos (2005-2010), percebemos que propostas do Movimento das Cidades Educadoras inspiraram a criação do Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu.

Em artigo sobre a experiência do Bairro-Escola em Nova Iguaçu, Jailson de Souza, ex-secretário de Educação do Município, e Maria Antônia Goulart, coordenadora do programa, reconhecem a influência das proposições expressas na Carta das Cidades Educadoras e consideram a possibilidade de tornar o espaço urbano em espaço educativo:

As redes sociais não existem no espaço vazio, elas existem em espaços concretos, nos lugares, nos territórios.

Ela acontece nas casas, nas ruas, nas organizações comunitárias, nos clubes, nas igrejas, nas ONGs e tudo mais. A educação acontece então na cidade. Por isso, acreditamos na ideia de uma cidade educadora (SILVA; GOULART, 2011, p.18).

Além do Movimento das Cidades Educadoras, programas da Associação Cidade Escola Aprendiz, que tem sua sede na cidade de São Paulo, também podem ter inspirado o Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu. Nascida em 1998, a Oscip Cidade Escola Aprendiz é um laboratório de pedagogia comunitária. Ela ampliou espaços de aprendizado integrando a escola à comunidade, transformando o bairro Vila Madalena, em São Paulo, em uma grande sala de aula a céu aberto. Barnabé e Galiano (2005) falam da proposta dessa associação: “[...] parte da ideia de que o processo educativo precisa se apropriar da riqueza das ruas, descobrindo trilhas de conhecimento que possam ser percorridas por adolescentes e crianças” (p. 15).

Tendo como base teórica o pensamento do mais importante trio de pedagogos do Brasil – Anísio Teixeira, Paulo Freire e Fernando de Azevedo –, o projeto Cidade Escola Aprendiz, já foi apresentado como:

[...] uma das mais modernas experiências educacionais de um mundo interconectado, onde há uma crescente necessidade de pensamento global partindo das ideias locais, ou seja, o lugar onde as pessoas vivem – as comunidades (BARNABÉ; GALIANO, 2005, p. 9).

Da pedagogia libertadora de Paulo Freire, o projeto adotou a concepção de que a escuta e o diálogo são importantes recursos pedagógicos; com eles o estudante e o professor se equivalem, pois produzem conhecimento e aprendem um com o outro e são capazes de desenvolver a consciência crítica e o amor pela liberdade.

Por sua vez, Anísio Teixeira, criou a Escola-Parque, que unia a escola-classe (sala de aula) com escola-parque, que era o espaço de brincar e experimentar, como projeto do governo estadual da Bahia. Inaugurado na década de 1960, a escola se apresentava como uma nova concepção para o ensino em período integral. Por essas e outras experiências, Anísio também foi importante para a fundamentação teórica da Associação Cidade Escola Aprendiz.

Movido pelas propostas da pedagogia por projetos e coadunado com as ideias desses estudiosos, surgiu o principal pressuposto da Cidade Escola Aprendiz, que nada mais era do que aprender fazendo e fazer utilizando as novas ferramentas tecnológicas da internet: sites, correio eletrônico e editores de texto. A Oscip Cidade Escola Aprendiz foi idealizada pelo jornalista Gilberto Dimenstein, que via a educação como uma tarefa de todos.

Desse modo, utilizando as orientações das Cartas das Cidades Educadoras e a metodologia do Projeto Cidade Escola Aprendiz, a gestão municipal de Nova Iguaçu buscou implantar sua política pública educacional com foco na educação integral para transpor a principal barreira encontrada para ampliação da carga horária escolar: a escassez de recursos financeiros. Como aumentar/dobrar a carga horária dos alunos sem construir novas escolas e sem aumentar a carga horária dos professores ou contratar novos profissionais? O município não tinha estrutura de pessoal, muito menos física, para comportar as demandas da educação de horário integral. Portanto, partindo dessa visão política e da premissa de que a educação integral era vista como uma forma de melhoria na qualidade de vida, não só do aluno, mas de toda a comunidade, todas as instituições que integravam a municipalidade passaram a ser vistas como tendo um excelente potencial pedagógico.

A partir desse diagnóstico, passou-se a discutir não apenas políticas pedagógicas, mas também a melhor forma de melhorar a qualidade de vida coletiva no espaço urbano. Partindo da educação, buscou-se uma visão mais global do processo de requalificação urbana. Neste trabalho, como já dissemos, vamos examinar como o Projeto Bairro-Escola foi desenvolvido na Escola Municipal Professora Anna Maria Ramalho.

Primeiramente, a escolha dessa que foi a segunda escola a receber o projeto se deu pelo fato de ela estar localizada em Miguel Couto, um importante e central bairro do município, o segundo maior em extensão da cidade, ficando atrás apenas do Centro.

Adepta das ideias veiculadas na Carta das Cidades Educadoras, a gestão municipal passou a pensar em como colocar essas ideias em prática, já que, para concretizar iniciativa tão inovadora e envolvendo tantos atores sociais, como escola, família, poder público, iniciativa privada, era preciso planejar as intervenções formais e não formais, sem deixar de lado as vivências dos envolvidos.

Segundo os idealizadores do projeto, algumas crenças e padrões precisavam ser modificados; por exemplo, a ideia de que somente a escola era responsável pelo desenvolvimento científico e racional das pessoas, que somente o professor era detentor de todo conhecimento, desvalorizando os saberes pretéritos do outro protagonista da unidade escolar, o estudante. Para eles, era preciso derrubar a falsa ideia de que o aluno era uma “caixa vazia”, que precisava ser preenchida pelo conteúdo formal escolar.

Claro que o papel formal da escola não foi descartado, mas, junto com ele, a passou a ser valorizado o papel social do alunado, em toda sua complexidade, enquanto ser que se relaciona com outros, que tem anseios, histórias de vida, certezas, fragilidades, experiências. Assim, a condição de ser humano desse aluno passa a ser exposta, valorizada e trabalhada. Vejamos o que dizem Silva e Goulart (2011) a respeito:

[...] quando a escola não vos considera alunos como pessoas inteiras, integrais, ela assume uma perspectiva institucional e tecnicista. Ela desconsidera a criança, adolescente, o jovem e mesmo o adulto que a frequentam, em suas diferenças e semelhanças (p. 19).

Para implantar, na educação de Nova Iguaçu, as ideias do movimento das Cidades Educadoras, foi preciso, primeiro, quebrar os paradigmas da educação tradicional, aquela que permanecia fechada em si, na qual todo o saber e todas as práticas pedagógicas giravam em torno de conteúdos fechados que desconsideravam as realidades sociais. Para tanto, investiu-se na concepção de uma educação integral, na qual se valorizam o saber e o ser humano como um todo. Passou-se a buscar o enaltecimento dos saberes populares, das práticas sociais dos sujeitos envolvidos nessa troca de conhecimento. Isso porque a educação integral incentiva o reconhecimento de que o alcance territorial das políticas pedagógicas deve ir além dos limites dos muros das escolas.

Nesse sentido, o pontapé inicial do Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu foi tornar as unidades escolares não somente escolas de horário integral, mas também as tornar incentivadoras e propagadoras da ideia de que a educação acontece como um todo, e em todos os lugares, no que seus idealizadores chamaram de educação integral, que também tinha como meta a melhoria da qualidade de vida da população.

O processo de implantação do projeto pode ser dividido em dois momentos: primeiramente, de 2006 a 2008, período marcado pela idealização e difusão do projeto, utilizando o ideário das Cidades Educadoras como fundamento; posteriormente, em 2009 e 2010, quando foi efetivada a extensão do horário integral para toda a rede municipal de educação, articulada ao programa federal de ampliação da jornada escolar, o Mais Educação.

Com foco inicial na extensão da oferta de horário integral, o Projeto Bairro-Escola se pautou por três premissas básicas: 1. Educação integral apoiada no horário integral; 2. Requalificação urbana; e 3. Defesa dos direitos humanos e redução da mortalidade infantojuvenil.

As premissas do Projeto Bairro-escola se coadunam com a teoria de cidadania concreta de Milton Santos, em que a igualdade de acesso a bens e serviços garante que o indivíduo viva com o mínimo de dignidade possível.

A educação integral, aquela que valoriza todos os aspectos da vida cotidiana e não apenas a educação escolar, permite que o indivíduo conheça sua história, seus direitos e deveres, e que possa ter atuação política no âmbito do seu território. Sobre esse aspecto, destacamos o que Santos (2007) aponta:

[...] as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente que a sua voz seja ouvida (SANTOS, 2007, p. 147).

A defesa dos direitos humanos e a redução da mortalidade infantil fazem parte do Bairro-escola, pois se tratar projeto intersetorial, que visava à proteção de direitos básicos, para além da educação, como a saúde, o emprego, a mobilidade urbana, entre outros fatores que possibilitam a vida na cidade e o uso do espaço pela população.

Destaca-se também a requalificação urbana como uma forma de proporcionar a melhoria do uso dos espaços públicos já existentes, permitindo que as atividades do Bairro-Escola pudessem ser desenvolvidas a contento, mas também permitindo uma renovação e uma melhoria dos espaços com vistas a reforçar a função social da cidade.

As estratégias utilizadas para que o Programa Bairro-escola Nova Iguaçu fosse uma política de sucesso englobavam o envolvimento de vários segmentos da sociedade, materializando-se assim uma ação integrada de vários protagonistas. E a gestão integrada virou a questão central para viabilizar o Bairro-Escola. A construção de uma estratégia integrada de governo intersetorial com base em um modelo de gestão integrada promoveria a articulação de diversas políticas setoriais. Para isso, a Prefeitura municipal criou a Coordenação do Bairro-Escola, ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito da cidade e que tinha como principal atribuição articular as ações de todas as secretarias de governo (Educação, Cultura, Esportes, Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente e Urbanismo) no âmbito do Bairro-Escola Nova Iguaçu.

Mesmo tendo a escola como seu centro de forças, um projeto dessa magnitude, no contexto de uma cidade relativamente pobre em termos de arrecadação própria, periférica e com aproximadamente 60 mil estudantes matriculados no ensino fundamental, revelou ser quase impossível que a comunidade escolar sozinha pudesse levar o Projeto Bairro-Escola adiante. O voluntariado e as parcerias público-privadas se apresentaram como solução para dar conta das demandas que a escola não comportava. A forma que os idealizadores do projeto arrumaram de fechar as lacunas das atividades que a escola não poderia fazer foi valorizar um processo de construção de parcerias entre os setores públicos e outras organizações sociais. O sistema de parcerias entre os empresários dos bairros, comerciantes e até mesmo pessoas físicas, que cediam seus espaços para a realização das atividades do projeto, ou que trabalhavam na execução, como, por exemplo, as chamadas “Mães educadoras” (que realizavam um trabalho de apoio para as oficinas e na transição dos turnos escolares), foi fundamental para que o projeto de fato fosse executado.

O Projeto Bairro-Escola foi uma experiência inédita, no Brasil, em termos de política pública intersetorial, porém teve vida breve. Houve muitos problemas de articulação das atividades, por se tratar de uma grande variedade de ações advindas de outras esferas de governo, como as várias secretarias municipais nele envolvidas. A metodologia de implantação da gestão participativa, que era tida como um dos fundamentos do projeto, não conseguiu direcionar os interesses diversos apresentados pelos envolvidos.

Os anos de vigência do Projeto Bairro-Escola foram marcados pela descontinuidade política. Foram três secretários de Educação diferentes em cinco anos de existência do programa. Esse é outro fator que pode ter trazido entraves ao processo, pois descontinuidade causa ausência de informações e documentos, que podem se perder nessa troca de equipes, entre outros transtornos.

Em abril de 2010, o prefeito Lindbergh Farias licenciou-se do cargo para concorrer a uma das duas vagas ao Senado pelo estado do Rio de Janeiro. A vice-prefeita da cidade, a deputada Sheila Gama (PDT), assumiu a prefeitura e, conseqüentemente, a gestão do Projeto Bairro-Escola. Após Farias deixar a Prefeitura, o programa perdeu força política e aos poucos foi deixando de existir nos bairros, dando lugar a outra política pública de educação, com foco apenas na oferta de horário integral, de permanência do aluno de no mínimo sete horas diárias na escola.

Resultados parciais

Do ponto de vista da oferta do horário integral aos alunos das escolas municipais de Nova Iguaçu, um dos objetivos do Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu, o ano de 2010, com o Decreto nº 7083/2010, marcou a universalização do ensino de tempo integral para as escolas urbanas do município. Essa fase foi marcada pela articulação do Projeto Bairro-Escola com o Programa Mais Educação do Governo Federal. Para colocar em funcionamento o horário estendido, a gestão do projeto continuou apostando nas parcerias para as atividades do contraturno.

Considerando o aspecto da requalificação urbana, foi detectado que as mudanças decorrentes da implantação do Bairro-Escola foram muito modestas. Não houve ações muito marcantes nesse aspecto. Ao refazer o percurso no entorno da Escola Municipal Anna Maria Ramalho, pudemos observar que ainda restam vestígios das pinturas realizadas nas calçadas que serviam de passeio para que as crianças se deslocassem para as atividades nos espaços parceiros. Pôde-se observar também que, em determinados pontos do trajeto, alguns obstáculos como degraus e postes foram contornados, sinalizando que a ação de reformulação urbana foi superficial, não havendo uma mudança

profunda, como seriam, por exemplo, a adequação das calçadas para a correta mobilidade das crianças do projeto e, conseqüentemente, a possibilidade das melhorias no espaço, serem estendidas a todas as pessoas que viessem a utilizar aquele espaço. Por ter que lidar com recursos escassos, a gestão do projeto teve de optar por implementar as melhorias urbanas no entorno das escolas ou mais especificamente no trajeto que os alunos realizavam para se deslocar delas até os locais onde eram realizadas as atividades extraclasse.

Outrossim, foi possível mapear projetos e ações desenvolvidos em parceria com o Projeto Bairro-Escola relacionados ao uso social da cidade como parte dessa experiência pedagógica. Entre outras ações, foram travados diálogos com os comerciantes que expunham seus produtos nas calçadas; foram realizadas palestras nas empresas de ônibus, ambas com o objetivo de explicar a nova dinâmica de circulação de crianças no bairro. No tocante aos projetos, podemos citar espaços parceiros como a Escola Livre de Cinema, a Praça do DPO (importante destacar que este equipamento recebeu intervenções do eixo requalificação urbana para servir de espaço parceiro ao Programa Bairro-Escola) e a Academia ao Ar Livre.

Considerações finais

Quando se faz a análise do Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu, percebe-se que os seus idealizadores tinham boas ideias para, através da educação, realizar mudanças no cotidiano dos moradores da cidade, partindo dos alunos da escola pública e passando, inclusive, pela requalificação urbana. Porém a forma como a gestão resolveu implementar a política pública, se valendo de parcerias com a iniciativa privada e organismos externos, expôs a fraqueza do governo. Mesmo alegando que suas escolhas teóricas, ideológicas e práticas eram contrárias ao neoliberalismo, por exemplo, percebemos que o repasse de serviços públicos, por meio da ampliação da participação da iniciativa privada através de parcerias, comprometeu a qualidade do serviço que deveria ser ofertado pelo município.

As condições de implantação, funcionamento e administração do Projeto Bairro-Escola Nova Iguaçu mostraram que as propostas de mudança feitas pela gestão não

conseguiram realizar melhorias profundas para a vida e o cotidiano dos moradores da cidade; elas se configuraram como uma política paliativa revestida de política pública de educação, que não conseguiu se mostrar forte o suficiente para conseguir uma base sólida. O que podemos verificar, por exemplo, no caminho pintado que ainda há na calçada no entorno da Escola Anna Maria Ramalho: apesar da pintura, a calçada não foi reformada para o trânsito dos alunos. A linha vermelha que sai da escola em direção aos espaços parceiros contorna obstáculos como postes e degraus, o que comprova que os gestores do projeto não se preocuparam com a acessibilidade, por exemplo.

Além disso, analisando os documentos pudemos também perceber que não houve acompanhamento sistemático do Projeto Bairro-Escola, o que podemos atribuir à descontinuidade do projeto, bem como às mudanças políticas ocorridas após a sucessão do prefeito Lindbergh Faria e pela vice-prefeita Sheila Gama. Na gestão de Gama, outros sentidos e desenhos institucionais foram atribuídos ao projeto, até que, por mudanças nos rumos políticos da cidade, o Projeto Bairro-Escola chegou ao seu fim.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. *Carta das Cidades Educadoras*. Disponível em: <<http://www2.cmevora.pt/aec/Downloads/Cartadascidadeseducadoras.pdf>> Acesso em 30 de nov. de 2019.
- CARLOS, Ana Fani A. *Espaço e tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FAURE, Edgar. *Aprender a ser*. São Paulo: Difusão Editorial do Livro, 1974.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Política e educação: ensaios*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GADOTTI, Moacir. *Educação cidadã para uma cidade educadora*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007.
- GADOTTI, Moacir; CABEZUDO, Alicia. *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez, 2004.

- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.
- LAVINAS, Lena; FOGAÇA, Azuete. Programa Bairro-Escola: o fracasso de uma boa ideia. 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das relações de produção*. (Tradução da 1ª parte de *La survieducapitalisme*). Porto: Edições Escorpião, 1973.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- MEDEIROS, Barnabé; GALIANO, Mônica Beatriz. *Bairro-Escola: uma nova geografia do aprendizado*. São Paulo: Tempo D'Imagem, 2005.
- NOVA IGUAÇU Prefeitura da Cidade de. *Bairro-Escola: fazendo de Nova Iguaçu uma cidade educadora*. Encarte. Nova Iguaçu: PNI, 2006.
- ROCHA, André Santos da. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano: algumas reflexões. *Geo UERJ*, ano 14, n. 23, v. 1, p. 99-113, 1º semestre de 2012.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7ª ed. São Paulo: EdUSP, 2007.
- SILVA, Jailson de Souza; GOULART, Maria Antônia. *Bairro-Escola: a experiência da educação integral em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2

ESCOLA SEM PARTIDO: UM OBSTÁCULO AO ACESSO À HISTÓRIA DE DUQUE DE CAXIAS

Leaúdes Patrick Francisco de Campos

Professor de História da rede pública e aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Este texto é parte de um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2016, primeiramente em um curso de especialização e, em seguida, um mestrado, que está em desenvolvimento. Ele deriva de parte da pesquisa para dissertação, cujo tema é o Escola Sem Partido, escolha que se deu a partir da constante repercussão dos dogmas e práticas do movimento por alunos dentro das salas de aulas, por postagens em redes sociais de seus arautos e pelo alinhamento de políticos conservadores ao projeto. Esse processo se agudizou entre 2017 e 2018, período da corrida eleitoral ao executivo nacional.

Como diz o professor Dermeval Saviani (2017), o Escola Sem Partido é:

Um movimento dos partidos conservadores e reacionários, que lutam para manter a ordem existente. E surgiu contra partidos de esquerda que entendem que o papel da escola é formar indivíduos críticos para agir na sociedade visando a seu desenvolvimento, transformação e superação dessas condições de desigualdades e injustiças.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: a) quadro político das eleições de 2018, com a forte influência da polarização e das redes sociais, e como o Escola Sem

Partido se tornou um agente importante nesse pleito; b) um breve apontamento sobre o surgimento do programa e de sua atuação, tomando como base o professor, a publicidade, os anteprojatos de lei e o material didático; c) um apanhado histórico do município de Duque de Caxias, enfatizando a luta por terra no distrito de Xerém; por último, a conclusão retoma alguns pontos do texto e aponta obstáculos e desafios a partir dessa realidade.

O processo eleitoral brasileiro de 2018 foi bastante incomum; candidatos e partidos tradicionais que sempre figuraram entre os mais votados sequer chegaram ao segundo turno. Para o executivo nacional, por exemplo, o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, e Marina Silva, do Rede Sustentabilidade (REDE), tiveram votações bem abaixo do esperado. O primeiro chegou ao segundo turno em 2006, e os candidatos de seu partido estiveram entre os mais votados, inclusive com duas vitórias, desde as eleições de 1994; já Marina Silva ocupou a terceira posição nos dois pleitos anteriores.

Mas a aplicação do adjetivo “incomum” para esse sufrágio não é somente por causa dos resultados; outros dois fatores também protagonizaram esse processo:

O primeiro foi a polarização, impulsionada pelo golpe “jurídico-midiático-parlamentar” (FREITAS, 2018, p. 47) à presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, e pelas investigações da Operação Lava-Jato, que levaram à prisão do ex-presidente Lula.⁴ Com isso, o segundo turno da eleição se deu entre o PT, representado por Fernand Haddad, e o Partido Social Liberal (PSL) de Jair Bolsonaro.

Bolsonaro sustentava uma pauta favorável ao lava-jatismo, às políticas liberais e, no campo da “moralidade”, se apresentou como o candidato do “cidadão de bem”, conservador, aquele que defenderia a família tradicional brasileira cristã contra o que ele e seus eleitores batizavam de “ideologia de gênero” e contra temáticas que ele considerava de “esquerda”. Ao se referir aos temas e partidos combatidos por Bolsonaro, Mattos (2020) diz:

[...] inclui partidos e partidários de todo espectro que vai da centro-esquerda moderada ao que é comumente definido de “esquerda

⁴ Presidente do Brasil entre 2003-2010, pelo Partido dos Trabalhadores.

radical”. Mas “esquerda”, na fala de Bolsonaro, inclui também todo tipo de movimento em defesa dos direitos humanos, contra as opressões de gênero e a LGBTfobia, ecológico e de defesa indígena, além de organizações de professores, cientistas, artistas e produtores culturais em sentido amplo (p. 167).

A escola e o professor foram os principais alvos, o docente era acusado de pedofilia, de incentivar as relações homossexuais entre as crianças, de impor ideias comunistas e de colocar em dubiedade a religião e a ética dos responsáveis dos alunos.

O segundo fator foram as redes sociais. *Lives*, Facebook, Twitter, Instagram, postagens, comentários, memes, *fake 37art*, WhatsApp etc. eram termos permanentes nos programas de análise política. A internet foi usada como um canal entre os candidatos e seus eleitores e também para depreciar opositores com informações falsas.

Nesse cenário de caça aos “corruptos”, antipetismo e de pautas conservadoras/liberais eclodiram nas redes sociais grupos que influenciaram as eleições, entre eles o Escola Sem Partido (ESP).⁵ O “apartidário” ESP lançou em sua página nas eleições de 2018 um termo de compromisso.⁶ Ao assinar, o candidato se comprometia em levar adiante a cartilha do programa em seu mandato, caso eleito.

⁵ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. *Home*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2021.

⁶ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. *Eleições 2018*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/eleicoes2018#senadores>. Acessado em: 15 de novembro de 2018.

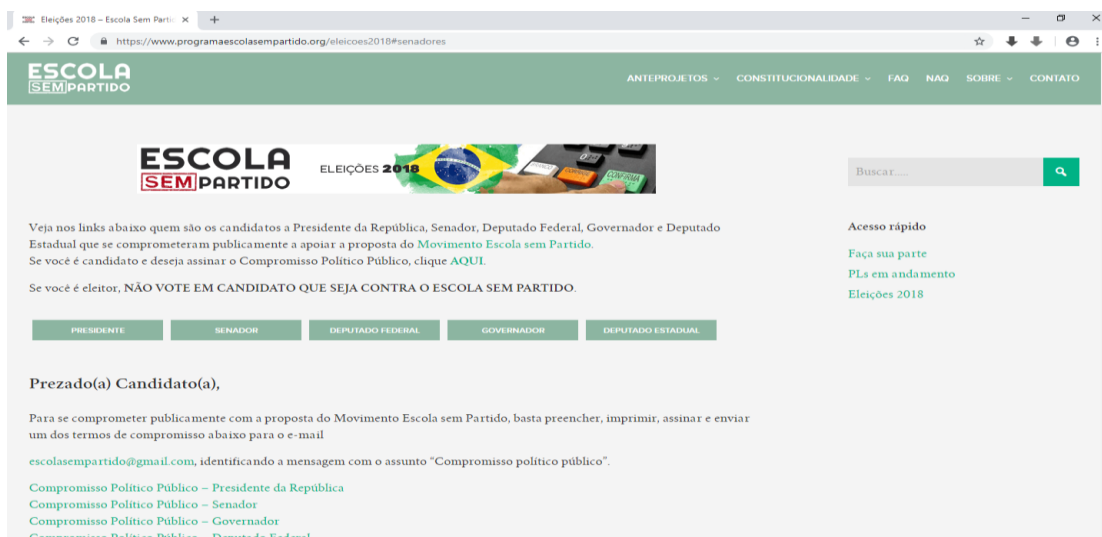


Figura 1 – Print do site Escola Sem Partido, Compromisso Político Público, eleições 2018.

Fonte: Escola Sem Partido. [S.l.], 2018? A. *Eleições 2018*. Disponível em:

<https://www.programescolasepartido.org/eleicoes2018#senadores>. Acessado em: 15 de novembro de 2018.

Partindo dessa conjuntura de instabilidade política, novos atores políticos, liberalismo econômico, conservadorismo e perseguição, este texto tem como objetivo analisar como as ideias do ESP podem afetar no ensino da História do município de Duque de Caxias.

Criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o Escola Sem Partido apresenta como principal problema da educação brasileira uma suposta doutrinação política,⁷ ideológica e partidária dos professores sobre os alunos; defende também que as escolas devem garantir ao responsável o direito sobre a educação moral dos alunos.

Sem nenhuma comprovação de pesquisa, afirma em sua página, na aba de apresentação, que

Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes.

A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou

⁷ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. Escola sem Partido.org. Disponível em: <https://www.escolasepartido.org/>. Acessado em: 30 de out. de 2020.

se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia (ESCOLA SEM PARTIDO).

Na suposta cruzada contra a “doutrinação”, a página divulga um canal de denúncia, onde os alunos e/ou responsáveis podem testemunhar/denunciar suas experiências com os “falsos educadores”; mas como o aluno vai saber se está sendo doutrinado?

Nada mais simples: basta informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores; basta informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar.

É isso, e apenas isso, o que propõe o Escola Sem Partido nos anteprojetos de lei (ESCOLA SEM PARTIDO).

Essas afirmações de proteção da família, antipartidarismo e pelo fim da doutrinação têm um caráter limitador, pois

A “escola sem partido”, na verdade uma escola sem política, amordaçada, significa a proibição do debate próprio à polis. Este é o debate que demarca o espaço público de participação do indivíduo, que somente aí encontra sua emancipação, assinalada pelo discurso de quem atua nos destinos da sociedade. A mordaza sobre a escola e sobre o educador interdita ao educando o caminho da sua plena realização como pessoa (GENTIL, 2016).

Do exposto, quatro pontos são importantes para uma análise mais apurada do ESP:

- 7) O professor: que é integralmente afetado pelo clima de denunciamento na escola, sofre constantes assédios à sua moral e intelectualidade, tem sua liberdade de expressão cerceada e seus conteúdos questionados. Atacado constantemente, é tratado como “agente do terror” e “inimigo da ordem”, pelo ESP.

A princípio parece absurdo imaginar no que os professores podem ameaçar o bem-estar dos jovens, mas o Mesp⁸ esforça-se em representar os professores como agentes que se aproveitam da inocência das crianças para explorá-las. Esta estratégia é levada ao extremo quando o

⁸Mesp – Movimento Escola Sem Partido.

criador e coordenador do Mesp compara professores a estupradores [...] (PENNA, 2021, p. 151-152).

Propõe-se ainda punição severa ao docente “doutrinador”; sanções de natureza civil, administrativa e até penal, como a detenção por até seis meses, a perda do cargo e a impossibilidade do exercício de qualquer função pública por até 3 anos;⁹

2) A publicidade: segundo os arautos do ESP deve ser afixado em todo ambiente escolar um cartaz¹⁰ contendo os deveres do professor; dessa maneira, conhecendo seus direitos, os alunos poderiam se defender das ações do professor “doutrinador/militante”.¹¹

Além disso, as redes sociais do programa alcançaram notoriedade a partir de 2011, utilizando discursos rasos e ameaçadores com termos de definição imprecisa, como: “doutrinação ideológica” “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”¹² contra professores e políticos que discordavam do ESP e instituições de ensino públicas.

⁹ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. *O que pode acontecer com o professor que desobedece aos deveres previstos no cartaz?*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 20 de jan. de 2021.

¹⁰ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. *Programa Escola Sem Partido*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 5 de jan. de 2021.

¹¹ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.] , 2018? a. *Então, para que o Programa?* Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 30 de out. de 2020.

¹² PENNA, F. A. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA, ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, v. I, 2016. p. 94.

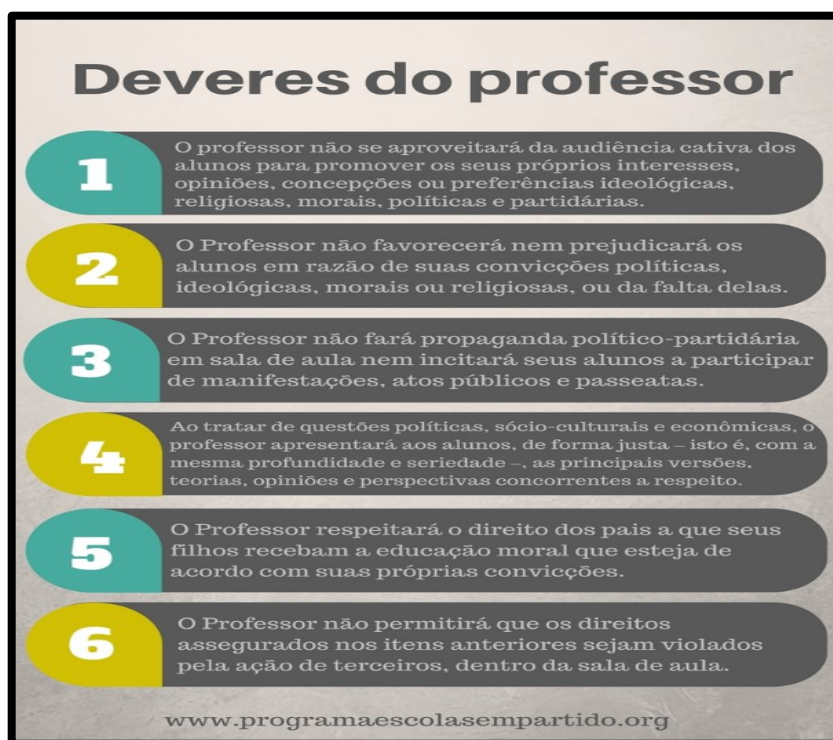


Figura 2 – Proposta de cartaz com deveres do professor segundo o Escola Sem Partido. FONTE: Facebook do Escola Sem Partido. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 5 de jan. de 2021.

3) Os anteprojotos: a página disponibiliza formulários para que o movimento se transforme em projeto de lei (PL), são cinco exemplares: Lei Federal, Lei Estadual, Lei Municipal, Decreto Estadual e Decreto Municipal, assim, o político interessado nas ideias do ESP faz o *download* do documento, preenche-o e entra com ele na casa legislativa que atua.¹³ Essa facilidade fez com que, entre 2014 e 2019, vários projetos de lei tramitassem em todo o país, inclusive nas duas esferas do Congresso ao mesmo tempo. E pode-se apontar um nexos com o ponto anterior, pois os inúmeros projetos espalhados no legislativo de todo o país eram também uma forma de propaganda.

Esses anteprojotos não se coadunam com lei, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394, de 23/12/1996), especialmente no que toca ao artigo 3, II, que trata dos princípios do ensino, que estabelece:

¹³ ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? a. *Anteprojotos*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acessado em: 5 de janeiro de 2021.

- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial [...] (BRASIL, LDB, 1996).

Mas sua ação já se faz presente no cotidiano das escolas do país, como afirma Marise Nogueira Ramos (2016):

Estudiosos do Direito Constitucional já se manifestam sobre a inconstitucionalidade desse projeto. Porém, a despeito disto, somente a obtenção do consentimento ativo dos cidadãos sobre a suposta pertinência e neutralidade dos seus princípios será suficiente para se gerar um clima de assédio moral no interior da escola e de toda a sociedade. Ademais, está fortemente em questão o sentido do trabalho do professor. Este não seria mais um educador e somente um instrutor.

4) material didático e currículo: também são alvos de disputa pelo ESP, pois há a intenção de impedir a discussão sobre qualquer assunto que possa entrar em colisão com os interesses da classe dominante, que se traveste de defensora da família, tornando inevitável e proposital um aminguamento do poder desses instrumentos de ensino.

Assim sendo, o ESP se apresenta como um projeto que não cobiça uma educação emancipadora e plural; carregado de intolerância, impõe limites ao conhecimento – como o apagamento do movimento camponês, dos movimentos sociais e greves, que são fundamentais para o entendimento da História de Duque de Caxias. Aqui vamos abordar especialmente a luta camponesa na região.

Duque de Caxias foi emancipada em 1943, em razão da instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), que foi implantada em Xerém em 1942, após acordos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, no âmbito da aliança contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial. A fábrica deveria atender a demanda de motores de aviões para o conflito. Além disso,

O processo de emancipação de Caxias esteve integrado ao projeto de reforma administrativa com base no discurso do Estado Novo, no qual um dos eixos fundamentais era a consolidação no nacionalismo, que tinha no comunismo e no excesso de regionalismo seus principais empecilhos. A emancipação dos locais mais populares ia ao encontro da necessidade de: reorganizar o quadro territorial para melhor administrá-los e administrá-los; cooptar simpatia e apoio popular; e articular seu representante regional, Amaral Peixoto, com as frações da classe dominante local (SOUZA, 2014, p. 138).

Mas a instalação da fábrica também foi responsável direta

[...] pela valorização fundiária das terras do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, inicialmente tutelado pelo Estado brasileiro e dirigido pela Aeronáutica, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram os principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos 1950 e 1960 (MAIA, 2017, p. 256).

A relativa prosperidade da região atraiu desempregados da capital para Xerém, um deles foi o comunista Zé Pureza, que fora orientado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a se tornar camponês e encabeçar o movimento no Rio de Janeiro. Sua ação foi primordial a partir de 1949. Nesse período os lavradores recebem ameaças de despejo e Pureza convoca os vizinhos para uma palestra em que defende a necessidade de organização com o objetivo de reagirem à expulsão ilegítima.

Criou-se uma comissão de lavradores em Xerém, que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF). O trabalho da associação era prestar assessoria aos camponeses por todo estado. Quando os núcleos adquiriam autonomia, transformavam-se em uma nova associação recebendo o nome do local de origem. (CORRÊA; MACEDO, 2007).

Atendo-se aos conflitos que envolvem a FNM (1948, 1954 e 1963), ressalta-se que alguns lavradores arrendavam as terras da fábrica e a abasteciam com os produtos agrícolas, esse modelo perdura sem grandes abalos até o fim da Segunda Guerra (1945). Após o conflito, a fábrica teve suas atividades interrompidas, pois não fazia mais sentido continuar produzindo motores de avião para a guerra. A cidade do motor, como era chamada, firmou contrato com a Isotta Fraschini e em seguida com a Alfa Romeo S.A.

Foi nesse contexto que o movimento operário da FNM se formou criando laços com o movimento camponês.¹⁴

Essa união ajudou a barrar a ação judicial que dava a reintegração de posse das terras arrendadas à FNM. Em 1963, petroleiros e operários da cidade ameaçaram parar caso tal decisão fosse cumprida. Era um momento de avanço da pauta agrária e ensejou a criação da Supra (Superintendência da Política de Reforma Agrária), formando-se uma organização consistente dos camponeses com o acirramento de conflitos armados. Assim a desapropriação passou a ser justificada pelo interesse social.

No caso de Xerém, no conflito de 1963, a FNM promete doar as terras para a Supra, mas até 1964 (início da Ditadura Militar) a doação não foi realizada (SOUZA, 2014). A promessa ficou no papel enquanto o problema foi se arrastando e aumentando, já que os antigos funcionários postularam as casas construídas pela fábrica.

O governo não conseguiu tomar as terras dos lavradores nem as casas dos ex-funcionários; até hoje um grande quantitativo dos imóveis em Xerém não tem escrituras, pois a região é considerada como terra da União. Dessa forma, o financiamento por um banco é praticamente impossível e ainda existem ações de especuladores e grileiros.

O histórico de resistência desses homens e mulheres está ameaçado, a prefeitura não tem nenhum tipo de projeto educacional¹⁵ que evidencie não só esse, mas outros processos históricos do município, como:

- 1) A escravidão e resistência dos indígenas;
- 2) A resistência de escravizados negros, que formaram quilombos praticamente indestrutíveis no século XIX na região do Recôncavo da Guanabara;
- 3) As inúmeras greves da FNM, com participação comunista na década de 1950;
- 4) Greves da Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (Reduc);
- 5) A história de Joãozinho da Gomeia, considerado o Rei do Candomblé, após receber o título da Rainha Elizabeth II, que recebeu em seu terreiro o presidente Getúlio Vargas;

¹⁴ SANTOS, Leonardo Soares dos. *Laços em movimento: as ligações dos Posseiros do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945–1964)*. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/33/leonardo_santos_33.pdf. Acessado em: 23 de fev. de 2021.

¹⁵ Informação averiguada pelo autor com professores de História da rede municipal de ensino.

- 6) As consequências da Ditadura Militar na região, que, além de reprimir qualquer foco de subversão, retirou a linha férrea de Xerém para dificultar o contato dos trabalhadores da fábrica com o centro da cidade;
- 7) As causas socioeconômicas do Grande Saque de 1962;
- 8) A formação de grupos de extermínio, que até hoje amedrontam a população e são influentes na política de toda a Baixada Fluminense;
- 9) Os movimentos por escolas públicas e passarelas na década de 1980;

Conclui-se, portanto, que o Escola Sem Partido foi um fator importante na pauta dos candidatos conservadores nas eleições de 2018. Com uma forte atuação nas redes sociais, seus ideais foram destilados contra intelectuais, professores, ativistas e autores de livros, entre outros estudiosos. O trabalho docente passou a ser perseguido sob argumentos frágeis e com alta carga de ódio e violência.

Sendo o projeto de educação do capitalismo, o ESP objetiva promover a educação para o conformismo, por isso, a preocupação com alguns temas que podem levar o aluno a questionar ou refletir sobre a ordem socioeconômica vigente.

Segundo Florestan Fernandes (2006), existem várias formas de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente, mas sempre atendendo aos interesses da burguesia, que, ao chegar ao poder, abandona o aspecto revolucionário e se torna conservadora, perdendo o interesse de promover qualquer nova transformação social. Nesse contexto, a burguesia se torna uma força política regulativa, com característica opressiva, convertendo a dominação burguesa em única forma de poder legítimo.

Assunto totalmente relevante, como o exposto brevemente nesse trabalho, não revela somente sobre Duque de Caxias, mas sobre uma realidade de boa parte do país, conflitos pela terra – fruto uma elite burguesa/latifundiária associada à terra desde o período colonial.

A luta por terra em Xerém, é um exemplo, pois, a partir dela, se pode entender processos históricos mais amplos como a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Golpe de 1964 e as reivindicações sociais após a Ditadura (1985). Além disso, esse problema ainda é uma realidade na região, com especulação imobiliária e ação de grupos de grileiros.

Assim, entende-se que a História de Duque de Caxias é silenciada pela inação do poder municipal, pois não há curso de formação para professores da rede, exposições, seminários e(ou) material didático sobre o assunto. Com o avanço das ideias do Escola sem Partido, que é entendido nesse trabalho com um braço do capitalismo para a manutenção do status quo, esse processo pode ser intensificado, pois as classes populares ficam apartadas do processo histórico, são impedidas de ler criticamente seu território e de ter acesso a uma educação minimamente emancipadora.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDBEN)*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 5 de janeiro de 2021.
- CORRÊA, Elisa F.; MACEDO, Marcelo Hernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estud. Soc. Agric.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 368-392, 2007.
- ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Home*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acessado em: 16 de fevereiro de 2021.
- ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Eleições 2018*. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/eleicoes2018#senadores>. Acessado em: 15 de novembro de 2018.
- ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Escola Sem Partido.org*. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acessado em: 30 de outubro de 2020.
- ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *O que é o Programa Escola Sem Partido?*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 30 de outubro de 2020.
- ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Quem somos? Apresentação*. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acessado em: 5 de janeiro de 2021.
- ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *O que pode acontecer com o professor que desobedece aos deveres previstos no cartaz?*. Disponível em:

<http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Então, para que o Programa?* Disponível: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 30 de outubro de 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Programa Escola Sem Partido*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 5 de janeiro de 2021

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Anteprojetos*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/anteprojeto/>. Acessado em: 5 de janeiro de 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. [S.l.], 2018? A. *Barra de Pesquisa: MST*. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/?s=mst>. Acessado em: 22 de fevereiro de 2021.

FACEBOOK do Escola Sem Partido. *Deveres do Professor*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acessado em: 5 de janeiro de 2021.

FERNANDES. Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTIL, Plínio. “Escola Sem partido” é mordaca contra realização plena do educando. *Consultório Jurídico (CONJUR)*, 5 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-05/mp-debate-escola-partido-mordaca-realizacao-plena-educando>. Acessado em: agosto de 2018.

MAIA, Aline Borghoff. Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988): articulações ruofabris na Baixada Fluminense. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, v. 7, p. 257-282, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola Sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP-Uerj), v. 1, 2017. P. 35-48.

- _____. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA e INFORMAÇÃO. *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: AEAPI, v. I, 2016. P. 94.
- _____. “Escola Sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. *Fronteiras – Revista Catarinense de História*, n. 37, p. 143-155, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/12505>. Acessado em: 7 de dezembro de 2021
- RAMOS, Marise Nogueira. “*Escola sem partido*”: a criminalização do trabalho pedagógico. ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 03 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/escola-sem-partido-criminalizacao-do-trabalho-pedagogico>. Acessado em: 5 de maio de 2019.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. *Laços em movimento: as ligações dos Posseiros do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945–1964)*. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/33/leonardo_santos_33.pdf. Acessado em: 23 de fevereiro de 2021.
- SAVIANI, Dermeval. ‘Escola sem Partido’ fere o bom senso, diz Saviani: Pedagogo e filósofo concederá entrevista à Sedufsm, onde falara sobre o papel da escola. Entrevista concedida à Bruna Homrich. *SEDUFMS*, Santa Maria – RS, 24 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/4425>. Acessado em: 15 de janeiro. De 2021.
- SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2014, p. 138.

A INSTRUÇÃO FEMININA NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: O CASO DE MAGÉ (1840-1889)

Kimberly Araujo Gomes Pereira
UERJ-FEBF/PPGECC/EHELO/COLUNI- UFF

Introdução.

Estudar a História da Educação no século XIX em um município que hoje integra a Baixada Fluminense torna-se um desafio. Localizar e ter acesso às fontes faz-se necessário para entender as tensões do período e perceber como atuaram os sujeitos envolvidos no processo de escolarização.¹⁶ A Lei Geral de 15 de outubro de 1827 estabeleceu em seus artigos a organização das escolas de primeiras letras no Império. O primeiro artigo da referida lei estabelecia que houvesse escolas de primeiras letras que fossem necessárias em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos. No entanto, no artigo 11º estava estabelecido que fossem criadas escolas de meninas nas vilas ou cidades mais populosas apenas onde o presidente em conselho achasse necessário. Além dessa primeira diferença entre a instrução de meninos e meninas, ao longo da lei de 1827 encontramos o estabelecimento de disciplinas diferentes para as escolas femininas e masculinas.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º. (BRASIL, 1827)

Por esses dois artigos, percebemos que, no processo de escolarização das meninas, foram excluídos conhecimentos matemáticos e adicionadas as prendas domésticas. O 12º artigo deixa evidente o objetivo da instrução feminina: preparação para a vida doméstica

¹⁶ O presente artigo faz parte de um estudo que deu origem ao trabalho de conclusão do curso de pedagogia intitulado “Tecendo letras e mulheres prendas: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839–1889)”.

formando boas esposas e mães. Esse propósito é descrito nos Relatórios dos presidentes da Província.

A missão do magistério feminino é mui alta, pois que lhe cabe são privativamente *desenvolver a 50arth5050ente50, e formar o coração das futuras mães de família*: se não fôr perfeita a educação das mestras, se seus sentimentos religiosos, e seus 50arth5050ent de moral não 50arth os mais puros e rectos, que sentimentos e 50arth5050ent poderão ellas inspirar às suas alumnas? (SANTOS, 1862, p. 1-13, grifos nossos)

No Ato Adicional de 1834, determinou-se que ficaria a cargo das Províncias legislar sobre a instrução pública e organizar os meios de provê-la. No Relatório do presidente de Província de 1862, afirma-se que a educação e a instrução da infância eram vistas como fontes de progresso e “o mais nobre empenho dos governos” (SANTOS, 1862, p. 53). Com essa determinação, a Província do Rio de Janeiro estabeleceu leis, decretos e regulamentos a fim de promover a melhora da instrução e o aumento do quantitativo de pessoas escolarizadas.

Ao longo dos anos podemos perceber que houve um aumento paulatino no número de escolas de meninos e de meninas pela Província fluminense. Com isso, o objetivo deste artigo é compreender e refletir sobre o processo de escolarização de meninas e o magistério feminino no município de Magé entre 1840 e 1889.

Para alcançarmos este objetivo, utilizamos como aportes teórico-metodológicas contribuições de Jacques Revel e seu conceito de Jogos de Escalas (1998) com o objetivo de entender a articulação entre o local e o global; Faria Filho (2009) acerca do uso da região como unidade e posição de análise; o conceito do fio do nome de Ginzburg e Poni (1991) para investigarmos as trajetórias docentes; e Vidal (2010) com o conceito de docência como experiência coletiva que compreende a docência como resultado que os indivíduos realizam no interior da cultura que podem ser coletivas ou individuais.

Para isso, usamos como fontes o *AlmanakLaemmert* publicado entre 1844 e 1889, os Relatórios dos Presidentes da Província, legislação provincial, a imprensa periódica disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, certidões de batismo, casamento e óbito disponíveis no site FamilySearch.

Magé e a instrução feminina pública: entre a fábrica, biblioteca e escolas

Magé é atualmente um município do estado do Rio de Janeiro situado numa região conhecida como Baixada Fluminense. Segundo Almeida (2009), a Baixada Fluminense designa uma série de municípios que, de acordo com o objetivo das pesquisas, pode relacioná-la a uma área mais próxima ao entorno da Baía de Guanabara ou ainda, a uma extensão que abranja municípios mais distantes.

Conforme podemos analisar no mapa a seguir, Magé dispunha de uma posição expressiva para a logística e ocupação territorial da Província. Era uma região produtora de mandioca, farinha, milho, feijão e cana-de-açúcar (ALONSO, 2000), com diversas estradas, rios e portos para realizar o escoamento da produção até a Corte. Ao longo do período analisado neste artigo, o referido município sofreu mudanças político-administrativas que repercutiram em seu território. Com isso, consideramos no processo de pesquisa as seguintes freguesias mageenses: Nossa Senhora da Piedade, São Nicolau de Suruí, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora Aparecida, Santo Antônio de Paquequer e Santo Antônio de Sapucaia.¹⁷

¹⁷Em 1874, Sapucaia é elevada a Vila. Com isso, seu território é desmembrado de Magé e leva junto a freguesia de Nossa Senhora de Aparecida. Para saber mais a respeito, ler Ottero (2017, p. 20).



Imagem 1 – Localização do município de Magé na Província Fluminense em 1872. Fonte: CIDE, 1989, citado por Chrysostomo (2006). Destaque em lilás nosso sinaliza a localização de Magé em 1872.

Nas fontes analisadas, encontramos a presença da Fábrica de Tecidos de Santo Aleixo, que foi estabelecida em 1848 e considerada primordial para o desenvolvimento da Província. A fábrica foi citada por diversos presidentes da Província em seus relatórios, que fizeram referência a duas escolas de instrução primária instaladas em suas dependências.¹⁸ A preocupação com a instrução dessas crianças trabalhadoras pode refletir a preocupação de formação voltada para o trabalho. Com isso, podemos inferir que a fábrica estabeleceu-se como espaço de ensino das primeiras letras e do ofício associando à aprendizagem de comportamentos disciplinares, de moralidade e civilidade.

Outro empreendimento promissor em terras mageenses foi a criação de uma biblioteca particular: o Gabinete Mageense de Leitura. O relatório do desembargador Bernardo Avelino Galvão Peixoto, de 1882, registra que as bibliotecas “[...] são fôcos de instrução que cooperam vantajosamente para a 52arth5252ente; são complementos da escola; é necessário dar que lêr aos que aprenderam a leitura” (PEIXOTO, 1882, p. 326).

¹⁸ Fonte: *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1860, p. 130.

Com essa premissa, o gabinete realizava empréstimo de livros à população leitora de Magé. Mas qual era a taxa de alfabetização no município? Segundo o Recenseamento de 1872, cerca de 86,9% da população era analfabeta. O quadro a seguir representa o quantitativo populacional em cada freguesia, bem como o número de crianças de 6 a 15 anos que frequentam a escola.

Quadro 1 – Dados sobre a instrução em Magé dividido entre freguesias

Freguesias	População	Alfabetizados	Analfabetos	Frequentam escolas	Não frequentam escolas	Professores e homens das letras
Piedade	5.794	1.346	4.448	279	631	10
Aparecida	5.382	445	4.937	65	317	2
Guapimirim	7.311	744	6.567	159	833	1
Suruí	2.175	255	1.920	53	244	3
Teresópolis	3.457	375	3.082	81	384	5
Sapucaia	3.172	390	2.782	175	347	13
Total	27.291	3.555	22.199	812	2.756	34

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados do Recenseamento do Brasil em 1872.

Destacamos que no número de alfabetizados de Suruí e Sapucaia há um escravizado alfabetizado em cada localidade. Ao analisarmos apenas os dados dos que frequentavam a escola, temos 812 crianças, sendo 317 meninas e 495 meninos. E dos 2.756 que não frequentavam a escola, 1.335 eram meninas. Com isso, podemos perceber que o quantitativo de meninas que frequentavam a escola era menor do que o quantitativo masculino da mesma faixa etária. Todavia, esse registro estatístico demonstra a possibilidade de as meninas mageenses frequentarem as escolas criadas ao longo dos anos.

Criação das escolas femininas: entre a legislação e a prática

Pela Deliberação de 30 de agosto de 1833, foi criada no município a primeira escola pública na freguesia de Piedade para atender aos meninos. No entanto, o primeiro registro de escola feminina surge em 1840, quando aparece o registro que “ainda não estão providas, mas consta-me haver quem as pretenda, a de Magé, creada por deliberação do governo provincial de 21 de agosto do próximo findo [1839]” (SOUZA, 1840, p. 16).

Apesar de ter sido criada em 1839, a escola feminina localizada na freguesia sede de Piedade foi provida em 1840 quando a professora Luiza Augusta de Menezes foi nomeada e tomou posse. Essa diferença de tempo entre a criação, o provimento e o início efetivo da escola era um fato corriqueiro na Província fluminense. A segunda escola feminina foi criada doze anos depois, em 1851, e estava localizada na freguesia de Suruí.

A criação das escolas aconteceu lentamente. No entanto, os relatórios dos presidentes da Província registraram um aumento significativo no número de escolas femininas nos anos 1870. Esse fato está diretamente relacionado ao Decreto Provincial 1.470, de 3 de dezembro de 1869, que

[...] creou uma escola para o sexo masculino e outra para o sexo feminino nas freguesias, que ainda estão privadas deste elemento de 54arth5454ente, devendo ser providas logo que possuam ter mais de 14 alumnos de frequencia (MACEDO, 1870, p. 21 e 22).

Ao estabelecer a criação de escolas masculinas e femininas em todas as freguesias, esse decreto proporcionou uma elevação no número das escolas de meninas. A maioria das freguesias já contava com uma escola masculina. Ao final da década de 1870, Magé contava com oito escolas públicas para meninas. E na década de 1880 criaram mais duas escolas públicas femininas. Ou seja, o crescimento no número das escolas mageenses está em consonância com o que ocorria na Província fluminense. Munhoz (2018) salienta que a ampliação da instrução de meninas estava ligada à relação entre a escola e os padrões de gênero da sociedade do século XIX. Com a criação das escolas, mulheres foram designadas a assumir a cadeira da instrução em Magé. Ao longo da pesquisa, localizamos 29 que atuaram na instrução feminina¹⁹ – 25 na instrução pública e cinco em colégios particulares. Na quadro a seguir registramos os nomes destas mulheres e as freguesias de atuação.

Quadro 2 – Professoras públicas que atuaram em Magé por freguesia

¹⁹Uma mesma mulher atuou como professora pública e particular. Por conta disso, aparece nos dois quantitativos.

Nº	Freguesia	Professoras ²⁰	Anos de atuação
1	N. Sra. Da Piedade	Luiza Augusta de Menezes	1842–1868
		Eurydice Eufrosina Penalta	1869–1870
		Candida Francisca da Costa e Silva Candida Francisca da Costa Lopes	1871–1883
		Anastacia Maria Desoudim *	1881–1883
		JacinthaTheresa Soares Medella **	1884
		Virginia Maria da Silva Weingartner **	1885–1889
		Isabel Francisca da Costa Medenilha	1873–1882
		Amelia Honorata da Matta	1884–1885
		Joanna Rosa de Magalhães **	1886–1889
		Claudina Custodia Ribeiro Baptista	1874–1875
		Eliza Neomisia da Silveira	1876–1889
		Minervina Laura Moreira Guimarães	1884–1886
		Maria Isabel Védova **	1887–1889
Leopoldina Cordovil de Siqueira **	1886–1889		
2	São Nicolau de Suruí	Rita Maria da Conceição Teixeira **	1856

²⁰As professoras marcadas com um * apareceram apenas no *AlmanakLaemmert*, enquanto as marcadas por dois ** foram mencionadas somente nos Relatórios dos Presidentes da Província. As docentes que estão sem asterisco aparecem em ambas as fontes. Ressaltamos que o nome de algumas mulheres se repete por terem atuado em duas freguesias ao longo do ofício docente em Magé e os anos de atuação registrados referem-se à aparição nas fontes.

		Veridiana Maria da Silva *	1859
		Alexandrina Ferreira Fraga	1859–1860
		Minervina Laura Moreira Guimarães	1861–1882/ 1887– 1889
		Felicia Hansen Trindade	1884–1886
3	Santo Antônio do Paquequer	Raquel Maria de Freitas	1871–1872
		Clara Eugenia Bastide da Costa	1874–1876
		Rosa Branca Bandeira de Souza	1883
		Luiza Alves de Azevedo	1884–1887
		Romana Augusta Barradas Muniz **	1889
4	Santo Antônio da Sapucaia	Bárbara Maria Julia de Moura Ruas	1872–1876
5	N. Sra. D’Ajuda de Guapimirim	Luiza Alves de Azevedo	1874–1876
		Clara Eugenia Bastide da Costa	1884–1889
6	N. Sra. Conceição de Aparecida	Maria Emilia Leal Collares **	1874

Fonte: Pereira (2020, p. 48 e 49).

Destas, localizamos que apenas oito frequentaram a Escola Normal de Niterói. A possibilidade de mulheres frequentarem as escolas normais foi estabelecida a partir da década de 1860 e 1870 (VILLELA, 2000). Os relatórios sinalizam que o número de mulheres matriculadas na Escola Normal foi ampliando ao longo dos anos. “Têm sido matriculados no primeiro ano do curso da Escola Normal, desde a sua abertura até o ano de 1867 inclusive, 39 alunos e 48 alunas.” (TAQUES, 1868, p. A-12). Para Uekane (2007),

[...] o aumento gradual de mulheres no quadro docente, a procura feminina pela Escola Normal, dentre outros fatores modificou as representações acerca desta ocupação. Estes números apontam para um processo que vinha se firmando no final deste século em diversas províncias do Império, o da feminização do magistério primário (p. 4).

Antes da possibilidade da Escola Normal, Couto Ferraz instituiu o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1849, que, entre outras medidas, instaurou a “formação pela prática”. Esse tipo de formação instaurou que o aluno aprendiz, nomeado professor adjunto, aprenderia o ofício docente com um professor mais experiente.

Os relatórios e os impressos destacam que essas professoras, independentemente da via de formação, passaram por dificuldades na implantação de suas escolas. A baixa frequência era um fator de preocupação das autoridades provinciais e que estava diretamente ligado à legitimação da escola como ambiente difusor da instrução. As fontes nos revelam que a escola era um ambiente novo e frequentá-la não fazia parte do dia a dia dos meninos e meninas fluminenses.

Além das reclamações periódicas sobre a frequência dos estudantes, encontramos reclamações sobre a falta de repasse dos ordenados das professoras, atraso no custeio da escola, no aluguel da casa. As situações citadas prejudicavam o andamento da escola, bem como as condições de sustento das professoras que ali exerciam seu ofício. Outro fator citado de modo recorrente são os pedidos de licenças das docentes que variavam de um mês até um ano. Além disso, ao longo do período analisado percebemos a movimentação regular de professores pelas freguesias fluminenses. As remoções, que podiam ser obrigatórias ou a pedido, e as permutas eram formas utilizadas pelos mestres e mestras para conseguir atuar em localidades com melhores condições de vida ou próximo da família.

Professoras e poetisas: atuação na instrução de meninas mageenses

Entre todas as professoras encontradas durante a pesquisa, escolhemos dar destaque a duas com trajetórias marcantes no município de Magé: Luiza Augusta de Menezes e Minervina Laura Moreira Guimarães. Essas duas mulheres atuaram desde a nomeação até a jubilação em Magé e destacaram-se também como poetisas.

Luiza Augusta de Menezes tomou posse como professora pública em 1840 aos 16 anos, enquanto a legislação estabelecia que somente maiores de 21 anos poderiam assumir um cargo docente. Apesar da longa trajetória docente encerrada com a jubilação em 1868, não encontramos menções na imprensa periódica no período do início do seu ofício como professora pública.

No entanto, alguns anos antes da jubilação de Luiza, o relatório de Soares (1864, p. A-18) destacou que ela era “uma professora assídua e zelosa” e que “suas discípulas, porém não são em grande número e nem assíduas”. Em 1864, juntamente com o professor Sebastião de Macedo Campos Pessoa, exerceu a função de examinadora da professora particular Virginia Maria Leal de Abreu, que pretendia abrir uma escola particular em Magé. Luiza Augusta exerceu a função de examinadora dos trabalhos com agulha, como previsto no Regulamento de 1849.

Em 1892, o jornal *O Paiz*²¹ publicou uma nota de comemoração ao aniversário dela, em que destacava que a professora “cultivou a poesia bucólica com grande naturalidade e fez charadas geográficas e históricas muito apreciáveis”. Apesar da afirmação do periódico, ainda não encontramos nenhuma obra da mestra. No entanto, a professora aparece como subscritora do livro *Ramalhete poético do Parnaso italiano*, oferecido a Dom Pedro II e sua esposa D. Theresa Cristina. Luiza foi uma das poucas mulheres a estar no seleto grupo de subscritores, o que nos indicia que seus pertencimentos sociais podem ter favorecido esse acontecimento.

Luiza pode ter iniciado seu contato com a literatura por meio de seu pai, José Augusto de Menezes. Menezes era “cirurgião formado pela antiga escola médico-cirúrgica da Côrte, distinto⁵⁸arth⁵⁸58e, poeta e conhecedor de várias línguas” (BLAKE, 1870, p. 323). A citação anterior revela que o cirurgião era homem dedicado à literatura e à escrita de poesias, fator que pode ter exercido influência na vida de Luiza. Além disso, atuou como professor de Latim na freguesia de Piedade juntamente aos primeiros anos de

²¹ Fonte: Jornal *O Paiz*, 3 de maio de 1892, p. 2

docência de Luiza. A professora pode ter aprendido mais sobre o ofício docente no collegio de seu pai descrito na citação acima. A participação de José como político fluminense pode ter sido um facilitador para a criação de escolas de meninas na localidade e para tornar sua filha professora antes da idade legal estabelecida. Pelos registros dos periódicos, Luiza permaneceu em Magé até 1896, ano de seu falecimento.

A professora Minervina Laura Moreira Guimarães dedicou-se à atuação com meninas em duas freguesias: a de São Nicolau de Suruí e de Nossa Senhora da Piedade. Sua nomeação como docente ocorreu em 1860, data que também marca o início das aparições nos periódicos. Minervina atuou em Suruí de 1860 a 1882, e a relação entre ela e a freguesia de Suruí parece ultrapassar os vínculos do ofício.

A escola feminina passou por adversidades por conta da situação grave encarada em 1864, quando Suruí enfrentou uma epidemia de sarampo e uma endemia de febre paludosa. Isso quase motivou o completo abandono da escola feminina e masculina de Suruí. No entanto, o jornal *Correio do Brazil* registra em 20 de outubro de 1872 (p. 2) que a escola de Minervina “é freqüentada por mais de 20 meninas diariamente que bem provam o cuidado e desvelo que lhes prodigaliza sua hábil e bem quista professora”.

Apesar da situação difícil vivida na referida freguesia, em 1882, Minervina foi removida para a freguesia de São José do Bom Jardim em São João do Príncipe. Porém, dias após a remoção, o jornal *O Fluminense* divulgou que a professora pediu para ser removida para a localidade de Sodré, em Magé. A remoção para São João do Príncipe ficou sem efeito. Com seu pedido aceito, a docente passa a atuar em Sodré de 1882 a 1886. E quando há a vacância da cadeira de Suruí, ela retorna a sua escola de origem em 1887. Em Suruí permanece até sua jubilação em 1892.

Além disso, Minervina destaca-se nos periódicos pela escrita de poesias. Durante a pesquisa, pudemos localizar dois periódicos que publicaram suas obras: *Correio Commercial: Órgão do Commercio da Lavoura* e *A Luz: Publicação Semanal*. No primeiro jornal encontramos o poema “Soneto”, em 1879; já no segundo, que era dedicado à literatura e instrutivo, localizamos: “Súplica”, “Não sou poetiza!”, “Ao meu anjo da guarda” e “Juventude”, publicados nesse jornal entre 1872 e 1873.

Tanto Luiza quanto Minervina atuaram no ensino de meninas mageenses, mas também utilizaram a escrita como manifestação das concepções de mundo que traziam, revelando-nos, que, apesar das restrições, as mulheres do século XIX utilizaram a escrita como estratégia de resistência (GUIMARÃES, 2011, p. 86), ampliando suas participações no mundo letrado para além do ofício de ensinar a ler e escrever. Ambas as docentes permaneceram toda a sua trajetória em Magé, dedicadas ao ensino das meninas mageenses. E apesar das dificuldades de custeio de escolas, de material, de ordenados, contribuíram para o avanço da escolarização de meninas na localidade.

Considerações finais

A história da educação da Baixada Fluminense vem sendo alvo de estudos ao longo dos anos com ênfase em diversas temáticas. O presente estudo apresenta-se como uma tentativa de contribuição para a história da educação desse território, de forma que possamos compreender as origens do processo de escolarização em Magé e refletir sobre ou verificar como esse processo ocorreu em outras localidades e estabelecer uma comparação.

A educação feminina, por ser pensada na formação de boas esposas e mães, corroborou os padrões de gênero estipulados pela sociedade. Com isso, no mundo do trabalho, as mulheres foram associadas a profissões que remetiam ao cuidado e à proteção. E assim, ingressaram na docência de meninas no século XIX. O magistério tornou-se uma função atrativa e possível para as moças ao mesmo tempo que as medidas provinciais para a expansão das escolas femininas eram pensadas.

Em Magé, a escolarização de meninas inicia-se timidamente em 1840, e ao longo dos anos o número de escolas e de professoras transitando por elas aumentou. O que significa que mais meninas foram atendidas na localidade. No século XIX, antes da instituição das escolas mistas, as mulheres somente poderiam lecionar para meninas. Com essa premissa, o crescimento do número de escolas no município reverberou no aumento do quantitativo de mulheres atuando no magistério em Magé.

Dessa maneira, a instrução e o magistério feminino estão interligados. As professoras formadas pela Escola Normal ou pela prática sofreram com atrasos nos

orçamentos, as péssimas condições locais, remoções. E apesar dessas dificuldades, duas professoras se destacam no ensino das meninas e na escrita de poesias, demonstrando que as professoras poderiam ir além do magistério e ter uma relação com a escrita para além do ensino-aprendizagem.

Estudar a história da educação feminina em Magé traz a possibilidade de conhecer o nome das mestras que colaboraram para o aumento da instrução feminina na região, conhecer as localidades onde estavam estabelecidas as escolas e as relações sociais entre os sujeitos locais e as professoras. A educação participa da construção da história de um povo, de uma localidade. O estudo traz visibilidade para a instrução feminina, destacando essas mulheres como formadoras de outras docentes, poetisas e escritoras, e colaborando para a representação de professoras atuantes na sociedade.

Referências bibliográficas

- ALMANAK LAEMMERT. *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1844-1889*.
- ALMEIDA, Tânia Amaro. Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, ano 8, n.9, p. 7-9, maio de 2009. Disponível em: http://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_08_n09_maio_2009.pdf . Acesso em: 3 março de 2021.
- ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Ed. Do Autor, 2000.
- BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. V. 14. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/22> Acesso em: 25 março de 2020.
- BRAZIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*.
- BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm. Acesso em 4 de março de 2021.
- CRHYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Ideias em ornamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na Província do Rio de Janeiro*. 507p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional – Instituto de Pesquisa e planejamento urbano e regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação e história regional: experiências, dúvidas, perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska C. P.;

- ALVES, C.; GONDRA, J.; NACIF, L.; BONATO, N. (org.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Ed. UFF, 2007, p. 57-66.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1991, p.169-178.
- GUIMARÃES, Roberta. *Mulheres precursoras na educação: histórias de professoras e professores primários na capital do Império*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
- MACEDO, Diogo Teixeira de. *Relatório apresentado ao Exmo. Vice-presidente da província do Rio de Janeiro, o sr. Desembargador Manoel José de Freitas Travasso pelo ex-presidente desembargador no dia 5 de maio de 1870*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1870, p. 21 e 22.
- MUNHOZ, Fabiana. *Invenção do magistério público feminino paulista: mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860)*. 2018. 307f. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OTTERO, Luiza Coutinho. *Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875 – 1888)*. Dissertação em História. 2017. 107f. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.
- PEIXOTO, Bernardo Avelino Galvão. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de 1882 pelo presidente o Desembargador*, 1882, p. 326.
- PEREIRA, Kimberly Araujo Gomes. *Tecendo letras e mulheres prendadas: a urdidura da escola primária e do magistério feminino em Magé no período do Império (1839- 1889)*. 2020. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SANTOS, José Norberto dos. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima-quinta legislatura no dia 8 de setembro pelo vice-presidente da mesma província*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 53, S1-13.
- SOARES, João Crispiano. *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima quinta legislatura no dia 9 de outubro, pelo presidente da mesma província*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1864, p. 21.
- SOUZA, Paulino Soares de. *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Sousa na abertura da primeira sessão da terceira legislatura da Assembleia provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa*

para o ano de 1840 a 1841. Niterói: Typographia de Amaral & irmão, 2ª edição, 1851, p. 16

TAQUES, Benvenuto Augusto de Magalhães. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima-oitava legislatura no dia 15 de outubro de 1868 pelo presidente da mesma província*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1868, p. A-12.

UEKANE, Marina Natsume. Mulheres em sala de aula?: um estudo acerca da feminização do magistério primário na Corte (1879-1885). In: XXX. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2007, Caxambu. ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Timbauba: Espaço Livre, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. A docência como uma experiência coletiva: questões para debate. In: DALBEN, Ângela; EITERER, Carmen Lúcia; DINIZ, Júlio; DUARTE, Adriana (org.). *Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores e trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 711-731.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL VISUAL: ARTE, PATRIMÔNIO CULTURAL E “MADONNARO”

Marcelo Amaral Coelho

Educandário São José, Itaguaí (RJ)

Fábio Ricardo Reis de Macêdo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ)

Este trabalho tem por finalidade apresentar uma proposta de educação patrimonial visual a partir do anteprojeto escrito por Mário de Andrade, em 1936, para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional ou simplesmente Span (IPHAN, 2002), pensando, dessa maneira, uma educação que pretendesse a fruição do patrimônio cultural também através da arte. No estudo preparatório de um projeto que viesse a consolidar o patrimônio cultural nacional, o poeta e estudioso da cultura brasileira estabeleceu que a Arte seria o seu conceito estrutural. Um conceito pautado pela interdependência entre o material e o imaterial – isso 52 anos antes do que definiu a Constituição Federal quanto ao que seria patrimônio cultural (BRASIL, 1988).

Quanto à arte patrimonial, a condição para que obras de arte fossem consideradas patrimônio nacional era a sua inscrição em um dos quatro livros de Tombo. O Tombamento era o recurso jurídico estabelecido para reconhecimento, proteção e conservação dos bens artísticos nacionais. Eis os livros do Tombo: Arqueológico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas. Dentro dos livros de Tombo constavam oito categorias para classificação das obras de arte patrimoniais: Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular; Arte histórica; Arte erudita nacional; Arte erudita estrangeira; Artes aplicadas nacionais; e Artes aplicadas estrangeiras.

O museu, uma responsabilidade do Governo Federal, seria o local de exposição dessas obras e espaço de educação artística pública. Isso porque, segundo Andrade (2002, p. 279), havia uma questão inquietante, a “pouca preocupação com a educação pela imagem”, a mesma que move o presente trabalho.

O anteprojeto andradiano propicia pensar a pintura e suas reproduções como oportunidades de educação pela imagem. Por sua vez, no ambiente de educação formal, a experiência em sala de aula aponta que ainda hoje perdura o problema levantado por Mário de Andrade (2002) quanto ao descaso para com uma educação pela imagem. A imagem enquanto texto visual é pouco explorada em sala de aula. É então que se pode estabelecer os direcionamentos para uma educação patrimonial visual. Sendo essa

modalidade de Educação ao Patrimônio uma demanda por nós desenhada quando das pesquisas no mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS/UFRRJ). Uma educação que tenha no patrimônio cultural pictórico fonte primária e em suas reproduções uma evidência disponível de conhecimento. Entendo, assim, que o ensino-aprendizagem através da imagem ainda é “[...] o sistema talvez mais percuciente de educação” (ANDRADE, 2002, p. 279). Isso considerando o contexto da cultura visual em que estamos imersos.

Para Mário de Andrade, a Arte era o que deveria balizar o tombamento do que seria considerado patrimônio cultural brasileiro. Tanto que ele utiliza a expressão “Patrimônio Artístico Nacional” que, para além do nome do órgão gestor do patrimônio cultural brasileiro, é mencionado quinze vezes no texto original. Embora o texto deixe transparecer uma preocupação estética para o tombamento, não se pode negar a visão ampliada de Mário de Andrade ao contemplar não somente os bens materiais, mas também os imateriais e naturais. Isso porque, para o intelectual paulista, a Arte era uma palavra que não cabia dentro dela: “Arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos.” (ANDRADE, 2002, p. 278-279)

Em meio a isso, a pintura figura como obra de arte patrimonial. Segundo o pensamento andradiano as pinturas deveriam ser patrimonializadas, senão pela sua qualidade estética, por seu valor histórico. As obras de arte patrimoniais inscritas no Livro de Belas Artes deveriam ser expostas nos museus “[...] para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal” (ANDRADE, 2002, p. 277). Considerando o museu um espaço de “[...] caráter essencialmente pedagógico” (ANDRADE, 2002, p. 279), o poeta parece considerar a exposição da obra de arte uma oportunidade de educação ao patrimônio. O que pode ser desenhado como uma educação patrimonial de ordem visual. A recomendação da criação de uma revista, elemento de “força cultural”, em que viriam “gradativamente reproduzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio artístico nacional” (ANDRADE, 2002, p. 279), parece reforçar o investimento em uma educação patrimonial visual que preenchesse a lacuna na educação pela imagem por meio da reprodução e seu aspecto imaterial.

Assim, considerando o limitado desenvolvimento de uma educação pela imagem, conforme sinalizada por Mário de Andrade, e a possibilidade de educação ao patrimônio a partir de pinturas, o uso da reprodução da obra de arte em sala de aula se faz imprescindível. Como dito por Ana Mae Barbosa (1988), na impossibilidade de levar o artista e sua obra à sala de aula, a reprodução de sua obra é uma alternativa indispensável. A utilização da reprodução em sala de aula abre espaço, entre outras possibilidades, para o aprendizado de conhecimentos artísticos (linha, cor, planos, texturas, composição etc.) e reflexões quanto ao patrimônio cultural. Isso considerando a reprodução da obra de arte como evidência disponível do patrimônio cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Então, tal consideração aponta que, nas ações de educação ao patrimônio,

O objetivo mais importante é aquele de encorajar os jovens a se apropriarem de modo racional e criativo de um monumento histórico, de tradições, de um objeto exposto em um museu ou de um outro objeto ou lugar (DE TROYER, 2005, p. 22; tradução livre).

A exploração da reprodução da obra de arte em sala de aula deve ter por finalidade uma espécie de familiarização com o patrimônio cultural. Para a professora Teresinha Sueli Franz (2001), a reprodução de obras de arte nas mídias contemporâneas tem popularizado algumas obras de arte. No entanto, na prática, não houve uma democratização de acesso cultural. Isso porque, no entendimento de Franz (2001), se deu uma confusão em que o contato com a reprodução superou a experiência com o original. É quando Franz (2001) defende uma educação em arte centrada em um processo de familiarização que implica a percepção, o pensamento e a apreciação. A familiarização é um primeiro contato com a obra de arte através de sua reprodução – o que não deve substituir o contato com o original. A escola é responsável por esse primeiro contato de forma a estimular interesse, reinterpretações e pertencimento. Através do trabalho com a reprodução em sala de aula enquanto objeto de familiarização, pode-se proporcionar a inclusão democrática e social ao patrimônio cultural.

Esse trabalho com a reprodução de obras de arte pode ainda se valer da pedagogia por projetos. De Troyer utiliza essa pedagogia em *Patrimonioculturale in classe* (2005). A professora holandesa orienta que os projetos sejam curtos e concisos. A opção por se

trabalhar com projetos é coisa séria: “Os projetos sobre o patrimônio não são uma forma opcional de ‘turismo’; em vez disso, constituem um bom meio para alcançar objetivos extracurriculares.” (DE TROYER, 2005, p. 50, tradução livre) Um projeto de educação ao patrimônio deve ter uma cadência própria e contextual. Nesse sentido, De Troyer (2005) compara um projeto a um trem. Na estação de partida são definidas as competências a serem adquiridas; o trajeto traz consigo o caminho a ser percorrido para essa aquisição a partir do currículo dos temas transversais e dos objetivos pedagógicos (aprendizagem, compreensão etc.); o combustível são os recursos pedagógicos (reproduções, informática, espetáculos, entrevista etc.); e destino final (site, exposição, revistas e outros).

A cadência sinalizada por De Troyer (2005) está em conformidade com as metodologias estabelecidas para as ações de educação ao patrimônio. Inicialmente, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) estabeleceram quatro etapas nessa metodologia: observação, registro, exploração e apropriação. A observação teria por objetivo a estimulação da percepção; o registro, por sua vez, funcionaria como um memorial; a exploração, em caráter interdisciplinar, impulsionaria a reflexão; e a apropriação representaria a vivência com o patrimônio cultural. Ainda em uma comparação com a Abordagem Triangular (BARBOSA, 1989), esta embasada sobre o tripé história da arte-contextualização-prática artística, a observação e o registro corresponderiam ao conhecimento da história da arte/patrimônio cultural; a exploração delimitaria a contextualização da arte enquanto patrimônio cultural; e a apropriação daria conta das ações práticas de arte como vivência do patrimônio cultural.

É então que, considerando uma pedagogia por projetos desenhada a partir da junção das metodologias de Educação Patrimonial e da Abordagem Triangular, se pode falar de uma Educação Patrimonial Visual. Assim, a leitura de imagem (BARBOSA, 2005) constitui um caminho para a educação patrimonial visual. No momento da apresentação da imagem se deve proceder, sucessivamente, às análises: descritiva, técnica, formal e crítica. A análise descritiva corresponde ao que pode ser visualizado na imagem. Quanto à análise técnica, é feita a partir dos dados, ou seja, a identificação do título, técnica, ano de produção, artista, medida, acervo etc. Já a análise formal compreende o estudo dos

elementos visuais (linha, cor, forma etc.) presentes na obra. E, por fim, a análise crítica compreende a releitura da obra, incluindo o seu entorno e suas relações.

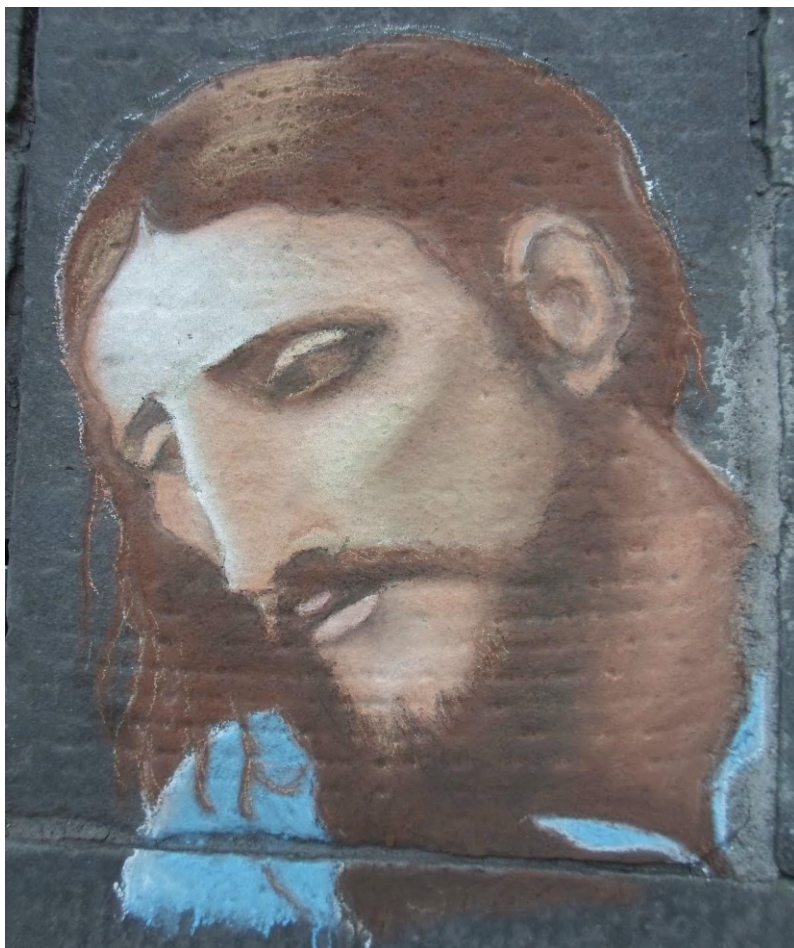


Figura 1 – COELHO, Marcelo A. Cabeça de Cristo (2013). Giz pastel e carvão. Verona (Itália).

Foto: Acervo pessoal.

No processo de releitura, a educação patrimonial visual pode proporcionar a experiência artística e a fruição do patrimônio cultural. “Na releitura há transformação, interpretação e criação com base em um referencial: o texto visual que pode estar explícito ou implícito no trabalho final do aluno.” (RIZZI, 2003, p. 69). A reprodução da obra de arte funciona como referencial para uma prática de educação patrimonial visual repleta de sentidos, reflexões e significações. Evitando, assim, a releitura como “praga escolar”, conforme uma autocitação de Ana Mae Barbosa, em 2006, para aquelas práticas expressionistas sem nenhuma consideração da reprodução como referência. Esse um processo de ressignificação do patrimônio cultural que Fonseca (2005) define como

“ressemantização”: a dimensão da “mutabilidade de significações e valores atribuídos” e a “multiplicidade de significações e valores atribuídos” (p. 44). A releitura com prática de ressemantização do patrimônio cultural deve vir fundamentada, depois da leitura da imagem, em um processo dinâmico de pesquisas conceituais, análises formais, levantamento de materiais, estudos preparatórios, desenho final e exposição.

A partir dessa metodologia preconizada para uma educação patrimonial visual como educação pela imagem é apresentado o *madonnaro* como ferramenta pedagógica. O *madonnaro* é uma técnica de desenho surgida em Veneza (Itália), no século XVI, a partir do uso de materiais efêmeros (cacos de tijolos, carvão e gesso) sobre o chão. Pode-se dizer que o *madonnaro* é sustentado por três princípios: a temática religiosa, a materialidade efêmera e o chão como suporte. O termo remete ao fato de aqueles primeiros “artistas” (os *madonnari*) desenharem madonas à frente das igrejas durante as festas religiosas. Inicialmente vistos como mendicantes, os primeiros *madonnari* viviam das ofertas dispendidas pelos fiéis sobre os desenhos no chão. Nos anos 1950, os estudantes da Academia – instituição responsável pela formação do artista – se interessaram pela prática artística de rua. Desse intercâmbio, os estudantes aprendem uma nova técnica e ao *madonnaro* são integrados novos temas. A partir daquele momento, temas da história da arte passam a figurar no chão desenhados com materiais efêmeros (COELHO, 2015).

Não demora para o *madonnaro* alcançar notoriedade. No início dos anos 1970, passam a ser organizados encontros de artistas *madonnari* pela Itália. O primeiro desses encontros se deu na aldeia Grazie, em Curtatone, na província de Mântua. O evento acontece até os dias de hoje. Nos anos 1980, com a participação de artistas estrangeiros, o *madonnaro* ganhou o mundo e conferiu mais força cromática à prática com a inclusão do giz pastel. Hoje a técnica também é conhecida como “Arte de Estrada”. Aquela técnica mais antiga, fortemente caracterizada por sua paleta reduzida por conta do material empregado e tema religioso, passou à história como *madonnarostorico* (NALIN, 1982; NAALIN, 2000).

O *madonnaro* na escola proporcionou muitas experiências positivas. Desde 2014 a técnica vem sendo utilizada na escola como ferramenta pedagógica. Já se desenvolveu atividades pelos chãos de escolas públicas e particulares em Itaguaí, Valença, Seropédica

e Mangaratiba. Trata-se de uma técnica artística bastante viável: é econômica, sustentável e não danifica o espaço físico. Naquelas ocasiões os(as) alunos(as) tiveram a oportunidade de estar em contato com reproduções de obras de arte como referenciais para suas criações.

O procedimento sempre seguiu aquele mencionado acima: leitura de imagem, processos de criação e produção do *madonnaro* – não necessariamente nessa ordem. Os projetos realizados com aqueles alunos e alunas consistiam em um primeiro momento no qual se dava uma apresentação do projeto, do *madonnaro* e das possibilidades de reproduções de obras de arte. Depois, dentro de uma proposta dialógica, aconteciam as leituras de imagens. A obra era apresentada aos alunos e alunas com vistas às provocações para a percepção dos elementos artísticos, históricos, sociais, conceituais etc. Em um terceiro momento, os alunos e alunas – em grupos ou individualmente – eram estimulados a realizar seus esboços para a busca da melhor composição que viria a se tornar o desenho preparatório. Feitos os estudos preliminares em sala de aula, cada aluno(a) era direcionado para o pátio da escola onde deveria executar sua obra final, no chão da escola.

A produção do *madonnaro* era o momento mais esperado. Um momento em que o ateliê (produção) e a galeria (exposição) são inseparáveis. A aula fora de sala era algo muito aguardado pelos alunos. Agachados pelo chão o clima era de ludicidade, interações, ressignificações e apropriação do espaço. A dinâmica de inclusão era inevitável: do aluno(a) para com sua cultura; de todos para com todos da comunidade escolar (discentes, docentes, funcionários etc.); e dos passantes para com os(as) alunos(as) artistas. Em uma das ocasiões, numa escola em Itaguaí, que tinha um espaço físico muito reduzido, os(as) alunos(as) realizaram seus trabalhos próximos ao portão da escola. À medida que vinham buscar os(as) alunos(as) mais novos os(as) responsáveis podiam ver a produção/exposição dos *madonnari*.

Outro relato dá conta de uma experiência vivenciada em uma escola da rede particular de Seropédica. Naquela ocasião, ocorria a ministração de uma aula com *madonnaro* a um grupo de alunos do ensino médio. Todos estavam no pátio desenhando pelo chão. A aula transcorria normalmente quando um aluno do primeiro ano do ensino fundamental se aproximou trazendo consigo a professora. A professora relatara que o aluno, ao ver todos os outros desenhando no chão com carvão, correu a ela e lembrou que

os artistas rupestres também trabalhavam com o carvão, conforme visto em sua aula anterior. Quão potencializador foi ver o quanto aquela aula despertou conteúdos de arte (desenho com carvão) e patrimônio cultural (arte rupestre) na mente daquela criança! Como resultado, na semana seguinte, foi realizada uma aula de *madonnaro* com a turma daquele aluno, um pequeno observador do patrimônio cultural.



Figura 2 – Aluna realizando seu *madonnaro* em Seropédica

Abaixo seguem imagens em que figuram as produções em *madonnaro* no chão da escola. Na Figura 2, uma aluna do primeiro ano do ensino fundamental de uma escola particular em Seropédica experimenta a materialidade do carvão vegetal. Já na Figura 3 aparece a produção de uma turma de 7º ano de uma escola particular de Itaguaí em que possíveis é possível ver as interpretações do patrimônio cultural realizadas pelos(as) alunos(as). Na ocasião, foi explorada a patrimonialidade do local a partir de reproduções, relatos orais e contextualização histórica.



Figura3 – Conjunto de obras (*madonnari*) realizadas por alunos e alunas de uma escola particular em Itaguaí (RJ)

Por tudo o que foi apresentado, acredita-se que uma educação patrimonial visual possa contribuir para minimizar as demandas por uma educação pela imagem. A educação patrimonial visual centrada no contato com a reprodução da obra de arte pode funcionar como familiarização (FRANZ, 2001) com o patrimônio cultural. Não supera o contato com o original, mas proporciona um primeiro contato. Dentro da educação patrimonial visual, o *madonnaro* surge como potencial ferramenta a viabilizar práticas de fruição da arte como patrimônio cultural. Ao dispor sobre o chão a recriação da obra-referência, há a possibilidade de ressemantização do patrimônio cultural (FONSECA, 2005). Nessa ressemantização, a educação patrimonial visual contempla o patrimônio cultural como portador de referências culturais e identitárias das memórias dos diversos grupos que formaram e formam o mosaico da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Indo além e entendendo que a educação pela imagem contempla mais que a obra de arte em si; abrange a sua inserção em um contexto de cultura visual – a obra de arte patrimonial pode vir “exposta” na capa do caderno ou mesmo em uma camiseta. Então, pensar uma releitura das práticas de ensino artístico voltadas a uma educação ao patrimônio na escola implica atender a uma demanda por carência de diálogos entre o professor e a obra/patrimônio cultural; a obra/patrimônio cultural e seus contextos; os contextos e as práticas pedagógicas; as práticas pedagógicas e o aluno; o aluno e a obra/patrimônio cultural; e o professor e o aluno. Um diálogo cujo assunto pode ser a arte como patrimônio cultural pensando as demandas por uma educação pela imagem.

Por fim, mas não menos importante, fica registrada uma definição do que seria uma Educação Patrimonial Visual tendo como referência Horta, Grunberg e Monteiro (1999), IPHAN (2014) e Barbosa (1989): trata-se de um processo educativo permanente e sistemático informal, formal e/ou não formal que tem o foco na compreensão, contextualização e recriação tendo as reproduções de obras de arte como evidência disponível do Patrimônio Cultural, para a compreensão sócio-histórica das referências culturais e desenvolvimento de uma ética de humanização, a fim de colaborar para o reconhecimento, a valorização e a preservação tanto da vida quanto do Patrimônio Cultural.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (fac símile). *Revista do Patrimônio Mário de Andrade*. Organização de Marta Rossetti Batista. Brasília, IPHAN, n. 30, p. 271-287, 2002.
- BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação contemporânea ou culturalista. In: *Anais do XVCONFAEB, 2004: trajetória e políticas do ensino de artes no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte: Brasília: FAEB, 2006, p. 55-63.
- _____. *Arte-educação no Brasil*. S. Paulo (SP): Perspectiva, 1995.
- _____. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. *Estudos Avançados*, v.3, nº.7, São Paulo, set./dez., 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300010>. Acesso em: 27 setembro de 2019.

- _____. Entrevista ao programa *Roda Viva*, TV Cultura. 12 de outubro de 1998. Publicado em 11 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WL9KbV4ifA8>>. Acesso em: 6 de janeiro de 2016.
- BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 de setembro de 2018.
- COELHO, Marcelo A. *Madonnaro: gênero, técnica e linguagem pictórica*. Monografia (Graduação em Licenciatura em Belas Artes) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ). 2015. 167 f.
- DE TROYER, Veerle (org.). *Patrimonioculturale in classe: manuale pratico per gliinsegnanti*. Trad. Gian Paolo Castelli. Antwerpen (Bélgica); Apeldoorn (Holanda): Garant, 2005. Disponível em: <<http://schoolweb1.gemeenschapsonderwijs.be:8101/Files/HereducItaliaans.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. São. Ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 2005.
- FRANZ, Teresinha Sueli. Educação para a compreensão das artes. In: _____. *Educação para a compreensão da arte*. Florianópolis: Insular, 2001, p. 43-87.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Petrópolis: Museu Imperial-DEPROM; Brasília: IPHAN/MinC, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2017.
- IPHAN. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília: Ministério de Estado da Cultura, 2014.
- NAALIN, Felice. *L'arte dei madonnari: Le tecniche del segno e del colore*. Milano: GiuntiDemetra, 2000.
- NALIN, Felice. *I madonnari: Annunciatoridanzianestorie*. Verona (Itália): Edizioni MG, 1982.
- RIZZI, Maria Christina de Souza. Caminhos metodológicos. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 63-70.

PIBID ALFABETIZAÇÃO IM/UFRRJ: A VIVÊNCIA COMPARTILHADA NA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO EM NOVA IGUAÇU EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19¹

Jonatan Fernando da Silva Reis
Bolsista Pibid Alfabetização IM/UFRRJ e graduando em Pedagogia IM/UFRRJ
Joyce Barbosa Ventura Domingues
Bolsista Pibid Alfabetização IM/UFRRJ e graduanda em Pedagogia IM/UFRRJ
Gabrielle Victoria Ferreira de Castro
Bolsista Pibid Alfabetização IM/UFRRJ e graduanda em Pedagogia IM/UFRRJ
Ângela Márcia Tavares de Mattos
Prof. Da Escola Municipal Monteiro Lobato e supervisora do PIBID Alfabetização
IM/UFRRJ
Clézio dos Santos
Prof. Do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e coordenador do subprojeto PIBID
Alfabetização IM/UFRRJ

Introdução

O subprojeto “Ler, escrever e contar: o trabalho com narrativas autobiográficas na Educação Básica” faz parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no período de 2020-2022. Ele foi organizado pelas professoras Adriana Alves Fernandes Costa e JuaciaraBarrozo Gomes, do Instituto de Educação (IE), e pelo professor Clézio dos Santos, do Instituto Multidisciplinar (IM), todos da UFRRJ, e está sendo implementado em dois grupos: um no município de Seropédica e outro no município de Nova Iguaçu, ambos localizados Baixada Fluminense. Neste texto, apresentamos as vivências do grupo Pibid Alfabetização IM/UFRRJ.

¹ Dedicamos este texto à família de Ester Ribeiro Moreira (*in memoriam*), discente de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Nova Iguaçu, que nos deixou precocemente no segundo semestre de 2021.

O Pibid Alfabetização IM/UFRRJ conta com a importante parceria da Escola Municipal Monteiro Lobato, localizada no centro de Nova Iguaçu, e uma equipe composta por 8 bolsistas, 2 voluntários, 1 supervisor e 1 coordenador. Ressaltamos a relevância de manter o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) como um programa que tem se destacado enormemente no campo formativo de novos professores, melhorando e muito suas práticas, especialmente em áreas carentes como a Baixada Fluminense.

Com base em Costa, Gomes e Santos (2019), entre os objetivos do subprojeto do Pibid Alfabetização UFRRJ, destacamos:

- Desenvolver habilidades necessárias à construção de saberes de leitura, escrita e numeracia a partir de narrativas autobiográficas, orais e escritas, dos alunos e alunas que estão inseridos na Educação Básica.
- Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos da linguagem artística para expressar e compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos sobre as narrativas autobiográficas que compõem o universo social e cultural dos alunos.
- Desenvolver práticas que favoreçam o conhecimento e o manuseio da composição do sistema de escrita alfabético de forma prazerosa e significativa.
- Produzir textos narrativos em diferentes linguagens, reconhecendo suas funcionalidades, adequações e contextos de produção.

Os objetivos vão ao encontro de demandas acumuladas no contexto educacional na Baixada Fluminense, que se caracteriza por índices educacionais baixos, questões sociais e de infraestrutura graves, além da carência de novas práticas docentes centradas no cotidiano do lugar.

Nesse contexto, o subprojeto “Ler, escrever e contar: o trabalho com narrativas autobiográficas na Educação Básica” se apresenta de modo ajustado às reais necessidades dos municípios em destaque: Seropédica e Nova Iguaçu.

De acordo com Costa, Gomes e Santos (2019), o subprojeto, metodologicamente, prevê duas frentes principais: a primeira se refere, em geral, a contribuir com a elevação da qualidade do ensino nas redes municipais envolvidas e, em específico, à aprendizagem da leitura, escrita e numeracia, conjunto de conhecimentos que promovem maior inserção

dos sujeitos na comunidade em que vivem e no mundo; a segunda frente se refere ao favorecimento de uma rede de constituição e narrativas autobiográficas que poderão contribuir com os conhecimentos e saberes do alunado na relação com os territórios em que habitam.

Já a segunda frente refere-se ao campo da formação inicial podendo incentivar um trajeto formativo contextual, reflexivo e investigativo de modo que as ações sejam fonte de pesquisa e produção de conhecimentos que orientarão as ações presentes e futuras. Destacamos que o subprojeto encontra um novo desafio em razão da pandemia da covid-19, com a impossibilidade de se trabalhar presencialmente na Escola Municipal Monteiro Lobato. Nesse sentido, reorganizamos nossas estratégias a partir de atividades remotas, reunindo bolsistas, supervisor, coordenador e, em alguns momentos, o coordenador geral do Pibid/UFRRJ e a direção da Monteiro Lobato. Neste momento, a leitura de textos tem nos auxiliado a avançar em nossas atividades. Entre os textos, destacamos Costa, Gomes e Santos (2019); e Soares (1985, 2004, 2014).

O acompanhamento do trabalho dos licenciandos e do professor supervisor se efetiva, principalmente, por intermédio de reuniões semanais de planejamento, estudos e reflexão sobre o que foi vivenciado ao longo do subprojeto na plataforma do Google Meet. No futuro pós-pandemia, também será efetivado por meio das visitas *in loco* à Escola Municipal Monteiro Lobato.

Além disso, também construiremos um blogue em que postaremos, semanalmente, a descrição da atividade desenvolvida, uma pequena narrativa sobre o vivido e uma fotografia que possa expressar o trabalho.

Por fim, utilizaremos uma ferramenta de desenvolvimento de aprendizagem e avaliação do trabalho, que registrará as atividades, denominada “portfólio reflexivo”, que deverá ser construído pelos licenciandos e pelos professores. O uso do portfólio reflexivo corrobora a abordagem desenvolvida por Sá-Chaves (1998, 2000) em diversos trabalhos ao longo da produção sobre o tema que a referida autora produziu. Assim, os portfólios são também aqui entendidos como:

[...] instrumentos de diálogo entre formador e formando(s) que não são produzidos ao final do período para fins avaliativos, mas são continuamente (re)elaborados na ação e partilhados por forma a

recolherem, em tempo útil, outros modos de ver e de interpretar que facilitem ao formando uma ampliação e diversificação do seu olhar, forçando-o à tomada de decisões, à necessidade de fazer opções, de julgar, de definir critérios, de se deixar invadir por dúvidas e por conflitos, para deles poder emergir mais consciente, mais informado, mais seguro de si e mais tolerante quanto às hipóteses dos outros (SÁ-CHAVES, 1998, p. 139-140).

Desse modo, trata-se de dispositivos que deflagram o processo do trajeto de formação, sendo capazes de registrar parte importante do modo como o sujeito construiu suas reflexões e, nesse sentido, “são vistos e utilizados como instrumentos de estimulação do pensamento reflexivo providenciando oportunidades para documentar, registrar e estruturar os procedimentos e a própria aprendizagem” (SÁ-CHAVES, 1998, p. 140). Por isso, não devem conter unicamente atividades que serviriam como exemplos do trabalho desenvolvido (SOUSA, 1998 apud COSTA; GOMES; SANTOS, 2019, p. 6), mas sim de lugar que evidenciaria o percurso de construção da aprendizagem dos educandos.

Nesse sentido, o portfólio carrega questões, anotações, pensamentos, sínteses, indicações de pesquisas, textos construídos a partir das aulas frequentadas, imagens, esquemas. Isto é, ele explicita movimentos de produção do aprender, se configura como instrumento de avaliação e de formação. Sua potencialidade reside no fato de possuir uma fotografia desse trajeto, porém também se desenha como lugar propulsor de aprendizagens a se fazer.

A seguir, contextualizamos a escola-campo e as atividades desenvolvidas até o momento pelo subprojeto do Pibid Alfabetização IM/UFRRJ junto à E.M. Monteiro Lobato.

Escola Municipal Monteiro Lobato: Escola Campo do Pibid Alfabetização IM/UFRRJ

A Escola Municipal Monteiro Lobato está localizada ao lado da Vila Olímpica, na Rua Luiz de Lima, s/nº, no Centro de Nova Iguaçu (veja Figuras 1 e 2). Funciona desde 1948, completando, assim, 73 anos de história em 2021. Está rodeada de residências, pequenas lojas, da Escola Técnica Estadual João Luiz do Nascimento e é próxima à Via Light. A escola tem uma comunidade de 207 funcionários e de 1.732 alunos, sendo

dirigida por uma Diretora Geral (Profa. Simone Pinheiro) e três Diretoras Adjuntas (Profas. Suelen Saragoça, Vânia Alves e Aline Menezes).



Figura 1 – Localização da E.M. Monteiro Lobato
Fonte: Autores, 2021.



Figura 2 – Entrada principal da E.M. Monteiro Lobato
Fonte: <https://emmonteirolobatoon.wixsite.com/meusite>

A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. Atendendo à Lei nº 12.796/2013, que ajusta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) e versa sobre a necessidade de as crianças estarem matriculadas na Educação Básica a partir dos 4 anos de idade, reafirmando a aprendizagem nos primeiros anos de vida, nossa escola recebe crianças de 4 a 5 anos, na Educação Infantil. Funciona com o Ensino Fundamental I e II (6 a 14 anos) para atender à LDB 9.394/96, ampliada com a Lei Ordinária nº 11.274/2006, ampliando a duração do Ensino Fundamental para 9 anos e ainda com

Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando o direito à educação de jovens a partir de 15 anos através da LDB 9.394/96, artigos 37 e 38. São 63 turmas assim distribuídas: 5 turmas da Educação Infantil, 17 turmas do 1º segmento, 27 turmas do 2º segmento, 11 turmas de EJA e 3 turmas multisseriadas (A- 1º ao 3º ano, B- 4ºano, C- 5ºano), que é específica aos alunos surdos. Tem um público-alvo de vários bairros de Nova Iguaçu, além de municípios vizinhos da Baixada Fluminense, como Mesquita, Belford Roxo e São João de Meriti.

A escola contempla aulas extracurriculares de Educação Física e Incentivo à Leitura, para as turmas de Educação Infantil. Para os alunos de 4º e 5º anos, além destas, são garantidas, também, as aulas de Espanhol e Inglês.

Na Unidade Escolar, funciona o Núcleo Especializado em Atendimento Pedagógico (Neap), composto por especialistas que atendem os alunos com deficiências e necessidades específicas de aprendizagem e, para além de abranger crianças da própria escola, também atende a Rede de Ensino de Nova Iguaçu. Diante da excelência do seu trabalho, o Neap foi reconhecido pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que conferiu ao núcleo o Prêmio Paulo Freire em sua primeira edição, atestando ser o Neap referência, na Baixada Fluminense, no atendimento a alunos com distúrbios de comportamento e transtornos de aprendizagem. No período em que os alunos estão na escola, são acompanhados por agentes de apoio que cuidam e auxiliam o professor no desenvolvimento destes alunos. A escola também é um polo de alunos surdos, de maneira que, para atender esses alunos, há intérpretes de libras para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos educandos.

Atividades e ações desenvolvidas pelo Pibid Alfabetização IM/UFRRJ e pela E. M. Monteiro Lobato

As atividades do programa começaram nos dias 10 e 11 de novembro de 2020, com as aberturas oficiais do Pibid e Residência Pedagógica da UFRRJ, com a presença dos coordenadores, supervisores, bolsistas e voluntários por intermédio de dois *webinars* nos canais do YouTube Pibid UFRRJ e Geia UFRRJ.

No primeiro *webinar*, intitulado “Abertura dos Programas Pibid e Residência Pedagógica da UFRRJ”, foi apresentado a todos os integrantes o funcionamento geral do Pibid e da Residência Pedagógica, como estão estruturados e algumas diretrizes que constam nos projetos aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Focado no Pibid Pedagogia IM/UFRRJ, Pibid Geografia UFRRJ e Residência Pedagógica Geografia IM/UFRRJ, o segundo *webinar*, “Construindo pontes entre a Universidade e a Escola: PIBID e Residência Pedagógica”, apresentou mais detalhes sobre os dois programas e os objetivos específicos dos subprojetos.

No dia 23 de novembro, ocorreu a apresentação da escola-campo E. M. Monteiro Lobato, quando conhecemos o espaço físico por fotos e entendemos um pouco sobre o seu funcionamento, estrutura predial, equipe gestora, corpo docente e discente. Após as apresentações do programa e da escola, deu-se início, de fato, às atividades programadas. Participamos de alguns *webinars* com o foco na formação de professores, em diversos canais do YouTube.

Em um dos *webinars* assistidos, “Ensino de Geografia e formação docente na América Latina”, no dia 24 de novembro, destacaram-se as diferenças na formação de professores em toda a América Latina. Tal atividade foi conduzida por duas professoras: uma argentina, Adriana Villa, e outra colombiana, Alejandra Taborda.

A professora Adriana Villa explicou como funciona o sistema educacional argentino e suas principais mudanças ao longo dos anos, apresentando as leis que reorganizam o sistema educacional e alteram o tempo de escolaridade obrigatória.

Em sua fala, a professora Alejandra Taborda, da Colômbia, abordou o tema de formação de ensino de Ciências Sociais. Ela disponibilizou uma linha do tempo da formação escolar em Geografia.

No mês de dezembro, iniciamos as discussões sobre a construção do projeto político-pedagógico (PPP), com o auxílio do documento da E. M. Monteiro Lobato e o livro de Alcir de Souza Caria, intitulado *Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos* (CARIA, 2011). Perpassamos todos os aspectos do PPP da escola-campo, que

foi construído para o biênio de 2018/2019, conhecendo e nos aprofundando, com isso, nas propostas que a escola pretendia alcançar.

O projeto político-pedagógico da escola é a síntese de uma determinada totalidade histórica e social, que se processa num movimento dialético na cotidianidade, a partir das contradições inerentes a qualquer ato educativo. Invariavelmente, sintetiza em torno de si um determinado olhar sobre a realidade que o cerca, suas intenções para com ela, e mensura as condições e estratégias necessárias para a sua concretização (CARIA, 2011, p. 100).

Nos meses subsequentes, demos início às leituras à luz dos escritos de Magda Soares, docente emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de acompanhar algumas entrevistas online com a autora disponíveis. Em janeiro, por conta do recesso e do contexto pandêmico, focamos atividades assíncronas, que se organizavam para alicerçar os debates que teríamos quando nossos encontros síncronos se dessem novamente.

Todo o trabalho do bimestre foi guiado tendo enfoque na alfabetização e no letramento na visão de Soares (1985, 2004), pensando a diferenciação e valorização de ambos os processos. Discutindo seus escritos em grupo mais à frente, pudemos perceber, enquanto marca autoral, a não “vilanização metodológica” – mesmo nos momentos em que a autora não concorda com determinada abordagem, guiados por suas reflexões, constatamos e debatemos alguns limites de determinadas metodologias educacionais ou em que ambas possam se complementar, contrapor ou construir diversas perspectivas pedagógicas.

Portanto, a questão dos métodos, que tanto tem polarizado as reflexões sobre alfabetização, será insolúvel enquanto não se aprofundar a caracterização das diversas facetas do processo e não se buscar uma articulação dessas diversas facetas nos métodos e procedimentos de ensinar a ler e escrever (SOARES, 1985, p. 23-24).

A autora nos mostra não somente nesse trecho, mas também em outras reflexões, que, para construir uma aprendizagem realmente significativa, para além dos índices avaliativos, mais vale tentar conhecer a fundo as facetas pedagógicas pretendidas e suas especificidades, do que simplesmente a cada nova tendência seguir modismos

acadêmicos, tratando-os como inovação salvadora das problemáticas bem conhecidas que permeiam nosso contexto educacional nacional.

Além da leitura dos textos, também assistimos a entrevistas mais recentes da autora, disponíveis no canal do YouTube “Plataforma Letramento”. Nelas, Magda Soares comenta sobre o desenvolvimento do seu projeto de formação continuada para professores da rede municipal de ensino em Lagoa Santa (MG), trazendo uma contribuição a mais às suas discussões teóricas, de forma que nos sentimos próximos de seus textos e de sua aplicação prática ganhando forma. Assim, como já referido, o aprofundamento nas diversas facetas traz confiança e autonomia ao professor alfabetizador, sem rivalizar perspectivas.

Uma abordagem muito interessante e democrática se faz presente no desenvolvimento desse trabalho, pois, para além da organização desses profissionais que continuam a força-tarefa dessa formação continuada e se tornam realmente parte do projeto, Magda Soares salienta que o grande sucesso dessa formação em rede é justamente a continuidade no desenvolvimento desse projeto e da aplicação, tornando o processo, a diagnose e até a possibilidade de voltar atrás, se necessário, mais simples e eficazes. E não que isso queira dizer fazer sempre mais do mesmo ou ofertar sempre a mesma aula a diferentes turmas, mas sim construir democrática e didaticamente uma sequência pedagógica que respeite as facetas e principalmente o processo de ensino e aprendizagem e seu tipo de funcionamento.

O mês de março se iniciou com a continuidade do processo de (re)trabalhar com os textos sobre alfabetização e letramento de autoria da professora e pesquisadora Magda Soares. Seu texto intitulado “Formação *de rede*: uma alternativa de desenvolvimento profissional de alfabetizadores/as” (SOARES, 2014) ilustra um “[...] projeto de desenvolvimento profissional das professoras em Lagoa Santa, orientado por metas, [...] construído e realizado em uma permanente interação teoria-prática [...]” (p. 171). Denominado “Alfalettrar”, o projeto representa uma micropática, a qual auxilia a reflexão de uma formação que efetivamente contribua como uma alternativa e possibilidade de superação do fracasso da alfabetização no Brasil. Pois, segundo a referida autora,

[...] o que é considerado problema de aprendizagem dos alunos resulta, na verdade, de faltarem às professoras conhecimentos sobre os

processos cognitivos e os fundamentos linguísticos de aprendizagem da língua escrita. Ao mesmo tempo que esses processos vão sendo esclarecidos, novos procedimentos de ensino são sugeridos e experimentados (SOARES, 2014, p. 157).

É válido ressaltar que o Projeto Alfalettrar assume “espírito de rede”, pois envolve a socialização de experiências entre as professoras alfabetizadoras de Lagoa Santa (MG), parte do princípio de igualdade entre as escolas, pauta-se pela coletividade e pela troca. Assim, nota-se que se trata de “[...] um projeto construído *pela rede*, um projeto *da rede*” (SOARES, 2014, p. 158), e não apenas de uma formação continuada exercida de forma verticalizada.

A discussão desse texto pelo Pibid Alfabetização IM/UFRRJ contribuiu substancialmente para a reflexão em grupo de recorrentes questões que historicamente contribuem para os percalços do processo de alfabetização no Brasil, como uma formação inicial que carece de melhor embasamento teórico sobre processos cognitivos e linguísticos relacionados à aquisição da língua escrita pelas crianças. Ressaltamos sua importância, pois esse

[...] projeto de desenvolvimento profissional das professoras em Lagoa Santa, orientado por metas, fundamentado nos princípios de continuidade, integração, sistematização e acompanhamento, construído e realizado em uma permanente interação teoria-prática, tem conseguido um avanço significativo na aprendizagem das crianças e na competência das professoras. [...] a escola pública pode, sim, ter qualidade; talvez o que sobretudo falte, entre, naturalmente, outros fatores, é a formação adequada de professores e estratégias adequadas de desenvolvimento profissional deles, quando já estão em exercício. Penso que é especialmente por isso que devemos lutar, talvez a principal arma para vencermos o reiterado fracasso na alfabetização das crianças deste país (SOARES, 2014, p. 171).

Além disso, ainda no mês de março, discutiu-se sobre *lives* com a temática de formação de professores, destacando o impacto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na formação docente. Ao estabelecer, em termos práticos, um currículo pouco flexível e único para todo o país, as bases impostas impactam o que os professores devem ensinar, portanto, o que eles aprendem no Ensino Superior. Refletiu-se, também, que algumas questões indicadas na BNCC, em sua parte geral, não são exatamente

contribuições novas para o campo educacional, mas a reedição de aspectos já discutidos há anos, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Mais especificamente, no dia 10 de março, com o intuito de discutir a BNCC na atualidade, debatemos sobre a *live* “BNCC: são novos os desafios curriculares propostos?”, organizada pela equipe do Pibid Alfabetização IE-UFRRJ e transmitido em sala virtual da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), com a professora Rosaura Angélica Soligo, coordenadora de projetos do Instituto Abaporu de Educação e Cultura. Nela, a professora enfatiza como a BNCC se materializa como um documento indutor de políticas educacionais. Nesse sentido, possui impactos relevantes, traduzindo-se nas avaliações nacionais – que, muitas vezes, influenciam o que é ensinado nas escolas –, na formação de professores – que possuem relação direta com o que deve ser ensinado nessas instituições –, além dos materiais didáticos – que passam a ser definidos a partir do que deve ser ensinado.

Já no dia 17 de março, assistimos à *livet* transmitida pelo canal da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FE–UFF) no YouTube, intitulada “Impactos da Res. CNE 02/2019 nas licenciaturas: resistências à descaracterização pela BNC-Formação” (2021), com a professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Lucilia Augusta Lino de Paula. Essa professora indica como a resolução CNE 02/2019 é a materialização do empresariamento da educação, impactando diversas formações. Coloca-se como um círculo vicioso pautado por uma tríade: padronizar-controlar-privatizar. Por exemplo, a padronização expressa na BNCC, que impacta em uma BNC-Formação, aponta para que os materiais didáticos das escolas sejam os mesmos de norte a sul do país. Assim, as avaliações, também padronizadas, servem de instrumento para punir ou premiar as instituições de ensino. Há, dessa forma, um processo privatista na educação, uma vez que são as empresas privadas que lucrarão com a venda desses materiais didáticos. Em última instância, os professores, que têm sua formação vinculada a essa lógica, parecem se aproximar de executores da BNCC, uma espécie de tutores, atuando, conseqüentemente, com menos criticidade. Daí a importância de resistência desses profissionais a uma tônica neotecnista.

Para além das atividades de reflexão e debate a partir do (re)trabalho com textos e das *lives*, percebendo a necessidade de divulgação das atividades que vêm sendo desenvolvidas remotamente por esta equipe do Pibid para a comunidade externa, o grupo discutiu a possibilidade de criação de rede social, como Instagram e/ou Facebook (veja Figura 3).

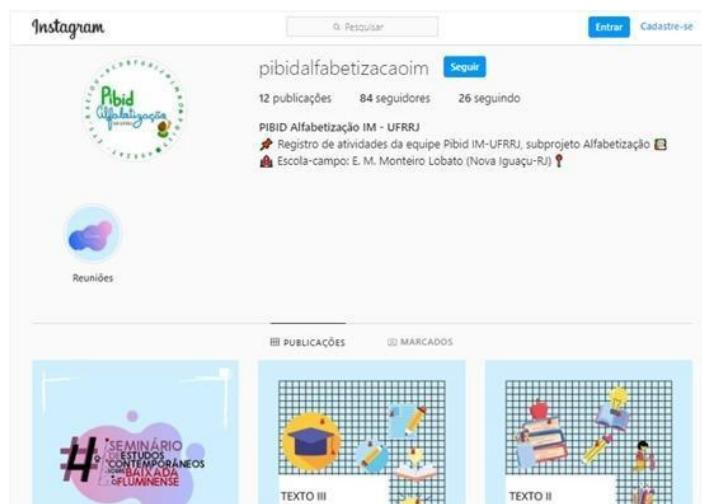


Figura 3 – Print do Instagram da equipe Pibid Alfabetização IM/UFRRJ, criado em maio/2021
Fonte: <https://www.instagram.com/pibidalfabetizacaoim/?hl=pt>

Como pode ser observado na Figura 3, no perfil do Instagram foi proposta a criação de uma identidade visual, um logotipo, para o projeto de iniciação à docência desenvolvido pelo Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Nova Iguaçu, em parceria com a E. M. Monteiro Lobato (veja figura 4).



Figura 4 – Logo do Pibid Alfabetização IM/UFRRJ
Fonte: Autores, 2021.

O logo propicia uma leitura da equipe do Pibid Alfabetização IM/UFRRJ sobre o nosso subprojeto, ao associar a imagem da criança com as possibilidades diante dos processos de alfabetização e letramento, por meio, por exemplo, da codificação e decodificação de signos – letras, números, formas geométricas, ponto, traço, entre outros símbolos gráficos.

Considerações finais

De acordo com Costa, Gomes e Santos (2019), espera-se que o subprojeto apresente um conjunto interessante de evidências pedagógicas sobre boas práticas educativas e indique caminhos mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita na Baixada Fluminense, região que anseia por melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita. E que os alunos incorporem ao processo de alfabetização e aos ambientes digitais e textos multimidiáticos as diferentes linguagens narrativas. Esse desafio vem sendo trilhado pelo Pibid Alfabetização IM/UFRRJ e pela E. M. Monteiro Lobato.

Através do subprojeto temos realizado, apesar dos contratemplos da pandemia da covid-19, a efetivação da centralidade da produção de leitura e escrita de textos, propiciando que a função social da escrita seja aprendida de forma respeitosa e que haja a continuidade das experiências iniciadas e vivenciadas na Educação Infantil com a língua, a escrita e a matemática, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esperamos ainda que os licenciandos em formação compreendam que os educandos aprendem de diferentes maneiras, indo além do domínio do sistema de escrita, e devem ser capazes de ler, escrever e contar, para que de fato a alfabetização seja consolidada.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei 9394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31. Dez. 1996.
- CARIA, Alcir de Souza. *Projeto político-pedagógico em busca de novos sentidos*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- COMUNIDADE FEUFF. *Impactos da Res. CNE 02/2019 nas licenciaturas: resistências à descaracterização pela BNC-Formação*. (1h55min). Disponível

em:<<https://www.youtube.com/watch?v=IrKkjiFvzs4>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

COSTA, A. A. F; GOMES, J. B; SANTOS, C. *Ler, escrever e contar: o trabalho com narrativas autobiográficas na Educação Básica*. Subprojeto do PIBID Alfabetização UFRRJ, 2019.

ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO. *Projeto político-pedagógico*. Nova Iguaçu, 2018/2019.

PLATAFORMA DO LETRAMENTO. *Entrevista com Magda Soares parte I*. (24m16s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wIznCg__Ad0>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

_____. *Entrevista com Magda Soares parte II* (24m15s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wIznCg__Ad0>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

_____. *Entrevista com Magda Soares parte III* (24m56s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wIznCg__Ad0>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

SÁ-CHAVES, Idália. Portfólios: no fluir das concepções, das metodologias e dos instrumentos. In: ALMEIDA, L. & TAVARES, J. (org.). *Conhecer, aprender, avaliar*. Porto. Porto Editora, 1998.

_____. Portfólios reflexivos, estratégias de formação e de supervisão. *Cadernos Didáticos*, Série Supervisão nº1. Aveiro: Unidade de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro.

SOARES, Magda. As muitas facetas alfabetização. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.52, p.19-24, fevereiro de 1985.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 5-17, 2004.

_____. Formação de rede: uma alternativa de desenvolvimento profissional de alfabetizadores/as. *Caderno CENPEC*, v. 4, n. 2, p.146-173, dezembro de 2014.

UFRRJ/PIBID. *Abertura dos Pibid e Residência Pedagógica da UFRRJ. 2020*. (1h57min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H75dFJHISLI>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

UFRRJ/GEIA. *Construindo pontes entre a Universidade e a Escola: Pibid e Residência Pedagógica. 2020*. (2h29min). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=1m8VP9W-Q-c>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

UFRRJ/GEIA. *Ensino de geografia e formação docente na América Latina*. 2020. (2h01min) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WVaJbCCYD2k&t=3559s>>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

NÚCLEO DE MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS: A ESCOLA ENQUANTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO

Cristiane Dias Nunes

Hélio Azevedo Campos

Kissila Soares Fernandes

Marcia Montilio Rufino

Márcia Spadetti Tuão da Costa

Marluce Souza de Andrade

Renata Spadetti Tuão

Thays Rosalin de Araújo

*Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e
Baixada Fluminense (CEPEMHED)*

[...]

– O tempo comeu nossa manhã – eu disse. –
Agora é meio-dia e ele começa a devorar a tarde.
Jamais viveremos essa manhã novamente.

O tempo só anda pra frente.

– Não tem marcha ré?

– Não.

– E se eu quiser viver o ontem?

– Tem que 91arth-lo na memória.

– E se ela esqueceu de 91arth91-lo?

– Você insiste, que vai estar lá.

A memória protege o vivido como o sonhado. [...]

Tempo de voo. Bartolomeu Campos de Queirós

Escola, um lugar de memória

A Educação Patrimonial vem crescendo nos debates educacionais, com o advento do processo de redemocratização no país – década de 1980, principalmente com a necessidade de construir nossa identidade pós-ditadura, como nos traz Jorge Najjar (2010) em seus estudos. Nesse sentido, esse campo da educação apresenta inevitavelmente uma

perspectiva de reconhecimento da história, mais especificamente da história local e, no nosso caso, das instituições educativas.

O papel da escola, nesse período histórico, começa a ser repensado com uma lógica diferente daquela do regime militar, que tem na escola um canal de opressão e para suas verdades. A escola, no processo de redemocratização, começa a ser valorizada como espaço de pertencimento da história, por quem a constrói. Portanto, a Educação Patrimonial busca reconhecer a memória material e imaterial de uma sociedade. No mesmo caminho, a discussão sobre Patrimônio Cultural – local, regional e nacional – objetiva a consolidação da cidadania social de uma população que historicamente é apartada. Tomar posse do Patrimônio Cultural é um movimento de resistência e militância. Tais atitudes precisam ser afirmadas, uma vez que vivemos ataques constantes ao processo democrático nas várias instâncias sociais, sobretudo na Educação.

A ação pedagógica voltada para a Educação Patrimonial traz questionamentos ao patrimônio educacional. Defendemos e acreditamos que patrimônio não é algo dado, alheio aos nossos sentimentos e intencionalidades, com significado em si mesmo, mas atribuído pelos sujeitos, a partir do seu reconhecimento e representação da memória individual e coletiva. A criação de uma escola numa região diz muito sobre a história local. Destacamos os esforços individual e coletivo para a sua construção e manutenção, que são invisibilizados e negligenciados. Essas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989) precisam ser despertadas e trazidas à luz na escrita da história da educação. Acreditamos ser a educação patrimonial um veículo a promover o reconhecimento e apropriação dos patrimônios escolares e dessas memórias subterrâneas.

Nessa perspectiva, quando pensamos trabalhar com as memórias pertencentes às escolas, vemos que essas são vivas e construídas cotidianamente e não somente pautadas em datas de criação, por exemplo. É um esforço de pesquisar o objeto a ser estudado como um passado vivo, cujo diálogo contribui para a construção de identidades.

Segundo Pollak (1992), no trabalho com a História Oral é necessário observar as recorrências das percepções da realidade das histórias individuais que irão se compor em

histórias coletivas sobre uma dada situação. Há aquelas memórias que são decorrentes de vivências individuais outras provenientes do grupo do qual fazemos parte e acabamos “herdando”, por mecanismo de identificação, sem percebermos se participamos ou não de tais acontecimentos entranhados na coletividade. O mesmo pode se dar em relação à memória de pessoas e personagens que nos parecerem familiares, mesmo sem que os tenhamos conhecido. Segundo o autor, existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que podem ser uma lembrança pessoal, mas também podem não ter apoio no tempo cronológico. Lugares que contam uma história e compartilham as memórias individuais e coletivas.

O projeto “Núcleo de Memória: História das Instituições Educativas” pretende, entre outras possibilidades, promover essa sensação, a percepção de acolhimento das histórias que podem estar dispersas numa determinada comunidade, seja pela dinâmica do trabalho e vida, seja por não reconhecimento da potencialidade de uma instituição educativa, seus espaços e tempos.

Como observa Pollak (1992)

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos (p. 202).

Entendemos, ainda, que existe uma seletividade de registro da memória, bem como um fenômeno de construção da história, que podem ou não ser algo consciente. Além desse processo, a memória e a identidade são valores em disputa de grupos que determinam o que deve ou não ser lembrado ou silenciado.

As identidades coletivas e, no caso, os Núcleos de Memória possibilitam a (re)construção de sentimentos de unidade, de continuidade e de coerência, já que trazem as memórias esquecidas e/ou silenciadas de uma determinada localidade, possibilitando não somente reconhecer a história da instituição educativa, mas também de um bairro e

cidade. Assim, é importante ouvir os sujeitos que, de formas distintas, participaram do processo:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p.4).

Outro aspecto a ser considerado nesse diálogo promovido pelo projeto é a importância do arquivo escolar como fonte para a pesquisa histórica. Os arquivos são produzidos ao longo da existência da escola no seu cotidiano e, portanto, atravessam diferentes momentos da instituição, registram práticas e apresentam sujeitos que por ali passaram e construíram com os demais a cultura daquela instituição educativa.

Os arquivos escolares constituem o repositório das fontes de informação 94arth9494ente relacionadas com o funcionamento das instituições educativas, o que lhes confere uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens (MOGARRO, 2005, p. 77).

Nem sempre a escola tem ciência da importância de seu arquivo para compreensão da própria história. E, pelas muitas demandas cotidianas, o arquivo escolar fica relegado ao que está destinado a ser esquecido no silêncio das caixas, gavetas e estantes. Despertar a consciência sobre sua importância é o primeiro passo em direção ao conhecimento do que esse arquivo comporta e de quanto pode contribuir para a construção da identidade escolar. Essa conscientização é fundamental tanto para o processo de preservação quanto para o processo de pesquisa e construção das memórias.

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (MOGARRO, 2005, p. 79).

Ainda de acordo com Mogarro (2005), nas secretarias escolares misturam-se documentos de origens e utilidades diversas: os documentos ativos, utilizados com certa regularidade; os documentos que a autora chama de “semiativos”, cadastro de professores e alunos, por exemplo; porém os documentos ditos “inativos” se encontram quase sempre armazenados em locais que não lhes garantem as condições necessárias para a salvaguarda e preservação.

No caso específico da situação portuguesa, a generalidade das escolas tem os fundos dos seus arquivos dispersos por vários espaços, como os sótãos, as caves, os vãos de escada e outros locais escondidos e desactivados, sem condições mínimas para albergarem os documentos de arquivo (MOGARRO, 2005, p. 79).

No Brasil não é diferente. Muitas vezes o arquivo que está inativo é chamado de “arquivo morto”, conotando ausência total da possibilidade de vida proveniente daquilo que estava arquivado. É como se não houvesse outro destino, senão o silenciamento. No entanto, os estudos sobre a cultura escolar nos revelam a riqueza que pode estar escondida nos arquivos.

Esses documentos permitem apreender a realidade educativa em que foram produzidos, mas podem ser lidos em perspectivas diversas e expressam, na sua materialidade e no seu conteúdo, a riqueza dos contextos de produção – isolados, são fragmentos do passado, cabendo ao historiador a tarefa de conferir-lhes validade, coerência, lógica e unidade, no estabelecimento necessário de relações com outros documentos e acervos (MOGARRO, 2005, p. 87).

Assim, compreendemos a importância de tratar e preservar o arquivo escolar como uma fundamental fonte de pesquisa, não apenas para historiadores ou pesquisadores da educação, mas para a própria comunidade escolar no processo de apropriação de sua história e registro de suas memórias, pois a aceleração da vida cotidiana tende a apagar as memórias que unificam os grupos e os fazem subsistir ao tempo, sendo necessária à sociedade atual a instituição de “lugares de memória”, os quais, de acordo com Nora (1993) são “bastiões sobre os quais se ancora”. Ainda segundo Nora (1993),

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres,

notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (p. 13).

Diante da perda dessa memória espontânea, fluida e natural, emergem também, verdadeiros “guardiões da memória” que se ocupam de preservar para si (e para os outros) a memória que lhes parece preciosa, através da guarda de documentos, fotos, objetos ou recordações que lhes remetam a um determinado tempo vivido, à espera de um momento oportuno para compartilhá-las. Ou seja, “menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si homens-memória” (NORA, 1993 p.18).

Seguindo a concepção de Educação Patrimonial, que percebe a escola como Patrimônio Histórico-Educativo, e levando em consideração a importância das Memórias, da História Oral e da preservação dos Arquivos Escolares como fontes de pesquisa sobre as instituições educativas, apresentaremos um dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED) no campo da Educação Patrimonial: o projeto Núcleo de Memória. História das Instituições Educativas.

O Núcleo de Memória: História das Instituições Educativas

Quando eu era pequena, não entendia o choro solto da minha mãe
ao assistir a um filme, ouvir uma música ou ler um livro.
O que eu não sabia é que minha mãe não chorava pelas coisas visíveis.
Ela chorava pela eternidade que vivia dentro dela e que eu,
na minha meninice, era incapaz de compreender.
O tempo passou e hoje me emociono diante das mesmas coisas,
tocada por pequenos milagres do cotidiano.
É que a memória é contrária ao tempo.
Enquanto o tempo leva a vida embora como vento,
a memória traz de volta o que realmente importa, eternizando momentos.
O que a memória ama fica eterno. [...]
Adélia Prado

Toda escola é, eminentemente, um lugar de memória e um patrimônio histórico-educativo. É expressão da História da Educação, possibilitando a compreensão da história local e global, das concepções pedagógicas, das práticas e culturas escolares. É, também, a expressão dos sujeitos que por ela passam; as histórias e as memórias dos espaços educativos são forjadas por quem os constrói e neles permanece.

A Educação Patrimonial é uma construção simbólica realizada socialmente, que visa à emancipação dos sujeitos. Nesse intuito, a proposta do projeto Núcleo de Memória: História das Instituições Educativas é incentivar e assessorar a comunidade escolar na pesquisa da história da respectiva instituição e no recolhimento de documentos impressos, iconográficos e tridimensionais, com vistas à organização do seu próprio espaço museal, valorizando dessa forma as memórias dos sujeitos escolares, da instituição e da comunidade em que está inserida. O projeto se propõe, ainda, a contribuir para a organização e preservação do arquivo histórico escolar.

Esse projeto foi criado pelo CEPEMHED, que vem consolidando grupos de estudos nas escolas com a perspectiva de Educação Patrimonial, nos quais se discutem memória, história, fontes de pesquisa, arquivo e ações de trabalho. O projeto tem como centralidade o objetivo de reconstruir a história das escolas de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, a partir do entrelaçamento entre as memórias individuais e coletivas, da história social e política, da história da educação brasileira, e da história das instituições escolares em particular. Igualmente, objetiva pesquisar e levantar os indícios das histórias das escolas e dos sujeitos escolares envolvidos, a partir da perspectiva de um movimento para o passado, que nos possibilite a construção do presente e do futuro da instituição escolar; valorizar a história das escolas e a importância da preservação dos diversos suportes materiais que contribuam para reconstituir a memória da educação do município de Duque de Caxias e da Baixada e, por extensão, do país; e consolidar, nas escolas, espaços de guarda e de reapropriação de sua história, memórias e patrimônio.

Partindo da ideia de que toda escola é um patrimônio histórico-educativo, as estratégias metodológicas desenvolvidas para a implementação dos Núcleos de Memória giram em torno de três pilares fundamentais: a formação, a execução e a informação.

No processo de formação, são considerados o embasamento teórico e os conhecimentos práticos necessários para a implementação de ações junto aos profissionais, alunos e comunidade no campo da pesquisa da história local e história comunitária, e da educação patrimonial. É fornecida, através de grupos de estudos, a formação desses atores, que são os protagonistas do processo de construção e desenvolvimento do núcleo.

Fundamentamo-nos, nesse trabalho, nas reflexões de Pollak (1989), em especial sobre memória em disputa e memórias subterrâneas. Na investigação das histórias das escolas, podemos perceber o apagamento, na memória oficial e nos documentos oficiais, do imprescindível esforço e ações de pessoas não ligadas ao poder público na criação dessas instituições. Em muitas delas, só é reconhecida oficialmente sua fundação a partir do momento em que elas são encampadas pelo poder público. Aproveitamos os próprios documentos oficiais sobre a escola garimpados por nós em uma pesquisa prévia, para discutir com a comunidade escolar essa realidade e a necessidade de trazer à luz as memórias subterrâneas que trabalham no silêncio, aguardando o momento de irromperem e serem legitimadas (POLLAK, 1989, p. 4-5), assim como os invisibilizados que erigiram a instituição para possibilitar a escolarização dos moradores do local. Acompanhando a discussão sobre memória em disputa e representatividade da memória coletiva, abordamos a questão do patrimônio, baseando-nos nas reflexões de Najjar (2010).

Sensibilizamos, ainda, para a reflexão sobre as fontes de pesquisa, apontando como possibilidades, além dos documentos escritos e dos documentos oficiais, os iconográficos, os objetos da cultura material escolar e os relatos orais. O arquivo escolar como lugar de memória e patrimônio da comunidade escolar, bem como fonte de pesquisa para a educação, também é objeto de discussão nos encontros.

Realizamos, ainda, a Oficina Teórica e Prática de Conservação Preventiva de Acervo com as entidades interessadas, com vistas à preservação dos arquivos escolares. Essa formação pretende sensibilizar os participantes para a importância dos arquivos da educação, assim como contribuir com informações técnicas para tratamento e acondicionamento adequado dos documentos, para sua conservação. A atividade é

oferecida às instituições educativas e, anualmente, aos participantes do curso de educação patrimonial do CEPEMHed – Escola: Lugar de Memória, Pesquisa e Experiências em Educação Patrimonial – como parte do currículo.

Os grupos de estudos são também o espaço de planejamento coletivo das ações a serem implementadas pela comunidade escolar com a participação do CEPEMHed, visando à pesquisa da história e das memórias da instituição, assim como à organização dos espaços de exposição e de guarda.

No que diz respeito à execução, o CEPEMHed oferece assessoria no planejamento de ações; na aplicação de instrumentos de coleta de informações sobre as escolas; na organização da exposição e/ou do espaço museal; e no tratamento e guarda do arquivo escolar, com encontros periódicos e realização conjunta das atividades.

Cada instituição, uma dinâmica própria, conforme sua realidade e possibilidades: passando pelo seu planejamento anual, através de um grupo de professores, de um professor ou por intermédio da Sala de Leitura; em um dos segmentos ou turnos; por grupos de trabalho envolvendo professores e funcionários; através da direção ou da equipe pedagógica. Há aquelas que desejam somente os grupos de estudos teóricos e as que pretendem apenas comemorar o aniversário da escola. E, ainda, as que manifestam a vontade de memória, planejam as ações, mas, engolidas pela dinâmica e desafios do cotidiano, não conseguem dar continuidade.

A informação é parte importante do projeto, pois diz respeito à divulgação de materiais produzidos pelas escolas, através de exposições, cartões-postais, artigos, registros de relatos de experiências, encontros periódicos, canais eletrônicos, entre outros.

As principais fontes de pesquisa são os registros orais da memória da escola, registros documentais escritos e fotográficos, e objetos da cultura material escolar. Os registros orais costumam desaparecer com o passar do tempo se não forem estimulados e devidamente registrados. Os registros documentais escritos e fotográficos muitas vezes se encontram dispersos nas casas de antigos professores, diretores, pais, alunos e moradores do entorno da escola – verdadeiros “guardiões da memória” – ou estão

trancafiados, mal armazenados em armários empoeirados sem acesso à comunidade escolar e sujeitos ao desgaste pelo tempo. Os materiais da cultura escolar também tendem a se perder se não forem valorizados como a expressão de um determinado tempo, sendo substituídos e jogados fora em razão da disseminação da cultura da descartabilidade, sem que se guarde ao menos uma amostra para o conhecimento das gerações posteriores. Estimular a preservação e o uso dessas fontes como pesquisa é um trabalho importante de Educação Patrimonial em direção à valorização da escola enquanto patrimônio histórico-educativo.

Entre as experiências, uma em especial: Escola Municipal Santa Luzia

[...] E no meio dessa gente que fazia tanta coisa,
Apareceu alguém que gostava de guardar.
Guardava coisinhas pequenas numa caixa de sapato,
As grandes dentro do quarto.
E não parou mais de guardar.
Ninguém entendia muito aquela mania.
Aí, um dia, aconteceu de o mundo girar tão depressa
Que toda a gente do lugar adormeceu.
Quando enfim despertou, estava esquecida do que fazia,
De como morava, do que comia.
Não se pronunciava palavra,
Não se ia a nenhum lugar, nem se tinha uma ideia qualquer.
De repente, apareceu a pessoa que guardava
E convidou todo mundo até sua casa.
Então toda a gente entendeu,
Que a mania de guardar
Era para poder lembrar. [...]
Museu. Maria Beatriz Rezende

Ao longo dos seus dezessete anos, o CEPEMHed vem oferecendo e fomentando o Núcleo de Memória nas escolas. Estivemos envolvidos com instituições educativas das redes municipal, estadual e privada, que aceitaram o convite de revisitar sua trajetória e os sujeitos que a constituíram. Realizamos o trabalho nos quatro distritos de Duque de Caxias, com escolas de etapas e modalidades distintas: educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e anos finais –, ensino médio, formação de professores, educação especial, escola do campo, educação de jovens e adultos.

Escolhemos, aqui, para ilustrar o trabalho do Núcleo de Memórias. História das Instituições Educativas, a “experiência” (THOMPSON, 1987) vivida com a Escola Municipal Santa Luzia, em 2019.

Localizada no bairro Parque Equitativa, no 3º Distrito de Duque de Caxias, essa escola oferece ensino fundamental – anos iniciais e finais –, educação de jovens e adultos, e educação especial – atendimento educacional especializado (sala de recursos) e classes especiais. É um polo da educação de surdos no município.

Sua história teve início com as aulas de catecismo, por iniciativa da professora Yára de Souza Borges. Segundo os escritos deixados pela professora Yára, quando chegou ao Parque Equitativa com seu esposo para passar finais de semana, iniciou-se um movimento para se expandir a religião católica no local e erigir uma capela, que viria a ter o nome de Santa Luzia. Yára ministrava aulas de catolicismo, quando o bispo sugeriu que ela também desse aulas para as crianças do lugar. Assim, teve início, em setembro de 1959, nas dependências da Capela Santa Luzia, a Escola Paroquial Santa Luzia, onde as professoras Yára de Souza Borges e Nair Barbosa começaram a alfabetizar 56 alunos.

Posteriormente, expandiu-se o atendimento com turmas da 1ª à 4ª série (atuais 2º ao 5º ano de escolaridade). A escola aproximou-se da prefeitura em 1963, recebendo, desde então, subvenção com fornecimento de professoras, funcionários e merenda. No entanto, só encontramos registros oficializando-a como escola municipal a partir de 1984. Na década de 1980, deram início às turmas de 5ª a 8ª séries (atualmente, 6º a 9º anos de escolaridade) e, na década de 1990, à educação especial e ensino regular noturno (atual educação de jovens e adultos), todos a partir da mobilização da comunidade escolar em face da demanda.

Pelo que pudemos observar, a “vontade de memória” (NORA, 1993) é uma manifestação constante entre os profissionais da Escola Municipal Santa Luzia, o que nos levou a elegê-la como exemplo para apresentar o Núcleo de Memória. Há 10 anos, quando a memória da escola protagonizou seu projeto pedagógico por ocasião do jubileu, fomos procurados. Realizamos juntos grupo de estudo e Roda de Memória com o primeiro

servente da escola, Sr. Bento Antonio. Divulgamos parte das memórias da escola e o seu projeto anual na primeira coleção de cartões-postais do projeto do CEPEMHED “Memórias em Cartão: Educação em Duque de Caxias”.

Em 2019, a Escola completou 60 anos. Motivados com a celebração, dedicaram o projeto pedagógico anual a esse tema, intitulado-o “Memórias II: Resgatando o valor da Escola”. Ainda na semana de planejamento, traçaram ações para pesquisa de sua história e para comemorar o aniversário. Daí nos procuraram, solicitando auxílio para a montagem de seu Núcleo de Memória.

Demos início, como de praxe, realizamos uma reunião com representantes da comunidade escolar para apresentar o que tínhamos a oferecer e para ouvir as expectativas da escola. Definimos, então, que propostas do projeto do Núcleo eles gostariam de implementar.

Fizemos grupos de estudos, em turnos diferentes, abordando as questões conceituais e históricas e as experiências realizadas por outras escolas como referência de possíveis estratégias. Foram momentos, igualmente, de levantamentos iniciais de informações, de contradições de dados a serem confrontados em diferentes documentos, de fontes de pesquisa e de possíveis pessoas a serem convidadas para entrevistas. Nesse encontro, planejamos conjuntamente as ações a serem implementadas conforme a realidade e possibilidades dessa instituição, com o respectivo calendário.

No caso da Santa Luzia, se decidiu realizar o trabalho a partir de grupos de trabalho – “GT da EJA”, “GT do Núcleo”, “GT da Educação Especial”, “GT do Arquivo”. A divisão em grupos de trabalho já havia sido apontada pela escola na semana de planejamento, quando distribuíram as atividades que seriam feitas ao longo do ano. O CEPEMHED integrou-se aos GTs, realizando reuniões com seus representantes para adequação do já planejado no início do ano às novas ideias e necessidades surgidas nos grupos de estudos.

A comunidade escolar apostou na pesquisa através da história oral. Planejamos e realizamos conjuntamente o I Café com Memórias da E. M. Santa Luzia, dividido em

dois encontros: no primeiro, os convidados a partilharem suas memórias sobre a história da escola foram ex-professores e ex-funcionários, com a participação de atuais professores e funcionários. No segundo encontro, no turno noturno, ex-professores, ex-funcionários, professores, funcionários e alunos representantes de turma da EJA.

O II Café com Memórias da E. M. Santa Luzia abordou a Educação Especial na instituição. Foram convidados ex-professores, ex-alunos, mães de alunos, intérpretes de Libras e atuais professores e funcionários.

Todos os encontros foram filmados e estão em processo de transcrição pelo CEPEMHed. Essa atividade integra-se, também, ao projeto do CEPEMHed “Roda de Memórias. História Oral da Educação: Depoimentos em vídeo”, e comporá o acervo de história oral da educação em vídeo. Através desse projeto, vêm sendo recolhidos depoimentos de pessoas envolvidas com a educação no município de Duque de Caxias e na Baixada Fluminense, a fim de constituir-se o acervo de história oral da educação local em vídeo.

Os profissionais da escola também se sensibilizaram com a questão da preservação do arquivo escolar e se interessaram pela Oficina Teórica e Prática de Conservação Preventiva de Acervo. Assim, realizamos outros grupos de estudos com essa formação, em diferentes turnos, para os professores e funcionários. Posteriormente, o GT do Arquivo, com o acompanhamento do CEPEMHed, faria o tratamento do arquivo histórico.

Em novembro, a escola celebrou o seu 60º aniversário numa festa emocionante e cheia de alegria, com homenagens de ex-alunos a ex-professores e a ex-funcionários, apresentações do que foi produzido ao longo do ano pelos profissionais da escola com as turmas e com a inauguração do seu espaço museal, ao qual deram o nome de Núcleo de Memória da Santa Luzia.

A proposta do Núcleo de Memória é um processo contínuo, que não se encerra num período delimitado ou numa culminância. Para nós do CEPEMHed, o mais importante é o processo, bem como a conscientização patrimonial da comunidade escolar, com vistas à

preservação das memórias e dos patrimônios da educação – nestes incluídos os arquivos escolares.

Um eterno “fazer-se”

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, 104art-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela. [...]

“Guardar” – Antonio Cicero

Destacamos que o Núcleo de Memória é um projeto em desenvolvimento, que expressa a “vontade de memória” (NORA, 1993), tanto por parte dos seus proponentes quanto das unidades escolares que o acolhem. O trabalho realizado em torno da memória mostra-se, ainda, bastante árduo e pouco reconhecido, porém com grande potencial para disseminar entre docentes e discentes o interesse pela pesquisa, a construção da identidade, o sentimento de pertencimento social, a consciência da importância da preservação do arquivo escolar e de outras fontes de pesquisa, “lugares de memória” (NORA,1993) que possibilitam a apreciação do passado vivido e a reflexão sobre o presente e novas perspectivas de futuro.

A investigação e o registro da história e das memórias das instituições educativas como um patrimônio é um trabalho que não se encerra; é um eterno “fazer-se” (THOMPSON, 1987), que se renova e se retroalimenta com as “experiências” e contribuições de cada sujeito que se integra, de alguma maneira, ao percurso da unidade escolar.

Referências bibliográficas

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SBHE, n. 10, p.75-99, julho/dezembro de 2005.

- NAJJAR, Jorge. Educação patrimonial e identidade: algumas questões em debate. In: CARNEIRO, Valdeck et al. *Movimentos instituintes em Educação: políticas e práticas*. Niterói: Intertexto, 2010, p. 141-153.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História PUC/SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-29, dezembro de 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos. Memória*, v. 2, n. 3 Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1992, p. 200-215.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1992, p. 200-215.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O DESENHO COMO AUXÍLIO À GEOGRAFIA ESCOLAR BÁSICA NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO (RJ)¹

Ester Ribeiro Moreira (post mortem)

Discente do Curso de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ex-bolsista Pibic/CNPq e pesquisadora do Gepeg/UFRRJ

Clézio dos Santos

Professor Associado em Ensino de Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, do PPGGEO/UFRRJ e líder do Gepeg/UFRRJ

O desenho é a primeira linguagem utilizada pela criança na tentativa de expressar seus sentimentos, porém ao longo dos anos escolares entra em descontinuidade com o aprendizado de uma nova forma de expressão, a linguagem escrita. Entretanto o desenho não perde a sua importância como linguagem gráfica no processo formativo da criança, embora precise ter sua função associada às demais formas de se comunicar e expressar, em especial ao aprendizado da linguagem escrita no contexto escolar.

A partir de desenhos produzidos por alunos da escola básica do município de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro, um lugar carregado de uma série de estigmas e com discursos massificantes como “lugar em que não se encontra nada de bom”, pretendemos compreender qual é a relação que o aluno da escola básica pública de Belford Roxo tem com a cidade e o seu nível de pertencimento.

O ensino de geografia está presente na vida dos alunos desde o primeiro ano da educação infantil, com as noções de espaço e outros conceitos que são tratados de forma conjunta com outros conhecimentos. Já no ensino fundamental I (primeiro ao quinto ano), quando é iniciada também a alfabetização, o ensino de geografia se torna ainda mais uma

¹ Dedicamos este texto à família de Ester Ribeiro Moreira (*in memoriam*), discente de Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus Nova Iguaçu, que nos deixou precocemente no segundo semestre de 2021.

área de conhecimento e continua auxiliando com as noções espaciais na caminhada escolar, destacando-se o trabalho com outros conceitos, como espaço geográfico, lugar, paisagem, região e território. Como disciplina escolar, o ensino de geografia segue no contexto formativo no ensino fundamental II (sexto ao nono ano) e no ensino médio, mas nossa pesquisa se debruça sobre o ensino fundamental I.

A geografia humanista, uma das correntes de pensamento da geografia, busca compreender a percepção e representação do espaço por indivíduos, entendendo seu caráter único, singular, ao mesmo tempo em que reconhece o seu pertencimento e compartilhamento a um determinado grupo cultural.

O conceito de lugar, seu uso e apropriação por parte dos alunos ganha destaque tanto nessa corrente de pensamento como na própria geografia da infância. O lugar, entendido como as relações afetivas que as pessoas estabelecem com o espaço, passa a ter um valor central nas pesquisas em geografia humanista.

A geografia escolar encontra como desafio a prática da leitura do lugar e como realizar a compreensão da realidade em que a escola está inserida, já que, como mostra Callai (2013, p. 35):

A cultura do lugar, assim como a cultura escolar, não é homogênea. Ela é um conjunto de todos os conhecimentos que se entrecruzam e se expressam no contexto escolar. Esse cruzamento de culturas é complexo, é vivo e dinâmico, constituindo-se como marca característica do lugar.

Com base nas ideias dessa autora e nas pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Gepeg/UFRRJ), destacando os textos de Moreira (2019), Moreira e Santos (2020) e Santos (2021), temos trabalhado com os desenhos do lugar no sentido de dar voz aos alunos.

Os desenhos dos alunos devem desde cedo possibilitar o sentimento de pertencimento ao lugar em que vive, fazendo com que ele se veja no lugar e o entenda, além de auxiliar a assimilação dos conteúdos da geografia escolar. Consideramos os desenhos confeccionados pelos alunos de suma importância para entendermos o lugar

vivido por meio da análise dos detalhes que os desenhos trazem e expressam culturalmente.

A pesquisa em geografia da infância em Belford Roxo/RJ

A escola selecionada para esta pesquisa foi a Escola Municipal Professor Paris, localizada na área central do município de Belford Roxo, próximo à Igreja Nossa Senhora da Conceição do município, muito conhecida como “igreja das pedras” por ter toda a fachada recoberta por pedras. A criação da escola ocorreu em 1984. Sua origem se deu na mudança de endereço da Escola Municipal Arruda Negreiros, que funcionava na Avenida Benjamin Pinto Dias, cujo nome à época era Francisco Sá. A escola recebeu o nome de Escola Municipal Professor Paris quando foi para um prédio na Rua Padre José Bestes, onde se mantém até hoje.

O nome da escola é em homenagem ao Professor Augusto Monteiro Paris, que foi diretor do Collegio Pariz em Iguazu, escola privada muito importante no período, durante cinquenta anos (1875-1925). A Escola Municipal Professor Paris funciona hoje nos 3 turnos; pela manhã e à tarde, ela oferece a educação infantil e o ensino fundamental; e à noite oferece a educação de jovens e adultos no ensino fundamental.

O objetivo da pesquisa é analisar desenhos do lugar por alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Belford Roxo; e compreender sua relação de pertencimento ao espaço em que estão inseridos, além de observação do cotidiano escolar e da aprendizagem do ensino de geografia.

A metodologia de pesquisa prende-se aos estudos educacionais qualitativos, envolvendo a fundamentação teórica e a análise de desenhos feitos por alunos da escola básica. O primeiro momento da pesquisa foi a leitura de textos relacionados à linha da geografia da infância. Entre os autores escolhidos, destacamos: Vigotski (1998), Lopes e Vasconcellos (2006), Callai (2013), Santos (2013, 2021) e Lopes (2013, 2018).

Entramos em contato com a escola no segundo semestre de 2018, quando fomos recebidos por sua orientadora pedagógica. Apresentamos a pesquisa e nos indicaram que ela fosse realizada na turma de terceiro ano do ensino fundamental no turno da manhã no mesmo ano. Na sala de aula da turma havia 30 alunos, 1 professora e 1 estimuladora.

Escolhemos analisar neste texto, entre os inúmeros desenhos, 3 desenhos da atividade realizada nessa turma. Os desenhos não são identificados por gênero, por isso denominamos sempre no masculino seguido de um numeral.

A justificativa da pesquisa encontra-se na geografia da infância, uma linha que tem seus primeiros trabalhos publicados nos anos 1970 envolvendo crianças e suas espacialidades; e nos das próximas décadas a partir de algumas mudanças nas leis para a infância são elencados outros temas para a linha de pesquisa da geografia da infância, como registra Lopes (2013):

O final da década de 80 e os anos 90 foram acompanhados por um grande crescimento nos estatutos políticos e legais que colocam as crianças como sujeitos de direitos, a Convenção sobre o Direito das Crianças e muitos outros documentos (por exemplo, o ECA no Brasil) possibilitam outros estatutos para a infância e estendem a ideia do direito da criança ao espaço e, assim, um outro foco ganha força nos estudos da Geografia da Infância, a noção de território, de espaço como direito politicamente definido (p.289).

A partir da criação de estatutos que definiam os direitos das crianças, a geografia da infância ganhou força e vem expandindo seu campo de pesquisa na infância e suas relações com o todo. De acordo com Lopes e Vasconcellos (2006), a linha de pesquisa

[...] se justifica, uma vez que as crianças, ao compartilharem a realidade com as demais, irão estabelecer uma relação horizontal de identidade entre elas e criar uma relação vertical de identificação com os adultos, constituindo concepções reais que possibilitam vivência da sua infância dentro da lógica de organização social do grupo (p.103).

A geografia da infância é fortemente influenciada pela geografia humanista, que busca compreender a percepção e a representação do espaço por indivíduos, entendendo seu caráter único, singular, ao mesmo tempo em que reconhece o seu pertencimento e compartilhamento a um determinado grupo cultural, buscando, acima de tudo, desvelar o *ser e estar* das crianças no espaço.

Para Tuan (1983), um dos precursores dessa corrente,

A Geografia Humanística reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem e de sua condição. [...] procura um entendimento do mundo humano através das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico

bem como dos sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (p. 143).

O conceito lugar, seu uso e apropriação por parte das crianças ganha destaque tanto nessa corrente de pensamento, como na própria geografia da infância. O lugar, entendido como as relações afetivas que as pessoas estabelecem com o espaço, passa a ter um valor central nas pesquisas em geografia humanista. O significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. Espaço é mais abstrato que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. “[...] se pensamos no espaço como algo que permite o movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar” (TUAN, 1983, p. 6).

Na medida em que o espaço vai sendo ocupado, a partir das diferentes utilizações possíveis, algumas dessas utilizações vão ganhando significados e, na medida em que o espaço vai sendo ocupado materialmente, vão se produzindo sentidos. A geografia da infância tem no lugar uma categoria de apoio e *locus* de pesquisa. Os lugares remetem à identidade, ou mesmo às identidades sociais e culturais.

Os estudos da geografia da infância emergem, dessa forma, com interfaces nesses textos apresentados de forma breve, por onde se entrecruzam outras temáticas, como gênero, idade e condição econômica. Pergunta-se nesses estudos como meninos e meninas, de diferentes idades e pertencentes a diferentes camadas sociais concebem, percebem e representam seus espaços, e é nessa linha que se justifica a presente pesquisa.

Análise dos desenhos feitos por alunos e alunas da escola básica de Belford Roxo

No período de observação do cotidiano escolar e de como eram tratadas as questões do ensino de geografia, foi apresentada a pesquisa para a professora da turma que nos daria espaço para a atividade proposta pela pesquisa quando as rotinas escolares dessem “alguma brecha”. Essa “brecha” nos foi dada após a semana de provas do 4º bimestre de 2018, no momento em que a professora precisava fechar o diário da turma, já com a turma esvaziada pela aproximação do fim do ano letivo e férias. Esse conjunto de acontecimentos causou o baixo número de desenhos produzidos para a atividade proposta pela pesquisa.

Chegado o momento da feitura dos desenhos pelos alunos, entregamos-lhes folhas de papel ofício, lápis preto, giz de cera e lápis de cor; depois foi pedido às crianças que elas indicassem locais em que elas se sentiam bem, que elas gostavam muito; em seguida pedimos-lhes que desenhassem esses locais. Concluída a feitura dos desenhos, estes foram recolhidos para análise.

A análise dos desenhos foi realizada a partir do esquema apresentado na Figura 1. Organizado por Santos (2013), o esquema permitiu analisar o que prevaleceu nos desenhos, o que foi predominantemente representado, o que é predominante no bairro na realidade. E a partir dessa análise, vamos ter melhores compreensões sobre o pertencimento, o lugar da criança do município de Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

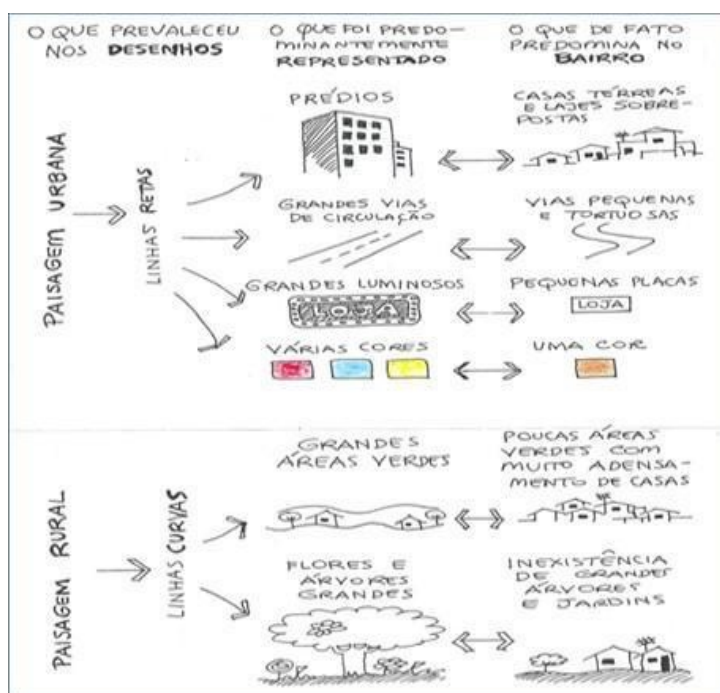


Figura 1 – Esquema de análise de desenhos de lugar. Fonte: Santos (2013).

A partir desse esquema de Santos (2013), começamos as análises individuais dos desenhos produzidos pelos alunos.

No desenho 1 (Figura 2), podemos observar que o aluno desenhou os lugares por que ele tem afeto, porém utilizando os telhados em V invertido, que servem para queda de neve, quando o clima do município de Belford Roxo é tropical, assim como na maior parte do Brasil. Não neva no município e casas com esse formato são pouco comuns nessa

área. Perguntou-se ao aluno se o teto de sua casa tinha aquele formato, e ele disse que não, que sua casa era de laje. Quando indagado pelas cores com que representou a casa a resposta foi, que sua casa não era pintada, que estava no tijolo, mas que no desenho a casa pintada ficava mais bonita. O balanço próximo à casa e a uma grande árvore é um balanço que o pai fez para ele e os irmãos brincarem, e é um lugar de que o aluno relatou gostar muito.

A árvore representada por ele como uma macieira, na verdade é uma mangueira, porém ele relatou só saber desenhar árvores com maçãs. Como nosso clima é quente, desenhos contendo macieiras indicam grande influência colonizadora e reproduzem ideias colonialistas, que são repetidas e colocadas como a forma “certa” ou “mais bonita” de se desenhar.

Na representação da escola, somente a quadra tem esse formato de telhado por ter sido feito em formato de galpão. O aluno pode ter partido do formato do telhado da quadra para a representação da escola em seu desenho. Quando se perguntou à criança quem eram as pessoas dentro da escola, ela respondeu que eram os alunos dentro das salas. Se analisarmos a escola representada no desenho, todos os alunos estão sentados, na típica ideia de que na sala de aula os alunos devem permanecer sentados, mostrando, assim, seus corpos docilizados já nas práticas escolares.



Figura 2 – Desenho do aluno 1. Fonte: Moreira, 2018.

Assim como no primeiro desenho, no desenho 2 (Figura 3) o aluno representou seus lugares de afeto, com as mesmas características da Figura 3, acrescentando o parquinho da escola, que tem exatamente balanços e um escorrega, porém apenas a educação infantil pode utilizar e nem esta o utiliza. As professoras alegam que as crianças ficam muito agitadas e podem acabar se ferindo. Com isso o parquinho na maior parte dos dias permanece vazio. O aluno que representou o parquinho está no terceiro ano do ensino fundamental, a quem não é permitido usar o espaço. O aluno relatou que o parquinho era um lugar de que ele gostava muito, e que sentia falta da educação infantil, pois agora não podia mais brincar e, no intervalo, só podiam ficar no refeitório, sem poder correr nem brincar, mas apenas ficar sentados até que o horário do intervalo acabe. E a da árvore que aparece no desenho já se aproxima um pouco das árvores que fornecem sombras em praças ou calçadas.



Figura 3 – Desenho do aluno 2. Fonte: Moreira, 2018.

Tanto no desenho feito pelo aluno 2 (Figura 3) como no desenho do aluno 3 (Figura 4), é representado o entorno da escola. O aluno 2 representou com mais detalhes sua casa, com seus familiares e onde eles mais gostam de ficar. Ele representou seus dois cachorros e relatou que gosta muito de ficar com eles no quintal. A praça próxima da sua casa foi representada com balanço e árvores grandes, porém a prefeitura atual vem reformando todas as praças da cidade e retirando as árvores de grande porte. E o aluno falou sobre “ter saudades da pracinha e das árvores que deixavam tudo mais fresquinho”.



Figura 4 – Desenho do aluno 3. Fonte: Moreira, 2018.

Destacamos a relevância de transformar o ensino de geografia num momento em que os alunos possam construir atividades que facilitem a assimilação dos conteúdos

espaciais, como o desenho do lugar de afeto, bem como ressaltamos que a aprendizagem desse conhecimento é importantíssima tanto na educação infantil como nos anos iniciais do ensino fundamental, porém muitas vezes não é estimulada no processo formativo dos professores de pedagogia que serão os responsáveis para trabalhar o ensino de geografia com os alunos desses segmentos educacionais.

Considerações finais

Como resultados da pesquisa, observamos por meio das análises dos desenhos e a partir das conversas com os alunos durante a atividade que os desenhos sofrem influências colonialistas, mesmo que seja pela reprodução involuntária, com a naturalização vinda desde os tempos de Brasil Colônia ou mesmo agora, em tempos de globalização, em que culturas hegemônicas são repassadas e assimiladas, muitas vezes sem questionamento. Os professores acabam reproduzindo lógicas colonialistas sem que perceba, pois é algo naturalizado, além de que essa reprodução de algo de fora faz com que o pertencimento ao lugar não seja realmente incentivado por estarmos produzindo e reproduzindo algo que não está em nossa realidade.

Com o uso do desenho o professor tem a possibilidade de estabelecer que o ensino de geografia tenha sentido para vida do aluno, criando, como sugere Callai (2013, p. 40), “[...] possibilidade de que os estudantes percebam a singularidade de sua vida e reconheçam a sua identidade e o seu pertencimento em um mundo em que a homogeneidade apresentada pelos processos de globalização trata de tornar tudo igual”.

O desenho se torna grande aliado para a assimilação de conteúdos no ensino de geografia, a partir deles podemos trabalhar conceitos geográficos que estão no cotidiano do aluno, como população, relevo, urbano e rural, globalização, entre muitos outros. Salientamos ainda que os alunos sentem essa quebra da educação infantil para o ensino fundamental, em que precisam deixar muitas coisas que faziam anteriormente. Mas a feitura do desenho precisa ser incentivada pelo potencial que encontramos nele para facilitação da compreensão de conteúdos dados em sala de aula. O incentivo a essa

atividade vai auxiliar na criação de pertencimento de lugar dos alunos e estes tecerão outros olhares sobre Belford Roxo e a própria Baixada Fluminense.

Referências bibliográficas

- CALLAI, Helena C. *A formação do profissional da geografia: o professor*. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- LOPES, Jader J. M. Geografia da infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 22, n.49/1, p.283-294, maio/ago. 2013.
- _____. *Geografia e educação infantil: espaços e tempos desacostumados*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1ª ed. 2018.
- LOPES, Jader J.; VASCONCELLOS, Tania de. Geografia da infância: territorialidades infantis. *Currículo sem Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006.
- MOREIRA, Ester Ribeiro. *O ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Belford Roxo/RJ: Relatório Final*. Seropédica: Pibic/CNPq/UFRRJ, 2019.
- MOREIRA, Ester Ribeiro; SANTOS, Clezio dos. O uso do desenho no ensino de geografia na escola básica da Baixada Fluminense. *Geomae*, Campo Mourão, v.11, n.1, p.91-105, 2020.
- SANTOS, Clezio dos. Desenhos e mapas no ensino de geografia: a linguagem visual que não é vista. *Geograficidade*, v. 3, número especial, p. 80-92, 2013.
- _____. A geografia da infância no ensino fundamental na Baixada Fluminense: um estudo de caso em Nova Iguaçu. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, v. 20, n. 19, p.15-24, 2021.
- VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM: ENTRE A PESQUISA, O ENSINO E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

*Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre
Professora Substituta – IFPB/Campus Cabedelo
Pós-Doutoranda em História – PPHR/UFRRJ*

*Jean Rodrigues Sales.
Professor da Graduação e da Pós-Graduação em
História da UFRRJ*

Introdução

Ao longo dos séculos, a experiência humana vem sendo registrada em múltiplos suportes (escritos, visuais, sonoros), de maneira que esses relatos “indicam os caminhos trilhados, [e possibilitam] o seu conhecimento e reavaliação” (TESSITORE, 2003, p. 11). A informação produzida a partir dessas vivências tornou-se fundamental para que indivíduos, grupos e instituições definissem sua identidade e os objetivos de ação no meio social a que pertencem.

Segundo Viviane Tessitore (2003), os registros deixados pela humanidade, em toda sua diversidade, constituem o que se define por documento, ou seja, um conjunto da informação em um suporte. Jornais, livros, fotografias, cartas, vídeos, entrevistas e a constituição de uma nação exemplificam tipos de documentos produzidos por uma determinada sociedade; contudo, eles apenas exercem sua função “social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica” (TESSITORE, 2003, p. 11) quando estão sistematizados e acessíveis.

Janete LeikoTanno (2018) afirma que no Brasil a preservação de documentos e perpetuação da informação é um problema sistêmico e atravessa a gestão de diversos governos, seja ele federal, estadual ou municipal. Por isso, desde a década de 1970 entidades governamentais e universitárias mobilizam a disseminação dos chamados centros de documentação (Cdocs) com intuito de preservar o patrimônio histórico e

cultural de manifestações culturais, principalmente de grupos oriundos de camadas populares.

O avanço das políticas públicas de preservação patrimonial iniciadas nos anos 1950 e 1960 fez com que novas diretrizes de atuação ampliassem o lugar da cultura popular na década seguinte, de modo que ela fosse percebida “pela sua capacidade de gerar [...] desenvolvimento, além do seu valor histórico e cultural” (FONSECA, 2005 apud TANNO, 2018, p. 93). Esse olhar mais amplo foi resultado de ações de resistência e atos pró-democracia organizados por movimentos sociais – de moradores, político-partidários, de negro, LGBTQI+, entre outros – que investiram em outras referências histórico-culturais “nesse contexto de mobilização civil e [...] de inserção nos diversos setores da sociedade” (FONSECA, 2005, apud TANNO, 2018, p. 93). Portanto, a proliferação de “outros atores” fez que com que pesquisadores tratassem de novos paradigmas históricos e se preocupassem com a preservação de evidências a eles vinculadas.

A necessidade de registrar tanto as práticas desses grupos fizeram com que novos lugares de memória, tais como o Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp) e o Museu Afro Brasil no estado de São Paulo, fossem constituídos; e instituições consolidadas como o Arquivo Nacional (SÃO), Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e arquivos públicos estaduais por todo o país ampliassem o diálogo com o grande público através de publicações, eventos e ações permanentes de divulgação do acervo técnico e científico. Foi nesse contexto de redemocratização, avanços das pautas sociais e diversificação dos temas historiográficos que os centros de documentação “foram sendo criados pelas universidades para viabilizar pesquisas sobre a história do país e para dar o direito de acesso aos cidadãos à informação de que necessitem” (TANNO, 2018, p. 94).

Por meio das instituições universitárias, os centros de documentação cumpriram um extraordinário trabalho de coleta, organização e difusão de acervos documentais. Essa iniciativa se deu principalmente em nível local e regional, dada a ausência de políticas públicas de preservação do bem público e a inexistência de uma legislação que orientasse nacionalmente acervos permanentes na segunda metade do século XX. Associados a esses fatores, os centros universitários se tornaram um espaço privilegiado para os Cdocs, dado

o modelo normativo imposto pela reforma universitária de 1968 e ordens governamentais como a estruturação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). (MAESIMA, 2012, p. 334). Por isso, assim como arquivos, bibliotecas e museus, os centros de documentação “têm a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico” (BELLOTO, 1991, apud TESSITORE, 2003, p.11)

Porém, se todas as entidades documentais supracitadas têm em comum a guarda e divulgação de documentos, elas se diferenciam quanto aos procedimentos técnicos para sistematização e descrição de seus acervos. Entre as definições atribuídas a centros de documentação, a de Viviane Tessitore contempla essa discussão, pela amplitude e por afirmar que os Cdocs são entidades híbridas frequentemente presentes em centros empresariais, instituições públicas, sindicatos, movimentos sociais e, sobretudo, em universidades. De acordo com a autora, eles representam:

[...] uma mescla das entidades anteriormente caracterizadas, sem se identificar com nenhuma delas. Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu (TESSITORE, 2003, p. 14).

Tessitore também aponta que as principais características dos centros de documentação são:

[...] possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo; ser um órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia (2003, p. 14).

Mesmo se aproximando do campo da biblioteconomia e dos arquivos, os centros de documentação têm por atividade fim preservar documentos e disponibilizar fontes aos pesquisadores, mas principalmente, ser um “polo de atração da produção documental de pessoas e entidades que atuam ou atuaram no seu campo de especialização” (TESSITORE, 2003, p. 15). Por esse motivo, aquisição, processamento e disponibilidade

do acervo se somam à especialização temática para que esta última se torne uma marca distintiva desses espaços de pesquisa e produção de conhecimento.

A tendência de os centros optarem por uma área específica de atuação fez com que docentes oriundos dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), situada no Instituto Multidisciplinar, campus Nova Iguaçu, criassem o Centro de Documentação e Imagem (Cedim), em junho 2013, com o objetivo de obter acervos sobre a história da Baixada Fluminense e se tornar um depositário digital de documentos de origem única. “Em poder de seus detentores originais, [documentos como esse] eram, normalmente, pouco ou nada acessíveis e não contavam com outro local que os reunisse e tratasse adequadamente”, como já observou Tessitore (2003, p. 15).

Sobre essa experiência, discutiremos como em quase uma década de existência o Centro de Documentação e Imagem se estabeleceu como referência na produção e difusão digital de acervos sobre a região, concomitantemente à promoção de pesquisas – financiadas com recursos nacionais e internacionais –, elaboração de recursos pedagógicos para o ensino de história da região e o desenvolvimento de projetos que ampliem a divulgação científica do conhecimento produzido junto à comunidade não acadêmica.

Com base na tríade – ensino, pesquisa e extenso –, apresentamos a operacionalidade do Cedim, um centro de documentação composto por um acervo digital que não abriga arquivo físico. A partir dessa prática, tratamos das parcerias institucionais firmadas, do processamento documental e das ações de incentivo à pesquisa e difusão dos resultados dos projetos para o grande público.

O Centro de Documentação e Imagem (Cedim)

Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus.

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou hoje (11) que a organização elevou o estado da contaminação pelo novo coronavírus como pandemia (AGÊNCIA BRASIL, 11 mar. 2020).

Dois dias após o anúncio da pandemia do vírus SARS-CoV-2, a covid-19, o Centro de Documentação e Imagem (Cedim), situado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto Multidisciplinar, campus Nova Iguaçu, interrompeu

seu funcionamento na certeza de que retomaria a rotina de trabalho quando a comunidade acadêmica pudesse exercer suas atividades de maneira segura. A crise sanitária prolongou-se por meses e fez com que instituições de ensino básico e superior em todo o país interrompessem aulas presenciais por tempo indeterminado.

Assim como ocorreu com os espaços formais de educação, institutos, museus, arquivos, bibliotecas e centros de pesquisa em todo o país viram o atendimento físico se tornar remoto. A realidade imposta pela pandemia estabeleceu um novo paradigma de acesso à informação contida em documentos físicos, obras de arte e itens de coleções materiais e imateriais em todo o mundo. Instituições que transacionaram a consulta de seus acervos para sistemas digitais de informação, antes da pandemia, viabilizaram que qualquer indivíduo com uma boa conexão de internet pudesse examinar fontes de caráter técnico, científico ou histórico de qualquer parte do mundo.

Neste sentido, apesar das dificuldades impostas pelas restrições sanitárias, o contexto pandêmico consolidou o principal objetivo do Cedim: tornar-se uma referência de pesquisa sobre a Baixada Fluminense a partir de acervos digitais. A extensa documentação – escrita, sonora, iconográfica e audiovisual – recolhida, digitalizada, sistematizada e disponibilizada nos últimos anos foi potencializada por graduandos e pós-graduandos nos últimos dois anos. Além das ações de pesquisa e ensino, a divulgação do acervo junto ao grande público nas mídias sociais consolidou a metodologia de acesso rápido e eficiente dos mecanismos de busca do Cedim em direção à sua principal proposta institucional: fomentar o acesso à documentação histórica sobre a Baixada Fluminense de maneira inteiramente digital.

A larga produção científica gerada a partir da implementação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no município de Nova Iguaçu a partir de 2006 foi ampliada com a inauguração de sua sede definitiva em abril de 2010. O volume de trabalhos acadêmicos, projetos de extensão e fontes resultantes das pesquisas viabilizou que professores do instituto articulassem o plano de criação do Cedim (Centro de Documentação e Imagem), a partir de um financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Implementada apenas em 2013, a proposta nasceu da ausência de arquivos ou de centros de documentação/memória públicos na Baixada Fluminense que permanecessem independentemente da gestão governamental. A região sempre contou com o incansável trabalho de memorialistas, pesquisadores e instituições locais que se fizeram presentes na inexistência de políticas públicas de preservação do patrimônio material e imaterial. Ao manterem acervos documentais de caráter pessoal e institucional consigo, figuras como o professor e estudioso local Ney Alberto, falecido em 2013, permitiram que parte do acervo produzido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), instituição fundada nos anos 1960, não se perdesse.

A exemplo do pesquisador Ney Alberto, também citamos o longo trabalho liderado pelo também falecido professor Genesis Torres, no Instituto de Pesquisa e Análises Históricas da Baixada Fluminense (IPAHB). Fundado em 1997 no município de São João de Meriti, o espaço congregou diversos pesquisadores e acumulou um considerável conjunto bibliográfico e de fontes sobre a região. Vizinho ao IPAHB, o Instituto Histórico da Câmara de Duque de Caxias, em conjunto com a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-CLIO), contribui desde a década de 1970 para que um acervo de aproximadamente 70 mil itens – livros, impressos, iconográficos e objetos – sejam acessíveis para todos que desejam pesquisar a história da Baixada Fluminense, particularmente de Duque de Caxias. Ainda em Duque de Caxias, o Instituto Histórico, subordinado à Câmara Municipal da cidade, tem sido um importante espaço para pesquisas sobre a região.

Além dos institutos históricos e geográficos, a história local também contou com o apoio da Fundação Educacional de Duque de Caxias (Feuduc), instituição de ensino privada, responsável por inúmeros trabalhos de conclusão de curso, e de espaços como o Museu Vivo de São Bento, primeiro ecomuseu de percurso da Baixada Fluminense criado a partir da Lei nº 2.224 em 7 de novembro de 2008. Situado em São Bento, 2º distrito do município de Duque de Caxias, o local está hoje sob direção de nomes como Marlúcia Santos de Souza e Nielson Rosa Bezerra, profissionais da rede de educação caxiense e militantes da cultura e preservação patrimonial da cidade. Visitas guiadas e exposições

sobre a história local fizeram do ecomuseu um lugar de produção de conhecimento sobre a região.

Em Nova Iguaçu, coube ao arquivo da Cúria Diocesana exercer o papel de “guardião” de parte da documentação histórica produzida por movimentos sociais, grupos pastorais, publicações seriadas e fontes eclesiais, como registros de batismo, casamento e óbitos datados do século XVIII e XIX. Sob a direção do pesquisador Antonio Lacerda, o múltiplo acervo localizado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu permite que pesquisadores investiguem, apenas presencialmente, temas como ausência de infraestrutura, violência, acesso à terra e preservação dos direitos humanos por personalidades como o bispo Dom Adriano Mandarino Hypólito.

Assim como a diocese, outras instituições, grupos e indivíduos acumulam acervos riquíssimos sobre distintos momentos da história social, política e cultural da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas consultas virtuais ainda são um desafio para boa parte dessas organizações, que recebem quase ou nenhum financiamento para manutenção de um domínio que reúna a produção de um ou mais centro/museu ou arquivo. Esse conjunto de aspectos fez com que o CEDIM, sob a coordenação coletiva dos professores Alexandre Fortes, Jean Sales, Álvaro do Nascimento e Maria Lúcia Alexandre, ampliasse ainda mais sua capacidade de atendimento e operação física.

Em 2015, o Cedim teve sua sede física reinstalada no prédio de pós-graduação do campus Nova Iguaçu; isso permitiu que alguns objetivos específicos fossem ampliados como número de bolsistas, de acervos processados, produção de materiais de divulgação externa, atendimento a profissionais da rede pública de ensino, orientação de trabalhos de conclusão de curso e de acompanhamento de trabalhos e projetos em andamento. O reconhecimento do trabalho desempenhado pelo centro de documentação no acolhimento de acervos e processamento destes em equipamentos de digitalização de grande porte fez com que o Cedim diversificasse ainda mais as fontes para a consulta da comunidade acadêmica e do público em geral. No organograma que se segue, é possível visualizar a estrutura técnica e de gerenciamento de projetos do centro desde sua institucionalização.

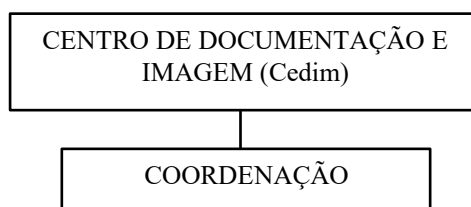


Figura 1 – Organograma do Centro de Documentação e Imagem (Cedim). Fonte: Elaboração própria.

Constituída por docentes do curso de História, a coordenação do Cedim estruturou o funcionamento do centro de documentação a partir de projetos firmados com instituições públicas, privadas e indivíduos, sobretudo provenientes da Baixada Fluminense. Em sua maioria, as parcerias institucionais são firmadas a partir de pesquisas realizadas por docentes da instituição que tratem de temas que acessem acervos ou gerem instrumentos de investigação histórica relevantes sobre a região.

Alguns dos resultados gerados a partir de grupos e projetos de pesquisa científica financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) possibilitaram que diversas lideranças, movimentos e grupos tivessem seus acervos e registros pessoais processados e colocados à disposição da consulta pública. O semanário *Correio da Lavoura*, jornal centenário fundado pelo jornalista Silvino de Azeredo em 22 de março de 1917, no município de Nova Iguaçu, exemplifica uma parceria estabelecida em 2010 entre o professor Álvaro Pereira do Nascimento e a família proprietária do periódico mais antigo da cidade ainda em circulação. Custeada por um edital da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, a digitalização de todo o acervo foi feita por uma equipe de bolsistas e professores

colaboradores. Atualmente as cinco primeiras décadas do acervo já estão disponíveis para consulta no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos (Rima) da universidade.

Assim como o *Correio da Lavoura*, outros periódicos também foram digitalizados por sua raridade, mesmo não tendo relação direta com a História da Baixada Fluminense. A partir da Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo do estado do Maranhão, a revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, publicação fundada pela professora Beatriz Bissio e seu já falecido companheiro, o jornalista e político Neiva Moreira, foi inteiramente digitalizada e posta para consulta. A revista teve edições em português, inglês e espanhol e circulou entre os anos 1970 e 2000, noticiando os principais temas da agenda internacional, como guerra do Vietnã, conflitos no mundo árabe, independência de países africanos e ditaduras na América Latina, entre outros, com abordagem diferente da encontrada na grande mídia. Nesse processo, mais de 200 edições da revista foram digitalizadas.

Outras parcerias firmadas com instituições locais, como a Cúria Diocesana e a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, também exemplificam a demanda reprimida de acesso à informação sobre o município. O arquivo de caráter eclesiástico da Igreja Católica na Baixada Fluminense teve sua digitalização articulada pelos professores Alexandre Fortes e Jean Sales, e o então bispo diocesano Dom Luciano Bergamin, entre os anos de 2014 e 2015. O conjunto documental reflete a variedade das atividades e grupos organizados a partir de ações pastorais e movimentos sociais entre os anos 1970 e 2000. A multiplicidade de cartas, atas, jornais, entrevistas, fotografias e dados de membros e grupos digitalizadas será, muito em breve, ampliada graças a novo financiamento internacional.

O termo de cooperação firmado entre o Cedim e a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, por sua vez, elegeu documentos comumente solicitados por setores e contribuintes; por esse motivo o acervo de plantas e registros de imóveis foi digitalizado, sendo o primeiro material composto por diversos projetos de imóveis, logradouros e loteamentos que compõem a história da ocupação territorial da Baixada Fluminense desde

anos 1920, e o segundo formado por fichas destinadas ao registro de alterações em cada imóvel cadastrado junto ao poder municipal da cidade.

Digitalização: preservação e acesso

A digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais (CONARQ, 2010).

Com base nas diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), fazemos a digitalização para preservação da informação contida nesses múltiplos acervos; para que se mantenham padrões de excelência na confecção das matrizes digitais, são utilizados equipamentos adequados a cada tipo de suporte – scanners planetários e dispositivos fotográficos capazes de reproduzir imagens coloridas e em escala de cinza – para que, em momento posterior, as cópias em formato PDF sejam disponibilizadas para consulta.

Bolsistas de iniciação científica vinculados aos projetos citados recebem a capacitação técnica necessária para realizarem corretamente a recepção, avaliação, seleção e tratamento do acervo, uma vez que a digitalização não se restringe apenas à captação da imagem, mas envolve um conjunto de procedimentos prévios que assegurem a qualidade da leitura da informação e dos instrumentos de pesquisa sobre os referidos itens.

Cada bolsista permanece responsável pela digitalização de um grupo documental e pela confecção da ficha descritiva contendo os principais metadados, como origem, data, suporte, palavras-chave e breve descrição do conteúdo. Finalizada, a ficha deve ser anexada à versão em PDF por meio do programa Adobe Acrobat e, posteriormente, reunida às imagens em extensão JPG para fins de armazenamento. Os arquivos digitais são depositados em HDs externos, em drives (nuvem) da instituição e no repositório institucional da UFRRJ, recentemente reaberto para consulentes.

Toda a produção digital está organizada em coleções ou subcomunidades dentro da comunidade do Cedim no repositório. A busca dentro do repositório pode ser feita diretamente nas subcomunidades e coleções de interesse, por palavras ou período. A multiplicidade de informações disponíveis confirma a interdisciplinaridade do centro de documentação e imagem, mesmo tendo como principal objeto de interesse fontes históricas sobre a Baixada Fluminense e a Região Metropolitana. Nesse sentido, listamos por subcomunidades e coleções uma breve relação dos acervos mais consultados pela comunidade acadêmica e externa.

Coleções²

- 2º Ofício de Justiça de Nova Iguaçu – Registro de Imóveis da 1ª circunscrição

O acervo reúne livros de escrituras de compra e venda de bens, e cartas de alforria de habitantes da antiga Vila de Iguaçu, no século XIX. Produzida entre os anos 1841 e 1893, a documentação agrupa dados sobre personagens exponenciais da região e da corte imperial, como o Comendador Soares e o Barão de Tinguá. Contudo, a fonte também acumula informações sobre escravos e pequenos comerciantes, especialmente nos distritos que compuseram o que atualmente é o município de Nova Iguaçu.

- Revista *Cadernos do Terceiro Mundo*

Fundada em 1974, na Argentina, e relançada posteriormente no México (1976), em Portugal e África (1978) e no Brasil (1980), a revista *Cadernos do Terceiro Mundo* tem armazenados 20 exemplares em inglês, 166 em espanhol, 223 em português do Brasil e 92 em português de Portugal, totalizando 493 publicações disponíveis para consulta. Entre os principais assuntos estão os movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais humanitárias, entrevistas com grandes líderes mundiais, debates sobre ecologia e foros internacionais, tudo com a perspectiva terceiro-mundista.

- Diocese de Nova Iguaçu

² A maior parte dos documentos digitalizados pelo Cedim está disponível partir de seu site: <https://cedim.ufrj.br/>, ou diretamente no Repositório Institucional da UFRRJ: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/2>

O acervo da cúria de Nova Iguaçu é composto por uma vasta documentação eclesial e administrativa da diocese criada em 26 de março de 1960 pela bula *Quandoquidem Verbis* do papa João XXIII. Informações sobre personagens, como a irmã Filomena Lopes Filha, Dom Adriano Mandarino Hypólito, Padre Agostinho Preto e Valdir Ros, narram o papel desempenhado por algumas das principais lideranças católicas da região. A subcomunidade também conta com publicações, como o *Boletim Diocesano*, informativos, jornais e documentos gerados por movimentos sociais (negro, direitos humanos e universidade popular) e pastorais como a Juventude Operária Católica (JOC), Pastoral Operária e da Terra.

- Periódicos

A subcomunidade é composta por periódicos produzidos por grupos familiares e movimentos sociais da Baixada Fluminense. Entre os mais antigos está o *Correio da Lavoura*, semanário fundado por Silvino Azeredo, homem negro e jornalista, em 1917 no município de Nova Iguaçu. As primeiras cinco décadas de circulação já estão disponíveis para consulta no repositório, assim como as 25 edições da revista *Iguaçu News*, publicação dirigida pelo também jornalista Valcir Almeida entre os anos 1960 e 1970. Autointitulado “Pobre, Atrevido e Independente” o *Jornal da Baixada* também se destaca por reunir e veicular demandas de moradores e trabalhadores da Baixada Fluminense entre os anos de 1979 e 1980, e revela parte da organização de jornalistas locais em prol de demandas populares.

- Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

Ao todo o acervo reúne 249 plantas e 1.350 registros de imóveis sob a guarda da Subsecretaria de Urbanismo, Secretaria Municipal de Infraestrutura (Semif), e 42 atos oficiais – resoluções e decretos – do poder executivo sob a guarda da Secretaria Municipal de Governo (Semug). Entre as plantas já digitalizadas, estão a do antigo prédio da Câmara Municipal, edificada em 1907, e a dos loteamentos de bairros como Austin e Vila Anita. Nos registros de imóveis obtemos dados imobiliários como o nome do proprietário, especificações técnicas, valor do imóvel e endereço, ao passo que em decretos e atos

encontramos um retrato da administração pública: subvenções, solicitações de aposentadoria e regras de fiscalização do transporte municipal.

- Entrevistas e depoimentos

Depoimentos gerados por projetos de história oral desenvolvidos por pesquisadores da UFRRJ, Instituto Multidisciplinar, ou doados por colaboradores de outras instituições universitárias, civis e políticas. Entre as entrevistas disponibilizadas, está a coleção de 16 entrevistas realizadas por Maria Fátima de Souza Silva sobre o processo de emancipação de Mesquita, município da Baixada Fluminense. Também destacamos nesse os depoimentos concedidos pelo Grupo Centenário, equipe formada para celebrar os 100 anos de criação do distrito de Santo Aleixo, em Magé, no ano de 1992.

- Álbum de personalidades iguaçuanas

A coleção reúne fotografias de personalidades, de imóveis e de grupos presentes na história de Nova Iguaçu. Publicadas no jornal *Correio da Lavoura* entre os anos 1930 e 2000, as fotografias dão visibilidade a mulheres, homens, crianças e famílias presentes em diversas solenidades realizadas no município. Registros de edifícios, praças, igrejas, construções e pavimentação de logradouros também podem ser conferidos nesse conjunto de fotos que contam a história da ocupação urbana de Nova Iguaçu.

Ensino, pesquisa e extensão

Na elaboração de relatórios e produção de trabalhos para eventos, é possível evidenciar o crescimento acadêmico dos discentes do curso de Licenciatura em História, após atuarem no Cedim. Associada à capacitação técnica, a vivência diária com outros pesquisadores fez com que todos ampliassem o olhar sobre o ofício do historiador, pois, nas palavras de Marc Bloch, todo “indivíduo percebe apenas um cantinho, estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção” (BLOCH, 2001, p. 70).

Por esse motivo, entre os objetivos do Cedim está ampliar a formação dos discentes do curso de Licenciatura em História do Instituto Multidisciplinar a partir de diversos projetos fomentados por professores do Departamento de História e do Programa

de Pós-Graduação. Nesse percurso, ter contato com a escrita acadêmica e a documentação histórica fez com que o centro de documentação indicasse outras possibilidades para esses estudantes, sobretudo na produção de instrumentos de didáticos no campo da história pública e digital.

A pluralidade atribuída aos centros de documentação também reforça a necessidade de se estimular a relação com o ensino básico, sobretudo com estudantes provenientes das redes municipais e estadual da Baixada Fluminense. Nessa linha, a participação de alunos do ensino médio no projeto Jovens Talentos do Estado Faperj, programa de iniciação científica responsável por integrar alunos da rede estadual à universidade, exemplifica a prática de permanente aproximação das escolas.

Sob orientação de um professor dos cursos de Pedagogia, História, Geografia ou Ciências da Computação os estudantes executaram atividades de pesquisa e divulgação nas redes sociais, uma vez que a frequência mostra ao seu público diversas informações sobre o mesmo assunto, aumenta a probabilidade de identificação com o conteúdo e distribuição orgânica (CARNEIRO, 2020). Alguns dos contemplados nos projetos desenvolveram suas habilidades de escrita, leitura e lógica, e atualmente, cursam o ensino superior em universidades públicas ou privadas com bolsa.

Com visitas técnicas, palestras e oficinas o centro de documentação também fez com que professores e estudantes obtivessem acesso às informações disponibilizadas a partir do repositório. Ações de divulgação científica nas mídias sociais realizadas durante a pandemia fez com que o conhecimento produzido pelo centro chegasse ao grande público. Durante o isolamento social imposto pela covid-19, edições do Café Cedim, atividade acadêmico-cultural online mensalmente organizada pelo centro de documentação com a participação de professores, pesquisadores e lideranças locais, também foram realizadas.

Entre essas edições, destaco a de maio de 2020, que discutiu o tema “Educação na periferia em tempos de pandemia”, com mais de mil visualizações no Facebook. De acordo com Suzana Mueller e Rita de Cássia Caribé, “as iniciativas de divulgação científica crescem em número e diversidade, tornando-se cada vez mais elaboradas”

(MUELLER; CARIBÉ, 2010, p.28). Por isso o Centro de Documentação e Imagem, o Cedim, se configura como um lugar privilegiado de “adaptação da linguagem científica para um público leigo supostamente objetivada pelo jornalismo científico” (NASCIMENTO, 2008, p.3).

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARNEIRO, Érica Mariosa. Como divulgar meu conteúdo de divulgação científica nas mídias sociais?. *Blogues da Ciência da Universidade Estadual de Campinas*. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mindflow/?p=444>. Acessado em: 30 julho de 2021.

MAESIMA, Cacilda. Do centro de documentação ao lugar de memória. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. (org.). *Polifonia do patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012, v. 1, p. 329-355.

MUELLER, Suzana P. M; CARIBÉ, Rita de Cássia V. Comunicação científica para o público leigo: breve histórico. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. esp, p. 13-30, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33885>. Acesso em: 29 julho de 2021.

NASCIMENTO, Tatiana Galieta. Definições de divulgação científica por jornalistas, cientistas e educadores em ciências. *Ciência em Tela*, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2008.

TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. *Acervo*, v. 31, n. 3, p. 88-101, 10 dez. 2018.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003 (Projeto Como Fazer, 9).

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Centros de documentação: entre pesquisa, ensino e difusão. *Revista Ciência em Extensão*, v. 10, n. 1, p. 133-149, 2014.

Documento

CONARQ. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes.* Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proad/documentos/2018/38de0a593ed36b780ed061b6304075f8.pdf>. Acessado em: 6 de fevereiro de 2022.

Parte II
-Territórios Periféricos-

CULTURA POPULAR NO ESPAÇO PÚBLICO PERIFÉRICO COMO CAMINHO PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA: A PRAÇA DO SKATE EM SÃO JOÃO DE MERITI

Daiana Novaes Gouvêa
Doutoranda em Geografia pelo PPGEO-UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

O município de São João de Meriti está situado na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (Mapa 1). Segundo o último censo demográfico, possui uma área total de 35,216 km², com uma população de 458.673 habitantes, todos morando no perímetro urbano (IBGE, 2010). O município concentra o maior adensamento populacional da América Latina, com aproximadamente 13 mil habitantes por km².



Mapa 1 – Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro
Fonte: Ceperj (2019).

As políticas públicas e infraestrutura no referido município não acompanharam o seu acelerado crescimento populacional, que aumentou vertiginosamente a partir de sua emancipação, causando escassez de serviços básicos, infraestrutura e de qualidade nos espaços públicos existentes. Assim, o presente artigo busca analisar de que maneira os espaços públicos contribuem para a conquista da cidadania, tendo por recorte espacial a Praça do Skate, espaço público de grande relevância localizado no bairro Centro.

Para que o objetivo seja alcançado, a presente pesquisa está estruturada em quatro seções: a primeira busca apresentar o contexto no qual está inserido o município de São João de Meriti; a segunda pretende discutir a importância do espaço público na sociedade urbana brasileira; a terceira visa a estabelecer diálogo entre o conceito de cidadania e as relações espaciais; e, por fim, a quarta seção busca compreender as dinâmicas ocorridas na Praça do Skate, em decorrência de sua importância como espaço público voltado ao lazer, à produção de cultura popular e ao convívio social.

A construção histórica do espaço público na sociedade urbana brasileira

Ao tratarmos dos espaços públicos nesta pesquisa, mostrou-se imprescindível a realização de uma abordagem conceitual a uma reconstrução histórica desses espaços nas cidades brasileiras. Partiremos do período colonial, visto que nessa fase despontam as características urbanas no Brasil, ocorrendo o desenvolvimento de cidades, que ganham importância em relação ao campo. O período proposto também se torna relevante para entendermos quais as demandas da sociedade de cada época, quais são as formas de viver o urbano desde seu início e que características se perpetuam até a atualidade. Ao desenvolver a pesquisa, daremos um maior destaque às praças públicas, por serem os primeiros espaços públicos de convívio na sociedade e serem um referencial, até os dias atuais, como local de encontro, cidadania e manifestações populares.

Ao analisarmos relatos sobre os espaços públicos na cidade colonial, acreditamos ser importante estabelecer uma relação com as primeiras praças brasileiras, pois verificamos que estas surgem neste período, relacionadas à Igreja Católica. Recorremos a autores como Macedo e Robba (2002), que afirmam que à Igreja era outorgado um pedaço de terra. Em geral, no centro da área eram construída a

capela e seu adro, enquanto as áreas ao redor eram destinadas ao cemitério e ao rossio. O adro, que era o espaço que ficava em frente ao templo, facilitava o acesso da comunidade à igreja, a saída das procissões e os autos-de-fé. A capela era um espaço iniciático, e a praça aberta à sua frente abrigava manifestações religiosas. Dessa forma, podemos constatar que os espaços públicos do Brasil colonial eram apropriados também pela igreja e utilizados para realização de manifestações religiosas. Entretanto, as demais esferas da vida permaneciam privadas, no interior das casas.

Para Marx (1980, p. 95), “esse transbordar do rito religioso por todo o espaço público da cidade tinha grande alcance político-sociocultural”, pois envolvia toda a cidade com festa pública e manifestação de arte, compondo um cenário sociocultural, suporte necessário às atividades sagradas e profanas.

Ao estudarmos sobre o espaço público no período colonial, conferimos à praça o principal espaço de lazer destinado aos cidadãos. Autores como Medeiros (1975) corroboram essa afirmação, ao apontar que as atividades recreativas eram oficiais e religiosas. Nos festejos oficiais, havia o teatro, encenado em palco improvisado, na rua ou largo de algum grande centro. As diversões religiosas ocorriam no adro da igreja e se expandiam para a rua através das procissões, das diversas barracas, do leilão de prendas, dos foguetórios, das comidas, bebidas, jogos e dança. As festas religiosas eram inúmeras, podendo ser exemplificadas algumas de maior relevância no Brasil ao longo deste período, como as de Corpus Christi, Divino Espírito Santo, São Gonçalo, bem como as diversas festas juninas (Santo Antônio, São João e São Pedro), de Páscoa, Natal, entre outras.

A composição formal da praça brasileira ocorreu a partir de dois princípios básicos, observados na estruturação das cidades coloniais: a praça derivada de uma composição orgânica e a praça formal. Ao tratar sobre o assunto, Caldeira (2007, p. 93) afirma que

[...] essas praças representaram o espaço mais importante do cotidiano da colônia, permitindo que o caráter inerente de espaço coletivo, ponto de encontro e de reunião, manifestasse-se plenamente. Algumas praças, em especial, tornaram-se símbolos espaciais consolidando-se como referência na história das cidades brasileiras.

Segundo Jucá Neto (2008), neste período da história brasileira, as ruas deveriam ser traçadas em linha reta a partir da praça, o que demonstrava a importância desse espaço na formação da cidade, entendida como um núcleo urbano.

Ainda nesse período, podemos observar que a urbanização do patriarcalismo não desfez a estrutural hierarquização presente nas relações, e a interação com os espaços públicos representava, entre outras coisas, a dificuldade dessa transição (CERQUEIRA, 2013). Dessa maneira, a cidade reproduzia a cultura da sociedade do campo. Segundo Freyre (1936, p. 163),

[...] o patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas o *pater-familias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha.

Apesar da centralidade urbana das praças na construção das cidades, no Brasil Colônia o espaço público era desprestigiado, pois era entendido como antagônico à boa moral familiar. O privado se sobrepunha ao público; dessa forma, podemos entender que existia uma negação do espaço público.

O período do Brasil Império é influenciado pelo movimento da cidade jardim, é a partir dessa fase que surge a praça jardim. Essa forma específica de praça, ajardinada, era um espaço público, mas com uso direcionado a um público específico. O referido espaço incorporava os costumes dos jardins públicos, com a prática de flunar passando a ser utilizada pelas classes sociais privilegiadas, como uma forma de verem e serem vistas, vestindo os melhores trajes para o passeio, que exigia normas de conduta e de comportamento bastante rígidas, ou seja, tal atividade estava relacionada com a manutenção ou elevação de um status social.

Ao examinar este período, Caldeira (2007) menciona a descrição que Potelet (1993), faz do novo cotidiano imperial na atual capital fluminense:

[...] a praça do Palácio seduz por sua animação. É lá que os cariocas se encontram, fazem a sua toilette, conversam e tomam a fresca do fim de tarde, entre quatro e sete horas da noite, os capitães dos navios mercantes desembarcam e os charreteiros com seus cavalos alimentam-se com a água do chafariz. O térreo das casas situadas à beira-mar abriga comércios de mercadorias. Com o fluxo de estrangeiros em 1818, os comerciantes portugueses alugaram as áreas reservadas aos coches (garagens) aos franceses, vendedores de refrescos, que ainda instalaram no primeiro andar mesas de bilhar e hospedagem. A praça tornou-se assim o lugar de encontro e o centro de um comércio internacional (POTELET, 1993, apud CALDEIRA, 2007, p. 123).

Ao tratar da primeira fase do urbanismo no Brasil, Pires (2010, p. 3) chama atenção ao dizer que “este período também se caracterizou pela influência do movimento das cidades jardins, fundadas por Ebenezer Howard em 1898, na constituição das ideias de planejamento”.

Para exemplificar, podemos citar a Quinta da Boa Vista, local que foi residência dos imperadores do Brasil de 1822 a 1889 e, depois da remodelação feita pelo paisagista Auguste François-Marie Glaziou, ganhou caminhos sinuosos, lagos, cascatas, grutas e rocalhas artificiais. Na época, o Brasil importou o neoclássico francês, com seu jardim de caminhos em curva, mais ou menos imitando a ordem da natureza.

Na década de 1940, inserida no contexto republicano, a influência dos ideais modernistas da Carta de Atenas transforma os espaços públicos. As praças modernas passam a ser idealizadas, objetivando a permanência das pessoas e não mais como mero passeio dos transeuntes. Nesse contexto, é implantado o lazer, caracterizado pela contemplação com recantos sinuosos e também o lazer diretamente relacionado com atividades físicas, quando ganham notoriedade as quadras esportivas e as áreas para recreação infantil, denominados *playgrounds*. Nesse período, o planejamento no Brasil passava por sua segunda fase, em que o discurso das intervenções urbanas foi “marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados problemas urbanos” (PIRES, 2010, p. 4). O autor reforça sua contribuição ao afirmar que, a partir da década de 1930,

[...] as intervenções urbanas passaram a estar orientadas para criar cidades mais eficientes e não apenas belas, como antes pregava o ideário do urbanismo voltado para o melhoramento e embelezamento das cidades. Os formuladores dessa nova modalidade de planejamento, chamado Plano Diretor (PD), acreditavam que as cidades deveriam voltar-se não apenas para o consumo; deveriam ser mais funcionais e também voltadas para a produção e reprodução de capital (PIRES, 2010, p. 4).

Nas décadas finais do século XX, diversas grandes cidades passam por uma série de problemas urbanos, que, aliados ao surgimento de outras formas de lazer, acarretam um esvaziamento dos espaços públicos. Como tentativa para que esse problema pudesse ser sanado, surgem projetos que propõem o retorno da predominância de estabelecimentos comerciais na praça, como meio de atrair frequentadores. Por outro lado, para que o fluxo de pedestres pudesse ser absorvido adequadamente, implantam-se corredores voltados para a circulação, principalmente naquelas praças localizadas nas áreas de uso mais intenso, marcadas pelas atividades de comércio e serviços. Desse modo, Macedo e Robba (2002) afirmam que o espaço público das praças volta a ser palco de importantes atividades, lembrando a tradição do largo colonial, ocorrendo a apropriação do espaço público das praças através da construção de lanchonetes, quiosques, mercados, instituições públicas, e a instalação de camelôs e feiras livres, aliados a outras atividades. Temos, portanto, uma verdadeira caracterização da praça contemporânea, que consiste na não determinação impositiva de um único uso, mas de espaços multifuncionais. É necessário, entretanto, ressaltar que tais usos têm sua existência pautada POR regras formais e informais, oriundas de agentes diversos que possuem maior influência na produção do espaço e que nele inserem suas intencionalidades.

Após apresentar características inerentes ao espaço público brasileiro ao longo da história, buscaremos compreender como essa categoria espacial contribui para a formação cidadã através das relações estabelecidas dos residentes com o espaço em que vivem e de que maneira isso contribui para a formação de identidade e autonomia no que tange à participação popular na ocupação desses espaços.

Movimentos de resistência e produção cultural: as organizações populares na Praça do Skate

Após analisarmos as dinâmicas ocorridas no espaço público no decorrer dos anos e de que maneira ele se efetiva como viabilizador da cidadania e das relações sociais com o espaço urbano, buscaremos compreender as dinâmicas ocorridas na Praça do Skate, em decorrência de sua importância como espaço público voltado ao lazer, a produção de cultura popular e do convívio social.

Os relatos da população sobre a construção da Praça do Skate indicam que isso ocorreu após a emancipação de São João de Meriti, tendo a praça conseguido maior notoriedade após a construção do Shopping Grande Rio, que data de 1995, e da estação de metrô em Pavuna, inaugurada em 1998, ambos importantes fixos que direcionam fluxos para essa praça.

Ao buscarmos relatos sobre a construção da praça junto aos órgãos oficiais e não oficiais, identificamos a ausência de documentos comprobatórios de sua história ou que pudessem datar sua construção. Também não foi possível encontrar registros fotográficos de sua inauguração, bem como de possíveis transformações pelas quais a praça possa ter passado.

A partir de tal cenário, analisaremos as funções exercidas neste espaço atualmente, a fim de apresentar as singularidades e a importância que exerce no município.

Os trabalhos de campo na Praça do Skate foram realizados no ano de 2019, em variados dias e horários, identificando as formas inseridas na praça e distinguindo o público que a utiliza. Assim como no caso da Praça da Matriz, o questionário aplicado neste espaço teve fins qualitativos, buscando compreender sua representatividade e o que atrai seus frequentadores.

Como resultado, foram encontrados diversos equipamentos voltados para o lazer e a permanência dos frequentadores. Entre esses equipamentos, podemos elencar: as mesas para jogos de cartado, que atraem o público desde idosos até os alunos de escolas localizadas nas

proximidades e se encontram após o horário escolar; uma extensa pista de skate e quadra poliesportiva, atraindo jovens não só de São João de Meriti, mas também de outros municípios do entorno, especialmente os da Baixada Fluminense, para a prática de esportes; o parquinho infantil, direcionado à população que reside próximo à praça ou aos estudantes de escolas próximas; e também diversos quiosques de gastronomia, sendo estes instalados pela prefeitura. E barracas montadas diariamente, que estabelecem uma rotatividade ao longo do dia, de acordo com a variação de público que a praça atrai. No período diurno destacam-se o quiosque de sorvete, pipoca, salgadinhos e doces. Enquanto no período noturno são os quiosques de lanches e bebidas que estão abertos para serviço. Podemos destacar também a banca de jornal, o ponto de ônibus de grande fluxo ao longo do dia e a presença de policiais que mantêm guarda dentro da praça diariamente até as 21 horas, segundo relato dos comerciantes.

Apesar de esse espaço público fornecer diversos equipamentos voltados para o lazer e a estadia, mais uma vez encontramos o descaso do poder público quanto à manutenção desses serviços na praça. No ano de 2012, quando o município recebeu investimento do governo estadual para realizar obras na infraestrutura do bairro, essa praça também passou por uma manutenção, quando foi melhorada sua pavimentação, aumentando-se também a pista de skate e cobrindo-se com gramado o campo de futebol. Entretanto, após essa reforma realizada há sete anos, houve apenas uma manutenção neste espaço. Dessa maneira, a praça se encontra atualmente em estado de abandono, recebendo atenção mínima por parte do poder público.

Esta pesquisa busca primordialmente manter um compromisso com a população, de modo que se estabeleça também como veículo de suas necessidades, visto que existe uma carência quanto à participação popular no que diz respeito à produção desse espaço. Assim, as entrevistas, questionários e conversas realizados na Praça do Skate apontaram diversos problemas que indivíduos e comerciantes sofrem ali. Além da falta de manutenção que, cada vez mais, deteriora um dos poucos espaços em que a população encontra para o lazer e o ócio, existem problemas em relação ao fornecimento de energia elétrica, com instalações precárias e representando risco, fios expostos facilitando a ocorrência de acidentes. Outro fator elencado pelos indivíduos entrevistados foi a ausência de banheiro público, o que inibe a estadia duradoura na praça e ocasiona um ambiente desagradável e sujo, enfraquecendo o comércio ali presente e esvaziando o espaço público.

Os relatos de frequentadores evidenciam a insatisfação com o que entendem ser descaso por parte do poder público, o que faz com que venham buscando, ao longo dos anos, requerer junto à prefeitura a constante manutenção da praça. Como exemplo, encontramos a reivindicação feita em 2016, quando a população procurou auxílio através do programa *RJTV*, transmitido pela Rede Globo de televisão. O quadro *RJ Móvel*, exibido pelo programa jornalístico, apresentou ao grande público os problemas vivenciados na Praça do Skate. A população buscou ajuda midiática após um acidente ocorrido com uma criança que brincava no balanço do parquinho. O brinquedo se quebrou e causou o acidente, disse a reportagem.

A Praça do Skate se destaca como importante espaço público voltado para o lazer no município, principalmente para os residentes e frequentadores dos distritos Centro e São Mateus, em função da proximidade geográfica. Nesse sentido, Sposito (2010), ao tratar sobre a importância da centralidade para a cidade, afirma que

[...] a cidade centraliza porque concentra atividades econômicas e lúdicas, porque ela é o espaço do exercício e da representação do poder e da cultura de uma sociedade. O centro é, pois, o espaço de excelência e a expressão dessa concentração; ele é o ponto de integração geográfica e social (SPOSITO, 2010, p. 201).

Nessa perspectiva, a referida praça exerce uma centralidade por sua localização, que facilita o acesso a outras formas de lazer, a importantes vias rodoviárias e meios de transporte que levam ao núcleo da metrópole.

Entretanto, apesar de ser um fixo que funciona como um elo entre pontos importantes da cidade, este não se restringe apenas à passagem. Por abrigar uma extensa rampa de skate, uma quadra poliesportiva e ofertas de serviços gastronômicos, a praça atrai jovens que, mesmo quando não estão exercendo essas funções ligadas ao esporte ou consumo de serviços, estão presentes, usufruindo de outras características inerentes às praças públicas, como o local do encontro, da convivência e da confraternização.

Recorrendo novamente aos trabalhos de campo realizados na Praça do Skate, identificamos relatos que comprovam que os frequentadores encontram na praça uma identidade e sentimento de pertencimento e, a partir disso, buscam diariamente formas de mantê-la, seja através de solicitações junto à prefeitura, ao poder midiático ou unindo forças entre si para não perder esse espaço, que já é tão raro no município. Isso se torna claro na reportagem disponibilizada pelo site *O Globo*, na qual os moradores relatam que fizeram

campanha entre si para manutenção da praça, comprando com o dinheiro arrecadado pela população a grama sintética, conseguindo assim manter momentaneamente o que antes era um campo de futebol, posteriormente transformado em quadra.

Outras resistências territoriais são encontradas, ganhando destaque a dos skatistas que, além de realizarem competições e manterem o local movimentado, também são responsáveis por gerir um coletivo popular denominado Roda Cultural da Praça do Skate (RCPS). Em entrevista realizada com os produtores desse coletivo, buscou-se compreender como essa organização é realizada, e o que leva esses jovens a produzirem cultura sem fins lucrativos.

O coletivo surgiu no dia 7 de abril de 2015, quando um dos skatistas assíduos da praça, também músico, coordenou a primeira roda cultural, que teria apenas uma edição e contaria com a participação de outros skatistas que também produziam músicas do gênero *rap*.

Esse coletivo tem como objetivo principal fornecer acesso a atividades e equipamentos voltados para o lazer e a cultura populares no espaço público, viabilizando aos jovens alternativas que proporcionem uma maior integração social. De acordo com alguns dos organizadores, a Roda Cultural da Praça do Skate foi responsável pela formação artística de diversos MCs, DJs, poetas e produtores, que atualmente encontram na arte popular sua principal ocupação no mercado de trabalho.

Quando questionados sobre a apropriação e territorialização que exercem na praça, os integrantes do coletivo informaram que se juntam à população para reivindicar melhorias nesse espaço público, em relação à iluminação e segurança, por exemplo, o que incluiu enfrentar o tráfico de drogas que havia se instalado na praça e movimentar o comércio local, através dos importantes fluxos inerentes aos frequentadores da roda cultural. Os componentes afirmaram ainda que se identificam como um movimento de resistência cultural, mas que não são contra o sistema, e até buscaram atuar de maneira alinhada com a prefeitura em prol dos interesses da população. Nesse sentido, Matos e Ribeiro (1995) certificam a necessidade de apropriação espacial para a formação territorial, sendo os autores,

[...] uma rua, um conjunto de ruas ou um lugar passam a ser um território durante certo período de tempo. Isso acontece porque o indivíduo ou um determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território. Mas, para que este território possa existir como tal, é necessário um esforço constante para seu estabelecimento e manutenção (p. 63).

Em última análise, o coletivo foi questionado sobre a atuação da gestão municipal nos eventos culturais realizados por eles e relataram que, após promessas realizadas no palco de uma das edições da roda cultural, procuraram o prefeito, Dr. João (PL-RJ), buscando o apoio que havia sido proposto. Entretanto, não foram recebidos na prefeitura municipal. A partir do ocorrido, afirmaram que a gestão municipal só os vê como uma espécie de palanque político, ou seja, como possibilidade de conseguir votos, não oferecendo um incentivo ao trabalho que está sendo realizado.

A pesquisa contou ainda com o apoio de diversos colaboradores que concederam entrevistas que possibilitaram a compreensão da temática no recorte espacial estabelecido. Entre estes, destacamos o publicitário Wesley Brasil, que atualmente é gestor da Secretaria de Cultura do município de Nova Iguaçu e também gere um projeto pessoal, no qual produz conteúdo através de documentários, entrevistas e artigos sobre cultura urbana na Baixada Fluminense. Como pauta do projeto pessoal, o publicitário realizou um documentário em vídeo sobre a Roda Cultural da Praça do Skate. Nesse documento audiovisual, intitulado *A triste realidade da Baixada Fluminense*, é enfatizada a necessidade das rodas culturais como incentivo à cultura popular e também é abordado o modo com que a prefeitura atua sobre este movimento. Durante entrevista para o documentário, o fundador da RCPS afirma que o coletivo surge como uma maneira de os skatistas e jovens da cidade se organizarem de uma maneira que seja útil e acessível para todos, gerando cultura e lazer no espaço público.

O referido documentário apresenta um trecho gravado no dia 4 de julho de 2017, com a participação do prefeito do município, Dr. João, no evento. Segundo relatos e filmagens, quando já iniciada a roda cultural, o prefeito chegou ao local acompanhado de policiais e solicitando espaço para falar no evento. Enquanto isso, o rapper que fazia música no momento terminou sua rima dizendo: “resistência cultural é você deixar a roda em pé, você tá ligado, o Estado não me engana, os caras vêm aqui, o prefeito e os canas”. Após a apresentação, ainda no decorrer do evento, o prefeito anunciou: “Eu fiquei feliz pelo que vi, pelo discurso de fé e de esperança dessa garotada, essa juventude que muito precisa de uma área de lazer e de um apoio da política, não só municipal como a nível universal”.

Entretanto, o prefeito conclui sua fala anunciando que

[...] por questões de segurança a gente vai encerrar o evento, a brincadeira. E que seja de uma forma extremamente ordeira para que no futuro, bem próximo, nós possamos fazer com tranquilidade esse evento. Que sirva de

exemplo pra outras pessoas que ficaram contra vocês, sou a favor dos jovens.

Após anunciar a intervenção no evento, o prefeito apresentou suas propostas de governo, o que deixou claro que os objetivos do gestor estavam muito mais voltados a fins eleitorais que de fato proporcionar garantias e melhorias à realização do evento.

Todavia, as promessas proferidas pelo prefeito não se concretizaram, e no dia em que o documentário foi filmado por Wesley Brasil (em meados de 2018, um ano depois da visita do prefeito), o evento que estava agendado, não aconteceu, pois o coletivo não dispunha de aparelho de som. Nesse contexto, os organizadores estavam presentes na praça convidando aqueles que fariam parte do evento a ocuparem o referido espaço público, incentivando todas a fazerem da praça um local de convívio e apropriação popular e coletiva.

Acreditamos que neste ponto do artigo é relevante expor as palavras de um dos fundadores da Roda Cultural da Praça do Skate:

No começo era difícil porque a gente não tinha som, mas conseguimos o som. A gente tem de fazer tudo por nossa conta, nosso dinheiro, nosso recurso, mas a gente não tem mais esse recurso. O som teve de ser vendido, porque este som gerou dívidas, e dívidas têm de ser pagas. Essa forma foi a que encontramos de pagar as dívidas aqui na Praça do Skate. Devido a muita promessa (da prefeitura) a gente investiu e não houve nenhuma realização. Hoje a praça que botava mil pessoas, não tem som, não tem ninguém pra apoiar. É mais ou menos assim que acontece, quando o governo abandona o local, a criminalidade toma, e isso aqui na Praça do Skate é verídico de várias formas. Quando a roda rolava semanalmente, não tinha roubo, todo mundo lucrava, o comerciante lucrava. Agora tem roubo, tem tudo. Quando não tem cultura, tem violência. É mais ou menos isso que o governo deixa a entender: que a gente tem de ser burro e só. Mas estamos correndo atrás e eu dou a minha palavra de que, como produtor cultural, eu não vou deixar isso aqui morrer. Não é o Dr. João que vai acabar com a Roda Cultural da Praça do Skate, não.

Após a filmagem do documentário, já com o espaço esvaziado, aconteceu um assalto na praça e a filmagem registra o som de tiros sendo disparados.

As rodas culturais na Baixada Fluminense em geral têm sofrido com o desinteresse do poder público em fornecer uma infraestrutura necessária para os eventos, quando não os proíbem. Dessa maneira, além de não obterem apoio municipal, as rodas não contam com alternativas de políticas públicas voltadas ao lazer e à cultura.

Considerações finais

Após a realização do debate exposto acima, verificamos que o espaço público se caracteriza como importante viabilizador de territorialidades populares, que são importantes para a formação de identidade, apropriação e cidadania dos residentes, quando, ao praticar a política da convivência, se tornam produtores do espaço em que habitam.

Partindo das discussões realizadas, consideramos que a oferta de espaços públicos no bairro Centro do município de São João de Meriti é, além de escassa, também precária no que diz respeito às condições estabelecidas. A pesquisa também evidenciou que existe uma demanda maior do que a oferta de espaços e funcionalidades disponíveis, conduzindo a população a buscar espaços que supram suas carências culturais, esportivas e, também, de lazer.

Destacamos que o desafio central proposto é pensar sobre a conquista da cidadania de uma maneira democrática, de modo que ela se caracterize como uma saída para a diminuição de desigualdades sociais, pois, enquanto o indivíduo for qualificado como consumidor, a esfera pública e o espaço público se tornam opressores e excludentes. Enquanto esses espaços que deveriam agregar à população cultura, lazer e identidade forem transformados e reduzidos a espaços de passagem ou impróprios ao uso, enquanto os princípios forem baseados nas trocas monetárias e no incentivo ao individualismo, possivelmente o espaço em que se institui o debate, o lugar do encontro e dos significados não irá se consumir, fazendo com que parte da população que não esteja economicamente orientada fique excluída do espaço público, destituída de significados e sem acesso a bens comuns e ao próprio exercício da cidadania.

Por fim, enquanto a gestão pública meritiense atuar promovendo desterritorializações, através de intervenções urbanas, e negligenciar movimentos culturais e populares que buscam exercer a cidadania de maneira espontânea e coletiva, como pode ser verificado na Praça do Skate, as desigualdades e violências se acentuarão no município.

Referências bibliográficas

BRASIL, Wesley. *A triste realidade das rodas culturais na Baixada Fluminense*. 2018.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8n748KgzAM0>. Acesso em: 25 set. 2019.

- CALDEIRA, Júnia Marques. A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CERQUEIRA, YasminieMidlej Silva Farias. Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, Natal, RN, 2013.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951 [ed. Orig. 1936].
- HOWARD, Ebenezer. *Garden Cities of Tomorrow*. 3 ed. London: Faber & Faber, 1949/ 1ª ed. 1898.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censos demográficos 1960-2010.
- IBGE. Cidades. 2013. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/são-joao-de-meriti/panorama>. Acessado em: 20 de novembro de 2019.
- JUCÁ NETO, Clóvis. Entre as normas do Reino e os condicionantes do lugar: o desenho da vila de Santa Cruz de Aracati na capitania do Ceará. In: *Anais do Seminário de História da cidade e do urbanismo*. Recife, 2008.
- MACEDO, Silvio Soares.; ROBBA, Fabio. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.
- MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 1980.
- MATOS, Rogério Botelho; RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. *Boletim Goiano de Geografia* V. 15, n. 1, p. 57-79, jan./dez. 1995.
- MEDEIROS, Arlindo de. *Memória histórica de São João de Meriti*. São João de Meriti, 1958.
- PIRES, Hindenburgo. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. *Revista Bibliográfica de Geografia y Cienciassociales*, v. XV, n. 895, p. 13, 2010.
- SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. (org.). *Uma geografia em movimento*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199-228.

QUANDO A POLÍTICA DE CONTROLE NÃO DÁ TRÉGUA: UM ESTUDO SOBRE A MILITARIZAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE DURANTE A PANDEMIA

Mariana dos Santos Nesimi

Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG GEO-UFRRJ), integrante do grupo de pesquisa Espaço, Teoria Social e Cidade (UFRRJ) e bolsista CAPES.

Introdução

Marcelo Lopes de Souza (2008) já chamava atenção para o fato de a imprensa usar de forma exaustiva, durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o termo “guerra civil” para discorrer sobre a violência urbana que acometia as metrópoles, sobretudo o Rio de Janeiro, assim como destacava a sensação de insegurança, que passava a crescer através de uma retroalimentação intencional do medo, cada vez mais presente na vida social.

Como consequência desse movimento, nota-se um fortalecimento do discurso da segurança pública que, gradativamente, passa a ser apontado como uma das maiores preocupações da sociabilidade urbana. Esse fortalecimento, por sua vez, dá margem para a implementação de um modelo militarizado como forma de mediar os conflitos urbanos existentes. Nesse modelo, para além de um endurecimento nas formas de controle e de um aumento da violência a partir de conflitos armados, há uma tendência de apelo à atuação das Forças Armadas no território para garantir a segurança nas cidades. Antes utilizadas principalmente com a função de garantir a soberania do país e o controle de fronteiras, os militares agora passam a ser uma alternativa viável para os conflitos referentes à segurança interna, ampliando, dessa forma, o entendimento de “ameaça” e de

“guerra” ao se aproximar de uma lógica de guerra urbana, em que o “inimigo” passa a estar no interior do território, além de assumir novas feições.

Dito isso, é importante frisar o papel desempenhado pelo Estado, que passa a adotar uma postura significativa no que tange à regulação, ao controle do território e ao cotidiano social. Esse controle, que em determinadas situações é aceito socialmente e entendido como necessário, direciona o argumento para a ideia de que existem elementos suficientes para pensar em um estado de exceção em vigor, embora, em termos históricos, não tenha havido, no Brasil, longos períodos de estabilidade democrática. Como efeito direto da atuação estatal, ocorre o fortalecimento dos movimentos de militarização do espaço, que vão se tornando mais intensos com o tempo.

Seguindo a lógica do estado de exceção e de um “estado de emergência”, passa a existir uma abundância de leis que culminam numa interpretação confusa entre as barreiras que envolvem a legalidade e a ilegalidade das ações ao mesmo tempo em que os aparatos repressivos passam a ser entendidos e assentidos dentro das leis, tornando a violência justificável em determinadas situações, bem como os direitos básicos previstos em lei, relativizados ou violados. Seguindo a perspectiva de que há uma guerra urbana em andamento, a tendência é que esse estado de exceção pareça cada vez mais permanente. Se antes esses instrumentos eram requeridos e efetivados com fins específicos, agora passam a apresentar um caráter progressivo e de permanência, passando a integrar a paisagem urbana e o cotidiano. Investe-se cada vez mais nesses aparatos sob a justificativa de ampliação da segurança, mesmo que o retorno dessas ações seja pouco efetivo ou produza ainda mais violência: na maior parte dos casos, tais meios passam a ser, na verdade, uma forma de gerir a questão da pobreza e a massa de sobranes da economia de mercado.

Como aponta Botelho (2019), principalmente a partir da década de 1970, observa-se uma crise estrutural do Estado capitalista que caminha para uma crise de sua legitimidade, tornando-se cada vez mais frágil a partir da consolidação de grupos criminosos, armados com domínio de território (SILVA; LANNES-FERNANDES; BRAGA, 2008). Como resposta ao movimento de perda de legitimidade, o Estado fica cada vez mais violento, aproveitando-se do aval de ainda ser compreendido, entre os reguladores de território disponíveis, como o mais justo; mesmo que já seja possível notar,

em diversos casos, que esse consentimento social passa a ser gradativamente substituído também por uma sensação de medo.

As referidas crises estão diretamente atreladas à crise do trabalho. Com o aumento do desemprego e com a conseqüente ampliação dos excluídos da sociedade do trabalho, as ações repressivas e de controle passam a ser empreendidas como resposta a essas tensões. Dessa maneira, de forma cada vez mais violenta, o aparato repressivo é posto em prática a partir de arbitrariedades legalizadas (BOTELHO, 2019), seja em função da “necessidade” de fortalecer suas ações frente à concorrência pelo domínio territorial, seja para conter aqueles que não são mais úteis do ponto de vista econômico.

Ainda que tais fatos não sejam novos, percebe-se que as ações repressivas têm um ganho de escala, assim como se aperfeiçoam com o tempo. A história do Brasil é marcada por processos que envolvem a marginalização e a segregação urbana de determinados grupos e territórios que tradicionalmente têm uma relação frágil ou precária com o mercado de trabalho. No entanto, há um aprofundamento dessa exclusão, e políticas como a militarização passam a ser cada vez mais sistemáticas e corriqueiras. Logo, as forças policiais passam a ser militarizadas e as forças armadas passam a ser policializadas (SOUZA; SERRA, 2020). Sobretudo em função da história do país, torna-se importante discutir o avanço da arbitrariedade do Estado, que, por ser considerado legítimo para coordenar determinadas ações, é visto como parte dissociada do problema. Com a apresentação dessas circunstâncias, mais evidentes nas periferias ou nas “periferias das periferias” urbanas, como é o caso da Baixada Fluminense, percebe-se um estado avançado do processo de militarização.

A partir de um apelo à segurança, a militarização se constitui como um elemento próprio do cotidiano, fazendo com que o autoritarismo seja reforçado, assim como a fronteira entre legalidade e ilegalidade (SOUZA; SERRA, 2020), posta em xeque. Junto aos investimentos em segurança pública e ao fortalecimento das ações truculentas, há um aumento no número de execuções, desaparecimentos e ocorrência de tiroteios. Com o aumento nos índices de desemprego, existe uma tendência de aprofundamento dessas práticas seletivas, cujo alvos são as populações excedentes do ponto de vista econômico e com frágil integração social. Essa “nova” dinâmica que passa a atingir as cidades parece

não dar trégua; nem mesmo a pandemia ou uma liminar expedida pelo Supremo Tribunal Federal parecem ser o bastante para reverter o presente quadro.

A Baixada Fluminense como alvo

Entendendo os limites impostos a um artigo, sem ter a pretensão de esmiuçar o passado da região da Baixada Fluminense, em especial, por reconhecer sua complexidade, deseja-se, em linhas gerais, fazer alguns apontamentos sobre a utilização da violência no território, principalmente na história recente da Baixada Fluminense, visando a estabelecer possíveis aproximações com a contemporaneidade.

Como afirma Alves (2015 apud ALBUQUERQUE, 2021, p. 21), o histórico violento da região, que envolvia disputas constantes por terras e ações truculentas através da figura dos coronéis, contribuiu para a emergência de grupos diversos que disputavam o controle territorial. Durante o período da Ditadura Militar, iniciado em 1964, aprofundando a lógica da violência no período dos coronéis surgem novas características em relação à coerção e à utilização da violência, de forma cada vez mais arbitrária, com pessoas passando a ser torturadas e mortas por causa de furtos (ALBUQUERQUE, 2021) ou crimes que não eram violentos, considerados de baixa gravidade. À vista disso, a ocupação militar, durante o período ditatorial na Baixada, ocorre a partir da criação de “aparatos de dominação com o intuito de tirar os opositores de cena, assim como promover aliados à frente das máquinas clientelísticas e dos mecanismos ilegais de obtenção de recursos” (ALVES, 1998, p. 112).

Na década de 1970, a Baixada Fluminense registrou um acelerado processo de urbanização que ia ao encontro de um processo de metropolização, principalmente a partir da integração da Rodovia Presidente Dutra e da descentralização das atividades econômicas da cidade do Rio de Janeiro. Dessa maneira, como observa Albuquerque (2021), a Baixada se configura como a periferia da área metropolitana fluminense. Por diferentes processos históricos, ela pode ser entendida como uma área conflagrada. É também durante as décadas de 1970 e 80 que ocorre a expansão dos grupos de extermínio, que objetivavam banir aqueles que eram considerados criminosos, garantindo a segurança e a proteção dos cidadãos. Segundo estudos, esses grupos teriam surgido na cidade do

Rio de Janeiro entre 1956 e 1958, mas sofreram mudanças ao longo do tempo, assim como enfrentaram fases distintas. Além de policiais, os grupos continham empresários, comerciantes, moradores locais (NETO, 2014), e recebiam apoio estrito de uma parcela da população que se queixava da ausência de segurança, acusando uma ineficiência do Estado.

Mais à frente, como afirma Cano (2008, p. 48), ocorre a formação das milícias, que inicialmente eram compostas por agentes do estado e policiais que atuavam no controle de territórios que antes eram mediados pela dinâmica do tráfico de drogas. De acordo com o autor, esses grupos eram solicitados também por moradores e comerciantes, que pagavam taxas em troca da garantia da segurança e da proteção. Além disso, elas apresentam uma dinâmica particular quanto à busca por obtenção de lucro; a partir da coerção, há uma série de serviços ofertados e impostos, em geral, a moradores de áreas periféricas comandadas por esses grupos.

É válido ressaltar que, em muitos momentos, elas foram defendidas ou, pelo menos, tiveram suas ações lidas, por meio de um eufemismo, por pessoas que ocupavam cargos públicos de destaque. As análises em relação ao tema começaram a ser feitas de forma mais enfática a partir de 2008, com a realização da CPI das Milícias, que chamou mais atenção para o tema. A expansão das milícias no território e seu consequente poderio territorial e econômico reforçam ainda mais a atuação de um Estado repressivo, que responde de forma mais violenta à pressão crescente em relação à perda de poder.

Como exposto, comumente associada à criminalidade, enquanto o Rio de Janeiro apresentava uma queda na taxa de letalidade nos anos 2000, a Baixada registrava um aumento. De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), em 2019, durante o mandato do governador Wilson Witzel, que sofreu *impeachment*, contabilizou-se algo que não era visto em mais de 20 anos: um aumento expressivo, de 18%, nas taxas de auto de resistência, que se referem às mortes cometidas por policiais em confrontos, ainda que fosse registrada uma queda no número de homicídios em geral.

Quanto a isso é importante situar a Baixada Fluminense no contexto da escala metropolitana. Um movimento de transferência de violência, antes restrito à Baixada, passa a ser visto na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, as políticas de controle passam

a ser mais visíveis, assim como uma ideia preconceituosa de Baixada Fluminense fortalecida.

Para o Rio de Janeiro, sobretudo a Zona Sul, a Baixada tornou-se sinônimo do mal, do crime e da violência, tendo suas fronteiras interditas ou transpostas somente dentro de individualidades blindadas em alta velocidade. Já para os que habitam a Baixada o enclausuramento e a restrição do espaço público, acompanhados pela desmobilização das demandas coletivas, são acentuados ao mesmo tempo que as alternativas ilegais de solução imediatas se expandem (ALVES, 1994, p. 19).

Um exemplo para pensar essa relação é o projeto da implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) iniciado em 2008, que tinha como objetivo a garantia da paz aos moradores da região, do desenvolvimento integral da cidadania e romper com a lógica de guerra urbana no estado do Rio de Janeiro. No entanto, como afirma Albuquerque (2021), em 2018, das 37 favelas que tinham uma Unidade de Polícia Pacificadora instalada, apenas uma estava situada na Baixada Fluminense, que é a UPP do Complexo da Mangueirinha, no município de Duque de Caxias. Como também demonstrado pelo autor, ao cruzar os dados de policiais disponíveis para patrulhamento com o número de habitantes, nota-se a discrepância da maior parte dos municípios da Baixada Fluminense, muito inferior à cidade do Rio de Janeiro.

Tal argumento ainda pode ser observado por outro ponto: alguns estudos demonstram que a instalação de UPPs na cidade do Rio de Janeiro pode ter contribuído para que a criminalidade migrasse no sentido da Baixada Fluminense. Portanto, pode-se dizer que até áreas que não tiveram diretamente a instalação de uma UPP foram substancialmente modificadas em relação às suas dinâmicas espaciais. Segundo Miagusko (2016), com o assassinato de seis jovens na Rodovia Presidente Dutra, que apresentavam indícios de tortura, a Baixada volta a ocupar um papel importante na discussão da violência urbana. Dada a gravidade e a consequente repercussão, foram enviados 250 policiais, além de fuzileiros navais, para realizar a ocupação do bairro. Essa ocupação essencialmente militarizada veio à tona depois de outra ocupação, a do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, que teve cenas ao vivo televisionadas para todo o mundo.

Apesar do episódio mencionado ter um impacto considerável na história recente da violência urbana na Baixada Fluminense, isso não foi o suficiente para que se cogitasse

a instalação de uma unidade de polícia pacificadora na área. Porém, a entrada de blindados mais as prisões arbitrárias e imagens espetacularizadas pela primeira vez ocorreram num bairro na Baixada Fluminense, e não mais numa favela da cidade do Rio de Janeiro. Tal episódio se configura como a primeira vez que as Forças Armadas passam a ser utilizadas fora da capital (MIAGUSKO, 2016, p. 4), intensificando a ideia de guerra urbana na metrópole.

Em 2021, com mais de 600 mil mortes computadas no Brasil em decorrência da pandemia, percebeu-se o seu agravamento quando relacionada à desigualdade social e às condições precárias de vida, que podem impedir que cuidados básicos recomendados sejam estabelecidos. Além da evidente preocupação com o avanço da pandemia e pelo caos produzido pela doença, a população da Baixada Fluminense precisa se preocupar com a política de gestão e controle que continua sendo empregada pelo Estado, mesmo após uma liminar expedida, em junho de 2020, que restringia as operações policiais em favelas, salvo em casos excepcionais.¹

Objetivando discutir as políticas de controle militarizado que vêm sendo efetivadas no contexto da pandemia da covid-19 e tendo como recorte de análise a Baixada Fluminense, o presente trabalho baseia-se em dados disponíveis na plataforma Fogo Cruzado, laboratório sobre violência armada que levanta dados do estado do Rio de Janeiro, e nos dados da Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJRacial), que se propõe a acompanhar os desdobramentos da pandemia em áreas favelizadas e nas periferias do Rio de Janeiro.

Resultados

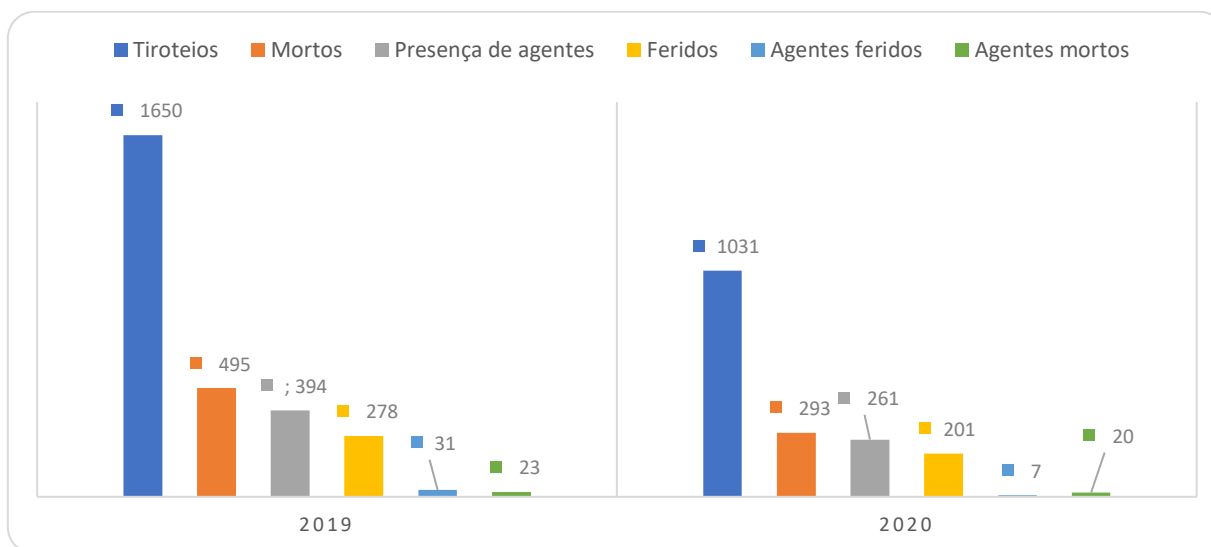
Ainda que a pandemia esteja em curso e, em função disso, seja passível de constantes modificações, é possível apresentar algumas notas iniciais. De acordo com um relatório do IDMJRacial, publicado em 2020, com três meses de proibição da realização

¹ BARREIRA, Gabriel. Ministro do STF proíbe operações em favelas do Rio durante a pandemia. *GI*, 5/6/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghml> Acesso em: janeiro de 2022.

de operações policiais² (entre junho e agosto), 51 operações aconteceram na Baixada Fluminense. Registrou-se, em agosto, uma diminuição de 35% na realização se comparado ao mês de julho. Nesse momento, o município de Duque de Caxias apresentava o maior número de operações policiais, com 7 ocorrências, seguido por São João de Meriti (5), Belford Roxo (2), Queimados (2) e Itaguaí (1) (IDMJRacial, 2020).

Ao olhar outros dados disponíveis, percebe-se um aumento substancial em relação ao acontecimento das operações. Com 10 meses de proibição, ocorreram 330 operações policiais, nas quais 122 pessoas foram feridas ou baleadas, e 56 perderam suas vidas. Agora o município de Belford Roxo passa a assumir a dianteira da lista com o registro de 97 operações policiais, seguido por Duque de Caxias (79), Magé (29), São João de Meriti (28) e Queimados (18). Relacionando esses com dados referentes aos 11 meses de proibição, registram-se 375 operações realizadas; 129 pessoas feridas ou baleadas, e 139 pessoas assassinadas. Dessa vez, também segundo os dados do IDMJRacial (2021), o município de Duque de Caxias volta a indicar a maior ocorrência de casos (21), seguido por São João de Meriti (9), Belford Roxo (8), Nova Iguaçu (3), Guapimirim (1), Japeri (1), Mesquita (1) e Seropédica (1).

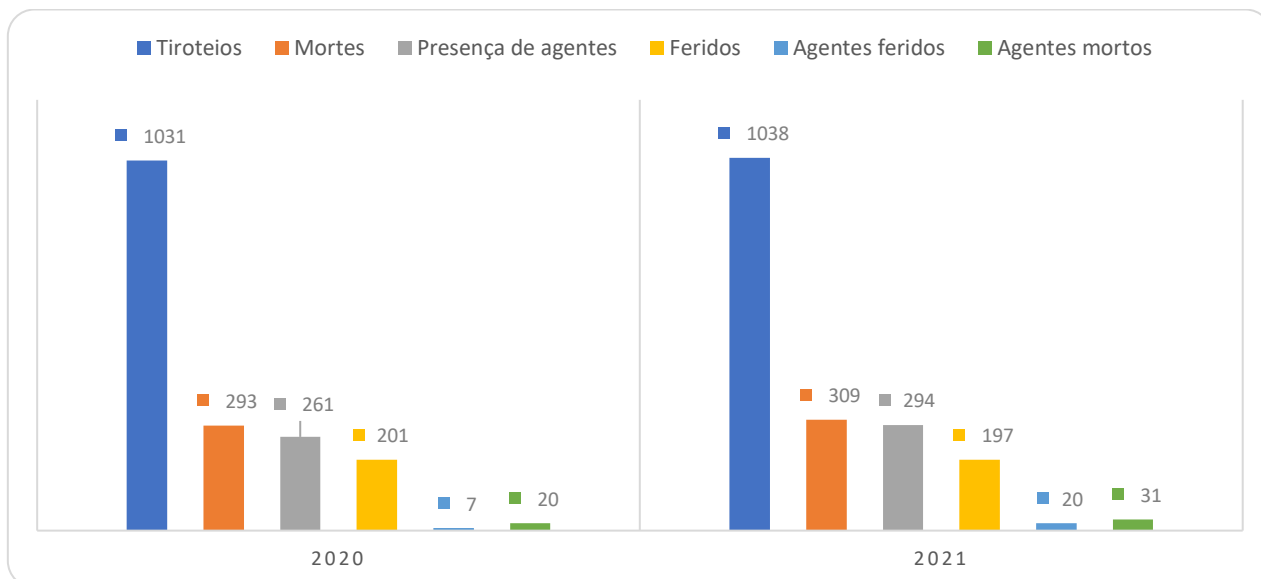
Gráfico 1 – Dados sobre a Segurança Pública na Baixada Fluminense (2019 – 2020)



² Ainda segundo o IDMJRacial, as operações tinham como motivações a apreensão de drogas e a retirada de barricadas. Percebe-se que, embora parte delas tenha sido realizada pela Polícia Civil, a maior parte está atrelada à atuação da Polícia Militar.

Dados: Laboratório Fogo Cruzado, 2021.

Gráfico 2 – Dados sobre a Segurança Pública na Baixada Fluminense (2020 – 2021)



Dados: Laboratório Fogo Cruzado, 2021.

Ao comparar os dados disponíveis no Laboratório Fogo Cruzado do ano de 2019, antes do anúncio da pandemia, entre os anos de 2020 e 2021, tornam-se viáveis algumas observações. Conforme o Laboratório, em 2020, houve oscilações significativas no número de operações, principalmente entre os meses de junho e setembro, quando foram registrados os números mais baixos de todo o ano, que evidentemente interferiram no número geral e justificam a queda em relação aos dados do ano anterior: junho (74), julho (84), agosto (65) e setembro (82). Já em 2021, registra-se um novo aumento, fazendo com que os dados voltem a se aproximar dos considerados “normais”, isto é, antes da proibição estabelecida pelo STF. Quanto ao número de tiroteios, destaca-se o mês de março, com 138 movimentações, ainda que janeiro apresente o maior número de mortos por mês, com 40 registros no total.

Ainda de acordo com o Laboratório Fogo Cruzado, os municípios que mais se destaca em relação aos dados são Duque de Caxias e Belford Roxo, com índices elevados que apontam para uma frequência de tiroteios e mortes. Esses mesmos dados, vistos pelo ano de 2020, também confirmam o destaque de ambos os municípios.

Outra questão presente na discussão entre a Baixada Fluminense e a pandemia refere-se à tentativa de imposição de normalidade aos cidadãos através da atuação do Estado ou por outros grupos. Em maio de 2020, comerciantes em Itaboraí denunciaram que estavam sendo coagidos pela milícia local a manter as portas abertas dos seus comércios caso quisessem permanecer no lugar, além de relatarem a cobrança também por parte desses grupos de taxas diárias.³ Situação semelhante aconteceu no município de Duque de Caxias,⁴ que, em determinado momento da pandemia, chegou a concentrar o maior número de casos de infecção por covid-19 na Baixada Fluminense. A respeito disso, segundo o IDMJRacial, alguns municípios da Baixada, como Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis, olhando para os respectivos centros comerciais, passavam a impressão de que estavam mantendo seu comércio fechado em respeito às medidas de restrição sugeridas, entretanto, era só adentrar em áreas mais periféricas desses municípios que se percebia a imposição desses grupos para que ocorresse a abertura do comércio.

Como demonstrado por Aragão e Silva (2020), em Duque de Caxias, o caso que envolve a “imposição da normalidade” chama a atenção pela atuação da própria prefeitura do município. No início da pandemia, o prefeito Washington Reis, além de defender a permanência das igrejas abertas, realizando cultos, e reproduzir o discurso de que a cura para o vírus viria a partir “dos pés do senhor”, foi responsável, junto de sua equipe, por resistir à adoção de medidas de isolamento social. Já em 2021, o prefeito foi a público apresentar um calendário de vacinação próprio, que causou aglomeração e desespero por parte dos moradores, com registros, inclusive, de pessoas dormindo em filas durante a madrugada com medo de perder a dose da vacinação prevista para o dia.

O caso de Belford Roxo também merece destaque na análise. No dia 11 de janeiro de 2021, ocorreu, no Complexo do Roseiral, uma operação policial que utilizava um

³ PRADO; NASCIMENTO; REGUEIRA. Comércio em área de milícias é obrigado a funcionar durante a quarentena em Itaboraí. *GI*, 25/5/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/25/comercio-em-area-de-milicias-e-obrigado-a-funcionar-durante-a-quarentena-em-itaborai.ghtml> Acesso em: janeiro de 2022.

⁴ ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Cidade da Baixada Fluminense tem saúde à beira do colapso e comércio aberto a mando da milícia. *Folha de S. Paulo*, 11/3/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/cidade-da-baixada-fluminense-tem-saude-a-beira-do-colapso-e-comercio-aberto-a-mando-da-milicia.shtml> Acesso em: janeiro de 2022.

arsenal típico de guerra e contava com a participação de diversos grupos táticos. O objetivo da operação era a implementação do 1º Destacamento Policial do 39º BPM em função das implicações do caso em que três meninos desapareceram no município, completando, agora, seis meses sem desfecho desde o ocorrido.⁵ Mais uma vez, trata-se de uma operação que usa do discurso de “garantia de paz ao território”, mas que reforça o uso da violência ao utilizar aparatos de guerra, além de intensificar a sensação de vulnerabilidade no cotidiano por parte dos moradores, que relatam violações sofridas⁶ mesmo durante uma pandemia.

Conclusão

Entendendo que se trata de um processo em andamento, o presente trabalho tem como principal objetivo trazer alguns elementos para pensar no processo de militarização do espaço urbano na Baixada Fluminense durante a pandemia da covid-19. Analisando os dados do Fogo Cruzado e do IDMJRacial, percebe-se que houve uma diminuição na ocorrência de confrontos no ano de 2020, após a liminar expedida pelo Supremo Tribunal Federal. Contudo, a partir dos dados referentes aos meses finais de 2020 e dos iniciais de 2021, observa-se que as políticas de controle continuam sendo empregadas com bastante vigor na Baixada Fluminense, mesmo com a proibição expressa da Justiça.

No mais, é possível destacar os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias, que concentram os maiores números analisados neste artigo e que evidenciam, por consequência, a face mais violenta do processo de militarização. O que novamente não é um processo recente: em 1997, Duque de Caxias aparecia no 14º lugar das 100 cidades mais perigosas do Brasil, enquanto Belford Roxo aparecia em 19º. Na época, Duque de Caxias tinha uma taxa de 76,6 homicídios por 100.000 habitantes; Belford Roxo, 73,1.

Ao olhar para os números disponíveis sobre a pandemia, ocorre quase de imediato uma afluência de ideias sobre suas consequências e impactos. Para além de uma pandemia

⁵ Mães de meninos desaparecidos em Belford Roxo se revoltam com versão da polícia. *Extra*, 25/5/2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/maes-de-meninos-desaparecidos-em-belford-roxo-se-revoltam-com-versao-da-policia-25032461.html> Acesso em: janeiro 2022.

⁶ ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Moradores carregam corpos e relatam danos psicológicos após ações da PM na Baixada Fluminense. *Portal Geledés*, 24/2/2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/moradores-carregam-corpos-e-relatam-danos-psicologicos-apos-acoes-da-pm-na-baixada-fluminense/> Acesso em: janeiro de 2022.

que ainda segue fazendo vítimas, os moradores dessas áreas enfrentam o estigma das áreas conflagradas, entendidas como perigosas e passíveis de controle. Dessa forma, a partir do uso da violência, intrínseco ao processo de militarização, as pessoas ficam duplamente expostas.

Outro ponto é a questão da expansão dos grupos armados com domínio de território. Observa-se que há uma tendência de fortalecimento das milícias em alguns municípios da Baixada, como acontece em Duque de Caxias e Nova Iguaçu – o argumento inicial de que o Estado responde de forma cada vez mais violenta e ostensiva à perda de legitimidade da violência e território é reforçado. Também fica demonstrado que a violência policial tem por alvo principal zonas de desemprego alarmante; enquanto a taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chega aos 19.4%, a tendência é que na Baixada Fluminense esses valores sejam superados. Isso reforça a ideia de que a militarização é utilizada como forma de regular o território daqueles que não são úteis sob o aspecto econômico.

Ainda que os reguladores sejam distintos, é possível também apresentar uma semelhança na forma de operar no território, mesmo que nem todos os municípios da Baixada Fluminense indiquem as mesmas características. No caso de Duque de Caxias, por exemplo, percebe-se que, assim como as milícias, a prefeitura foi desfavorável às medidas de restrição. Já no caso de Belford Roxo, há a utilização concreta da violência, podendo ser vista tanto a partir da coerção direta por grupos armados, que visam a fortalecer seus lucros, quanto pela atuação do Estado, que, através das operações policiais, usa aparatos agressivos e típicos de guerras, como o emprego de tanques. Reforçando a definição básica de estado de exceção, as fronteiras entre legalidade e ilegalidade se tornam essencialmente confusas, e os responsáveis por garantir a segurança, mesmo num momento atípico, reproduzem ações violadoras de direitos.

Por fim, outro ponto tocado pelo IDMJRacial está ligado à divulgação dos dados. Mesmo que os números existentes sejam expressivos, o instituto ressalta que estabelece seu levantamento a partir de fontes oficiais divulgadas pela Polícia Militar, o que pode contribuir para uma subnotificação dos casos existentes e camuflar os impactos da militarização na Baixada Fluminense, conseqüentemente dificultando o entendimento dos processos. Posto que os órgãos apresentem uma ligeira diferença nos dados, percebe-se

que ambos os institutos direcionam para o argumento central deste trabalho: nem mesmo um estado de emergência sanitária de caráter global consegue conter o processo de militarização, que paulatinamente volta a apresentar dados próximos de uma “normalidade” densamente violenta, demonstrando a banalização da utilização dos instrumentos de controle na sociedade, principalmente nas periferias urbanas.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Enderson. A cidade maravilhosa e as cidades do abandono: o verso e o reverso das políticas públicas de segurança na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Geosul*, Florianópolis, v. 36, n. 78, p. 17-38, janeiro/abril 2021.
- ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: a violência na construção de uma periferia. In: ANPOCS. Rio de Janeiro: 26 de fevereiro de 1994, p. 1-19.
- _____. Baixada Fluminense: a violência na construção do poder. 1998. 196 f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARAGÃO, Luciano Ximenes; SILVA, Marcio Rufino. *Lugares da covid e territórios do poder: os casos de Duque de Caxias e Rio das Pedras*. Disponível em: <<https://www.ppgihd-open-lab.com/post/lugares-da-covid-e-territ%C3%B3rios-do-poder-os-casos-de-duque-de-caxias-e-rio-das-pedras>> Acesso em: janeiro de 2022.
- BOTELHO, Maurilio. *Estado de exceção e militarização do espaço urbano*. In: ROCHA, André Santos da (org.). *Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas*. Duque de Caxias, ASAMIH. 2020, p. 61 – 74.
- CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 48-83.

INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL. Disponível em: <https://dmjracial.com/dmjr/> Acesso em: janeiro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>> Acesso em: janeiro de 2022.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 91, p. 1-15, junho de 2016.

NETO, David Maciel de Mello. “Esquadrão da Morte”: genealogia de uma categoria da violência urbana no Rio de Janeiro (1957-1987). 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Jailson de Souza, LANNES-FERNANDES, Fernando; BRAGA; Raquel Willadino. Grupos criminosos, armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (org.). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 16-24.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 32, nº. 2, p. 205-227, maio/agosto 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL: TIPOLOGIAS E FINALIDADES PARA ANÁLISE DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA EM JAPERI, NOVA IGUAÇU E QUEIMADOS

Lucas dos Santos Figueredo

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) e graduado em Direito, ambos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), assessor jurídico na Semur de Queimados

Thaís De Paulo Carvalho De Souza

Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e bolsista de Iniciação Científica (Pibic/CNPq)

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Jurídicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Introdução

A ausência de moradia para uma grande parcela da população é um problema central dos países periféricos inseridos no modo de produção capitalista. Apesar de o direito à moradia ser um direito social e, como tal, estar consagrado nos ordenamentos jurídicos de todo o mundo há mais de um século, de fato, ele permanece apenas no papel.

O acesso à moradia não é algo simples. Inicialmente porque a moradia é um produto a ser vendido no mercado, um produto caro mesmo para a classe média, especialmente por dois motivos: a questão fundiária e a questão imobiliária (RIBEIRO; PECHMAN, 1983; SINGER, 1979; MARICATO, 2015).

A questão fundiária se explica na garantia, por parte do Estado, do direito à propriedade privada da terra. A Constituição Federal de 1988, ao assegurar a propriedade privada como direito fundamental, ainda que declarando sua função social, acaba por estabelecer um óbice à efetivação do direito à moradia, já que para morar é preciso pagar. E o fato de a terra urbana estar concentrada nas mãos de vários proprietários diferentes, que muitas vezes a colocam como forma de renda, associado ao tratamento jurídico da

propriedade como um direito patrimonial fundamental, dificulta o acesso ao solo para morar como direito. Ou seja, o fato de a terra ter um preço, e esse preço estar relacionado à utilização e valorização de um determinado espaço da cidade, com mais ou menos infraestrutura, serviços, amenidades ou riscos ambientais, acaba jogando a população que não pode pagar para periferias ou para lugares em que o mercado formal não pode construir. Portanto, a questão habitacional está intimamente ligada à questão da distribuição da terra (e da renda necessária para 163arth163-la).

Já a questão imobiliária se refere à produção da moradia. Em primeiro lugar, o fato de a terra ser privada dificulta a construção em série. Como é preciso um espaço para a construção, e cada terreno está nas mãos de donos diferentes, torna-se quase impossível uma construção numericamente significativa. Ademais, uma vez levantada a construção, o problema persistirá, já que ela não é uma mercadoria que se reproduz por si mesma, tendo o investidor que procurar por um outro terreno.

Como segundo ponto, cabe enfatizar o problema da limitação de reprodução do capital no setor imobiliário. O custo de uma construção é muito alto, o que encarece deveras a mercadoria moradia, principalmente se levarmos em conta o fato de a maioria da população não ter renda suficiente para tanto. Assim, o capitalista que quiser investir em habitação deve ter um volume acentuado de capital, pois o retorno de seu investimento é bem demorado. E, segundo esta lógica, este investimento só fará sentido quando dele puder ser extraído grande lucro, o que pode gerar os vazios urbanos, à espera de urbanização e conseqüente valorização.

Assim, para que o investimento na produção imobiliária dê lucro, seria necessário baratear a produção. Mas tendo em vista a forma de construção predominantemente manual (que é cara e demorada), a dificuldade de produção em série (terrenos espacialmente distantes) e a necessidade de toda infraestrutura no entorno que depende de políticas públicas (gerando a especulação imobiliária), o investidor acaba por privilegiar a construção para os setores de classe alta, que podem pagar o alto investimento.

Dessa maneira, as classes populares no Brasil não têm como assegurar seus direitos de moradia, uma vez que suas remunerações são baixas demais. O investidor imobiliário, na espera de seu lucro, não constrói para quem não pode pagar, deixando à

margem do processo de aquisição formal da moradia a maior parte da população, que vai ocupar as sobras deixadas pelo mercado imobiliário. Assim nascem as ocupações “informais” com todas as suas características: posse da terra, autoconstrução, ausência de infraestrutura básica (como acesso à água, esgoto tratado, coleta de lixo, iluminação, asfaltamento) e de serviços essenciais (como saúde, educação, transporte etc.). A solução encontrada pela classe trabalhadora é ocupar, construir e ir vivendo, com medo de deslizamento, de pegar alguma doença, de não conseguir pagar o material de construção, de ser removido, de ser atingido por uma “bala perdida”. Essas condições espelham no território a desigualdade social presente no capitalismo, configurando-se como desigualdade socioespacial e mantêm um elevado déficit habitacional no país.⁷

Metodologia: o direito à moradia adequada como categoria de análise da implementação das Zeis

A partir dessa realidade socioespacial, tanto de segregação quanto de ausência de moradia para os pobres, o presente artigo, fruto de pesquisa em fase inicial, buscou compreender como três municípios da Baixada Fluminense planejaram lidar com suas áreas informais e vazios urbanos. Tendo como referência o instrumento jurídico intitulado Zeis (zonas especiais de interesse social), que visa justamente a incidir sobre territórios informais, como se verá adiante, a pesquisa buscou levantar, através dos Planos Diretores, os tipos de Zeis definidos em cada município e a finalidade de tais definições, ou seja, que tipo de política pública está planejada para a área. Para tal, buscou compreender o território que essas áreas ocupam no município, através de sua configuração socioespacial municipal.

A proposta desse levantamento e mapeamento, portanto da pesquisa, é verificar se a aplicação desse instrumento é capaz de garantir moradia adequada para uma população historicamente alijada desse direito. Para fazer tal verificação, adotamos os critérios de moradia adequada elencados no Comentário Geral nº 4 do Comitê sobre os

⁷ De acordo com pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro (2021), o déficit habitacional no Brasil em 2019 atingiu a marca de 5.876.699 casos totais, sendo 5,044 milhões em área urbana. A pesquisa leva em conta três componentes: habitação precária, coabitação e ônus excessivo com aluguel, no qual esta última foi a principal causa do déficit habitacional no Brasil (51,7%). No estado do Rio de Janeiro, a marca alcançou o número de 481.243 casos, sendo 361.619 em sua Região Metropolitana, no qual o ônus excessivo com aluguel chegou à marca de 61,7% do total de casos no estado fluminense.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ao art.11, §1, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), que define como moradia adequada:

1. Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças;
2. Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo;
3. Economicidade: a moradia não é adequada se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes;
4. Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde;
5. Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levadas em conta;
6. Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas;
7. Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural (UNITED NATIONS, 1991).

Assim, tais critérios servirão como parâmetros para futuras análises de Zeis a serem escolhidas nos municípios, uma por tipologia em cada município, para verificar se a política pública definida concretiza o direito à moradia adequada. Para tal, analisaremos, além da legislação pertinente, imagens de satélites no Google maps e Google 165arth e visitas a campo. Neste artigo apresentamos, como explicitado, o resultado dos levantamentos iniciais.

Zonas especiais de interesse social

As zonas especiais de interesse social surgiram no município de Recife em 1983 e tinham como principal objetivo delimitar áreas urbanas caracterizadas por assentamentos habitacionais precários que surgiram de forma espontânea, com o intuito de promover regularização fundiária. O instrumento atualmente está previsto em duas leis federais: o Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/01) e a Lei de Regularização Fundiária (Lei nº13.645/17).

A finalidade precípua da constituição de uma Zeis é a regularização fundiária, e se concretiza a partir da delimitação de um perímetro urbano em que ocorreu ocupação informal, gerando comunidades cujas casas, ruas, calçadas não observam os padrões urbanísticos vigentes, fazendo com que também não tenham, a priori, acesso a saneamento ou outros itens de infraestrutura como asfaltamento, iluminação, ou serviços como transporte e escolas, além de não possuírem um título de propriedade sobre a terra ocupada. As Zeis, embora tenham se tornado um instrumento urbanístico de alcance nacional após a publicação do Estatuto da Cidade, só foram conceituadas legalmente pela Lei nº 11.977/2009,⁸ que em seu art. 49, inciso I, a definiu como “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo”.

Dessa forma, ao definir uma parcela do território como Zeis, ali se estabelecem parâmetros urbanísticos diversos ao do restante do território municipal, com o fim de regularizar a moradia e a própria comunidade informal, em seu desenho e traçado, de modo a viabilizar a regularização fundiária de assentamentos precários existentes já consolidados. O município, ao implementar uma Zeis, a entende como um meio divisor entre a cidade formal – quando ela é efetivada – e a cidade informal – antes de efetivada. Além disso, garante direitos humanos à liberdade, ao reconhecer o assentamento precário como parte da vida urbana, garantindo direito à moradia adequada e direito à cidade, por meio de infraestrutura urbana adequada e segurança na posse, por meio da titulação de propriedade. Ademais, trata-se de territórios de exclusão, onde a própria norma os reconhece como lugares com ausência de serviços e infraestruturas básicas (PEREIRA, 2021) e que por isso precisam ser demarcados para a incidência de projetos que visem à concretização da função social da cidade e da propriedade urbana.

Importante salientar que, geralmente, elas visam à garantia do direito à moradia em áreas sob forte pressão do mercado imobiliário e com infraestrutura urbana já consolidada. A Zeis, em sua gênese, serviu como um instrumento urbanístico que tinha como finalidade o reconhecimento de direitos fundiários dos seus moradores, por meio

⁸ O artigo 49 da Lei nº 11.977/2009 foi revogado com a publicação da Lei nº 13.465/2017 – a nova Lei de Regularização Fundiária – que repetiu o mesmo conceito.

da ampliação do acesso à terra urbanizada bem localizada, do provimento de moradias onde o mercado formal capitalista não oferecia unidades habitacionais de baixo custo e destinadas à população de baixa renda, e pela criação de fóruns participativos para elaboração de normas específicas para os assentamentos precários (MIRANDA; ROLNIK et al, 2019).

Embora o instrumento tenha sido construído com o intuito de promover regularização fundiária e urbanística, no decorrer do tempo sua aplicabilidade tomou novos rumos quando alguns municípios trouxeram novas tipologias para a sua implementação, observando as especificidades de cada território. Entre elas, exemplificam-se as Zeis de vazios, que visam à demarcação de uma área na cidade para a implementação de Habitação de Interesse Social. O município de Diadema se tornou pioneiro ao implementar esse tipo de Zeis com sucesso em seu Plano Diretor de 1994 (Lei Complementar Municipal nº 25/1994). Portanto, as Zeis de vazios atacam a renda urbana do setor imobiliário, pois incidem na reserva de terra urbana vazia, não utilizada ou subutilizada dentro do território municipal em que o Poder Público entenda ser uma área possível para a criação de Habitação de Interesse Social (HIS) ou de conjuntos habitacionais, que sejam destinados à população de baixa renda.

Portanto, a implementação do instrumento possibilita: i) a garantia do cumprimento da função social da propriedade, ao definir usos sociais a terrenos vazios ou subutilizados em área urbana; ii) assegurar o direito à cidade, seja aos moradores dos assentamentos precários existentes no território, seja aos futuros moradores de novas unidades habitacionais de interesse social, cujas áreas foram delimitadas como Zeis para esse fim; iii) a efetivação da gestão democrática do território municipal por meio dos Conselhos Gestores das Zeis, o que permite a participação de entidades da sociedade civil nos processos de decisão de verbas destinadas pelo governo local (MATTOS, 2019).

As Zeis de regularização e as Zeis de vazios se popularizaram, mas não são mais as únicas tipologias existentes. Dada a realidade de cada território, alguns municípios foram definindo essas zonas de acordo com suas necessidades e intenções, como áreas destinadas à proteção ambiental, à habitação de pessoas removidas, ou populações tradicionais, áreas de segurança alimentar, entre outras.

As Zeis nos Planos Diretores estudados

Queimados

O município de Queimados delimitou Zeis em seu território no Plano Diretor de 2006, prevendo-as inicialmente como zonas prioritárias para implantação do Programa Municipal de Regularização Fundiária, destinadas ao uso e ocupação de habitações de interesse social, tendo prioridade para ações – desenvolvidas pelo município – de regularização fundiária e urbanística, de urbanização, de acesso à infraestrutura urbana de qualidade e implementação de equipamentos públicos.

Recentemente, o Plano Diretor foi revisto pela Lei Complementar Municipal nº 091 de 2019. Não houve mudança significativa no texto legal, no entanto, ao delimitar essas áreas na cidade, seu número triplicou, e foram incluídas Zeis dos dois tipos, a Zeis do tipo 1 tem o intuito de implementar programas de regularização fundiária e urbanística promovendo o cumprimento da função social da cidade e a Zeis do tipo 2 tem a intenção de consolidar os conjuntos habitacionais construídos – ou a construir.

Assim, foram instituídas 9 Zeis no território queimadense pela revisão do Plano Diretor Municipal em 2019 e sua numeração se deu por escolha legislativa. Sua tipologia e configuração socioespacial se subdividiu da seguinte forma:

Tabela 1 – Tipologia das Zeis em Queimados/RJ

Tipo	Diagnóstico das áreas	Finalidade	Configuração socioespacial
1	Áreas com assentamentos precários já consolidados	Promover a função social da cidade.	Centro/Pedreira – <i>central</i> Bairro do Carmo, São Cristóvão e Paraíso/Luís de Camões – <i>periurbana</i>

2	Áreas de vazios urbanos em que foram ou vão ser construídos conjuntos habitacionais	Consolidar os conjuntos habitacionais construídos ou a construir.	Valdariosa, Jardim das Fontes, Dona Ivone, Paulo Duque, Vila Camarim – <i>periurbana</i> São Jorge e Cohab – <i>não delimitada</i>
---	---	---	--

Fonte: Anexo VI da Lei Complementar 91/19, Queimados, 2019.

As diretrizes para intervenção das Zeis de tipo 1 estão mais voltadas para elaboração de projetos urbanísticos que visam a formular procedimentos para consolidar a urbanização e a moradia adequada nesses núcleos urbanos já consolidados, bem como implementar meios para a regularização fundiária dessas áreas. Já as diretrizes estratégicas das Zeis de tipo 2 do Plano Diretor de Queimados estão voltadas para a consolidação da urbanização nessas áreas e a elaboração de políticas públicas que visem a garantir a melhoria da infraestrutura local, e à implantação de programas de habitação de interesse social, como o Minha Casa Minha Vida. Nesse caso, importa ressaltar que todas as Zeis desse tipo estão localizadas longe do Centro.

Nas Zeis do tipo 1, no período de dois anos de vigência da referida lei, não foi implementada qualquer ação para regularização fundiária e urbanística – por nenhuma lei ordinária ou complementar municipal. Importante salientar que uma parte da Zeis 3 (São Cristóvão) foi demarcada enquanto Zeis pelo Plano Diretor de 2006 (São Miguel), no qual foi aberto um processo administrativo estadual⁹ para a regularização fundiária da área, promovido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro (Iterj), mas foi extinto por falta de interesse processual dos moradores.

Nas Zeis do tipo 2, os cinco territórios já delimitados no Plano Diretor são referentes aos conjuntos habitacionais já implantados ou em fase de construção, todos do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal.

Pensa-se, num primeiro momento, na localização dos conjuntos habitacionais para a análise da moradia adequada nessa tipologia de Zeis. Nas periferias metropolitanas, o papel histórico que um espaço desempenhou pode ser decisivo para influenciar o processo de formação de uma localidade central, no qual uma praça ou estabelecimentos

⁹ Processo Administrativo Estadual nº E-02/150.423/04.

de lazer podem ser fatores de influência, além de outros aspectos, como a proximidade, uma área de ligação, a oferta de empregos e um núcleo de produtos e serviços. Tais aspectos fizeram com que a estação de trem de Queimados fosse escolhida como ponto de centralidade do município neste trabalho.

Localizadas no limite do território urbano, fazendo fronteira com o rural – até mesmo próximas aos limites do município, das nove zonas instituídas, apenas uma está localizada a menos de um quilômetro da centralidade do município. Trata-se, no entanto, de uma Zeis do tipo 1, que visa a conceder uma maior segurança da posse aos moradores desses assentamentos precários. As outras três Zeis desse grupo fazem jus à análise inicial: estão inseridas em locais distantes do centro.

Por fim, ao se referir às Zeis do tipo 2, com exceção da Zeis 7 (Belmonte), todas estão localizadas a ao menos dois quilômetros da centralidade municipal. Ou seja, para a implementação de políticas habitacionais urbanas destinadas à população de baixa renda foram escolhidas áreas distantes do Centro – que estejam no limite da mancha urbana e até mesmo próximos ao limite do município –, o que impacta na dificuldade para obtenção de oferta de serviços e benfeitorias urbanas, assim como na questão da mobilidade no município.

Todas as Zeis do tipo 2 foram objeto de criação de Habitações de Interesse Social, vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida, o que denota um padrão da produção habitacional em grandes cidades, como São Paulo (ROLNIK, 2014)

Por meio das análises legislativas e de paisagem, percebeu-se uma preocupação da gestão em implementar Zeis para os fins de Regularização Fundiária e de implantação de políticas habitacionais. No entanto, quando se trata da localização e do acesso a serviços e benfeitorias urbanas, a delimitação das Zeis instituídas, até então, foi insuficiente, pois não elaborou programas de regularização fundiária e de urbanização, tampouco foi capaz de implantar Habitações de Interesse Social em locais próximos ao centro.

Japeri

O município de Japeri estabelece os objetivos das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) no Plano Diretor de 2006, prevendo a garantia da função social da cidade¹⁰ e da propriedade,¹¹ bem como a diminuição das desigualdades sociais e o aumento da qualidade de vida da população. Todavia as delimitações das áreas e suas diretrizes específicas foram instituídas apenas no Plano Diretor seguinte, de 2019.

Neste, se apresentou um direcionamento à implementação de programas específicos de urbanização e regularização fundiária para as áreas urbanas ocupadas por populações de baixa renda nos bairros Parque Guandu e Cidade Jardim Marajoara, que são caracterizadas por alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular, com construções não licenciadas, levantadas em desconformidade com os padrões legais, onde há carência de serviços públicos essenciais, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais. As AEIS estão estabelecidas no Plano Diretor Municipal, em que é possível perceber que duas áreas foram demarcadas como de especial interesse social, estando, ambas, na macrozona de expansão urbana, embora haja ali atividades agrícolas e agroindustriais. Suas tipologias e configurações socioespaciais são definidas da seguinte forma:

Tabela 2 – Tipologia das AEIS em Japeri/RJ

Tipo	Diagnóstico das áreas	Finalidade	Configuração socioespacial
------	-----------------------	------------	----------------------------

¹⁰Artigo 17. As funções sociais da cidade são compreendidas como direito de todo cidadão ao acesso à moradia, ao transporte público, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, segurança, acesso aos espaços, equipamentos públicos, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

¹¹Artigo 18. As funções sociais da propriedade estão condicionadas às funções sociais da cidade, as diretrizes do desenvolvimento Municipal e as exigências deste Plano Diretor, sempre de acordo com a Constituição da República F. do Brasil.

AEIS – Área especial de interesse social	Áreas ocupadas por aglomerados subnormais, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais	Implantar programas habitacionais de baixa renda, programas específicos de urbanização e regularização fundiária e programas habitacionais de interesse social com soluções específicas adequadas ao perfil socioeconômico da família- alvo.	Parque Guandu; Cidade Jardim Marajoara – <i>macrozona de expansão urbana</i>
---	--	--	--

Fonte: Lei nº 1.408, de 13 de dezembro de 2019.

Vale ressaltar que, embora haja a delimitação em mapa, ainda não há marcação real das AEIS, ou seja, não há delimitação do perímetro através de decretos ou qualquer outra forma de precisar a área em que incidirá a política. Até aqui também não há aplicação alguma dessa política territorial.

Nova Iguaçu

No município de Nova Iguaçu, as Zeis foram definidas como instrumento na Lei Municipal nº 2.882, de 30 de dezembro de 1997, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, porém suas delimitações somente ocorrem no Plano Diretor Municipal de 2011, sendo configuradas como áreas de assentamentos habitacionais ocupadas por população de baixa renda já existentes ou propostas pelo Poder Público, em que há a possibilidade de urbanização e regularização fundiária. Tais zonas são delimitadas a partir da existência de favelas, habitações coletivas precárias, loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda, conjunto habitacional de promoção pública, conjunto de unidades habitacionais precárias e imóveis não edificadas,¹² ou subutilizados,¹³ e, ainda, áreas com potencial de ocupação por Habitação de Interesse Social.

¹²O Plano Diretor define como solo urbano não edificado os terrenos e glebas com área igual ou superior a 500 m², com o coeficiente de aproveitamento utilizado igual a zero.

¹³O Plano Diretor define como solo urbano subutilizado os terrenos e glebas com área igual ou superior a 500 m², quando o coeficiente de aproveitamento não atingir o mínimo definido para o lote na zona onde se situam.

As áreas demarcadas como Zeis do tipo 1 e do tipo 2 se destinam, segundo as diretrizes do Plano Diretor, à recuperação e regularização urbanística; regularização fundiária; produção de habitação de interesse social; recuperação de imóveis degradados ou em condições precárias de habitabilidade e/ou em situações de risco à vida passíveis de eliminação; desadensamento de assentamentos precários e de coabitações; provisão de espaços públicos e equipamentos sociais, comércio e serviços de caráter local, complementares à moradia; provisão de espaços junto à moradia destinados à capacitação profissional e promoção de atividades de geração de emprego e renda. As tipologias e configurações socioespaciais desses locais são definidas da seguinte forma:

Tabela 3 – Tipologia das Zeis em Nova Iguaçu/RJ

Tipo	Diagnóstico das áreas	Finalidade	Configuração socioespacial
1	Áreas públicas ou privadas caracterizadas como favelas, habitações coletivas precárias; parcelamento e loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda; conjunto habitacional de promoção pública; conjunto de unidades habitacionais precárias ocupadas predominantemente por população de baixa renda	Promoção da regularização urbanística e fundiária	Centro, Comendador Soares, Posse, Santos Neves, Parque Renascença, Jardim Paraíso – <i>central</i>
2	Áreas com predominância de imóveis não edificadas ou subutilizadas	Promoção de Habitação de Interesse Social – HIS	Vila de Cava, Santa Rita – <i>periurbana</i> Campo Alegre – <i>centralidade de urbanização precária</i>

Fonte: Lei Municipal nº 4.092/11, Nova Iguaçu

No mapa anexo ao Plano Diretor, podemos observar que são definidas 11 Zeis do tipo 1 e 4 Zeis do tipo 2, dispostas em áreas consideradas de urbanização consolidada, que são caracterizadas pelo melhor padrão de urbanização, infraestrutura regular ou

razoável e acessibilidade, presença de serviços e comércio diversificados e concentração de instituições de âmbito municipal e metropolitano. Essas áreas têm como diretriz, estabelecida no Plano Diretor, o melhor aproveitamento das privilegiadas condições de urbanização através do adensamento, com a qualificação dos espaços públicos, reorganização da circulação e do transporte coletivo e estímulo às atividades de comércio e serviço.

Outrossim, também há a demarcação de Zeis nas áreas de urbanização precária, que se situam nas regiões de padrão de urbanização mais baixo, em que os loteamentos são precários, comércio e serviços incipientes, a rede de equipamentos sociais é incompleta e há uma alta frequência de lotes e glebas ociosas. Nesses locais, o objetivo é completar a infraestrutura, com ênfase no saneamento básico, implantar equipamentos sociais integrados, garantir a segurança jurídica da moradia, melhorar a acessibilidade e incentivar o adensamento, através da ocupação de lotes vazios e da implantação de novos parcelamentos em glebas situadas no interior da mancha urbana.

Percebe-se também a pouca clareza na delimitação territorial de cada Zeis, além de não implementação de políticas específicas para as áreas. O Plano Diretor prevê a elaboração de um Plano Municipal de Regularização Fundiária, em que seriam definidas as Zeis.¹⁴ Essa lei nunca foi feita. Cada Zeis também deve ter seu próprio Plano de Urbanização, sendo possível a incidência de instrumentos de regularização, que, obviamente, também não foram feitos.

Considerações finais

O zoneamento de interesse social se constituiu como um instrumento que vem possibilitando reconhecer as desigualdades socioespaciais produzidas no espaço capitalista, em que uma parcela significativa da população não tem acesso à moradia adequada, ocupando os espaços da sobra, sejam em centralidades proibidas legalmente ao mercado imobiliário formal, sejam no espraiamento territorial, produzindo periferias. Nos dois tipos de espaço, a produção da moradia se faz sem nenhum tipo de observância

¹⁴ Segundo Araujo e Vainer (2010, p. 143), também ficam “reconhecidas como ZEIS todas as Áreas Especiais de Interesse Social ou Urbanístico – AE-3, delimitadas anteriormente na LUOS – Lei n. 2.882, de 1997”.

às normas urbanísticas, ambientais e civis, demandando políticas públicas que efetivem o direito à terra urbanizada, à moradia adequada e à cidade.

Por outro lado, a renda da terra urbana gera retenção de terrenos vazios, ou com construções inacabadas ou abandonadas, esperando sua valorização através dos processos de urbanização implementados pelo Estado. As mais-valias urbanas são adquiridas a partir dessa lógica especulativa, em que basta comprar a terra e esperar sua valorização mediante ações e políticas públicas. Para consertar essa injustiça espacial, surgiram as Zeis do tipo 2, visando a garantir que a população pobre possa também desfrutar das benesses do processo de urbanização, gozando do comércio, serviços, mobilidade típicos das áreas urbanizadas, ainda que nem sempre centrais.

Além desses tipos mais comuns, o instrumento se mostra atual e versátil, sendo possível a demarcação de espaços com diferentes usos e funções em cada município, dependendo da boa vontade do poder público municipal em garantir direitos territoriais aos cidadãos que ocupam aqueles espaços.

O presente artigo buscou compreender o diagnóstico e o planejamento para essas áreas nos municípios de Queimados, Japeri e Nova Iguaçu, tentando defini-las socioespacialmente. Além disso, foi possível perceber, ainda que de maneira inicial, onde há intenção de implementação e onde há apenas uma menção formal ao instrumento, adiando o processo de concretização para legislações futuras.

A ideia é analisar a produção e garantia de moradia adequada pelo poder público municipal através do estabelecimento das Zeis. Até aqui, é possível perceber essa intenção e algumas ações em Queimados, sobretudo nas Zeis do tipo 2. Os estudos continuarão, restando claro que mesmo municípios periféricos – como os três aqui estudados – têm seus territórios de exclusão e necessitam de planejamento e políticas urbanas que gerem maior equidade espacial e efetivem o direito à cidade para todos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Rosane; VAINER, Alice. Análise dos impactos da legislação urbana – Planos Diretores e Leis de Zoneamento – na estrutura urbana do município de Nova Iguaçu. In: LAGO, Luciana Corrêa do (org.). *Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: política urbana e gestão pública*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ: FASE, 2010.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Como delimitar e regulamentar zonas especiais de interesse social: Zeis de vazios urbanos*. Brasília, DF, 2009.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MATTOS, Fernanda Cavalcante. Zeis no Brasil: da construção do ideário às limitações de sua aplicação. *Anais ENANPUR 2019*. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1369>> Acesso em: 26 de outubro de 2019.
- MIRANDA, Felipe Villela; ROLNIK, Raquel; LINS, Regina Dulce; SANTOS, Renato Abramowicz. Planejando contra moradores de Zeis no centro de São Paulo. *Anais ENANPUR 2019*. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=997>> Acesso em 26 de outubro de 2019.
- PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. Territórios de exclusão: normas, processos e resistências no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. 2021. 16f. Projeto de Pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.
- RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz; PECHMAN, Robert M. *O que é questão da moradia*. Tatuapé, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ROLNIK, Raquel. Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. 2014. 140f. Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa- Ômega, 1979.

UM PANORAMA DA APICULTURA E QUALIDADE DIFERENCIADA DE ALIMENTO NOS MUNICÍPIOS DO OESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO¹

*Ana Maria de Souza Mello Bicalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Priscila Salles de Araújo Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

*Regina Cohen Barros
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

Introdução

Este trabalho apresenta um panorama da apicultura – uma das atividades agropecuárias desenvolvidas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – no Oeste Metropolitano do estado. De maneira geral, atividades agropecuárias são pouco estudadas em região metropolitana pela predominante visão de que o rural desaparece, sendo substituído pela expansão urbano-industrial, transformando-se o rural em urbano ou à “sombra” deste. Entretanto, há áreas e atividades em resistência e resiliência rural em contexto metropolitano. Adaptações de convivência rural-urbana ocorrem, sendo uma delas a manutenção de atividades de alto valor agregado e com uso de menores áreas para a produção. A apicultura é uma dessas atividades, apesar de enfrentar desafios em face da urbanização. A atividade é apropriada ao pequeno produtor rural que é típico de regiões metropolitanas, é valorizada pela qualidade nutricional e terapêutica de seus produtos, além de as abelhas serem importantes polinizadoras indispensáveis à qualidade ambiental.

¹ Pesquisa apoiada por projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

No Oeste Metropolitano, recorte espacial tomado como exemplo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, há tradição de muitos anos na criação de abelhas (*Apis mellifera*), principalmente para a produção de mel. Seu estudo permite um diagnóstico da atividade no contexto rural-urbano metropolitano. A região expressa bem o contexto de urbanização e de metropolização do espaço imediato da metrópole que pressiona por conversão de usos rurais a urbanos e ao aporte de indústrias e infraestruturas a serviço do conjunto metropolitano. Há atividades agropecuárias que conseguem se ajustar e se adaptar às transformações espaciais de forma a manter culturas produtivas com o fim primeiro de produção de alimentos, especialmente de produtos *in natura*.

Em países e regiões com grandes diferenças sociais e econômicas e um grande número de população de baixa renda residindo em áreas de periferia urbana, a agricultura, além de se adaptar em processos de resiliência, se torna desejável ao atendimento com alimentos de qualidade e de baixo custo às populações locais. Função social e não meramente econômica da agricultura nessas áreas, defendida por movimentos sociais de segurança alimentar, geração de renda e emprego local. São fatores que influenciam políticas de fomento agropecuário em regiões rural-urbanas, como as orientadas ao que se denomina, hoje, por agricultura urbana e de periferia urbana. As diferentes funções econômicas e sociais se aplicam à agropecuária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e sua porção oeste contribui ao seu estudo.

No âmbito estadual e considerando que a apicultura é uma atividade agrícola pouco investigada, o oeste metropolitano representa um estudo-piloto que será expandido a outras unidades territoriais do estado. O objetivo de pesquisa é compreender a atividade como um sistema de produção de alimento de qualidade diferenciada e a sua viabilidade socioeconômica nos processos de sustentabilidade rural no contexto rural-urbano metropolitano. Especificamente nessa fase dos trabalhos, visa-se reconhecer a espacialização da atividade e buscar entender a cadeia apícola e as características dos apicultores típicos da sub-região tratada como exemplo da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Operacionalização

A pesquisa apoia-se em dados e informações de levantamentos secundários e primários. Dados estatísticos obtidos de recenseamentos agropecuários do IBGE, confrontados principalmente com o estudo de Lorenzon (2012) no estado do Rio de Janeiro e complementado por outras referências que permitem reconhecer a distribuição espacial da atividade criatória de abelhas no estado, bem como apreciar características do sistema apícola e do apicultor.

O melhor entendimento do sistema produtivo e da cadeia apícola depende de informações no nível do produtor e de outros agentes de setores que se integram de alguma forma com a atividade. Foram entrevistados três apicultores, um extensionista da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), dois secretários e um subsecretário de Agricultura de municípios do recorte espacial sob investigação, dois comerciantes de mel em feiras livres e um representante da Associação de Apicultores da Baixada Fluminense. No contexto pandêmico da covid-19, o trabalho de levantamento de dados primários ficou prejudicado na continuação de entrevistas e de visitas a produtores, associações de apicultores e feiras livres. Análise bibliográfica específica à atividade ocorreu em paralelo aos levantamentos.

O recorte espacial sob análise, o Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, envolve os municípios da Baixada Fluminense de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados, Seropédica, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e o município do Rio de Janeiro, cujas regiões administrativas de Campo Grande e Santa Cruz participam da extensão de características comuns dessa porção da Baixada Fluminense. Mas, acima de tudo, esses municípios constituem um conjunto de relações socioeconômicas coeso com articulação direta com o centro metropolitano, a cidade do Rio de Janeiro, e têm contiguidade espacial com ele (Figura 1). No recorte espacial também foram considerados critérios de presença de domicílios rurais, estabelecimentos agropecuários, áreas com exploração agrícola e presença de atividade de apicultura. Exclui-se, assim, os municípios de Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti.² Nos municípios considerados, encontram-se

² O recorte Oeste Metropolitano é considerado inicialmente pelo critério locacional, pelas relações socioeconômicas diretas e intensas com a metrópole e pela presença da atividade de criação de abelhas. Complementaram e foram considerados critérios típicos de caracterização de áreas agropecuárias, domicílios rurais, estabelecimentos e área em exploração agrícola que podem ser verificados em estatísticas do IBGE. Não está associado à discussão recente de sub-regionalizações da região metropolitana e nem se tem essa intenção.

presentes 54 estabelecimentos com apiários, o que representa 34% dos estabelecimentos com apicultura que se encontram na mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro de acordo com o censo agropecuário de 2017 do IBGE.

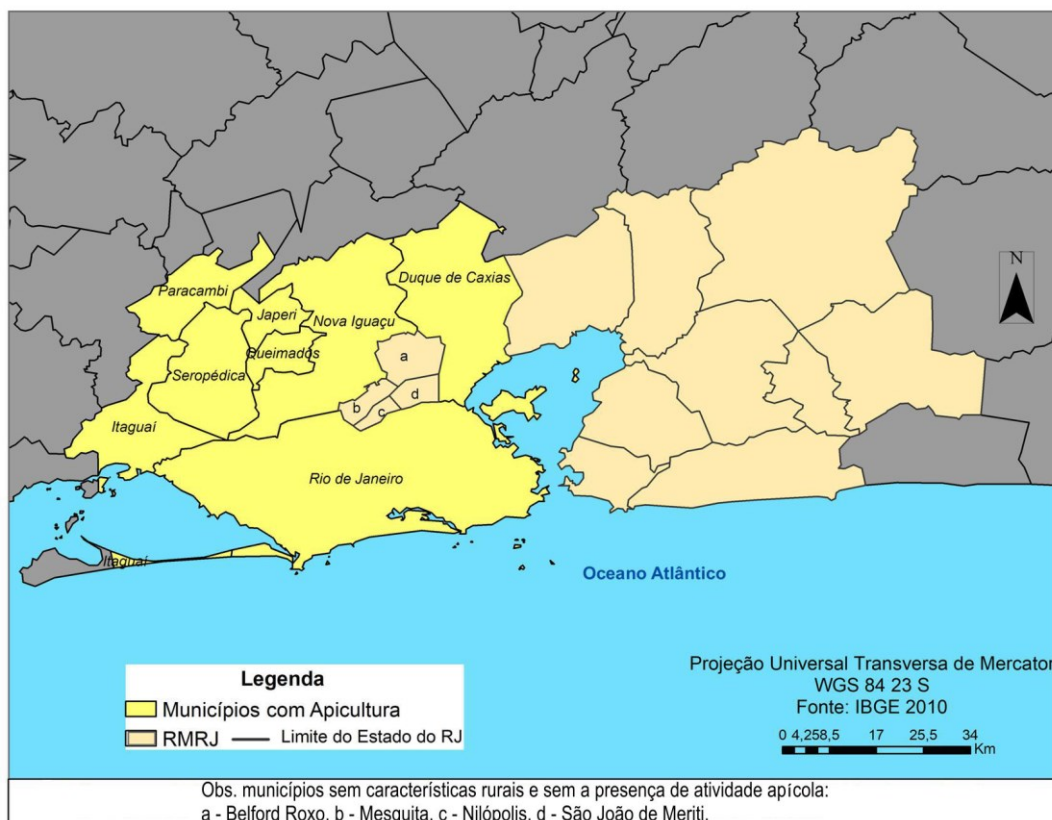


Figura 1– Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro com apicultura

Apicultura, qualidade e sustentabilidade

O conceito central da pesquisa é qualidade do alimento, que imprime ao produto um valor comumente transcrito em agregação de valor. Todavia, qualidade é um valor abstrato e subjetivo, auferido a um produto por critérios qualitativos e/ou quantitativos. No caso dos alimentos, pode ser associado ao sistema produtivo. Nos produtos da apicultura, a qualidade é atribuída aos benefícios nutricionais, à saúde e à interação das abelhas com a natureza. Para muitos, apesar de ser uma atividade criatória, seus produtos são vistos como naturais e parte da própria natureza. Na busca pelo néctar das flores, a

abelha depende de um ambiente “limpo”, sem contaminantes e sem poluição, e, ao mesmo tempo, é um agente de polinização natural. Nesse sentido, outra qualidade e valor da apicultura é a própria atividade, o sistema produtivo em si. A saúde das abelhas e a produção de mel, cera, própolis, dependem do ambiente, e a flora melhor se reproduz com as abelhas dispersando pólen. A presença de abelhas é favorável para a flora silvestre e para áreas de lavouras. Para o consumo e para a natureza, subentende-se a apicultura como um sistema sustentável de extrema relevância tanto para a produção de alimentos quanto para a reprodução de ecossistemas.

A criação de abelhas, seja da apicultura, seja da meliponicultura, tem a mesma reputação dos sistemas de alimentos orgânicos e agroecológicos de serem diferenciados em contraposição aos alimentos produzidos por sistemas produtivistas de larga escala em uma agricultura convencional intensiva com uso de insumos industriais. A apicultura é, assim, relacionada a sistemas e alimentos de qualidade diferenciada por sua associação a agrossistemas sustentáveis. Nestes há a combinação de objetivos de dimensões social, econômica e ecológica que fazem a diferença quando comparados a um sistema agrícola com o objetivo predominante da produção em massa obtida, especialmente, pelo uso de agroquímicos, mecanização e técnicas intensivas em capital.

A qualidade diferenciada dos alimentos advindos de sistemas agrícolas sustentáveis vai além da questão ecológica do agrossistema em si, uma vez que relaciona-se à oferta de um produto livre de resíduos químicos ao consumo e, ao mesmo tempo, propicia um ambiente sadio de trabalho, sem elementos poluentes e tóxicos à saúde do trabalhador rural. No caso da apicultura, a criação de abelhas só se viabiliza em um ambiente “limpo”, sem elementos poluentes e contaminantes. Além de incluir-se no conjunto de atividades e práticas de sistemas agrícolas sustentáveis, a apicultura desempenha importante função ecológica.

As abelhas são reconhecidas como o principal grupo de polinizadores que trabalham na polinização de diversas espécies florais essenciais em nossa alimentação. Em áreas agrícolas polinizam aproximadamente 66% das 1.500 espécies cultivadas no mundo, resultando em uma estimativa de 15% a 30% da produção mundial de alimentos (KREMEN et al., 2002, GUIMARÃES, 2006). Além de sua importância para a agricultura na produção de alimentos, as abelhas produzem mel e produtos medicinais, e

auxiliam na reprodução das plantas para reflorestamento e na manutenção e equilíbrio dos ecossistemas (KERR et al,1996).

Reforçando essa argumentação da interação socioecológica, Lorenzon (2012, p. 37) assegura que “a apicultura é caracterizada pelo respeito à sociedade e ao meio ambiente, considerados um bem comum. Portanto, é necessário um nível de desenvolvimento ético, intelectual, social e profissional, que permita que os apicultores fortaleçam relações solidárias e técnicas entre si e com o restante da sociedade que servem”. Todavia, segundo a autora, a apicultura depende de condições ambientais favoráveis às abelhas, sendo possível afirmar que a interação abelha-ambiente é de interdependência, razão de a abelha ser um indicador de um ambiente sustentável.

Se, por um lado, as abelhas são responsáveis pela polinização de flores na reprodução de espécies vegetais, sejam nativas ou cultivadas, por outro lado, elas são dependentes da presença de vegetação e de diversidade florística, fonte de néctar para sua sobrevivência e reprodução.

Em razão de desmatamentos para diferentes usos, as abelhas enfrentam condições bastante difíceis resultantes da fragmentação e alteração de seus habitats. Entre vários de seus déficits, a redução drástica na composição das espécies vegetais é real e muito preocupante. A perda de habitats de área significativa e sob isolamento é certamente a causadora do desaparecimento de espécies (LORENZON; ANDRADE, 2021). Condição que prejudica ambos, as abelhas e o ecossistema.

As abelhas são o principal grupo de invertebrados que polinizam as flores, sem desvalorizar os demais polinizadores. Cada grupo de animais tem sua função em seus locais de ação e sobrevivência. Apesar da prevalência de abelhas nos habitats, sua diversidade taxonômica e ecológica foi por vezes subestimada ou interpretada indevidamente nos poucos estudos que tentaram avaliar suas respostas à fragmentação de habitats de plantas (RATHCKE; JULES, 1993; MATHESON et al., 1996).

Em áreas agrícolas, pesquisadores e extensionistas da apicultura destacam, na função ecológica, a especial importância das abelhas à produção de alimentos por sua ação polinizadora de lavouras alimentícias. Em comemoração ao dia mundial da abelha instituído pela ONU a todo dia 20 de maio, a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro noticiou seu apoio às atividades ligadas à

apicultura no estado, enfatizando sua contribuição econômica na geração de renda, tendo custo reduzido de capital e de terra e com o seguinte destaque: “Sabe-se que sem as abelhas a produção mundial de alimentos cairia drasticamente afetando toda a população, assim como a formação das florestas pelo planeta.” (Governo do Estado do Rio de Janeiro, s. d.)

Entretanto, a população de abelhas tem sido afetada negativamente em diversas partes do mundo por causas relacionadas à degradação ambiental, pelo desmatamento, pelo uso de agroquímicos ou pela poluição urbano-industrial. A redução de um dos principais polinizadores de plantas, com a morte de abelhas, doenças, perda de produtividade das colmeias, traz efeitos negativos não apenas às abelhas e aos apicultores, mas também à produção de alimentos. Proctor et al. e Kevan (apud LORENZON, 2012) chamam a atenção às abelhas como eficientes agentes polinizadores seja em ambientes naturais, seja em ambientes agrícolas, mesmo em sistemas agrícolas convencionais/modernos. A proteção das abelhas e a promoção da apicultura são, assim, importantes tanto para o ecossistema natural quanto para os agrossistemas e a produção de alimentos.

A apicultura no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro

A atividade da apicultura encontra-se dispersa no estado do Rio de Janeiro. O mel é o principal produto explorado por todos os apicultores. O censo agropecuário do IBGE de 2017 registrou no ano do recenseamento um total de 534 estabelecimentos com apicultura no estado, 9.854 caixas de colmeia e uma produção de mel comercializada por 404 estabelecimentos na ordem de 476.000 quilos no ano (Tabela 1). A média, equivalente à produção anual dos estabelecimentos com comercialização é de 1.178,2 kg de mel e, considerando todas as caixas de colmeias, registra-se 48,3 quilos de produção de mel por colmeia. Médias elevadas, bem acima do estudo de 2009 de Lorenzon (2012) no estado. Não podemos afirmar se a diferença provém de incremento da produção nos anos após 2009 ou se decorre de diferença de metodologias no levantamento dos dados.

Tabela 1 – Apicultura e produção de mel no Estado do Rio de Janeiro – 2017

Apicultura e produção de mel no estado do Rio de Janeiro - 2017

Número de estabelecimentos	534
Número de caixas de colmeias	9.854
Estabelecimentos com venda de mel	404
Produção de mel comercializada – kg	476.000
Valor da produção comercializada- R\$	10.508.000

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2017.

Todavia, observando a série histórica de produção de mel pelos dados da Pesquisa da Pecuária Municipal 2019 do IBGE, observa-se que 2009 foi um dos anos de produção mais baixa de mel no estado, ao passo que 2018 e 2019 demonstram registros de crescimento da produção (Figura 2). Pelo histórico, a produção de mel aumenta nos anos 1990 com máximas em fins da década e mantém níveis de produção acima de 400.000 quilos até 2001. Em seguida a este ano, houve diminuição da produção em 21% por um período de dez anos, caindo de valores de 400.000 quilos para patamares de 350.000 quilos anuais com certa estabilidade em torno dessa cifra. Após uma década em queda, gradativamente, a produção do estado retorna ao crescimento e, em 2018 e 2019, ascende novamente a registros de 400.000 quilos de mel ao ano, porém ainda aquém de sua produção máxima da década de 1990.

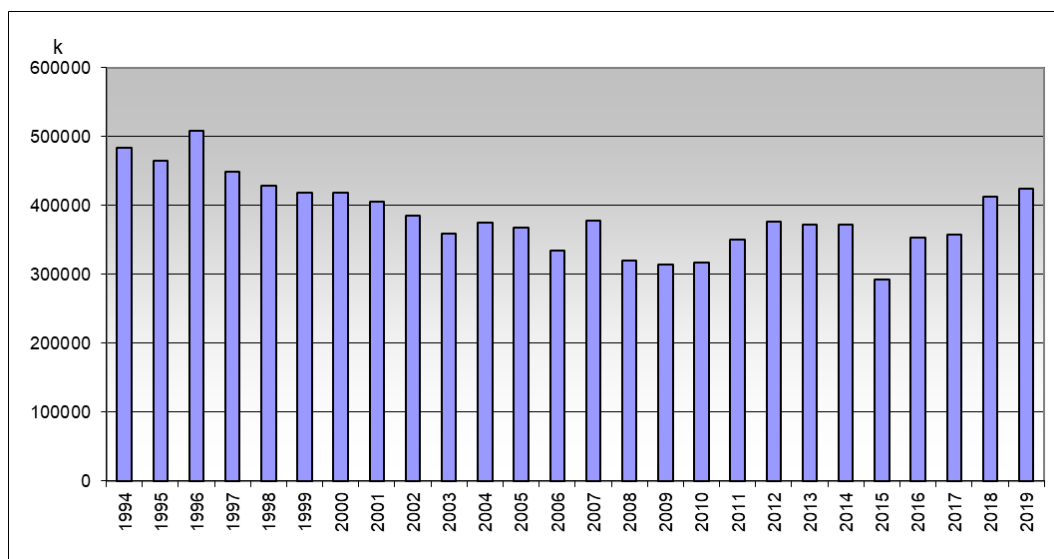


Figura 2 – Evolução da produção de mel no Estado do Rio de Janeiro de 1994 a 2019 (kg)
Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal, 2019.

A Região Metropolitana, a exemplo da sua porção oeste, não acompanha o comportamento do estado. O Oeste Metropolitano tem crescimento da produção de mel em fins dos anos de 1990 a 2000, atingindo uma produção de 27.320 kg em 2000. Mas em seguida decresce mantendo-se um período de altas e baixas em torno de 20.000 kg, até entrar em queda expressiva a partir de 2012. Desde então a produção de mel no Oeste Metropolitano se estabiliza em patamares de produção bem inferiores com registros na faixa de 11.000 kg de mel ao ano (Figura 3).

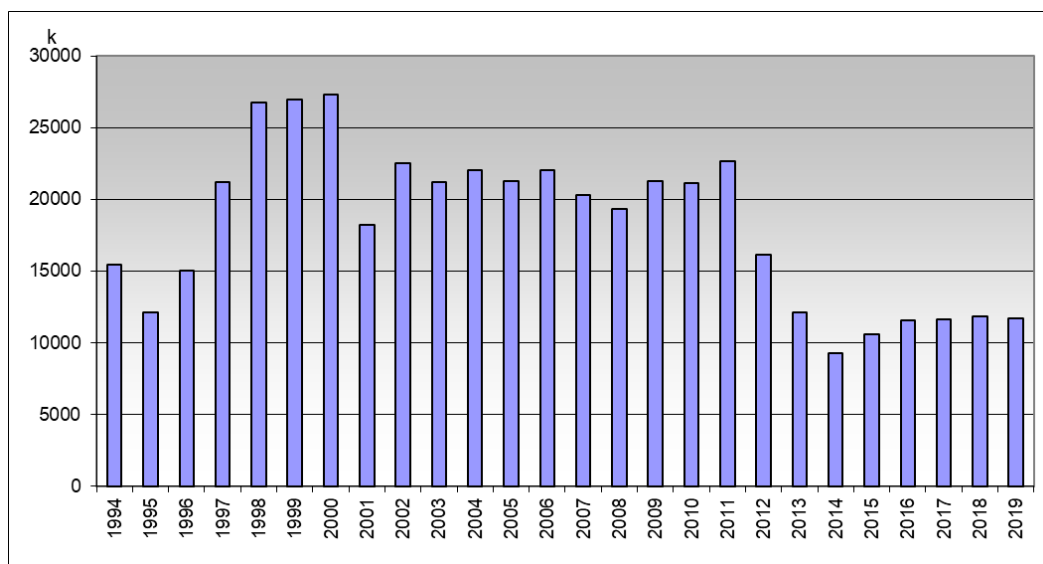


Figura 3 – Evolução da produção de mel no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro de 1994 a 2019 (kg)

Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal, 2019.

O Oeste Metropolitano não é a principal área de apicultura do estado do Rio de Janeiro, porém não é tão inexpressiva, uma vez que dispõe de 1.042 caixas de colmeias que representam 10,6 % do total de caixas do estado, segundo o censo agropecuário de 2017 (Tabela 2). Há 57 estabelecimentos com colmeias e o maior número de colmeias se encontra nos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Nova Iguaçu. São também esses municípios que mais comercializam mel. Entretanto, não há relação aparente no número de caixas de colmeias e a quantidade de mel vendida, o que também é possível de ser observado em outros municípios do estado. Isso de certa forma reflete um caráter de informalidade de grande parte da atividade. Muitos apicultores não são registrados como tal, e a produção é comercializada por vias informais entre amigos e conhecidos, por ambulantes, em feiras livres. O não registro de apicultores e a economia informal que ocorre em meio aos criadores de abelhas e comerciantes de mel impedem um diagnóstico preciso do setor.

Tabela 2 – Apicultura do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro por município – 2017

Apicultura no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro – 2017

Municípios	Estabelecimentos número	Caixas de colmeia Unidade	Quantidade vendida (kg)	Média de caixas por estabelecimento
Duque de Caxias	3	19	-	6,3
Itaguaí	7	219	10.000	31,3
Japeri	2	-	-	-
Nova Iguaçu	7	119	7.000	17
Paracambi	2	-	-	-
Queimados	3	41	-	13,7
Seropédica	3	29	-	9,7
Rio de Janeiro	30	615	8.000	20,5
Total	57	1042	25.000	19,7*

*Calculado pelos municípios com dados de estabelecimentos e de caixas de colmeias.

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2017.

Entre os indicadores para um diagnóstico da atividade, é necessário conhecer a relação de colmeias com sua produção. Lorenzon (2012), analisando por uma amostragem de apicultores em 39 municípios, identificou que o estado do Rio de Janeiro apresentou no ano da pesquisa um quadro diferenciado no porte e categoria de tamanho dos apicultores e reconheceu 47,4% de produtores muito pequenos, categorizados por ter até 15 colmeias e produção média ao ano por colmeia de 12,57 kg; 39,9% de pequenos produtores tendo de 15 até 50 colmeias e produtividade anual média por colmeia de 11,84 kg; 10,9% produtores de porte médio com 50 a 200 colmeias e produção média anual por colmeia de 15,18 kg e produtores de grande porte com mais de 200 colmeias que representaram 1,5% dos apicultores atingindo uma produtividade média por colmeia de 24,17 kg ao ano.

Com relação a esse quadro analisado por amostragem no estado e comparando com a Tabela 1 que apresenta dados censitários, os apicultores do Oeste Metropolitano enquadram-se na categoria de muito pequenos e pequenos apicultores. Não há disponibilidade de dados estatísticos completos de produção e número de colmeias a

todos os municípios, o que não permite saber sobre a produção anual total vendida, produtividade por colmeia e porte médio dos apicultores, considerando todo o conjunto do Oeste Metropolitano para comparação com o estudo apontado do estado. Entre os municípios com informação mais completa, os dados são diferentes entre si para uma justa comparação interna dos municípios da região e também em relação ao estudo de Lorenzon (2012). Fica a dúvida sob a representatividade real da relação de colmeias com a produção e com estabelecimentos pelo registro estatístico oficial disponível. Esse impasse pode ser em parte solucionado no confronto futuro desses dados com levantamentos de trabalho de campo amplos junto a apicultores que serão realizados em continuidade à pesquisa.

No momento, dispomos de entrevistas com apenas dois apicultores. Os dois são apicultores de porte que compensa ter os equipamentos de processamento do mel, entreposto ou casa de mel, e, além de suas próprias produções, eles também comercializam mel de terceiros, outros apicultores na região, vários deles localizados em assentamentos rurais. Isso significa que eles têm elos com agricultores familiares. Um deles vive, inclusive, em um assentamento rural em Japeri e é agricultor familiar com área agrícola de 2,5 hectares. Esse apicultor pode ser classificado como de porte médio, tendo 50 caixas de colmeia e produção de 800 kg de mel; calcula-se uma média de 16 kg por colmeia. Informações que têm correspondência aos registros de apicultor de porte médio do estado. Esse apicultor demonstra ter conhecimento técnico especializado, pois afirma realizar um manejo das abelhas rainhas de forma a obter aumento de produtividade.

Ambos entrevistados na pesquisa desenvolvem uma apicultura diversificada, produzindo, além do mel, cera, própolis, geleia real e outros produtos da colmeia. Mas, mesmo assim, a apicultura nem sempre é a atividade principal, pois são agricultores e comerciantes em feiras livres. No caso do produto cera de abelha, ambos destacaram que parte da produção é vendida e parte é consumida por eles mesmos. Um foi mais específico ao explicar o uso da cera para além do apiário, aplicando-a a misturas de ração para as galinhas e como adubo nas lavouras, principalmente na cultura da mandioca, seguida do coco-da-baía e da banana, todos típicos da produção agrícola da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A diversificação de oferta de produtos da apicultura, seja pelo produto em si, seja pela forma de apresentação e embalagem como estratégias de marketing, só tem

a beneficiar e aumentar o retorno ao apicultor (Tabela 3). Produção de qualidade e estratégias de diversificação do produto ampliam a margem de comercialização dos produtos apícolas.

Os produtos e principalmente o mel seguem por circuitos breves do produtor ao consumidor, o que envolve a comercialização direta ou por uma intermediação. A intermediação parece ser através de indivíduos próximos e conhecidos, outros apicultores da região que também atuam na comercialização formal ou informal. No circuito formal, a comercialização de forma direta do produtor ao consumidor ocorre principalmente em feiras livres locais. Mas nessas há também a intermediação por feirantes, sendo destes também são apicultores. Em todos os casos, a maioria comercializa em feiras de produtores familiares promovidas pelas prefeituras ou por instituições da região. As feiras mencionadas em todas as entrevistas com produtores e outros agentes públicos foram as denominadas Feira da Roça ou Feira da Agricultura Familiar, que ocorrem em diversos locais na região oeste. São feiras que se incluem em ações solidárias com o protagonismo das prefeituras municipais e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em diferentes *campi*.

Tabela 3 – Diversificação e preço de produtos apícolas no mercado varejista

Produto comercializado	Preço ao consumidor (R\$)
Mel bisnaga 270 g	15,00
Mel ½ litro	30,00
Mel /litro	60,00
Própolis 20 ml	10,00
Pólen 45 g	15,00
Geleia real 15 g	35,00
Cera kg	55,00

Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Todavia, não se deve esquecer que há comercialização informal que não se consegue computar. Diferentes profissionais e especialistas do setor apícola das diversas regiões do país se preocupam com o forte caráter de informalidade presente na atividade, não apenas na comercialização, mas também em outras etapas da cadeia produtiva. Isso se reflete na fraca regularização da atividade e na deficiência de registros dos produtores,

de forma que os apicultores ficam invisíveis perante órgãos e políticas oficiais. Reflete também uma invisibilidade da apicultura nos estudos rurais e socioambientais que apontariam processos, dificuldades e potencial da atividade às questões sociais e ecológicas como as que são presentes na região investigada.

Considerações finais

Apesar de não ser uma área de grande relevância na apicultura do estado, a atividade apícola no Oeste Metropolitano representa 10% da produção estadual. Como em outras regiões do estado, a apicultura ali é exercida de forma dispersa entre os municípios e por poucos apicultores. Não é considerada a atividade principal dos produtores rurais que podem exercê-la de forma combinada ou não com outras atividades econômicas. Quando integrada ou exercida por agricultores familiares, ou agricultores-comerciantes, sem dúvida, contribui ao conjunto da renda familiar agrícola. Pelo valor agregado dos produtos, é uma atividade apropriada ao pequeno produtor, sendo este o agricultor típico de regiões metropolitanas e de alto grau de urbanização.

O Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro já foi mais expressivo do que é hoje na criação de abelhas e na produção de mel. Há questões subjacentes às condições socioambientais inóspitas às abelhas, seja por restrições de áreas de vegetação nativa, seja pela conversão de áreas para usos não agrícolas que contribuem com a queda da produção da apicultura na região investigada. Porém não podem ser estes os únicos argumentos a explicar o comportamento da atividade na região, pois a apicultura continuou a ser exercida e não foi eliminada. Há manutenção da apicultura no Oeste Metropolitano em um patamar de equilíbrio da produção, mesmo que em níveis mais baixos do que há 10anos. A resiliência da atividade pode ser um indicador para o reestímulo da atividade. A presença de entrepostos para o processamento do mel e de outros produtos da apicultura é um indicador favorável, pois significa que há retorno econômico aos investimentos em equipamentos e serviços necessários ao processamento. Há também a presença de associações de apicultores e um setor de pesquisas em apicultura na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), aí localizada, o que é positivo para o desenvolvimento da atividade.

Pela presença de unidades de processamento, de associações de apicultores e da UFRRJ, estranha-se uma certa ausência de estudos sobre apicultura nas pesquisas sobre a região e sobre espaços rural-urbanos de uma forma geral, com exceção de trabalhos técnicos e de especialistas em apicultura. Isso talvez aconteça por ser a apicultura, de certa forma, uma atividade “mascarada” pela grande informalidade existente na cadeia de produção. A informalidade faz com que a apicultura tenha pouca visibilidade, e seja colocada em posição secundária perante outras atividades agrícolas. Fato que corrobora com o pouco reconhecimento de seu potencial econômico e social e pela ausência da apicultura em propostas para dinamizar áreas agrícolas com preponderante presença de pequenos produtores rurais como em regiões de periferia urbana e metropolitana que poderiam usufruir das condições favoráveis que a apicultura propicia ao emprego, renda e alimentação.

Referências bibliográficas

- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Consumo e venda de mel aumentam durante a pandemia. Abelhas adoçando a quarentena. *Notícias – RJ.GOV.BR*. Disponível em: http://www.rj.gov.br/secretaria/NoticiaDetalhe.aspx?id_noticia=6273&pl=consumo-e-venda-de-mel-aumentam-durante-a-pandemia>. Acesso em 10 de março de 2020.
- GUIMARÃES, R. A. *Abelhas (Hymenoptera: Apoidea) visitantes das flores de goiaba (Psidiumguajava L.), laranja (Citrus sinensis L.) e tangerina (Citrus reticulata B.) em pomares comerciais em Salinas – MG*. Dissertação Mestrado. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA. 2006.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro, IBGE, 2017. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.
- _____. *Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM*. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2019>.
- KREMEN, C., WILLIAMS, N. M., THORP, R. W. Croppollinationfromnativebeesatriskfromagriculturalintensification. *ProceedingsoftheNationalAcademyof Science ofthe U.S.A.*, v. 99, p. 16812-16816, 2002.
- KERR, W. K.; CARVALHO, G. A.; NASCIMENTO, V.A. (Orgs) *Abelha urucu: biologia, manejo e conservação*. Belo Horizonte: Fundação Acangau, 1996.

- LORENZON, M.C. *Indicadores & Desafios da Apicultura Fluminense: um Retrato Brasileiro*. Vila Velha, Above Publicações, 2012.
- LORENZON, M.C e ANDRADE, A. O. (Orgs) *As abelhas da Mata Atlântica no caminho de replantar*. Rio de Janeiro: Letras e Versos Gráfica e Editora, 2021.
- MATHESON, A.; BUCHMANN, S. L.; O'TOOLE, C.; WESTRICH, P.; WILLIAMS, I. H. *The conservation of bees*. London: Academic Press, 1996.
- RATHCKE, B. J.; JULES, E. S. Habitat fragmentation and plant-pollinator interactions. *Current Science*. n. 65, p. 273-277, 1993.

PAISAGEM OPERACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA LAGOA AZUL, DUQUE DE CAXIAS-RJ

Luiz Miguel Stumbo Filho

Aluno do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Marcio Wixak Vieira da Motta

Aluno do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Introdução

Este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa concluída sobre paisagem operacional em Duque de Caxias, RJ. Como um município integrante da Baixada Fluminense, inserido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, Duque de Caxias sofre diretamente com os processos de urbanização gerados pelas dinâmicas existentes nessa região. O uso do solo do município vem sendo moldado em função do crescimento da urbanização extensiva ao longo dos anos, pela sua relação histórica com a capital do estado, o município do Rio de Janeiro. Nesse contexto, este trabalho apresenta a Lagoa Azul, um empreendimento de lazer localizado no 4º Distrito de Duque de Caxias, como um exemplo de uma paisagem operacional, que é utilizado pelo capital para gerar lucros.

O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar, através de um exemplo, como as paisagens operacionais são utilizadas pelo capital para que elas sempre gerem lucro de forma dinâmica, independentemente dos impactos, conflitos e riscos gerados pela atividade implantada. Além da apresentação do município de Duque de Caxias e seu 4º Distrito, é aqui demonstrada, a partir da definição das contribuições de Neil Brenner sobre as paisagens operacionais, uma das formas como a expansão da RMRJ atinge Duque de Caxias, tendo como exemplo a extração de areia. Além disso, a pesquisa discutiu o que é lazer e como ele é estruturado no município, inclusive na legislação, especialmente no escopo do Plano Diretor municipal. Ademais, é apresentada, dentro do recorte

selecionado, a Lagoa Azul, apresentando como se realiza a sua venda e sua formação. Por fim, foi feita uma relação entre as paisagens operacionais, o lazer e a importância da presença do Estado (governo) na atuação do planejamento e ordenamento territorial para a melhoria de vida da população local.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em três partes. Na primeira parte serão apresentadas as contribuições de Neil Brenner sobre as paisagens operacionais, relacionando-as com a influência da expansão urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no município de Duque de Caxias, e também será abordado o processo de extração de areia e suas modificações espaciais. A segunda parte deste artigo procura explicar como as atividades de lazer influenciam diretamente na ocupação e também na (re)criação do espaço geográfico, retratando de forma sucinta o lazer em Duque de Caxias, incluindo dados do Plano Diretor municipal sobre o tema. Por fim, a terceira e última parte do trabalho, no recorte territorial selecionado, foca a análise da área conhecida como “Lagoa Azul”, especialmente em relação à sua formação e em como ocorre a venda da sua paisagem.

Duque de Caxias: expansão urbana e paisagem operacional

O município de Duque de Caxias, localizado na Baixada Fluminense, é preenchido por vários usos que nem sempre se guiam pela legislação urbanística ou pela ambiental, ou seja, em seus limites é revelado o uso conflitante do solo em seu espaço físico. Assim, ao transitar por Duque de Caxias, as paisagens vão sendo constantemente modificadas por usos diferenciados, por vezes incompatíveis e permeadas por ocupações irregulares, inclusive em áreas de proteção ambiental. O município de Duque de Caxias é dividido em quatro distritos. O quarto distrito, denominado Xerém, com sua paisagem rural e de grandes áreas de proteção ambiental, tem baixa densidade habitacional e se manteve preservado por algum tempo, em grande parte por estar distante da sede do poder municipal. Mas, por outro lado, esse fato também facilitou, em seu território, a prática de algumas atividades extrativas para atendimento das necessidades das zonas urbanas.

Entretanto, com a intensificação do processo de metropolização que ocorre em grande parte da região metropolitana fluminense, acessos foram facilitados em Duque de

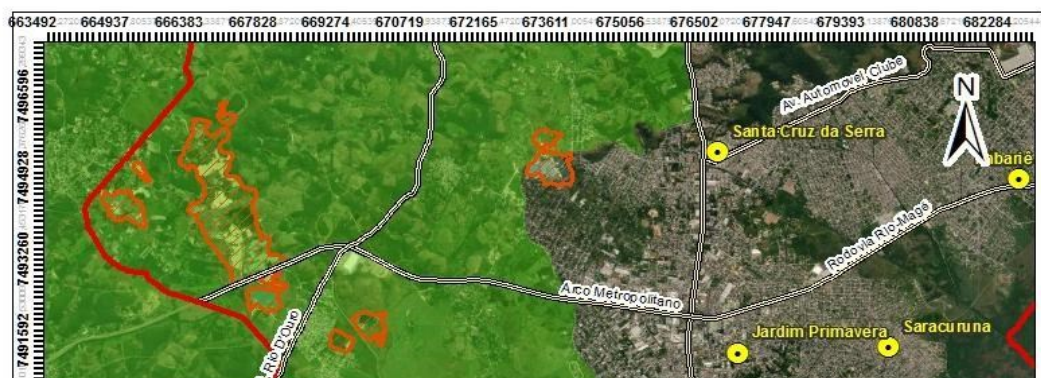
Caxias, o que permitiu conexões intra e extraterritoriais, como, por exemplo, do quarto distrito com o centro de Duque de Caxias (localizado no 1º Distrito) e com a capital do estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira, as riquezas naturais dessa porção da municipalidade se tornam mais acessíveis para a ação do mesmo, e, conseqüentemente, passa a sofrer mais pressão no uso do solo, especialmente no 4º distrito, já que não existem muitas áreas para expansão urbana (no sentido tradicional da palavra), pois ali se encontram muitas áreas de interesse ambiental, definidas pela Lei do Plano Diretor do Município, e, ainda, extensas áreas de preservação, permanente ou não, federais e estaduais. É justamente nessas áreas, chamadas por Brenner (2018a) de “rurais” ou “selvagens”, que se verifica que os processos de urbanização não se resumem aos centros de aglomeração, mas também acontecem em áreas mais distantes dos centros, através de processos extrativos e de produção agroindustrial, por exemplo. O tecido urbano se ampliou, conforme atesta Brenner (2018b):

[...] acredito precisamente no que Lefebvre nos pediu para fazer com o seu conceito de tecido urbano. Hoje, esse tecido está sendo costurado cada vez mais denso e intensivamente em todo o planeta; não pode mais ser reduzido apenas aos pontos nodais e às aglomerações metropolitanas sobre as quais os urbanistas enfocaram seu olhar por tanto tempo (BRENNER, 2018b, p. 329).

Neil Brenner explica a mudança de paradigma dos processos de urbanização através dessas áreas definidas como “paisagens operacionais”, demonstrando como a escala e a grande diversidade desses processos não são consideradas pela definição clássica de urbano que se baseia somente na cidade e na concentração da sua população (BRENNER, 2018a). A importância de se analisar os impactos dos processos de urbanização é destacada por Brenner (2018a) sugerindo que essas paisagens operacionais têm várias funções localizadas inclusive em áreas pouco densas, e mantêm uma forte relação de apoio aos grandes centros.

Em Duque de Caxias, as paisagens operacionais estão localizadas especialmente na franja da ocupação espraiada do território, em áreas de preservação ou próximas a elas, no 3º e 4º distritos. Uma das paisagens operacionais mais marcantes é a mina de extração de areia. Os areais em Duque de Caxias, conforme apresentado no Mapa 1, aparecem em grande quantidade e já fazem parte da paisagem do município, correndo-se o risco de a

atividade ser apropriada pela sociedade em geral. Esse padrão de utilização, especialmente o de atividades de lavra de areia, observadas nessas paisagens operacionais caxienses, reforça a ideia de que o rural serve como coadjuvante dos processos de formações urbanas, sendo espaços “estrategicamente centrais aos processos de destruição criativa que sustenta a urbanização do capital”, conforme explicitado por Brenner (2016, p. 9).



Mapa 1 – Localização dos areais em Duque de Caxias

Elaboração: Motta, 2020.

Portanto, apesar da crescente consciência ambiental, o capital ainda consegue tirar proveito de atividades que impactam o meio ambiente. Conforme Harvey, o capital não

se importa com mortes e nem perda da qualidade de vida das pessoas, o que importa é o lucro, e a natureza não é vista como algo que não pode ser destruído, pois:

[...] o capital vê necessariamente a natureza – e devo destacar que ela poderia ser e é considerada de modo muito diferente dentro do capitalismo como um todo – como uma grande reserva de valores de uso potenciais (de processos e coisas) que podem ser usados direta e indiretamente (por meio da tecnologia) na produção e na realização de valores de mercadorias (HARVEY, 2016, p. 232).

Fiscalizar, coibir ou, pelo menos, monitorar esse tipo ocupação, dentro de um planejamento conjunto de diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal), é um grande desafio, em função do grande poder do capital associado à globalização e aos processos de metropolização e urbanização. Contudo, como alerta Maricato (2015), o que se costuma verificar é o planejamento urbano sendo utilizado como ferramenta ideológica, que costuma fortalecer a especulação imobiliária e a desigualdade na sociedade, e “uma permanente tensão se estabelece entre a condição legal e a condição ilegal; e o que elas representam para as instituições encarregadas do controle da ocupação do solo, financiamento habitacional, preservação ambiental [...]” (MARICATO, 2015, p. 87).

Essa tensão constante entre o legal e o ilegal não atrapalha a reprodução do capital e a modificação do uso do solo e das paisagens; pelo contrário, estimula. Um dos problemas que pode ser criado pelas paisagens operacionais é a pós-ocupação, ou, especificamente no caso da mina extrativa, é quando ocorre seu fechamento, pelo grande passivo ambiental e também o risco que essas minas abandonadas podem promover. Com o fechamento da mina extrativista nesses ambientes, distantes dos grandes centros, este local pode ser deixado para reserva de valor ou pode ser criado um novo uso para que se possa continuar reproduzindo o capital.

O lazer como direito: no Plano Diretor de Duque de Caxias e no bairro do Amapá

Assim como o capital utiliza os recursos naturais para se reproduzir, também se apoia na necessidade das pessoas por lazer para a sua reprodução, se aproveitando de demandas não atendidas ou mal atendidas. Como lembra Harvey (2020), uma vez Karl Marx ensinou que se deve compreender o mundo e transformá-lo; dessa forma, Harvey

admite que o capitalismo seguiu muito bem o conselho e tem desenvolvido um ótimo trabalho nesse sentido. Na sociedade atual, em que o sistema financeiro necessita de uma força produtiva crescente para gerar volumes ainda maiores de capital, o fator tempo se torna algo muito valioso (e ao mesmo tempo escasso) no cotidiano da pessoa.

Assim, o tempo se torna dinheiro. Mesmo com as inovações tecnológicas em escala global e a reorganização das relações de trabalho, que possibilitaram uma melhoria na condição de vida do trabalhador, como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, grande parte do tempo cronológico do dia é dedicado aos afazeres da ocupação. Por conta disso, como menciona Castelli (2001), as pessoas fazem uma separação entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo dedicado a outras atividades fora dele, o tempo preso e o tempo livre. Contudo, o tempo livre que a pessoa possui pode ser confundido com o tempo de lazer, ou até mesmo o ócio. Para esclarecer essa dúvida, Rodrigues (2001, p. 89) considera:

[...] pode-se gastar o tempo livre sem executar nenhuma ação. Neste caso, o tempo despendido é um tempo de puro ócio, ou seja, de contemplação. Já o vocábulo “lazer” tem a conotação de atividades, ou seja, ações desenvolvidas durante o tempo livre. Os lazeres diferem do turismo porque, para sua prática, não há necessidade de deslocamentos que excedam o período mínimo de 24 horas [...].

Isso propõe uma reflexão de que o lazer remete a uma atividade que é selecionada voluntariamente para ocupar o tempo livre, e, ao fazer isso, o lazer contribuirá para o entretenimento de quem o executa. Já as considerações de Dumazedier (1999) acerca do lazer envolvem a recreação, o repouso e também da participação social voluntária do indivíduo ao executar a atividade que selecionou para praticar o lazer. Isso significa que os benefícios oriundos da execução do lazer não são apenas físicos e psicológicos do indivíduo, mas também é uma possibilidade de integrações do ser humano, com novas perspectivas de relacionamento social. Entretanto, é importante ressaltar que estamos inseridos numa sociedade pautada pelo consumo, e isso significa que o sistema capitalista também se apropria do tempo livre do indivíduo para oferecer serviços e produtos que possam desempenhar as funções de uma atividade para o lazer. Sobre isso, Gutierrez (2001, p. 97) observa:

[...] no caso dos bens de consumo, mesmo os fundamentais para a sobrevivência humana, a limitação de acesso passa pela lei de mercado e pela capacidade individual de compra. Há, evidentemente, toda uma gama de serviços e produtos no campo do lazer regidos pela mesma lógica [...]

Nas contribuições de Ouriques (2005), o tempo livre que o indivíduo dedica ao lazer se transforma, com frequência, em tempo de consumo. Com a disseminação de serviços e produtos que forjam a sensação de prazer e de diversão aliada a uma propaganda de alto espectro, o tempo livre é mediado pela prática do consumo. Mesmo com a interferência do sistema capitalista na forma de se exercer o lazer, a Constituição, em seu capítulo II, garante o direito do lazer ao cidadão brasileiro em todo o território nacional; e como Magna Carta do país, ela deve ser seguida pelas esferas federal, estadual e municipal de administração.

Especificamente no município de Duque de Caxias, o Plano Diretor Urbanístico Municipal, PDU (DUQUE DE CAXIAS, 2006), aborda o lazer em alguns momentos, e aqui serão destacados dois deles. O primeiro é apresentado no capítulo II (Das Políticas Sociais), através do artigo 15, que dispõe sobre as diretrizes de lazer e esporte no município, e estabelece em seu item I que se deve “integrar o planejamento dos espaços públicos de lazer e esporte ao ordenamento territorial e às estratégias do Plano Diretor” (DUQUE DE CAXIAS, 2006, p. 8), e o item VI, do mesmo artigo, oferece como orientação:

[...] Criar e desenvolver o Sistema Municipal de áreas de Lazer e esporte, com diretrizes para a sua localização, raio de atendimento, projeto função e características físicas mínimas obrigatórias, em especial para mapeamento e preservação dos campos de várzea para fins esportivos.

O segundo momento é abordado no Capítulo II (Das Zonas Especiais), na seção III (Das Zonas Especiais de Negócios – ZEN). As ZENs são macrozonas destinadas à implantação de complexos de empreendimentos econômicos em diversos segmentos, entre eles o turístico. O artigo 60 menciona que as “Zonas Especiais de Negócios de interesse turístico” [ZEIT] “destinam-se a fins turísticos e de lazer, devido à beleza paisagística e/ou valor histórico cultural” (DUQUE DE CAXIAS, 2006, p. 21). Embora

não seja o único dispositivo que possibilite a política de lazer para a população no município, o PDU é um documento importante, pois define a estratégia de desenvolvimento do território de Duque de Caxias e deveria auxiliar na garantia do direito ao lazer. Mesmo munido com diretrizes gerais e abrangentes, é um dispositivo de referência no planejamento e também na gestão urbana municipal. Entretanto, a disposição da macrozona ZEIT no território revela um foco em determinada área do município deixando outras desassistidas.

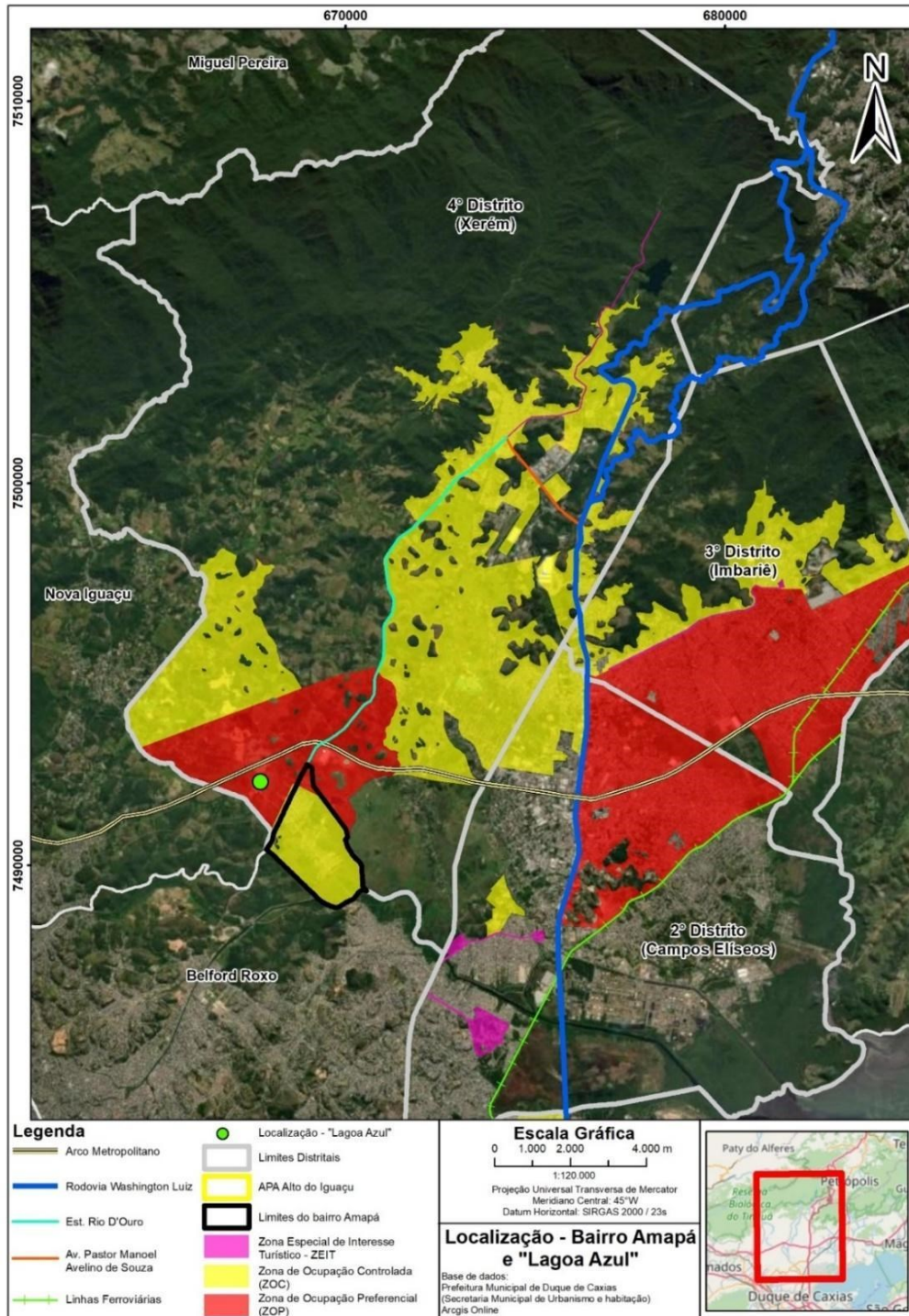
A dificuldade de acesso aos centros urbanos e a um modal de transporte financeiramente acessível e confiável para o deslocamento torna-se uma barreira aos moradores que residem no bairro e desejam acessar os equipamentos de lazer, estejam no município, ou até mesmo fora dele. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, o bairro Amapá tem uma população de 6.327 habitantes, com uma densidade demográfica de 1.305,88 hab/km², que é um valor baixo quando comparado às densidades de outros bairros do município com melhor infraestrutura de lazer e serviços.

Além disso, o bairro Amapá apresenta uma situação socioeconômica bastante fragilizada, verificando-se que 38% do total populacional não possui rendimento nominal mensal e 34% dos moradores estão inseridos na faixa de trabalhadores que ganham até dois salários-mínimos. A localidade conhecida como “Lagoa Azul”, situada próximo ao bairro Amapá, também não está inserida em área de ZEIT. O bairro Amapá encontra-se em uma Zona de Ocupação Controlada (ZOC) e a Lagoa Azul encontra-se em uma Zona de Ocupação Preferencial (ZOP). A Tabela 1 apresenta os objetivos estratégicos de cada Zona, a partir das descrições do Plano Diretor Municipal.

Tabela 1 – Diretrizes estratégicas de desenvolvimento Fonte: Plano Diretor Municipal de Duque de Caxias.

Zona	Diretrizes Estratégicas
<p>Zona Especial de Negócios de Interesse Turístico (ZEIT)</p>	<p>Valorizar a identidade histórica da memória construída e imaterial da cidade. Consolidar e incrementar a zona como polo de atração turística.</p>
<p>Zona de Ocupação Controlada (ZOC)</p>	<p>Reverter processos acentuados de adensamento urbano e fracionamento do solo; garantir que a instalação de infraestrutura e serviços urbanos, em especial de sistema viário básico, sistemas de macrodrenagem, esgotos sanitários e de abastecimento de água, preceda a ocupação do solo; graduar a intensidade da ocupação urbana em áreas limítrofes a zonas de interesse ambiental e de paisagens notáveis.</p>
<p>Zona de Ocupação Preferencial (ZOP)</p>	<p>Priorizar e estimular a ocupação de grandes vazios e áreas subutilizadas, expressando os novos parâmetros e possibilidades construtivas do Plano Diretor.</p>

O Mapa 2 apresenta a localização do bairro Amapá, a localização da Lagoa Azul e a relação desses locais com as principais vias do município de Duque de Caxias. Além disso, também foram inseridas no Mapa 2 as informações das zonas do PDU citadas na



Mapa 2 – Localização do Bairro Amapá em Duque de Caxias (RJ).

Elaboração: Stumbo Filho, 2020.

A Lagoa Azul em Duque de Caxias

Para quem vive mais longe de onde circula o capital (e conseqüentemente distante das demandas de serviços e atrativos para o lazer), torna-se mais urgente o oferecimento de locais para entretenimento, que tenham acesso facilitado e com o menor custo possível. O bairro Amapá, e arredores, é um desses lugares. E esse é o caso da chamada “Lagoa Azul”, fruto de uma ação antrópica na exploração de insumos para construção civil. Após a extração de areia, a paisagem formada por essa “lagoa” passou a ser utilizada pelos interesses econômicos para aproveitar a beleza cênica, como um produto para lucro e comércio no ramo do lazer e entretenimento. É interessante que esse local, mesmo após os impactos sofridos e toda degradação resultante, tenha gerado uma paisagem que virou alvo de interesses privados. A Figura 1 apresenta a evolução do processo de extração de areia que resultou na formação da Lagoa Azul.

Como recorte temporal, foram escolhidos dois anos, 2007 (início das escavações) e 2020 (situação atual após a extração de areia). Em 2007 a área atingida era de 13.203 m² e em 2020 essa área passa a ser de 151.738 m², um crescimento de mais de 1.000% ao longo dos 13 anos de atividade:



Figura 1 – Evolução do processo de extração de área na área conhecida como “Lagoa Azul”, em 2007 e em 2020

Fonte: Google Earth. Elaboração: Stumbo, 2020.

O resultado dessa ampliação do espelho d'água da lagoa criada artificialmente transformou o areal em um local aprazível e atraente para banhistas e usuários de jet ski, que está disponível para quem quiser alugar um veículo. O lazer é oferecido em função dos elementos cênicos que compõem uma paisagem diferenciada, que se assemelha a um local com atividades de lazer no litoral. A cor azul-clara intensa e a propaganda que a identifica como o Caribe da Baixada Fluminense servem como chamariz para atrair as pessoas que, para acessar as áreas que tenham esses elementos (como uma praia ou uma lagoa) de forma gratuita precisariam realizar um esforço de deslocamento considerável utilizando grande parte do seu tempo livre.

A Figura 2 apresenta um mosaico criado a partir de fotos que estão disponibilizadas na rede social Facebook da área da Lagoa Azul.



Figura 2 – Fotos do Sítio Lagoa Azul publicadas na rede social do empreendimento
Fonte: Sítio Lagoa Azul, 2020.

Nas propagandas do empreendimento Sítio Lagoa Azul realizadas em canais das redes sociais (como o Youtube e o Facebook), é nítido o investimento no uso de dispositivos tecnológicos de filmagem (como drones e câmeras de alta resolução), além de um processo de edição de vídeos profissional. Para ter acesso ao local, é necessário

pagar a entrada e, caso haja desejo em fazer um passeio de jet ski, o aluguel equipamento também está disponível. Na rede social Facebook, na página intitulada “Sítio Lagoa Azul”, existem publicações datadas de novembro de 2020, o que mostra que o local permanece em atividade mesmo com as medidas de isolamento e proteção adotadas pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Em uma dessas publicações, da mesma página da rede social, uma pessoa relata o seu descontentamento sobre os preços das mercadorias cobradas no local, além da cobrança da taxa de entrada. A Figura 3 mostra a publicação supracitada, em que é possível ver a relação de preços do que é consumido no local.

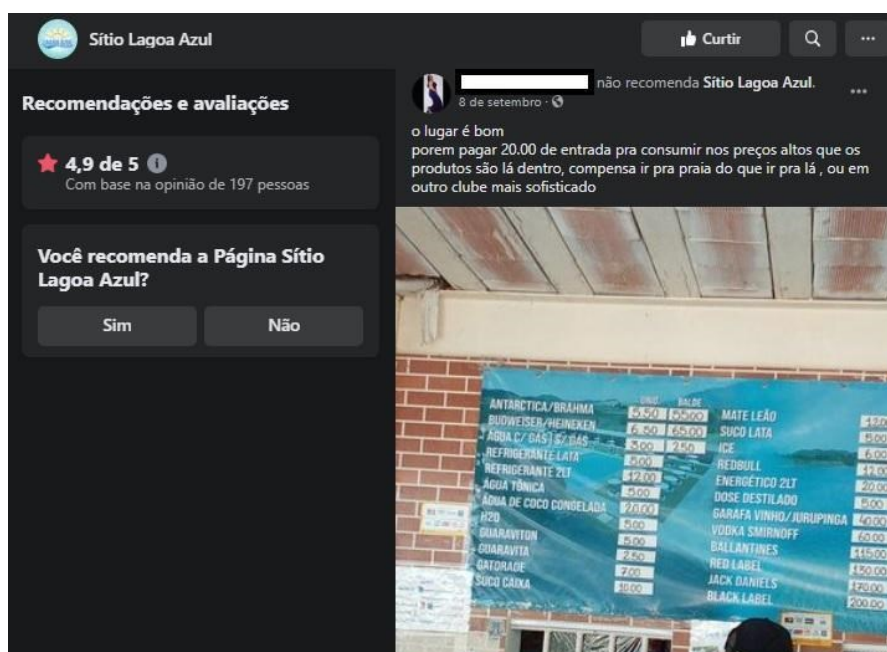


Figura 3 – Relação dos preços cobrados no Sítio Lagoa Azul publicada na rede social do estabelecimento por uma usuária, cuja identificação foi omitida da imagem por uma questão de privacidade e direitos autorais

Fonte: Sítio Lagoa Azul, 2020.

A publicação data de 8 de setembro do ano de 2020, ou seja, o registro fotográfico é recente. O descontentamento relatado pela usuária na página mostra que para se ter uma experiência voltada ao lazer neste local é necessário ter uma condição financeira que possibilite o consumo dos produtos e das atividades fornecidas pelo local, uma demonstração clara de que as atividades de lazer estão condicionadas ao modo de consumo. Verifica-se que o capital, utilizando a paisagem operacional, continua a atender

as necessidades de áreas urbanas e se aproveita de um local degradado para continuar a gerar lucro. Entretanto, quando ocorre de maneira desregulada, os riscos não são levados em conta.

Essa paisagem, com suas lagoas, atrai muitos banhistas e, pela forma como são realizadas as cavas, o ambiente reserva muitos perigos aos seus usuários. Na região existem registro de mortes de pessoas que se aventuraram nessas lagoas, como o que foi apresentado pela notícia do jornal *Extra* em 8 de outubro de 2015:



Adolescente de 14 anos morre afogado em lago que se formou num areal, na Baixada Fluminense

Figura 4– Notícia do jornal *Extra* de 8 de outubro de 2015

Fonte: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/adolescente-de-14-anos-morre-afogado-em-lago-que-se-formou-num-areal-na-baixada-fluminense-17718623.html>

Considerações finais

O que se constata nas atividades exercidas, atualmente e no passado na Lagoa Azul, é que tudo acontece por força da reprodução do capital e pela aparente não presença do Estado, o que denota o não efeito das práticas governamentais legislativas ou coercitivas na atividade. Os assuntos trazidos à tona neste trabalho servem para valorizar as discussões sobre lazer, atividades extrativistas e paisagem, demonstrando a importância de se conhecer o mundo e as suas relações que, às vezes, parecem improváveis, como uma mina se transformar numa lagoa azul para lazer.

Devemos, portanto, analisar as paisagens operacionais dentro de uma visão holística, como parte do processo de aglomeração dos grandes centros e não através de

uma visão antiquada, na qual a paisagem operacional, pela distância aos centros e por não fazer parte muitas vezes da conurbação urbana, é analisada de forma isolada.

[...] estamos simplesmente sugerindo (a) que os padrões e caminhos de tais paisagens operacionais devam ser entendidas de forma mais produtiva em relação às condições de mudança dentro das zonas densas de aglomeração que eles sustentam; e (b) que nossa compreensão dos processos de aglomeração, por sua vez, estará seriamente limitada se não as associarmos analiticamente à produção de paisagens operacionais, isto é, à dinâmica da urbanização extensiva (BRENNER, 2018b, p.339).

O mundo, de acordo com Brenner (2018b), passa por um processo veloz de mutação, e, por essa razão, é essencial que se estude a problemática da urbanização extensiva, com suas paisagens operacionais capitalizadas, dentro de uma abordagem multidisciplinar, pois a transformação que a hinterlândia está sofrendo é uma tendência.

A urbanização planetária cria novas e diversas paisagens e, portanto, para se entender melhor essa dinâmica, é necessário desenvolver novas teorias mais adequadas a elas, para que, ainda segundo Brenner (2018a), seja possível visualizar novas alternativas aos padrões convencionais do espaço urbano. É fundamental para o planejamento urbano acompanhar as novas dinâmicas de produção do espaço, especialmente as questões de metropolização com seus impactos e com as paisagens operacionais fortalecidas pelo capital e pelas instituições, entendendo o papel de centralidade das regiões metropolitanas e a velocidade das modificações na paisagem.

Referências bibliográficas

BRENNER, Neil. A hinterlândia, urbanizada? *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais E-metropolis*. Rio de Janeiro, v. 25. p. 6-11. jun. 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/025/original/emetropolis_n25_v2.pdf?1469290639> Acesso em: 22 out. 2020.

_____. Revolução Urbana? In: _____. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Letra Capital, 2018a. p. 233-260.

_____. Epílogo: Teoria urbana crítica, repaginada? In: _____. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/Letra Capital, 2018b. p. 323-351.

CASTELLI, Geraldo. *Turismo: atividade marcante*. 4. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: Sesc, 1999.
- DUQUE DE CAXIAS. *Lei Complementar nº 1, de 31 de outubro de 2006*. Institui o Plano Diretor Urbanístico do Município de Duque de Caxias-RJ e estabelece diretrizes e normas para o ordenamento físico-territorial e urbano. Duque de Caxias: Câmara Municipal, [2006] Plano Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=7592>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- EXTRA, Jornal, 2015. Jornalextra.com.br. *Adolescente de 14 anos morre afogado em lago que se formou um areal, na Baixada Fluminense*. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/adolescente-de-14-anos-morre-afogado-em-lago-que-se-formou-num-areal-na-baixada-fluminense-17718623.html>. Acesso em: 27/11/2020
- HARVEY, David. A relação do capital com a natureza. In: _____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 229-244.
- _____. O capital evolui. In: _____. *Os sentidos do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 355-371.
- IBGE. *Censo Demográfico, 2010*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015
- OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea, 2005
- RODRIGUES, AdyrBalastrieri. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). *Turismo: Como aprender, como ensinar*. 2. Ed. São Paulo: Senac, 2001. P.87-122.
- SÍTIO LAGOAZUL. Local para eventos e apresentações. Duque de Caxias, 23/02. 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/LagoaAzulOficial/?ref=page_internal. Acesso em: 28/11/2020

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NO CME-NOVA IGUAÇU A PARTIR DA LEI N. 4.828/2019: A (IM)POSSIBILIDADE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Michelle Paranhos
Mestra e doutoranda pelo PPFH-UERJ

Bruno Bentolila
Mestre e doutorando pelo PPG-Artes-UERJ

O presente trabalho efetivou-se com base em nossa participação como docentes da rede pública municipal e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe-Nova Iguaçu) nas reuniões do Conselho Municipal de Educação do Município de Nova Iguaçu (CME-Nova Iguaçu) durante o ano de 2020. O texto analisa os tensionamentos entre sociedade política e sociedade civil, no âmbito das atuações do CME-NI, considerando: os desdobramentos da Lei n. 4.828/2019 e suas limitações, através do debate realizado nas reuniões públicas acerca das atividades remotas no contexto da pandemia de covid-19; e o conteúdo dessas atividades e materiais didáticos concebidos e definidos pela Secretaria Municipal de Educação (Semed) para escolas públicas da rede municipal. Duas hipóteses principais nortearam a pesquisa: 1) a primeira diz respeito à ampliação da interferência e à influência do executivo no CME – a partir da composição estabelecida pela Lei n. 4.828/2019 – e, em contrapartida, à redução das possibilidades de participação social dos segmentos da sociedade civil no conselho; 2) a segunda diz respeito ao avanço da lógica empresarial e da intervenção do setor privado na educação pública de Nova Iguaçu, fundamentalmente, no que diz respeito ao período da pandemia.

Estado ampliado e hegemonia: a participação política e os conselhos de educação

As teorias formuladas no início do século XX por Antonio Gramsci nos fornecem elementos essenciais para pensar a participação social e a ampliação da consciência política, constituindo-se como fundamento da crítica aqui realizada. Gramsci (2007) analisou a constituição de uma nova cultura urbano-industrial, tendo em vista a relação

entre os processos de fortalecimento e politização da sociedade civil, como espaço de disputa de projetos societários antagônicos, e a complexificação das estruturas sociais e estatais, o que lhe permitiu elaborar uma teoria marxista ampliada do Estado, compreendido como unidade dialética entre sociedade política e sociedade civil.

A articulação entre Estado e sociedade civil é constantemente redefinida, em meio à disputa entre classe dominante e classe dominada. Diante do desenvolvimento do aparelho econômico de produção e do papel central que a classe trabalhadora assumiu no início do século XX, a obtenção do consenso passou a ser essencial para que um projeto de sociedade pudesse se tornar hegemônico, tendo em vista que a elevação da consciência política das massas colocou a necessidade de “equilíbrios de compromisso” entre os diferentes projetos de sociedade em questão (GRAMSCI, 2007).

Instituídos no Brasil no contexto do desdobramento das lutas dos movimentos sociais iniciados nas décadas de 1960 e 1970 e das alterações que processaram na dinâmica da sociedade civil brasileira nos anos 1980, os CMEs têm sua criação legalmente fundamentada na Constituição Federal de 1988. Porém a regulamentação dos dispositivos constitucionais só se realizou em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394/1996), no marco do aprofundamento e da generalização das políticas neoliberais. Sob o discurso da racionalidade financeira e da redução de gastos públicos, o conceito de descentralização repercutiu em um maior envolvimento dos municípios na captação de suas próprias demandas, no controle de gastos e na inspeção do cumprimento das metas federais e/ou estaduais estabelecidas, agora não unicamente pelo poder público local, mas, também, pela via da responsabilização da sociedade civil (SOUZA; VASCONCELLOS, 2006).

A organização dos conselhos municipais sinalizou o processo da conquista da hegemonia pelas frações dominantes da burguesia brasileira na busca pela obtenção do consenso através da conciliação entre o projeto de sociedade neoliberal – cujos elementos centrais são a “redução” do Estado e a descentralização da execução, do controle e da fiscalização das políticas públicas – e os projetos de sociedade da classe trabalhadora – orientados pelas pressões dos movimentos e das lutas sociais pela gestão democrática e pela participação da sociedade civil organizada. Em meio às contradições dos processos de abertura política dos anos 1980 e reforma do Estado nos anos 1990, os sistemas

municipais de educação surgem no âmbito da LDB n. 9.394/1996, com a instituição do regime de colaboração entre União, Distrito Federal, estados e municípios.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) estruturou a sua política para o Estado no âmbito do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Nessa concepção, reformar o Estado significou transferir para o setor privado as atividades que, supostamente, poderiam ser controladas pelo mercado, resultando numa série de processos de privatização. No plano, destaca-se a necessidade do processo chamado de “publicização”, que consiste na descentralização para o setor público não estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como a educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Embora o plano focalizasse sua atenção na administração pública federal, muitas das suas diretrizes e propostas voltavam-se também para a aplicação no nível nos âmbitos estadual e municipal.

Os dois governos FHC operam a reestruturação do Estado nas suas funções econômicas e político-ideológicas. O neoliberalismo manifesta-se em práticas de privatização que se impõem como a principal política estatal, complementada por políticas de descentralização, fragmentação e focalização das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infraestrutura. Com isso, no campo educacional, os municípios assumiram a função de “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1996), entre estes órgãos estavam os conselhos municipais de educação. Com funções normativa, consultiva, deliberativa, mobilizadora e fiscalizadora, os conselhos municipais de educação foram apresentados como arranjos institucionais capazes de assegurar a intervenção democrática da sociedade nas políticas educacionais.

Assim, caberia aos conselhos a função de garantir que as demandas da sociedade tivessem materialidade nas políticas estabelecidas pelos sistemas de ensino municipais, reunindo representantes de diferentes segmentos da sociedade civil e proporcionando a sua articulação com o poder público local na busca pela educação pública de qualidade. Essa era a proposição dos movimentos sociais populares, dos educadores e profissionais da educação que se fundamentava a partir dos princípios da gestão democrática do ensino público na educação básica e da “participação das comunidades escolar e local em

conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996).

No estudo de Souza e Vasconcellos (2006) sobre a produção científica acerca dos conselhos municipais de educação no Brasil, identifica-se que a preocupação com a participação da sociedade civil se constitui numa temática recorrente entre os trabalhos analisados, tanto no que tange à sua representatividade colegiada, quanto no que tange à qualidade dessa representação. Com base em pesquisas realizadas em diversos estados brasileiros, os autores chegam à conclusão de que apesar da sua presença institucional – incentivada pelo governo federal como condição para o repasse de verbas aos municípios –, os conselhos não cumprem suas atribuições, encontrando dificuldades de viabilização como mecanismos efetivamente democratizantes nas diversas áreas.

O CME-Nova Iguaçu e as mudanças a partir da Lei n. 4.828/2019

Considerado um município de grande porte, com base na classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já que possui uma população estimada de mais 820 mil habitantes, Nova Iguaçu fica localizado na Baixada Fluminense, região marcada por uma realidade social na qual se avolumam as mais dramáticas contradições presentes na sociedade brasileira: as diferentes formas de segregação e dominação a que foram submetidas a classe trabalhadora, combinando traços de populismo, clientelismo, coronelismo e violência, aspectos rurais e intensos processos de urbanização e diversificação da economia, que se imbricam na dialética do arcaico e do moderno, na qual as formas modernas de desenvolvimento não apenas convivem e se alimentam das formas atrasadas, mas delas são indissociáveis (OLIVEIRA, 2018).

Otair Fernandes Oliveira (2008) analisou o papel político do CME no contexto da democratização da política de educação no município de Nova Iguaçu, verificando a atuação desse órgão a partir das práticas políticas e do exercício de suas funções legalmente previstas na Constituição brasileira. A pesquisa empírica foi realizada entre os anos de 2005 e 2006, durante o governo de Lindbergh Farias (PT). O autor reuniu informações que permitiram a análise da composição social e institucional e das condições de funcionamento e da dinâmica interna do conselho.

De acordo com a Lei n. 2.853/1997 e o Regimento Interno (1998), em 2006, o CME-Nova Iguaçu era composto por 10 segmentos para mandatos de três anos, entre os

quais cinco representações pertenciam ao poder público municipal – Secretaria Municipal de Educação (Semed), Secretaria de Planejamento, Economia e Finanças (Semef), Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCTUR), Procuradoria Geral do Município (PGM) e Secretaria Municipal de Governo (Semug)/Coordenadoria dos Conselhos Municipais de Nova Iguaçu (CCMNI) – e outras cinco representações eram formadas por conselheiros da sociedade civil – oriundos das seguintes instituições: Federação das Associações de Bairro da Cidade de Nova Iguaçu (MAB), Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação de Nova Iguaçu (Sepe/NI), Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, Núcleo de Creches e Pré-Escolas Comunitárias da Baixada Fluminense (Nucrep) e a Casa do Menor São Miguel Arcanjo (CMSMA). Como observou Oliveira, embora houvesse diversidade social e institucional na formação do CME-Nova Iguaçu, chamava atenção o fato de que a participação não era restrita ao setor educacional no campo governamental. Já no campo da sociedade civil, destacava-se a predominância de atores políticos diretamente ligados à educação infantil, notadamente das creches comunitárias, além de outros ligados à questão social mais ampla, como o MAB, com uma história de luta na região (OLIVEIRA, 2008, p. 148-149).

Embora os problemas e contradições que comprometem a atuação e o funcionamento do CME-Nova Iguaçu, persistam desde sua criação, as dificuldades ganharam novas dimensões a partir do início de 2019, quando foi aprovada no município de Nova Iguaçu, pela Câmara dos Vereadores, a Lei n. 4.828/2019, alterando a Lei n. 2.853/1997, que criara o CME-Nova Iguaçu. A partir de então passou a valer uma nova composição e um novo regimento para o funcionamento do conselho. Dentro dos limites dessa apresentação, nos deteremos sob dois aspectos fundamentais da nova lei: o primeiro deles diz respeito à mudança na composição do conselho, definida a partir dos artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação será constituído por 22 (vinte e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes a serem designados pelo Poder Executivo Municipal, de forma paritária, sendo 11 (onze) membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo e 11 (onze) membros não governamentais a serem eleitos entre seus pares (NOVA IGUAÇU, 2019, p. 2).

As onze representações do governo municipal, conforme o artigo 5º, são compostas

pelas secretarias municipais de Educação (Semed), Economia e Finanças (Semef), Cultura (Semc), Governo (Semg), Saúde (Semus), Assistência Social (Semas), Meio Ambiente (Sema), Assuntos Estratégicos, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semacti), Infraestrutura (Semif), Procuradoria Geral do Município (PGM) e Câmara dos Vereadores.

Quadro 1 – A nova composição do CME-Nova Iguaçu com base na Lei n. 4.828/2019

QUADRO 1: COMPOSIÇÃO DO CME/ LEVANTAMENTO DE FREQUÊNCIA (MAIO DE 2019 – MAIO 2020)			
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	Faltas	REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS	Faltas
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED)	9	ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL APAE (FPPDENI)	12
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SEMUG/ CCMNI)	2	SOCIEDADE BENEFICENTE DE CAMPO ALEGRE (FPPDENI)	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS (SEMFEF)	16	CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO DE VILA DE CAVA (FPPDENI)	7
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SEMCC)	12	RESPONSÁVEL POR ESTUDANTE DA REDE PÚBLICA	14
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS)	9	DOCENTES (SEPE)	2
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)	11	ASSOCIAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES (ACTNI)	13
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA)	10	ESTUDANTE DA REDE PÚBLICA DA EJA	18
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SEMACTI)	10	SEEDUC - METROPOLITANA I**	12
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (SEMIF)	10	UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP (Universidade Privada)	3
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PGM)	8	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO UFRRJ (Federal)	6
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU*	19	FUNDAÇÃO CECIERJ - POLO CEDERJ (Estadual) ***	18

Fonte: CMENI, 2020 (Atas de reuniões – Levantamento de faltas realizado em maio/2020)

(*) A titular da vaga era, à época, a vereadora, presidente da Comissão de Educação e Cultura

(**) Representante indicado pelo governo estadual.

(***) Subsecretária do pedagógico.

Além das 11 representações governamentais “designadas” e não eleitas, no âmbito do poder executivo municipal, há também a representação governamental da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc). Embora não seja uma indicação do poder executivo municipal, é uma indicação governamental do poder executivo estadual.

Os segmentos da sociedade civil ficam reduzidos, assim, a dez representações: três representações das instituições indicadas pelo Fórum Popular Permanente de Defesa da Educação de Nova Iguaçu – cujo presidente era vice-presidente do CME-Nova Iguaçu, quando a Lei foi aprovada –; uma representação dos segmentos de responsáveis por estudantes matriculados na rede municipal de ensino “indicada” pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres; uma representação docente pertencente à rede municipal de ensino; uma representação da Associação dos Conselheiros Tutelares (ACTNI); uma representação discente; uma representação de Universidade Federal; uma representação de Universidade Estadual; e uma representação de universidades privadas.

A pluralidade e a paridade entre representantes da sociedade civil e da sociedade política (o Poder Executivo Municipal), de acordo com a Lei n. 4.828, é inexistente. Além

de garantir a maior parte dos membros, o governo é responsável pela organização da eleição de alguns segmentos, como, por exemplo, a representação de responsáveis de estudantes da rede escolhida em reunião realizada pela Semed. Ou seja, o princípio da pluralidade não se limita à dicotomia Estado/sociedade, mas a cada campo. A paridade não diz respeito apenas à igualdade em números, mas ao equilíbrio na tomada de decisões. Pluralidade e paridade são elementos diretamente relacionados à participação e à representação política dos conselhos (OLIVEIRA, 2008). A composição do CME estabelecida pela Lei n. 4.828/2019 compromete os princípios da gestão democrática e da participação social, ampliando a interferência e aprofundando a influência do poder executivo municipal no CME-Nova Iguaçu, o que reduz as possibilidades de atuação dos segmentos da sociedade civil dentro do conselho na direção da construção de políticas capazes de expressar as necessidades da população do município.

O segundo aspecto da lei destacado aqui compreende a possibilidade de eleição da presidência do conselho. De acordo com a Lei n. 2.853/1997 e com o antigo Regimento Interno (1998) do CME-Nova Iguaçu, o cargo de presidente do conselho era ocupado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação em exercício, sendo apenas a vice-presidência e a secretaria geral, eleitas entre os pares.

Embora essa imposição legal tenha sido questionada desde a criação do conselho (OLIVEIRA, 2008), apenas em 2018, após recomendação do Ministério Público para que a secretária em exercício não ocupasse a presidência do CME, com a finalidade de preservar a independência e a autonomia do conselho, houve um movimento para a alteração desse dispositivo legal. A recomendação foi cumprida, após as alterações instituídas pela Lei n. 4.828/2019, mas, mesmo não sendo mais ocupada pela secretária de Educação por força da lei, a presidência permaneceu ocupada por membros de secretarias de governo, mesmo com a eleição, como podemos analisar a partir do quadro a seguir

Quadro 2 – Presidentes do CME-NI, eleitos após a nova composição instituída pela Lei n. 4.828/2019

Data da eleição	Documento	Segmento na presidência do CME-NI
-----------------	-----------	-----------------------------------

Até maio de 2019	Por força da Lei n. 2.853/1997	Semed (Secretária de Educação)
5 de junho de 2019	Resolução n. 001/CME/2019	Semug/SCM
13 de julho de 2020	Resolução n. 003/CME/2020	Semacti
11 de fevereiro de 2021	Resolução n. 001/CME/2021	Semug/SCM

Fonte: Nova Iguaçu, 2019a, 2020a e 2021 (Resoluções publicadas no *Diário Oficial*).

A legitimação da ideologia do empresariamento e da privatização da educação pública no contexto da pandemia de Covid-19: a política da Semed e a atuação do CME-Nova Iguaçu

Seguindo a tendência nacional e internacional da transformação da educação pública em um negócio lucrativo para grupos empresariais, que buscam cada vez mais intervir nas políticas públicas de educação básica, numa combinação de responsabilização, meritocracia e privatização, o governo municipal de Nova Iguaçu de Rogério Lisboa (Progressistas) assumiu como meta o empresariamento e a privatização da escola pública, favorecendo o avanço da iniciativa privada por meio da utilização de plataformas, pacotes educacionais, pacotes de formação docente e materiais didáticos elaborados por essas empresas. Essas práticas foram acentuadas depois da pandemia de covid-19, quando as aulas foram suspensas em escolas do mundo inteiro, como medida de prevenção e contenção do coronavírus. No município de Nova Iguaçu, as aulas foram suspensas a partir do dia 14 de março de 2020, momento em que ainda não se tinha a dimensão da crise sanitária, econômica, política e social que se instalaria nacional e internacionalmente, no entanto, já se delineavam as articulações da Secretaria Municipal de Educação (Semed) para a utilização de uma “plataforma de Educação a Distância” (EaD): por meio de um ofício emitido às direções das escolas, foram solicitados dados de professores, professoras e estudantes para cadastro.

Embora o CME tenha solicitado ao governo esclarecimentos sobre a implementação da EaD como forma de substituição à educação presencial, a resposta da Semed foi de que “não havia qualquer proposta de educação a distância para a rede municipal e que apenas havia sido solicitado às escolas o quantitativo de alunos”. Na contramão das informações fornecidas ao CME, as medidas tomadas pela Semed foram divulgadas no site oficial da Prefeitura em matéria publicada no dia 27 de maio. Entre as

medidas adotadas, estava a adoção de atividades online em parceria com a Escola Mais para estudantes do 6º ao 9º ano, do Conecturma e para as crianças do 2º ao 5º ano e Escribo Play para estudantes em fase de alfabetização (NOVA IGUAÇU, 2020).

A publicação do “Extrato do termo de cooperação técnica” que firmou a parceria para utilização do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da Escola Mais Educação S.A. ratificou a proposta que já vinha sendo construída junto à empresa privada integrante da Companhia Bahema Educação S. A. No site da companhia é possível encontrar informações sobre a proposta pedagógica das escolas e sobre as relações com investidores, além de coordenar parte de um “guarda-chuva de escolas” para a classe C, D e E localizadas em várias grandes cidades brasileiras, da qual a Escola Mais faz parte, a *holding* possui outros investimentos, através dos quais movimentou milhões no mercado financeiro (BAHEMA, 2021).

Defendendo o uso das chamadas “metodologias ativas”, a Escola Mais reforça a individualização do ensino, ao desenvolver sua “matriz curricular”, colocando o “aluno no centro de seu aprendizado”, para “produzir seu próprio conhecimento”. A construção da “Matriz de Competência” que orienta o trabalho pedagógico tem como base o Relatório Jacques Delors (UNESCO, 1996), estruturando-se a partir dos Quatro Pilares da Educação presentes no documento – aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer – e “com especial atenção ao desenvolvimento socioemocional” (ESCOLA MAIS, 2020). O discurso remonta a uma continuidade das políticas predominantes na década de 1990, quando os organismos internacionais já propagavam os “valores e atitudes” como componentes a serem desenvolvidos pela educação básica, em consonância com os pressupostos do neoliberalismo, sobretudo do desmonte das políticas sociais garantidas pelo Estado. O lema “aprender a aprender” e a pedagogia das competências, aos quais o Escola Mais faz referência, fundamentam-se na valorização do que o indivíduo aprende sozinho, sem a ajuda do educador e sem a mediação da escola. Trata-se de um discurso que responsabiliza o sujeito por suas escolhas e retira a escola pública do centro do debate, sintetizando uma concepção educacional centrada na formação adaptativa e flexível, em que a aquisição de valores, habilidades e competências torna-se um requisito não para competir por postos de trabalho, mas para adaptar indivíduos à condição do desemprego e do emprego precário.

A “pedagogia” do Escola Mais também faz referência à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 e incorporada à proposta curricular das escolas da rede municipal de Nova Iguaçu, “num cenário de curto espaço de tempo para elaboração do texto, baixa participação da comunidade escolar e ainda sem a publicação/divulgação do documento final” (COSTA; NASCIMENTO; NEVES, 2019, p. 2).

No mês de junho de 2020, após a divulgação da parceria, foi publicado o termo de cooperação com a empresa Escribo Inovação Eireli, responsável pelo Escribo Play. Enquanto o AVA da Escola Mais destinou-se aos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, o Escribo Play, “aplicativo de aprendizagem e alfabetização”, voltou-se para as crianças do 1º ano, com o objetivo de possibilitar “aos *usuários* a realização de uma sequência didática com estimulação e avaliação do estudo e aprendizagem” (NOVA IGUAÇU, 2020, grifo nosso). A empresa com matriz localizada em Recife (PE) existe desde 2001, atuando no ramo desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, serviços de suporte educativo e atacadista de livros.

A terceira tecnologia adquirida pela Semed para as escolas públicas de Nova Iguaçu, foi a Conecturma:

[...] uma plataforma que ensina Matemática, Língua Portuguesa e outras *habilidades socioemocionais* para crianças do segundo ao quinto ano do Ensino Fundamental. [...] O acesso é livre, sem necessidade de cadastro. Essa ferramenta virtual foi lançada na rede municipal das escolas no dia 5 de maio e já está sendo largamente utilizada (NOVA IGUAÇU, 2020, SITE DA PREFEITURA).

A plataforma digital foi desenvolvida pela *startup* Aondê Educacional, empresa fundada por Rafael de Carvalho Pullen Parente, que ocupou o cargo de subsecretário de Novas Tecnologias Educacionais na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, durante a gestão de Cláudia Costin. A parceria resultou, tal como observa Silva (2017), na implementação de uma série de projetos baseados no uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na educação, demonstrando de maneira evidente um processo de retirada do trabalho docente na decisão no processo educativo. Além de diretor pedagógico e idealizador da plataforma digital Conecturma e CEO da BEÏ Educação, Parente também é sócio efetivo do Movimento Todos pela Educação e presidente do conselho do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (Ceipe-FGV). A instituição, dirigida por Costin, foi criada em

2016 com o propósito de ser o primeiro *thinktank* especializado em política educacional do Brasil (MENDES, 2019), o Ceipe, assim como a BEI Educação e a Vox Capital, também foram parceiros da Aondê Educacional no desenvolvimento da Conecturma.

Silva (2017) identifica algumas significações peculiares sobre a forma como a metodologia de ensino desenvolvida nessa plataforma implementa a tecnologia, reforçando “o esvaziamento e a expropriação do trabalho docente ao dar lugar de destaque à plataforma digital nas intervenções pedagógicas, como se estas fossem, simultaneamente, sujeitos e lócus de socialização do saber” (SILVA, 2017, p. 241). Analisando o conteúdo da plataforma, a autora observa que a recontextualização educacional das TICs se dá a partir de construções discursivas que buscam conferir credibilidade e legitimidade à plataforma digital como instrumento de “superação dos problemas no campo educacional”. Sob a ideia de “aprendizagem personalizada”, a proposta da plataforma Conecturma coloca ênfase na “autoeducação”, valorizando a iniciativa individual de cada aluno e aluna, promovendo a individualização do ensino, secundarizando o professor e retirando o trabalho docente da decisão no processo educativo.

Sob a ideia de “respeito às singularidades dos alunos”, os parceiros da Semed pretendem que as atividades propostas se adaptem “automaticamente ao nível de conhecimento e aprendizagem de cada aluno”, tanto os dispositivos virtuais adotados – o Conecturma, o AVA do Escola Mais; o Escribo Play –, quanto as apostilas elaboradas pela própria Secretaria e atividades publicadas no Facebook pelas escolas públicas durante o período de isolamento social, têm como base a particularização e a individualização do ensino. Descarta-se, dessa maneira, o conhecimento sistematizado em função dos chamados “temas transversais”.

A partir das demandas do governo para validar e legitimar as “aulas remotas” implementadas pela Semed no contexto da pandemia de covid-19, foi necessário rearticular o espaço do CME, elegendo uma nova mesa diretora, convocando os conselheiros(as) faltosos(as) e substituindo outros(as), com o objetivo de atingir o quórum mínimo (12 representações) e garantir que as normatizações fossem definidas. As reuniões ordinárias e extraordinárias passaram a acontecer virtualmente. A última reunião ordinária presencial do CME-Nova Iguaçu foi realizada em março de 2020, poucos dias

antes da suspensão das aulas. Desde que a Lei n. 4.828/2019 entrou em vigor, aumentando o número de representações governamentais e o quórum necessário para que as reuniões e as deliberações pudessem ser validadas, o conselho passou a ter dificuldades para cumprir suas funções. O quadro abaixo mostra que de maio de 2019 a maio de 2020, 75% das plenárias realizadas pelo CME-Nova Iguaçu foram invalidadas por falta de quórum.

Quadro 3 – Datas das sessões realizadas após a nova composição do CME

REUNIÕES REALIZADAS DE MAIO DE 2019 – MAIO 2020																				
DATAS	2019										2020									
	27/05/2019*	05/06/2019	11/07/2019	18/07/2019	08/08/2019	22/08/2019	12/09/2019	19/09/2019	10/10/2019	14/11/2019	19/11/2019	12/12/2019	13/02/2020	17/02/2020	30/03/2020	16/04/2020	14/05/2020	21/05/2020	28/05/2020	
REPRESENTANTES PRESENTES NAS SESSÕES PLENÁRIAS	22	17	9	10	11	10	9	15	11	12	10	7	8	8	12	6	9	8	8	6
	Sessões ordinárias		Sessões extraordinárias					Sessões validadas			Sessões sem quórum									

Fonte: CME-NI, 2020 (Atas de reuniões – Levantamento de faltas realizado em maio/2020)
 (*) Cerimônia de posse e definição da data da reunião extraordinária

Tanto do ponto de vista dos setores da sociedade civil como do ponto de vista da sociedade política, existia a reivindicação por normatizações e orientações sobre as medidas tomadas no quadro da pandemia. Contudo havia uma divergência no que dizia respeito à atuação do conselho, fundamentalmente, no tocante à sua função fiscalizadora. De um lado, as conselheiras pertencentes a alguns segmentos da sociedade civil enfatizavam as necessidades dos estudantes e a garantia dos direitos à educação pública de qualidade, tendo como prerrogativas a igualdade e o acesso dos alunos e alunas, e a garantia das condições de trabalho dos professores e professoras. De outro, conselheiros e conselheiras ligados de alguma forma às secretarias do governo, buscavam conferir legitimidade ao uso das plataformas e às parcerias constituídas com as empresas, à utilização do Facebook e do WhatsApp como instrumentos para disponibilizar atividades online, do trabalho remoto para profissionais concursados e formados para atuar nas escolas. A discussão do grupo, em muitas das reuniões do Conselho, foi acerca do caráter dessas atividades (obrigatório ou complementar). Embora o governo não apresentasse nenhuma proposta de inclusão digital dos alunos, vinha apresentando de maneira unilateral a adoção das atividades remotas da *Escola Mais*, da plataforma digital *Conecturma* e do aplicativo *Escribo Play*, além de outras formas de uso de tecnologias.

A dificuldade de realização das reuniões, em função da ausência de alguns segmentos, levou à organização de um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma proposta de texto para nortear as discussões do CME sobre “a reorganização do calendário escolar 2020”, sobre “as atividades não presenciais” e sobre os protocolos para retorno das atividades presenciais nas escolas. Este grupo foi composto por 10 membros do CME, incluindo a Secretária de Educação, também conselheira.

Em relato da reunião do grupo de trabalho realizada em julho, ficou definido após estudos realizados que os protocolos para o retorno das atividades nas escolas seriam constituídos com base nas orientações das instituições especializadas, a partir de documentos publicados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Fundação Oswaldo Cruz. Sobre a reorganização do calendário escolar, o GT estabeleceu como eixos: 1) a importância do amplo debate e da construção coletiva junto à comunidade escolar (responsáveis, alunos e profissionais da educação); 2) a orientação de que o ano civil não necessariamente precisaria coincidir com o ano letivo; 3) a necessidade de garantir que todos os alunos tivessem acesso à aulas; 4) a não obrigatoriedade das atividades remotas realizadas, já que muitos estudantes não teriam acesso. A partir desses eixos seriam construídas duas minutas a serem apresentadas a partir da reunião ordinária do CME, no dia 9 de julho: a primeira, com orientações sobre as atividades remotas e as diretrizes e protocolos para a reorganização do calendário letivo, e a segunda, com orientações sobre o retorno das atividades presenciais, quando as condições sanitárias fossem viáveis. Essas definições só foram possíveis no contexto do GT, que em função da possibilidade de participação de suplentes e titulares pôde ter paridade com cinco membros da sociedade civil e cinco membros das secretarias de governo.

Quando a minuta elaborada a partir dos eixos definidos pelo GT foi levada à plenária para a aprovação da deliberação, os representantes governamentais se utilizaram da composição majoritária para reformular a minuta, aprovando a Deliberação do CME n. 005, de 13 de outubro de 2020. Esta garantiu substituir as aulas presenciais não ministradas no Ensino Fundamental por atividades remotas durante o período do isolamento social mediadas ou não por recursos digitais e demais tecnologias de comunicação e informação, que seriam realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar (NOVA

IGUAÇU, 2020, p. 2, grifos nossos).

Após inúmeras reuniões do CME, todos os segmentos governamentais do Conselho votaram por ignorar e suprimir da minuta original formulada pelo grupo de trabalho, os trechos da Constituição Federal e da Lei Nacional de Diretrizes e Bases (LDB n. 9.394/1996) que fundamentavam a proposta em torno da educação como direito humano (art. 3º, inciso IV, CF), dos princípios da garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I, CF; art. 3º inciso I, LDB) e da garantia de qualidade do ensino que deve ser ofertado aos estudantes (art. 206, inciso VII, CF; art. 3º inciso IX, LDB), 2) como efetivação do direito à educação.

Considerações finais

Ao longo do texto buscamos compreender a problemática do funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Nova Iguaçu, evidenciando a interferência e o controle do poder executivo municipal no que diz respeito às deliberações e ações definidas pelo conselho. Entre os principais resultados da pesquisa, cabe, inicialmente, destacar o fato de que, um ano após a nova composição em conformidade com Lei n. 4.828/2019, o conselho apresentou dificuldades de funcionamento e atuação, tendo 75% das reuniões realizadas invalidadas por falta de quórum. A reorganização da estrutura (mesa diretora e plenária) do CME, em 2020, se deu a partir da necessidade de legitimação das políticas educacionais de “aulas remotas” já definidas e implementadas pelo governo sem a participação da comunidade escolar e do conselho. Foi possível identificar, a partir da participação nas reuniões do CME, falas de professores e responsáveis que problematizaram a questão do acesso dos estudantes às atividades remotas durante a pandemia do coronavírus. Diante da impossibilidade de instituir a Educação à Distância (EaD), modalidade educacional que possui características próprias e uma legislação específica, o governo criou subterfúgios baseados em aulas remotas, atividades virtuais, aulas online etc. O que se perdeu de vista no que tange à proposta da Secretaria de Educação, no entanto, foram as necessidades e especificidades da população do município de Nova Iguaçu, a realidade dos estudantes e das comunidades escolares a quem essas “políticas” deveriam alcançar. A partir da análise das falas e dos conteúdos das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CME-Nova Iguaçu realizadas no

decorrer de 2020, é possível apreender esse movimento e a dimensão das disputas político-ideológicas em torno da construção, normalização e fiscalização das políticas educacionais elaboradas e implementadas estrategicamente no momento da pandemia.

Referências bibliográficas

BAHEMA S/A. *Home*. Disponível em: <https://www.bahema.com.br/>. Acesso em: 6 de abr. 2021.

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 de mar. 2021.

ESCOLA MAIS. *Pedagogia*. Disponível em: <https://www.escolamais.com/pedagogia>. Acesso em: 5 de mai. 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos de cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.v.3.

MENDES, Valdelaine. A intensificação dos princípios do mercado na organização das políticas educacionais: análise do CEIPE-FGV. In: PERONI, Vera Maria Vidal et al. 2º Seminário Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: Implicações para a democratização da educação. *Anais*. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gprppe/wp-content/uploads/2020/01/Anais-II-Semin%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 06 de abr. 2021.

NOVA IGUAÇU. *Lei n. 4.828*, de 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: http://www.novaiguacu.rj.gov.br/wp/wp-content/uploads/2019/03/diariooficial_2019_03_01_15514017497.pdf. Acesso em: 17 de mar. 2021.

_____. Diário oficial: edição extraordinária, de 14 de março de 2020. Disponível em: <http://diario.novaiguacu.rj.gov.br/visualizar?diarioOficial=324>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

_____. *Prefeitura de Nova Iguaçu adere às atividades interativas para ampliar aprendizado dos alunos da rede municipal*, 27 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2020/05/27/prefeitura-de-nova-iguacu-adere-as-atividades-interativas-para-ampliar-aprendizado-dos-alunos-da-rede-municipal/>. Acesso em: 6 de abr. 2021.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Extrato de termo de cooperação técnica (Escola Mais Educação S/A), de 2 de abril de 2020, p. 1-2. In: _____. Diário oficial, de 7 de abril de 2020. Disponível em: <http://diario.novaiguacu.rj.gov.br/visualizar?diarioOficial=348>. Acesso em: 6 de abr. 2021.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Extrato de termo de cooperação técnica (Escribo

- Inovação Eireli), de 2 de junho de 2020, p. 3. In: _____. Diário Oficial, de 5 de junho de 2020. Disponível em: <http://diario.novaiguacu.rj.gov.br/visualizar?diarioOficial=395>. Acesso em: 6 de abr. 2021.
- _____. Resolução n. 001/CME/2021, de 11 de fevereiro de 2021. In: _____. Diário Oficial, 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://www.novaiguacu.rj.gov.br/wp/wp-content/uploads/2021/02/diariooficial_11_02_2021_16130901006.pdf. Acesso em: 27 de abr. 2021.
- _____. Secretaria de Educação de Nova Iguaçu promove palestras on-line para educadores, de 8 de fevereiro de 2021a. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2021/02/08/secretaria-de-educacao-de-nova-iguacu-promove-palestras-on-line-para-educadores-2/>. Acesso em: 27 de abr. 2021.
- _____. Secretaria de Educação. *Ensino híbrido: o que é e como aplicar na prática pedagógica*. Palestra ministrada por Américo Amorim, em 10 de fev. 2021b. Disponível em: <https://www.facebook.com/semednovaiguacu.rj/videos/430378698226223/>. Acesso em: 27 de abr. 2021.
- OLIVEIRA, Otair Fernandes de. O Conselho Municipal de Educação no Brasil: práticas políticas e deliberação pública em Nova Iguaçu. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- SILVA, Andréa Villela Mafra da. A articulação do reducionismo tecnicista à sofisticação tecnológica no discurso das políticas educacionais. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2017. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2014_1-1225-DO.pdf. Acesso em: 6 de abr. 2021.
- UNESCO. Educação, um tesouro a construir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

***OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DA BAIXADA
FLUMINENSE***

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Veronica Azevedo Wander Bastos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Eliane Vieira Lacerda Almeida

Universidade Federal da Bahia

Aiana Teixeira de Carvalho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Catarina Bernardez Martins

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Celio Miotto Filho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Maria Inês Lopa Ruivo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Vanessa Bezerra dos Santos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

A Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro é uma região que prospera e regride em velocidades galopantes a cada governo eleito. Suas vulnerabilidades demonstram-se a partir de indicadores socioeconômicos, tais como o de saúde e renda, compondo um conglomerado de municípios que se distanciam, cada vez mais, da capital do Estado. Por essa realidade, surgiu em 2020 o Observatório de Desenvolvimento Econômico e Social da Baixada Fluminense, projeto de extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) em parceria com o Instituto Brasil Social (IBS).

O objetivo principal do projeto foi fazer um mapeamento da situação socioeconômica a partir de cinco grandes eixos: emprego, renda, transporte, moradia e saúde, nos 13 municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Paracambi, Nova Iguaçu, Guapimirim, Belford Roxo, Seropédica, Queimados, São João de Meriti, Japeri, Nilópolis, Magé, Itaguaí e Mesquita.

O trabalho desenvolvido assumiu especial relevância em face de dois dificultadores: o período eleitoral de 2020 e o cenário de pandemia, que atingiu com muita agressividade a população da Baixada. Com a pandemia, a forma de fazer pesquisa mudou, e o acesso à informação também precisa mudar para dar maior transparência à sociedade como um todo e facilitar esse acesso. Essa é a principal meta do observatório.

Apresentação do objeto

Buscamos neste trabalho apresentar um panorama da situação socioeconômica da região da Baixada Fluminense entre os anos de 2010 a 2020, considerando os dados oficiais emitidos em sites, tais como o do IBGE e os das prefeituras.

O trabalho desenvolvido pelo observatório teve início em agosto de 2020, tendo sido divididos os 13 municípios da Baixada, haja vista que todos possuem especificidades socioeconômicas. Por exemplo, os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu são mais populosos do que municípios como Guapimirim, Paracambi e Seropédica. Ainda que com diferenças fundamentais, um ponto em comum entre todos os municípios foi o da dificuldade de se encontrar dados transparentes sobre o transporte público, tendo sido esse o eixo de maior dificuldade para a coleta de dados.

Como a Baixada engloba muitos municípios e os eixos propostos são amplos, foi necessário recorte para aprofundamento das pautas. Por isso, o foco foi avaliar como os aspectos de saúde, moradia, emprego, renda e transporte estavam relacionados às pessoas pertencentes a grupos vulneráveis, sendo estes entendidos como as mulheres, minorias étnicas, LGBTQI+ e pessoas em situação de rua.

Descobriu-se, em síntese, que não há recortes para tais indicadores. Quando se consulta, por exemplo, a Rais, é possível verificar o salário médio do comércio na Baixada e municípios, mas como isso afetaria a vida das mulheres? No município de Japeri, as residências com rede de esgoto não chegam a 70%, e, nesse ponto, há de se questionar: será que esse problema atinge igualmente brancos e negros? Magé tem pouco mais de 10% da população com emprego formal – seriam contratadas travestis, de forma igualitária, pelas empresas?

Tendo em vista a situação de ausência de dados públicos justamente para a população considerada vulnerável, entende-se que tal falta pode ser estratégica: não se publiciza, para que se evitem críticas acerca das diversas gestões que descuidam dessa parte do contingente populacional. Por isso mesmo, o projeto busca apresentar as garantias dos direitos humanos voltadas à ausência de dados e políticas públicas de enfrentamento às desigualdades vivenciadas pelos grupos vulneráveis da Baixada Fluminense. Dessa maneira, a análise dispõe, primordialmente, da falta de acesso à informação acerca de pessoas vulneráveis, entendendo-se quais são as consequências para as políticas públicas da região.

Metodologia

Diante da complexidade que envolve a região da Baixada, foi necessário fazer um mapeamento da situação socioeconômica a partir de cinco grandes eixos: emprego, renda, transporte, moradia e saúde nos 13 municípios que compõem a região, no estado do Rio de Janeiro.

Desse modo, a linha de atuação foi dividida em duas principais formas de atuação: a) o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica e documental, com dados oficiais disponibilizados sobre os eixos propostos; e b) a elaboração de trabalhos acadêmicos para dar maior publicização às informações e dados coletados.

Houve, ainda, uma tentativa de complementar os dados levantados a partir de pesquisas empíricas junto a entes públicos para buscar indicadores que não são disponibilizados à população. Contudo, o desenvolvimento ficou prejudicado pela falta de resposta dos órgãos aos questionários aplicados pelos pesquisadores do observatório, o que corroborou a nossa hipótese de falta de transparência sobre as informações prestadas publicamente.

Resultados parciais

Como resultado parcial do observatório, elaborou-se um dossiê com os dados levantados até o período de dezembro de 2020 (HOGEMANN; BASTOS; ALMEIDA, 2020). Para poder, em um segundo momento, aprofundar os eixos de forma a relacioná-los aos grupos de vulneráveis, primeiro tornou-se necessário estudar o panorama geral dos municípios, apresentados nos seguintes dados principais.

O primeiro município analisado foi Belford Roxo, assim definido por Almeida (2019, p. 104): “As mazelas sociais são infinitas e estão, pode-se por assim dizer, especialmente associadas à violência.” Em 2017 ele tinha menos de 40% da população com rendimento mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; possuindo baixos índices de empregabilidade, além de ocupar as últimas colocações no ranking estadual. Na questão da moradia, está em 34ª lugar (de 92 municípios) de qualidade do esgotamento sanitário. O município conta com uma rede ferroviária insatisfatória, o que contribui, inclusive, para

o aumentando o risco de evasão escolar por conta das dificuldades de transporte público. No que se refere ao atendimento aos vulneráveis, a princípio, Belford Roxo possui uma boa rede, com diversos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

Duque de Caxias se destacou por ter apenas 18% da população empregada em 2018. O Produto Interno Bruto (PIB) ocupa o segundo lugar no ranking referente à participação do PIB no Estado, ficando atrás apenas da capital, em que pese estudos apontarem as contradições entre o PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região (CAMAZ, 2015). No que se refere à prestação de serviços de transporte, ela foi considerada falha, através do levantamento prévio feito nos sites oficiais.

Quanto a Guapimirim e Magé, ambas as cidades possuem muitas semelhanças, haja vista que Guapimirim se emancipou de Magé em 1990. Contudo, a maior parte dos dados de Guapimirim está desatualizada, sendo os mais atuais de 2018. Magé, por sua vez, “com o percentual de 11,7% da população com emprego formal, ocupa a 67ª posição, no estado do Rio de Janeiro, sendo 28.478 pessoas ocupadas, neste caso ocupa a 20ª colocação no ranking estadual” (HOGEMANN; BASTOS; ALMEIDA, 2020, p. 36).

O município de Itaguaí apresentou indicadores razoáveis de empregabilidade, ocupando a 21ª colocação no ranking estadual, possuindo 21,6% da população com emprego formal. Durante o desenvolvimento da pesquisa não foi possível localizar sequer as linhas de ônibus que rodam na região, ressaltando que a malha ferroviária existente serve somente para transporte de carga.

A análise de atendimento à população vulnerável foi alarmante em Japeri, tendo em vista que a rede se consubstancia principalmente em Cras e Centros de Atenção Psicossocial (Caps). O índice de desenvolvimento humano é o pior de toda a Baixada e um dos piores de todo o Rio de Janeiro, e isso reflete em diversas questões, como aspectos de moradia. Ressaltamos sobre a região o fato de não atingirem sequer 70% de rede de esgotamento adequado, o que é uma realidade não apenas de Japeri, mas de quase todos os municípios da Baixada

Mesquita possui um dos piores índices de empregabilidade, tinha somente 9,3% da sua população com emprego formal; quanto ao aparelhamento para atendimento da população vulnerável, mapeamos cinco Cras atuando no município, quatro Creas, dois

locais específicos para mulheres, entre alguns outros serviços. A principal diferença entre as demais localidades é a presença de coordenadorias, como a de mulheres, de direitos humanos e igualdade racial.

Nilópolis é o município da Baixada com maior Índice de Desenvolvimento Humano, ocupando o 9º lugar quando comparado aos demais municípios do estado do Rio de Janeiro. Diferentemente de Nova Iguaçu, que ocupa o 43º lugar no estado; a Secretaria Municipal de Transporte possui portal online com muitas informações disponíveis para consulta. Além disso, a região possui duas estações de trem pertencentes ao ramal Japeri: Olinda e a própria Nilópolis. A mesma transparência não foi encontrada em Nova Iguaçu.

Um importante acontecimento para o desenvolvimento da cidade de Paracambi foi a inauguração da Companhia Têxtil Brasil Industrial em 1870. Após a inauguração da fábrica, a região foi ficando cada vez mais populosa com a chegada dos operários e suas famílias, mudando o cenário que antes era predominante rural. Além disso, a região também contava com uma estrada de ferro que servia o setor primário, mas que, junto com a fábrica, colaborou para que a vida urbana de Paracambi se desenvolvesse cada vez mais. Em que pese essa importância industrial para a região de Paracambi, hoje é a administração pública que mais gera empregos formais na região.

Queimados teve especial destaque no que se refere ao acesso à informação. Isso porque, o site da prefeitura de Queimados alega que, em cumprimento à Lei no 9.504/1997, suspendeu a publicidade institucional de atos, programas, obras e serviços nos três meses antecedentes às eleições, priorizando notícias sobre a covid-19.

São João de Meriti: destaque para a preocupação com o meio ambiente, sendo o município com taxa de esgoto sanitário acima da média.

Por fim, a análise sobre Seropédica indicou que, quanto ao salário médio mensal, este apresentou um número bastante elevado, de 4,1 salários mínimos, ainda que apenas 17,5% da população tenha ocupação formal. A maior parte está empregada no setor de serviços, administração pública e comércio, respectivamente.

Considerações finais

O presente trabalho consiste em uma explanação inicial sobre a consolidação dos principais indicadores de desenvolvimento econômico e social na Baixada Fluminense, tais quais: renda, empregabilidade e média salarial. Ainda que seja uma pesquisa incipiente, foi possível concluir que o território da Baixada comporta muitas realidades diferentes, com indicadores que revelam índices de desenvolvimento diferentes.

Como principais dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa, destacou-se não apenas o período da pandemia – que inviabilizou o desenvolvimento de pesquisas presenciais –, mas também a própria forma pela qual o poder público organiza e disponibiliza as informações para a população.

Em conclusão, apesar da pandemia da covid-19 e da troca dos governos municipais, o acesso à informação prestada por esses governos resta precário e parcial. Isso porque, conforme verificou-se, durante os diversos governos que perpassaram a gestão de cada município, a precarização de disponibilizar informações atualizadas e sobre grupos vulneráveis, que seriam de interesse público, é notória. Assim, os dados aqui são uma apertada síntese de todo o material coletado, além de ser um relatório parcial que ainda está sendo aprofundado por meio de pesquisa empírica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alessandra Aparecida. Belford Roxo: perspectivas e limites do desenvolvimento econômico de uma periferia metropolitana. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda/RJ, 2018.
- CAMAZ, Fernando Ribeiro. Duque de Caxias-Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. *Espaço e Economia [online]*, 7, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2061>. Acesso em: dezembro de 2021.
- CEPERJ. *Produto interno bruto dos municípios do estado do Rio de Janeiro – 2017*. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=64>. Acesso em: setembro de 2020.
- CEPERJ. *Regiões do estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=81#>. Acesso em: setembro de 2020.

DATASUS 2017. Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>. Acesso em: setembro de 2020.

HOGEMANN, Edna Raquel Rodrigues Santos; BASTOS, Veronica Azevedo Wander, ALMEIDA, Eliane Vieira Lacerda Almeida. Consolidação de indicadores da Baixada Fluminense: pensando políticas públicas. *Revista de Direito da Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.redap.com.br/index.php/redap/article/view/255/216>. Acesso em: dezembro de 2021.

IBGE. *Assistência Médica Sanitária 2009*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9067-pesquisa-de-assistencia-medico-sanitaria.html>. Acesso em: setembro de 2020.

_____. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: setembro de 2020.

_____. Contas nacionais. Produto Interno Bruto dos municípios. Em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: setembro de 2020.

_____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: setembro de 2020.

_____. Portal Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.

PREFEITURA DE GUAPIMIRIM. Disponível em: <https://guapimirim.rj.gov.br/novo/>. Acesso em: setembro de 2020.

PREFEITURA DE JAPERI. Disponível em: <http://www.japeri.rj.gov.br/japeri/>. Acesso em: setembro de 2020.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. Disponível em: <https://www.novaiaguacu.rj.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.

PREFEITURA DE PARACAMBI. Disponível em: <https://paracambi.rj.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.

- PREFEITURA DE SÃO JOÃO DE MERITI. Disponível em:
<https://meriti.rj.gov.br/home/>. Acesso em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO. Disponível em:
<https://prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Disponível em:
<https://duquedecaxias.rj.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ. Disponível em: <https://itaguaui.rj.gov.br/>.
Acesso em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. Disponível em: <https://mage.rj.gov.br/>. Acesso
em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA. Disponível em:
<http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/>. Acesso em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS. Disponível em:
<http://nilopolis.rj.gov.br/site/>. Acesso em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS. Disponível em:
<https://www.queimados.rj.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA. Disponível em:
<https://seropedica.rj.gov.br/>. Acesso em: setembro de 2020.
- RAIS – Ministério de Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>.
Acesso em: setembro de 2020.
- REDES MUNICIPAIS. *Enfretamento à Violência Contra a Mulher do Rio de Janeiro*.
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/5367968/cartilha-redes-municipais.pdf>.
Acesso em: novembro de 2020.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS. *Relação dos Centros de Referência e Assistência Social (Cras) no
estado do Rio de Janeiro*. Disponível em:
<http://infanciaejuventude.tjrj.jus.br/informacoes/docs/relacao-de-cras.pdf>.
Acesso em: novembro de 2020.

ESPAÇO CONCEBIDO DE CIMA PARA BAIXO E DE BAIXO PARA CIMA: OS PLANOS E A PERIFERIA NO OESTE METROPOLITANO¹

Denise de Alcantara

Professora Associada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Mylena Vieira de Assis

Bolsista IC, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

A noção de espaço concebido, espaço vivenciado e espaço percebido, de Lefebvre (2006), configura-se como principal inspiração para este trabalho, também pautado pela análise macro e micro da produção do espaço a partir da legislação proposta por Pereira (2017). Essa autora, inspirada em Lefebvre, afirma que

[...] sim, a lei é um dos elementos de produção e reprodução do espaço, colaborando necessariamente na prática espacial e nas representações do espaço, facilitando ou dificultando o acesso a direitos fundamentais, sendo essencial o aprofundamento do estudo e do aprimoramento do Direito Urbanístico para o desenvolvimento territorial, a melhor qualidade de vida e cidades mais saudáveis (PEREIRA, 2017, p. 65).

Este trabalho apresenta a análise sistematizada da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do município de Japeri, RJ, promulgado em 2019. A análise do plano configura estudo-piloto para aplicação nos demais municípios abrangidos pela sub-região Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (OMRJ). A

¹Este trabalho obteve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 – e da Faperj – Bolsa Jovem Cientista de Nosso Estado (Proc. E-26/202.706/2018). Agradecemos à Faperj e ao CNPq pelas bolsas de IC dos discentes do Grupo Gedur-UFRRJ.

investigação busca agregar um olhar mais abrangente sobre como os preceitos de planos passados e presentes podem afetar ou beneficiar os territórios em análise. Japeri, município foco deste trabalho, apresenta um dos piores indicadores sociais, econômicos e urbanísticos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e também do estado. Esta investigação integra-se a uma pesquisa em curso² vinculada ao grupo Gedur,³ que analisa os municípios do OMRJ sob o viés do desenvolvimento urbano sustentável.

Considerando esses aportes conceituais, concordamos com a autora sobre a importância das leis de planejamento e ordenamento urbano e enfatizamos seu necessário caráter participativo e inclusivo, considerando os mais variados atores em sua elaboração, sem os quais o planejamento fica limitado a poucos beneficiados, na escala de poder de decisão. Ou seja, argumentamos que a produção do espaço não deva ser apenas tecnicocrática, elaborada de cima para baixo, com tomadores de decisão encastelados em seus gabinetes, mas de baixo para cima, incorporando os conhecimentos, as demandas e anseios de quem habita. Esse não é um processo orgânico ou incorporado à atuação política atual, e, muitas vezes, os Planos Diretores são apenas apresentados em meras audiências públicas em que o poder de decisão não é compartilhado, ficando nas mãos dos políticos de plantão sua aprovação. O caso de Japeri, com seu histórico de movimentos sociais, apresenta uma alternativa a essa realidade. Nossa análise busca trazer à luz as dicotomias e conflitos do planejamento entre a metrópole e o município e como se coadunam com a realidade territorial.

Em sua imagética urbana, o espaço percebido de Japeri carrega o estigma da precariedade, da violência e da pobreza, como características singulares da realidade socioespacial do território periférico metropolitano fluminense. Historicamente, o espaço vivido no cotidiano traz importantes marcos que o distinguem de seus vizinhos: a luta

² A pesquisa intitulada “Territórios e paisagens perimetropolitanos: desigualdades e conflitos socioespaciais e cenários prospectivos no Rio de Janeiro na perspectiva da Nova Agenda Urbana 2030”, coordenada por Denise de Alcantara e financiada com Bolsa JCNE Faperj (Proc. E-26-202.706/2018).

³ Gedur – Grupo de Pesquisa em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Territorial, baseado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – www.gedur-ufrrj.net.br

social pelos direitos à terra, contra avanços da industrialização,⁴ que ainda se faz presente na atualidade; além disso, podem ser elencadas ainda como potenciais do espaço percebido a agricultura familiar e a produção local e seu relevante papel na segurança alimentar da população; ainda, o suporte geobiofísico com potencialidades ambientais, produtivas, turísticas e estéticas que vêm sendo descortinadas por pesquisas recentes (ALCANTARA et al., 2020; FOGAÇA et al., 2020).

Analisamos a evolução do município – estreitamente ligado aos períodos agrícola e ferroviário/industrial da Baixada Fluminense – e o processo de planejamento, a partir das diretrizes apostas ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – PDUI (IRM, 2016) e ao PDDI de Japeri (JAPERI, 2019). Evidenciam-se o caráter logístico-industrial do PDUI sobre a Macrorregião de Planejamento Oeste, onde se localiza o município, e as intenções do PDDI, no sentido de uma maior atenção à qualidade de vida urbana, ao saneamento, à mobilidade, à paisagem e ao turismo. Porém há lacunas e um claro direcionamento à transformação de espaços livres de edificações, antes de caráter rural e voltados à produção agrícola de pequeno porte, em polo industrial, conforme diretrizes desenvolvimentistas e produtivistas pautadas pelo estado. Buscamos uma análise crítica da evolução municipal alinhada à agenda neoliberal, que prioriza ações voltadas ao crescimento econômico em detrimento do lugar e suas potencialidades socioambientais.

O artigo estrutura-se em três partes, iniciando pela contextualização do município e inserção regional e evolução urbana. Segue-se a apresentação da metodologia de análise do Plano Diretor, cuja sistematização incorpora o protocolo da rede de pesquisa no qual este estudo se insere. Na sequência, são apresentados os resultados das análises comparadas do PDUI e do PDDI de 2019, considerando os rebatimentos neste das predisposições presentes no primeiro sobre o território. Na quarta parte, trazemos um resgate dos movimentos sociais no município e a atuação de associações de moradores e agricultores na resolução de conflitos de uso e ocupação do solo em bairros como Cidade

⁴ Ver em MEDEIROS, L. S. Lugares de memória dos trabalhadores #23: Pedra Lisa, Japeri (RJ). Disponível em <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-23-pedra-lisa-japeri-rj-leonilde-servolo-de-medeiros/>. Acesso: 16 fev. 2021.

Jardim Marajoara, pressionado pela industrialização. Finalizamos com as considerações finais e os resultados da análise.

Planejamento da periferia: Japeri como caso em estudo

O município de Japeri vem sendo foco de estudos e análises do Grupo Gedur e participa da pesquisa Territórios e paisagens perimetropolitanas: conflitos e desigualdades socioespaciais e cenários prospectivos no Rio de Janeiro sob a perspectiva da Nova Agenda Urbana,⁵ como parte de investigação maior relativa ao Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (ALCANTARA et al., 2019; SILVA et al., 2020). A partir de levantamentos físico-espaciais, mapeamentos, análise tipo-morfológica e comparação dos dados obtidos, busca-se entender o espaço concebido, ou como se definiram a estruturação e ordenação do território, sua formação urbana e identificar potencialidades presentes e atributos não percebidos a olho nu.

Japeri, como centralidade urbana, tem sua origem vinculada aos períodos agrícola e ferroviário/industrial da Baixada Fluminense, sendo desmembrado de Nova Iguaçu em 1991. Inicialmente com economia incipiente dedicada a atividades agrossilvipastoris, sua expansão urbana está ligada ao planejamento do território periférico, como abrigo de atividades indesejáveis pela metrópole e local de moradia de populações pobres, que ali encontraram terras de baixo custo para ocupação e autoconstrução e transporte para o núcleo metropolitano, pelo trem. Ao longo do século XX manteve-se como zona opaca (SANTOS, 1999), ao largo das políticas e investimentos públicos de desenvolvimento local e sendo tratado como “zona de sacrifício” (ALCANTARA et al., 2020).

A precariedade da infraestrutura instalada municipal (viária, saneamento, abastecimento) é marca do território, ocupado por loteamentos e urbanização irregular e desordenada e pela autoconstrução. Do total de seu território, com área de 81,70 km², 69,87% são ocupados por usos agropastoris, extrativistas ou cobertura vegetal, sendo o

⁵ A pesquisa é financiada com bolsa JCNE Faperj (Proc. no. E-26/202.706/2018).

restante os dois núcleos urbanos interligados apenas pela linha do trem, Japeri e Engenheiro Pedreira. A implantação do Arco Metropolitano, inaugurado em 2014, contribuiu para amplificar a fragmentação do território, historicamente desconectado. A esse respeito, o PDUI considera o "Arco Metropolitano como eixo logístico, evitando a ocupação ou adensamento urbano no seu entorno, bem como incentivando a criação de um conjunto de áreas retroportuárias, de indústrias e de logística na região de Seropédica, Queimados e Japeri..." (IRM, 2020, p. 682). Ou seja, se consolida a fragmentação urbana exacerbada pelo Arco Metropolitano.

Da população estimada de mais de 105 mil habitantes em 2020 (IBGE-Cidades, 2021), 55% trabalham fora do município; 46% trabalham sem registro formal; 45,9% sobrevivem com até meio salário mínimo; e 4,1% em situação de extrema pobreza. Japeri espelha a marca da desigualdade social no estado do Rio de Janeiro, terceiro lugar em renda média por pessoa no país – R\$1.720,70 –, dezesseis vezes mais alta do que o município com o pior nível de renda média por pessoa no estado: R\$ 259,63.⁶ No âmbito estadual, não fica limitada a Japeri a designação de zona de sacrifício, já que toda a região, o Oeste Metropolitano, é caracterizada pelo PDUI (IRM, 2020) como Macrozona Oeste, que explicita claramente as intenções previstas para o espaço concebido em nível macro:

Diagnóstico: região que tem recebido grandes investimentos de logística, cujo ambiente passou por processo de degradação descontrolada. [...] Vocação: Logística, concentração de polos e distritos industriais; [...] Programa: Programas setoriais de desenvolvimento socioeconômico que enfoquem apoio à indústria e à logística (IRM, 2020, p. 462).

⁶ Cf. artigo publicado no jornal *Brasil de Fato*, em 22/6/2021, "Cidade mais rica do RJ tem renda média 16 vezes maior do que mais pobre", Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2021/06/22/cidade-mais-rica-do-rj-tem-renda-media-16-vezes-maior-do-que-mais-pobre-aponta-fgv> Acesso em: 23 junho 2021.

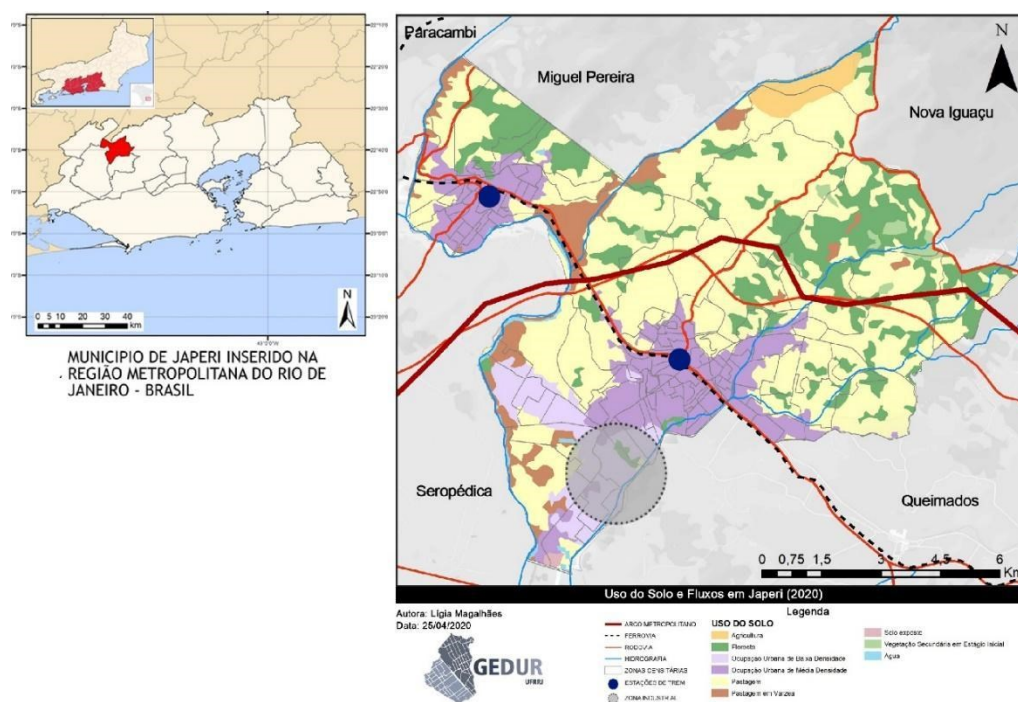


Figura 1 – Mapa de uso do solo de Japeri com as principais manchas urbanas e eixos viários
Fonte: Acervo Gedur.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Japeri (PDDI) (JAPERI, 2019), promulgado em fins de 2019, dá ênfase à reinserção municipal a partir da requalificação de seus espaços urbanos em nova organização territorial, delimitando o macrozoneamento, o zoneamento e áreas de especial interesse. Atenta ainda às questões de mobilidade, infraestrutura e saneamento que configuram algumas das maiores carências do município, em 2020 a gestão municipal contratou a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Japeri (PlanMob), em atendimento à determinação federal (Lei 12.587/2012) e de modo a tentar resolver um dos mais críticos problemas enfrentados pela população local. Desenvolvido em sua totalidade durante o período pandêmico, com audiências públicas para apresentação de propostas e diretrizes apenas realizadas por meio remoto, o PlanMob está em fase de aprovação junto à Câmara de Vereadores e a empresa contratada prepara o edital para licitação de linhas rodoviárias intramunicipais, porém não aborda as ligações intermunicipais com as cidades vizinhas. Como apontado pelo presidente da Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri (Fameja), em entrevista às autoras, há muitos problemas nas

licitações realizadas pela gestão municipal, como falta de transparência e capacitação técnica.

Cabe destacar aqui a importância histórica dos movimentos sociais que lograram sua permanência no território, bem como os atuais grupos, associações e conselhos cuja atuação coletiva busca influenciar o desenvolvimento local junto às instâncias políticas (SILVA, 2008). De acordo com o presidente da Fameja,⁷ das 33 associações que havia nos anos 1980, quando o movimento social era mais ativo, hoje restam apenas sete. A construção do Fórum Popular Permanente congregava as demais associações em 2017, que totalizavam 21 instituições, entre igrejas, ONGs, associações e sindicatos, sendo que hoje há apenas oito instituições em atividade. Para ele, a redução da participação é ocasionada pelos muitos interesses, competição e disputas envolvidos. Na medida em que grupos não se identificam ou percebem que não obterão benefícios ou suas demandas específicas não serão atendidas, muitos se desligam. A pandemia foi um obstáculo adicional no processo de esvaziamento. Apesar de limitada, com poucos associados atuantes e baixa mobilização, a pressão popular vem, por meio da organização e institucionalização do movimento, conseguindo alguns êxitos. A maior parte dos sindicalizados é proveniente do bairro Cidade Jardim Marajoara, ainda com estrutura incipiente. Em Pedra Lisa os sindicatos são mais organizados e formalizados, com maior participação e representação oficial nos conselhos municipais, no PDDI e nas audiências públicas.

Ainda de acordo com Esdras da Silva, o PDDI foi elaborado pela empresa K-Traffic, de Niterói, que venceu a licitação para sua elaboração em 2018, porém a história do plano é anterior a isso e revela a importância dos movimentos sociais para sua consecução. Apesar da previsão de revisão de Planos Diretores a cada dez anos, até 2016 nenhuma ação da gestão pública havia sido tomada para início do processo. A Fameja passou a fazer pressão junto à prefeitura e recorreu institucionalmente ao Ministério Público. Somente então a prefeitura deu início às tratativas de revisão. As primeiras oficinas foram realizadas ainda na gestão anterior pelos coletivos sociais, regulamentados

⁷ Em entrevista realizada com o agrônomo e presidente da Fameja, Esdras da Silva, em 2019.

como pessoa jurídica, junto ao Conselho da Cidade por meio de licitação em 2018. Em 2019 a revisão do plano foi finalizada e publicada no *Diário Oficial* (JAPERI, 2019).

Além da questão da mobilidade urbana, outra questão priorizada pelos movimentos sociais foi a definição de uma zona rural e agrícola, inexistente no Plano Diretor anterior (JAPERI, 2006), que reconhecia apenas uma Área de Especial Interesse Rural. Nesse sentido, o PDDI trouxe como inovação⁸ a delimitação de uma zona rural e, pela pressão social, acatou o reconhecimento das atividades rurais já existentes no bairro, inicialmente pensado apenas como zona industrial e logística, culminando na criação da controversa Zail - Zona Agrícola, Industrial e Logística (art. 60) (Figuras 2 e 3).

Pudemos observar, a partir da sobreposição do macrozoneamento dos Planos Diretores de 2006 e 2019 (Figura 4), que a expansão da área urbana consolidada na centralidade Japeri ocorre em direção ao rio Guandu; na centralidade Engenheiro Pedreira a direção da expansão vai em direção ao Arco Metropolitano, gerando dois vetores não convergentes. Destacamos que o Arco, considerado pelo PDUI como eixo logístico que não deve ser adensado, pode passar a configurar um atrativo para a população por conta da ausência de infraestrutura de transporte intermunicipal. Ao analisar as áreas consideradas de expansão urbana, o PDDI inclui uma grande área que, além de reforçar os pontos já levantados, aponta para a integração entre as duas centralidades – cenário que aparece na lei como um dos objetivos para o município.

⁸ Cf. apontou o presidente da Fameja, em entrevista remota concedida às autoras em 22/6/2021.

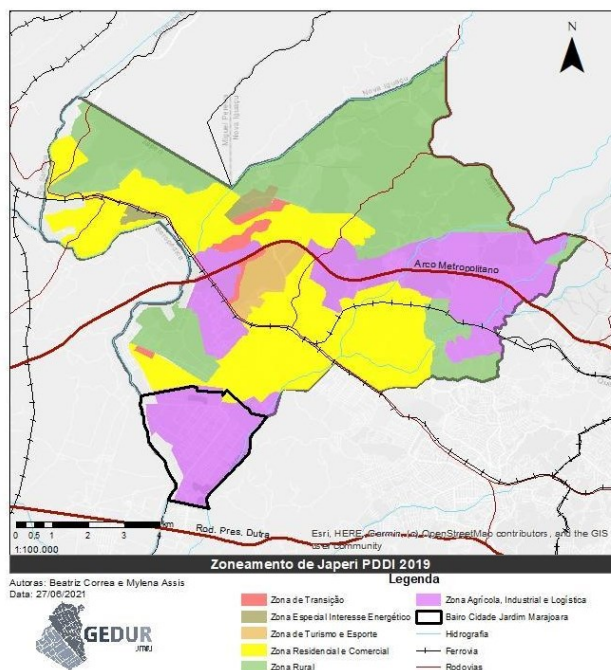


Figura 2 – Zoneamento proposto pelo PDDI 2019, destacando o bairro Jardim Marajoara, classificado como Zail Fonte: Acervo Gedur.

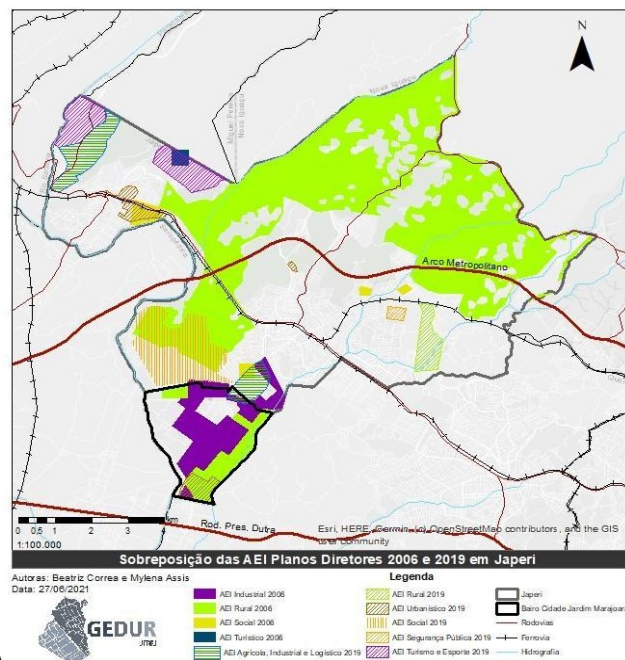


Figura 3 – Mapa sobrepondo as Áreas de Especial Interesse do PD 2006 e do PDDI 2019, enfatizando AEI Agrícola, Industrial e Logística, em Jardim Marajoara, e AEI Urbanística Fonte: Acervo Gedur

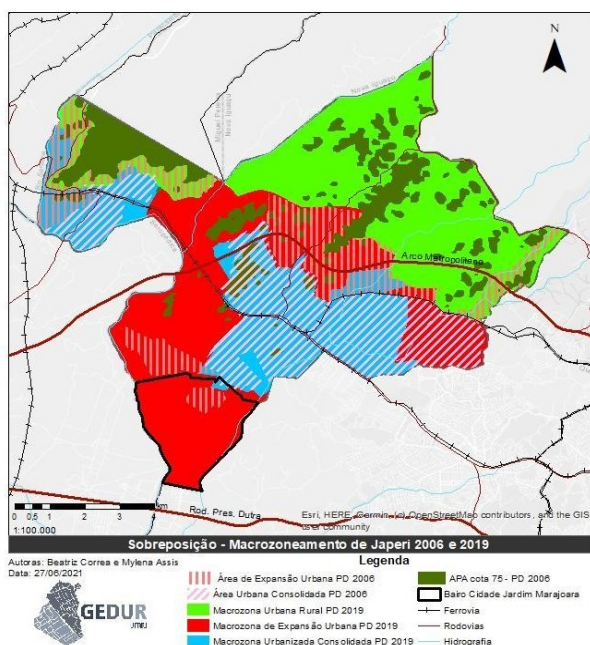


Figura 4 – Mapa com a sobreposição do macrozoneamento do PDDI (2019), e Áreas de Expansão Urbana e Urbana Consolidada do PD 2006 Fonte: Acervo Gedur.

Análise do PDDI e principais achados

A investigação da interferência da metrópole no espaço concebido municipal teve como base a análise sistematizada, comparativa e crítica dos planos diretores de Japeri de 2006 e 2019. A partir da organização dos dados em três grandes eixos – contexto geofísico e socioeconômico; análise do plano; e análise sistêmica de elementos de fragmentação ou integração – metodologia adaptada pelo Gedur a partir da desenvolvida pelo grupo SELRJ/UFRJ –, foi possível compreender a abrangência da proposta, bem como seus objetivos e diretrizes (Figura 5).

A leitura comparativa e crítica, bem como sua interpolação dos planos elaborados em nível municipal e estadual, objetivou apreender as principais diferenças e possíveis avanços nas propostas de gestão das problemáticas municipais. Agregou-se ao estudo o histórico de pesquisas e produções científicas sobre o município de Japeri realizado pelo grupo Gedur (ALCANTARA et al, 2019; 2020), que permite construir uma percepção a partir das demandas da população, contribuindo tanto para a assimilação das fraquezas quanto para a valorização das potencialidades territoriais. Como produto, são elaboradas

cartografias de análise espacial, que trazem à luz os conflitos e potencialidades identificadas, a partir do olhar sobre o espaço concebido e o espaço percebido lefebvriano.

CONTEXTO GEOFÍSICO E SOCIOECONÔMICO	ANÁLISE DO PLANO	SISTEMAS
Localização e compartimento ambiental	Fundação/emancipação/ Promulgação do PDDI	Bacias hidrográficas
Território; divisão político-administrativa; aspectos demográficos	Abrangência/Unid. gestão	Unidades de conservação
Economia atual e futura	Princípio/Objetivos	Economia
Origem e criação	Gestão/Planejamento	Padrão de ocupação (tecidos urbano e rural)
	Macrozoneamento	Zoneamento
	Instrumentos urbanísticos	Infraestrutura/ Saneamento/Habitação
	Gestão urbana e territorial	

Figura 5 – Matriz com a sistematização analítica do PDDI Fonte: Elaborada pelas autoras.

Um dos mais relevantes achados foi verificar o envolvimento proativo da sociedade civil e organizada. Entre várias ações e ativismos, destacamos a questão da delimitação da zona rural e do conflito existente no bairro Jardim Marajoara, bem como as pressões exercidas no sentido da elaboração do PlanMob, discutido acima.

A Fameja lutava pelo zoneamento da área rural para obtenção de isenções e benefícios fiscais, já que no PD anterior todo o território era tido como zona urbana. Havia áreas de interesse rural, porém o imposto incidente era o IPTU. Hoje mesmo com menor área demarcada, há zonas rurais, desde Pedra Lisa a Rio Douro. No censo agropecuário surgem 450 estabelecimentos rurais, e isso pode ser um primeiro passo para que o IBGE assumira esse novo critério em Japeri.

A questão de titulação da propriedade é um problema que afeta não apenas Japeri, mas todos os territórios abrangidos pelo Oeste Metropolitano. A carência de regularização fundiária impacta na cobrança de ICMS e na permanência de agricultores, que têm apenas a posse dos lotes. A questão fiscal também é outro problema, dado que muitos agricultores

não sabem quanto produzem, nem quanto ganham. Ainda que a produção em Pedra Lisa seja alta, os dados precisam ser visíveis para que se possa colocar na mesa a questão da produção rural, com a regularização dessa atividade pelo estado. Ademais, a não titularidade gera fragilidade para os agricultores, com a retirada do direito de posse e favorecimento das indústrias, dificultando a manutenção das atividades agrossilvipastoris na área estratégica no escoamento da produção e próxima ao rio Guandu.

Outra questão identificada pela análise sistematizada e comparativa dos planos, também apontada pelo presidente da Fameja como conquista, é a presença de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, ao contrário do atual, que contempla:

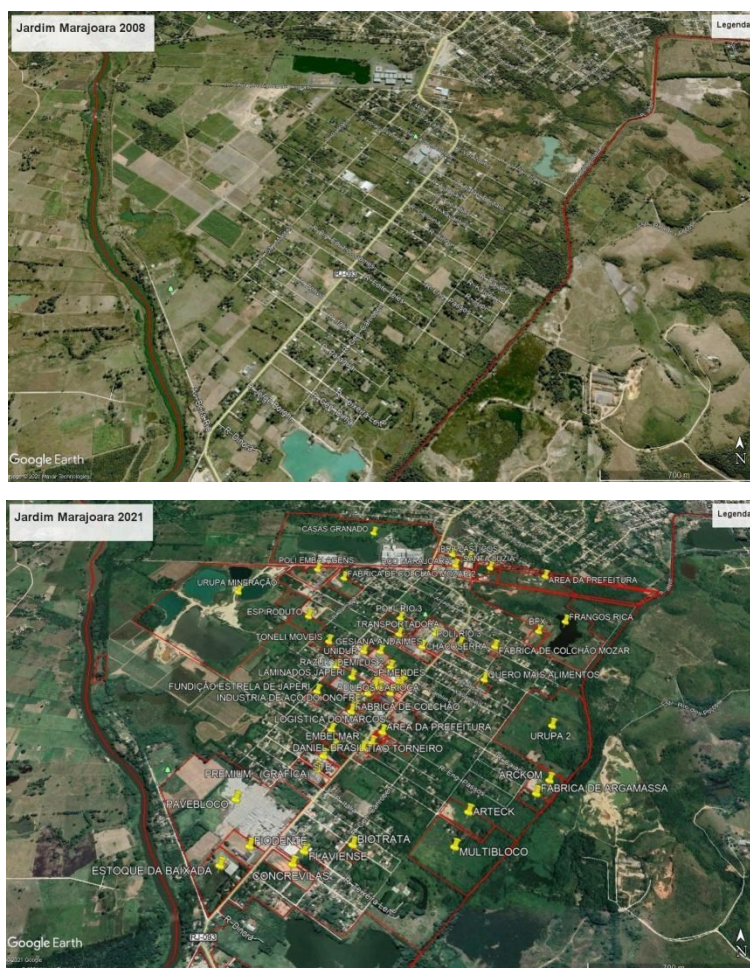
- parcelamento, edificação ou utilização compulsórios: destinado às áreas onde se identifica solo urbano subutilizado ou não edificado, sem cumprir a função social;
- transferência do direito de construir: potencial construtivo de um bem tombado ou de Especial Interesse que, pelas restrições do plano, não possa se realizar plenamente, sendo transferido para imóvel do mesmo proprietário ou de terceiros;
- operações urbanas consorciadas: conjunto de intervenções coordenadas pelo Poder Público Municipal com moradores, usuários e investidores privados, buscando transformações urbanísticas, melhorias sociais e valorização ambiental;
- direito de preempção: preferência municipal na aquisição de imóveis;
- outorga onerosa do direito de construir: permite que, em determinadas áreas, o direito de construir ocorra acima do coeficiente de aproveitamento adotado, mediante contrapartida paga pelo beneficiário;
- tombamento: instrumento importante para a proteção do patrimônio cultural que fixa normas especiais para seu uso e ocupação.

A unificação de Japeri e Engenheiro Pedreira, duas importantes centralidades, foi um ponto pautado pela última gestão, que trabalhou para sua inclusão no PDDI. Entretanto, tal proposta já se inicia comprometida pela existência do Arco Metropolitano, no sentido em que em suas margens está prevista uma faixa de 500 m destinada à Zail, mesmo sendo essas áreas hoje ocupadas exclusivamente por produção agrossilvipastoril. Na visão do presidente da Fameja, o novo plano acarretou ainda algumas perdas, com a supressão de vazios urbanos existentes – campos de futebol, terrenos baldios, áreas

vegetadas com forração baixa – que poderiam se tornar espaços públicos de usos coletivos de acordo com o plano anterior, porém a inexistência dos instrumentos urbanísticos dificultava o processo de consolidação de usos.

Faz-se necessário, entretanto, destacar o conflito existente entre o espaço concebido e o espaço percebido. O município de Japeri tem, entre suas potencialidades locais, o ecoturismo e a produção agrícola, mas historicamente é percebido como periferia da metrópole, o que implica em uma gestão que ignora as demandas locais em função das urgências da Região Metropolitana. O bairro Cidade Jardim Marajoara é um exemplo evidente desse ponto: localizado próximo ao rio Guandu e à Via Dutra, o bairro tem seu território disputado entre os agricultores, antecessores na ocupação da área, e condomínios logísticos e industriais, estimulados pelo estado.

Como evidenciado pelo PDUI, Japeri tem uma vocação industrial/logística para a RMRJ. O Plano Diretor Municipal de 2006 delimita esse conflito claramente na organização territorial – divide o território do bairro Cidade Jardim Marajoara em Área de Especial Interesse Industrial, Área de Especial Interesse Agrícola e APA Rio Guandu. O mesmo não ocorre no Plano Diretor de 2019. Atualmente, o bairro é parte da disputada Zona Agrícola, Industrial e Logística – Zail. De acordo com a definição constante no artigo 45º. do PDDI, “as Zonas classificam-se segundo sua destinação funcional predominante e conforme as vocações socioeconômicas municipais e os objetivos estratégicos do Plano Diretor” (JAPERI, 2019, p. 22). Desse modo, a aglutinação de vocações conflitantes coloca em risco a demanda da população e agricultores, priorizando a ocupação da área como parque logístico industrial, não estabelecendo como será a administração do território e mediação de interesses opostos (Figuras 6 e 7).



Figuras 6 e 7 – Imagens comparativas de Jardim Marajoara, de 2008 e 2021, e a expansão industrial/logística sobre o bairro de vocação agrícola Fonte: Prefeitura de Japeri e Google Earth

Considerações finais

Este trabalho apresentou a análise sistematizada, comparativa e crítica do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Japeri (PDDI), promulgado em 2019, do Plano Diretor de 2006 e do Plano de Desenvolvimento Estratégico Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ (IRM, 2016), evidenciando o espaço percebido pela imagem negativa construída com base nos dados socioeconômicos sobre o território; os conflitos entre espaço concebido nos planos elaborados de cima para baixo, que reforçam sua posição como periferia da metrópole, e o espaço vivido, presente

nas ações e mobilizações de sua população em prol da coletividade e nas potencialidades locais ainda pouco exploradas.

No resultado das análises, observa-se que o PDDI apresenta avanços, sendo melhor estruturado e, portanto, mais complexo que o plano anterior. Destacam-se como pontos-chave: os planos de mobilidade urbana e de saneamento básico evidenciados como objetivo a ser cumprido; a busca por consolidação de centros urbanos e agroubanos; a política de habitação social e regularização fundiária; a nova organização territorial em Macrozonas, Zonas e Áreas de especial interesse com suas respectivas delimitações georreferenciadas – fundamentais para a compreensão dos objetivos de gestão do território, bem como aplicação dos parâmetros estabelecidos de uso e ocupação do solo; e a abordagem da questão agrária, a qual revela uma compreensão de que é necessário prover infraestrutura, regularização, fortalecimento de mercado e logística aos pequenos produtores, com a diversificação de bases econômicas.

Torna-se evidente que o planejamento urbano, definido pelo instrumento do PDDI, é limitado ao não conceber o espaço a partir da ideia de espaço vivido – considerando as demandas da população e explorando as potencialidades locais. Identifica-se ainda que o Plano Diretor 2019, atuante no direcionamento da gestão municipal, carece de perspectivas para o desenvolvimento local que se coadunem e se integrem com as dinâmicas macro da RMRJ, em lugar de priorizá-la.

Destacamos, assim, a importância da participação e inclusão dos processos de planejamento e gestão, considerando que pertence àqueles que vivem, habitam, se apropriam e estão envolvidos com o território o conhecimento afetivo e subjetivo, quase sempre ausente no planejamento tecnocrático. A atuação histórica dos movimentos sociais em Japeri inspira ações dos coletivos sociais presentes na atualidade que seguem lutando por direitos sobre a terra, pela gestão democrática e inclusiva, pela função social da cidade, e na representação de interesses coletivos (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2011). Nesse sentido, a formalização e institucionalização dos coletivos, caracterizando-se como pessoa jurídica, torna-se arma para sua atuação junto ao Ministério Público em prol de suas demandas. Porém as palavras do presidente da Fameja lembram alguns

retrocessos que vêm enfrentando em sua luta por justiça social: “A gente está lá por resistência, porque sem o Ministério das Cidades os conselhos inexistem.”

O estudo demonstra a importância do planejamento e regulamentação dos processos de expansão e ordenamento urbano considerando a visão técnica e reconhecendo o peso das relações de poder preconizadas por Raffestin (1993), mas também, e principalmente, a percepção e olhar dos que habitam os disputados territórios, que os conhecem de baixo para cima e que lutam pelo justo e equilibrado uso da terra.

Referências bibliográficas

- ALCANTARA, D.; OLIVEIRA, N. S.; MAGALHÃES, L. C.; MENDONÇA, G. R. Cenários de desenvolvimento urbano e periurbano em Japeri, RJ: zona de sacrifício ou município insurgente?, *Espaço e Economia [online]*, 19, 2020.
- ALCANTARA, D.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA, N. A periferia da pobreza na borda oeste metropolitana do Rio de Janeiro: ocupação, apropriação e (des)estruturação socioespacial e territorial. In: *Anais do XVIII ENANPUR*. Natal: UFRN, 2019
- FOGAÇA, I. F.; MENDONÇA, T. C. M.; COSTA, M. A. M.; CATRAMBY, T. C. V. Observatório de turismo e lazer da Região Turística Baixada Verde: experiência e resultados. *Caderno Virtual de Turismo*, 21, 1, 2020.
- JAPERI. Lei 1.408, de 13/12/2019. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Japeri. *Diário Oficial do Município de Japeri*, ano XIX, n. 4.542, 2019.
- _____. Lei Complementar nº 069/2006. Plano Diretor Participativo do Município de Japeri. Câmara Municipal de Japeri, 2006.
- IRM. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Tomos I e II*. Governo do Estado do Rio de Janeiro: Instituto Rio Metrópole (antiga Câmara Metropolitana), 2016.
- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início de fev. 2006.

- PEREIRA, T. C. G. Leis também produzem o espaço: contando a história de Jardim Laranjeiras (RJ). *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n. 13, 2017.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS JR., O. A. Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade. In: SANTOS JR, O. A.; CRISTÓVAO, A. C.; NOVAES, P. R. (org.). *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Letra Capital, 2011, p. 5-10.
- SANTOS, M.A *Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, B.R. *Memórias da luta pela Terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- SILVA, M. R.; ALCANTARA, D.; OLIVEIRA, L. D.; ROCHA, A. S. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: proposições, debates, desafios. *Espaço e Economia [online]*, 19, 2020.

MOBILIDADE METROPOLITANA: CONSEQUÊNCIA OU PROJETO? CARACTERÍSTICAS DO EIXO DUQUE DE CAXIAS – RIO DE JANEIRO

Filipe Carvalho

Mestrando do PPGEU – UERJ

Introdução

A mobilidade urbana é uma característica das cidades que serve de referência às condições das movimentações de pessoas e bens no espaço urbano, envolvendo a utilização de veículos – motorizados ou não –, vias e toda a infraestrutura necessária (BRASIL, 2004). Dito isso, a mobilidade urbana é característica predominante no que se refere ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2008), pois é o direito de se deslocar no espaço para observar, interagir e construir a sociedade urbana.

O que observamos previamente durante as viagens no eixo Duque de Caxias–Rio de Janeiro é justamente a falta de infraestrutura necessária para essa movimentação. O aumento da população, o aumento da motorização individual e a metamorfose da urbanização, chamada aqui de “metropolização do espaço” (LENCIONI, 2008), tem tornado as viagens desse eixo um obstáculo ao acesso ao direito à cidade. Entender a dinâmica desse eixo no que tange à mobilidade urbana e aos atores institucionais pode ser um caminho para alterar o status quo.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida e resultará em uma dissertação ao seu fim; sendo assim, não temos ainda resultados finais. Mas o que podemos afirmar é que, de acordo com os dados do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU) de 2015, do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) de 2018, além da leitura incessante sobre o tema, há uma grande demanda de passageiros no eixo apresentado e a falta de intervenções, sejam elas operacionais (trânsito), urbanas (projetos de desenvolvimento regional) e/ou na mobilidade (modos de

transporte), tem prejudicado o trânsito e, conseqüentemente, o direito à cidade dos indivíduos que transitam diariamente neste eixo.

Considerando o processo de metropolização do espaço, a concentração do capital produtivo nas metrópoles, mais especificamente no município do Rio de Janeiro, a difusão do tecido urbano e a formação recente de policentralidades no urbano, como Duque de Caxias no contexto metropolitano fluminense, tem se aumentado não apenas o tamanho das viagens diárias da população da Baixada Fluminense (em distância e tempo), mas também a quantidade de viagens, resultando na necessidade por transporte.

Diante do processo de metropolização do espaço, a concentração do capital, segundo Lencioni (2008),

[...] permite entender que, embora essa metrópole possa ser representada por imagens que indicam que ela é espraiada e dispersa, é preciso frisar que ela é igualmente concentrada. Faz parte da racionalidade da acumulação capitalista concentrar um grande número de população, renda, indústrias de alta tecnologia e trabalho qualificado, bem como fazer da metrópole difusa e espraiada territorialmente, uma única bacia de trabalho e habitat, dentre outros aspectos que poderíamos enumerar (p. 8).

A consolidação do processo de metropolização do espaço no Rio de Janeiro e as recentes intervenções em termos de transporte de passageiros na mobilidade metropolitana no Rio de Janeiro realizadas entre o período de 2010 a 2020, como a Linha 4 do metrô e todo o sistema de BRT (Transoeste, Transcarioca e Transbrasil), não atendem às necessidades da população que se desloca no eixo Duque de Caxias–Rio de Janeiro. Nesse eixo, a população tem apenas modos de transporte rodoviário por ônibus e automóveis para se deslocar, além dos trens do ramal Saracuruna.

Entretanto, como mostram os dados do PDTU 2015, Duque de Caxias é o terceiro município que mais produz viagens para RMRJ com mais de 1.300.000 viagens por dia, atrás apenas do município do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu, como mostra a tabela a seguir do PDTU:

Tabela 1 – Viagens originadas por município para a RMRJ (PDTU, 2015)

Município da RMRJ	Viagens diárias em milhares	%
Belford Roxo	730	3,2
Duque de Caxias	1.363	6,0
Guapimirim	44	0,2
Itaboraí	250	1,1
Itaguaí	242	1,1
Japeri	121	0,5
Magé	221	1,0
Mangaratiba	75	0,3
Maricá	172	0,8
Mesquita	197	0,9
Nilópolis	282	1,2
Niterói	1.254	5,6
Nova Iguaçu	1.437	6,4
Paracambi	86	0,4
Queimados	230	1,0
Rio de Janeiro	13.853	61,3
São Gonçalo	1.012	4,5
São João de Meriti	837	3,7
Seropédica	126	0,6
Tanguá	36	0,2
Fora RMRJ	27	0,1
TOTAL GERAL	22.595	100

Fonte: Consórcio Halcrow-Sinergia-Setepla

A partir desse contexto e sabendo que se, por um lado, as viagens entre o município de Duque de Caxias e a metrópole fluminense diariamente são longas e precárias, por outro, as recentes intervenções em termos de transporte de passageiros no Rio de Janeiro não atenderam a essa demanda de viagem, percebe-se como esse processo de metropolização em curso ligado à atuação do Estado capitalista (HARVEY, 1995) prejudica a distribuição dos projetos, sobretudo em transportes – recorte deste trabalho – em que o Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDTU, 2015) não previu nenhum projeto de transporte de passageiros para o eixo em questão.

Esse descompasso entre a espacialidade do fenômeno metropolitano e a institucionalidade do planejamento regional afeta diretamente o direito à cidade das populações afetadas, pois a falta de transporte de qualidade impacta imediatamente no direito ao uso pleno de diferentes espaços da Região Metropolitana. Desse modo, existe a emergência por uma governança metropolitana como descrito por Dallabrida, uma vez que:

[...] processos de articulação de atores sociais, económicos e institucionais em redes de poder socioterritorial com vista ao planeamento, tomada de decisão e gestão dos assuntos públicos como um modo de organização da ação coletiva e estruturação de coligações orientadas em direção a um objetivo comum e capaz de integrar os diferentes interesses dos grupos situados territorialmente (DALLABRIDA, 2015, p. 307).

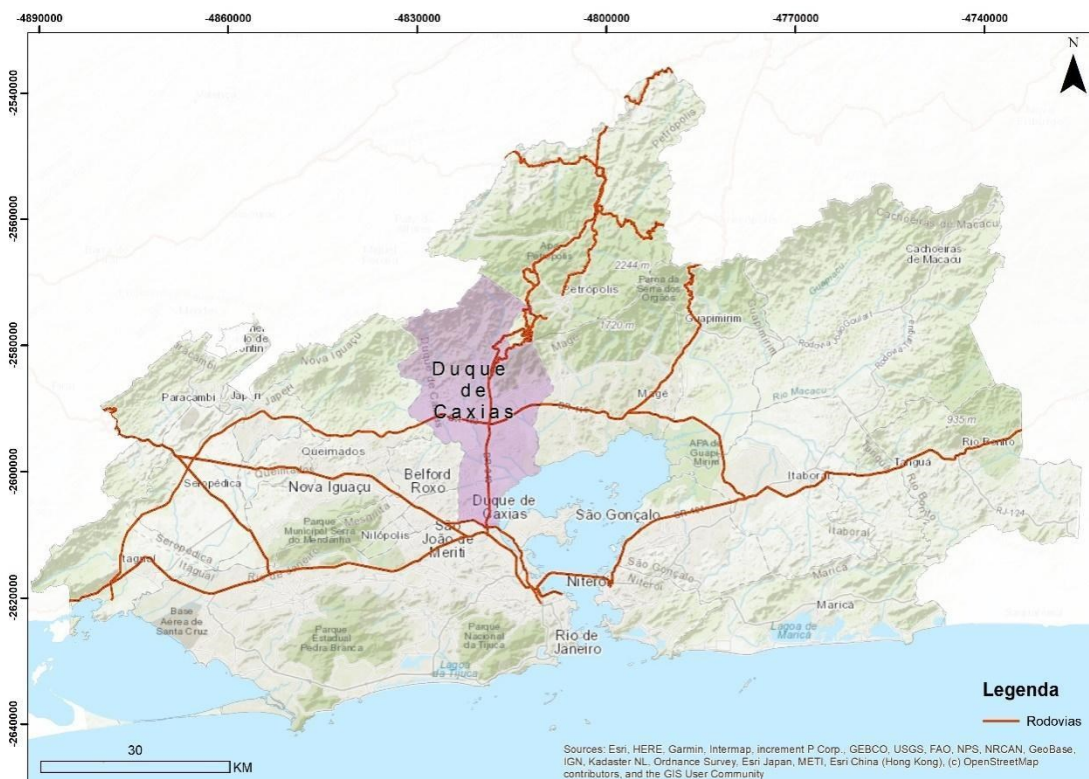
A governança metropolitana como instrumento de coesão entre estado, municípios e sociedade civil, definida pelo autor, se faz necessária para promover a equidade de investimentos por toda região e, conseqüentemente, garantir maiores direitos às sociedades em geral.

Este trabalho seguirá uma perspectiva materialista histórico-dialética, em que a partir de uma revisão bibliográfica dos conceitos abordados, lançaremos luz a dados públicos que nos permitam compreender como a metropolização do espaço influencia no transporte e qual o papel do Estado neste novo momento urbano. Ele está dividido em quatro partes, que são: a história da infraestrutura de transporte, o transporte coletivo, transporte individual e considerações finais.

A estrutura deste artigo apresenta no primeiro capítulo a evolução histórica da infraestrutura de transporte no eixo Duque de Caxias–Rio de Janeiro. Em seguida, apresenta, no segundo capítulo, o transporte coletivo da RMRJ, apresentando os tipos de transporte e formas de remuneração. Já no terceiro capítulo é apresentado o transporte motorizado individual, a evolução desse modal e como ele influencia no transporte coletivo. E, por fim, as considerações finais, apresentando resultados parciais da pesquisa e algumas possíveis ações para que possamos encontrar uma saída para o problema do transporte público do eixo apresentado.

História da infraestrutura de transporte no eixo Duque de Caxias–Rio de Janeiro

No eixo que compreende Duque de Caxias e o centro da metrópole fluminense, a infraestrutura existente para produção de viagens é a mesma desde 1994, quando foi inaugurado o último trecho da Via Expressa Presidente João Goulart (Linha Vermelha). O eixo conta ainda com a Avenida Brasil e com o ramal Saracuruna da linha ferroviária.



Mapa 1 – Município de Duque de Caxias

Fonte: Carvalho (2020).

Do ponto de vista populacional, Duque de Caxias tinha 667.821 residentes em 1991, de acordo com o censo (IBGE, 1991). Já o último censo realizado registrou 855.048 habitantes em Duque de Caxias (IBGE, 2010) e o IBGE estima uma população de 924.624 habitantes em 2020 (IBGE, 2020).

Duque de Caxias é um município que apresenta uma intensa contradição econômico-social, registrando uma renda *per capita* de cerca de 42 mil reais (IBGE, 2020), porém com aproximadamente 30% da população registrada no Cadastro Único (CadÚnico), segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social. A diferença chocante entre o alto valor do PIB *per capita* e a realidade da população duque-caxiense

vista através dos dados do CadÚnico, se dá principalmente pela presença da refinaria Reduc no município. A receita gerada pela refinaria para os cofres públicos não integra diretamente o orçamento familiar. Portanto, essa diferença evidencia uma grande contradição urbana, e apenas a análise dos dados estatísticos não é suficiente para a compreensão da realidade urbana de Duque de Caxias.

Em relação às viagens, dados do PDTU de 2015 demonstram que, em apenas uma hora, cerca de 16 mil pessoas se deslocavam todos os dias entre Duque de Caxias e o Rio de Janeiro no período da manhã por modo coletivo (ônibus, táxi, trem ou van). Essas informações nos levaram a questionar se a infraestrutura existente (ferroviária e rodoviária, basicamente) é ou não suficiente para a quantidade de viagens no que diz respeito ao conforto dos usuários, bem como se a tarifa praticada pelos modos de transporte é adequada.

O transporte coletivo

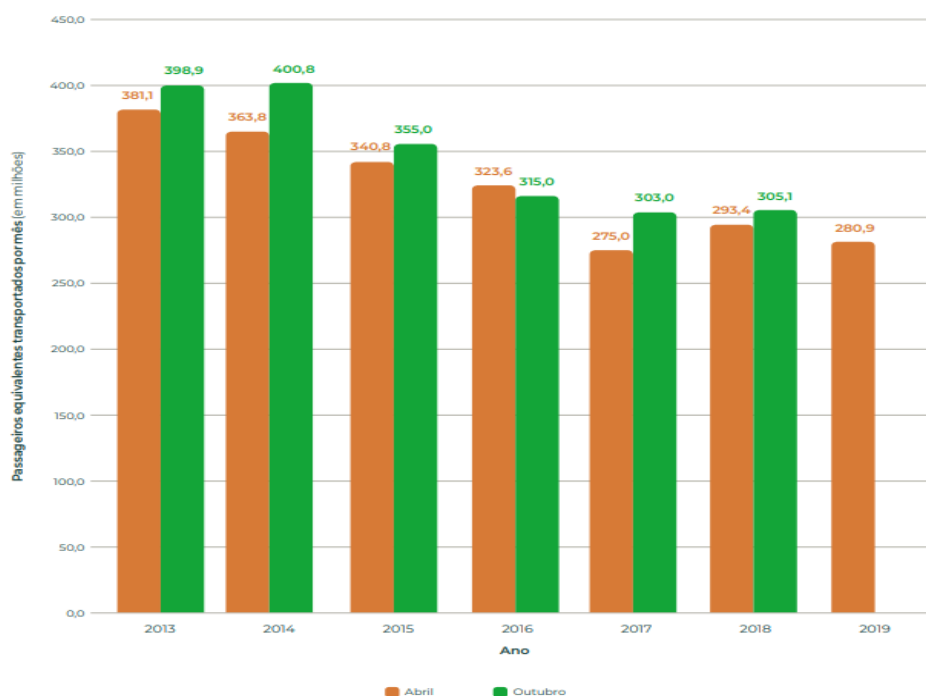
O transporte coletivo no eixo apresentado pode se faz basicamente por ônibus e trem. O modal ônibus é um transporte de passageiros geralmente urbanos. Carrega cerca de 80 passageiros em pé e sentados (ônibus Padron) e tem maior capilaridade por ser rodoviário. O modal trem é um sistema ferroviário, basicamente elétrico, com linhas de transmissão por toda a via. Pode carregar uma média de 40 mil passageiro/hora com velocidades que ficam entre 40 e 50 km/h.

Os trens, cuja a concessão do Estado à SuperVia se deu em setembro de 1998 e que perdura até os dias de hoje, operam há muito tempo com uma qualidade bastante inferior, segundo usuários do sistema e descrição PDTU:

O sistema ferroviário tem uma infraestrutura que vem sendo modernizada, mas ainda há muito a fazer, principalmente nas estações, a fim de facilitar o fluxo dos usuários, tanto na parte interna quanto na integração com os modos alimentadores. A frota com ar-condicionado tem sido um grande diferencial de conforto e mudança na imagem dos trens, com reflexos na atratividade de usuários. Nas vias, um dos problemas mais sérios são as passagens em nível, notórios locais de acidentes, inclusive com vítimas fatais. As vias têm sido modernizadas, mas após muitos anos de uso ainda têm sido citadas como razão de problemas para a maior confiabilidade da operação. Seu sistema de controle operacional também é bastante atual, tendo passado por modernizações (PDTU, 2015, p. 25).

Os dados de demanda mostram que vem caindo ano após ano o número de passageiros no transporte coletivo, não apenas nesse eixo como em todo o país. Dados da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) mostram uma queda na série histórica da demanda por passageiro equivalente ou passageiro econômico que consiste nos usuários que efetivamente pagam a tarifa de transporte e sustentam o sistema (ANTP, 2017)

Gráfico 1 – Evolução de passageiros equivalentes transportados por mês no sistema de ônibus urbano (2013-2019)



Fonte: NTU (2019).

Essa constante queda no número de passageiros do transporte urbano pode ser explicada através de algumas perspectivas. A primeira delas é a forma como o transporte coletivo é financiado. O sistema de transporte público é financiado *grosso modo* pelo passageiro. Isso significa que os custos do transporte, algumas gratuidades e a taxa de lucro das empresas estão embutidos na tarifa final. Assim, o sistema de transporte se torna “refém” do passageiro, pois a pressão em torno da tarifa cresce à medida que desequilíbrios financeiros surgem pelo não uso do transporte, tornando a linha inviável

do ponto de vista financeiro já que existem custos fixos no que tange principalmente ao material rodante.

Outra perspectiva quanto à queda do número de passageiros está nas novas modalidades de viagens urbanas, como o transporte privado por aplicativo (TPA). Desde 2014, algumas empresas passaram a explorar uma nova forma de transporte nas cidades. Essas viagens consistem em deslocamentos privados, em que o usuário indica seu local de partida e destino e o aplicativo calcula o valor a partir de seus parâmetros, conectando em seguida o usuário ao motorista mais próximo. Este, aceitando a viagem, busca o passageiro no ponto de partida e o deixa no ponto de destino. Genericamente esses são os passos do funcionamento dessa plataforma de viagem, que muito se assemelha ao táxi.

Entretanto, há fatores a serem considerados nesse sistema que podem passar despercebidos em um primeiro olhar, mas que influenciam diretamente no sistema de transporte coletivo da cidade. Primeiro a questão da inovação. Essas empresas são apenas aplicativos. Elas conectam usuários que precisam fazer uma viagem, com usuários que podem oferecer a viagem. Sendo assim, não há custos no que diz respeito à viagem em si para essa empresa, pois os custos ficam a cargo do motorista que faz a viagem.

Outro ponto é o uso da infraestrutura urbana gratuitamente. Empresas de ônibus, taxistas ou até mesmo vans credenciadas têm uma série de impostos a serem pagos aos entes federativos por suas atividades remuneradas, que influenciam diretamente no valor das corridas. Já nas viagens feitas pelo transporte privado por aplicativos esses impostos não incidem, pois o pagamento pelas viagens são feitos ao aplicativo, que retira uma “taxa de conveniência” pelo sistema e remunera o motorista. Este não exerce uma atividade remunerada registrada em nenhum ente federativo e, por isso também não tem impostos incidentes.

O TPA é, portanto, um concorrente do transporte coletivo. Pelas características individuais que só um automóvel privado pode oferecer e pelo custo da viagem que, em vários momentos, equipara-se ao do transporte coletivo.

O transporte motorizado individual

Se observamos uma redução nos usuários de transporte coletivo, o que ocorre com os automóveis é o contrário, pois houve um aumento expressivo no estado do Rio de Janeiro, como mostra a série histórica entre 2010 e 2019. Segundo o IBGE (2021), a frota de automóveis no estado do Rio de Janeiro sofreu um aumento de 69% nesse período, com a cidade do Rio de Janeiro registrando um aumento de 77% no número de automóveis e Duque de Caxias um aumento de 58%. Tais dados não são diretamente proporcionais à queda do número de passageiros no transporte coletivo. Contudo, como veremos a seguir, essas informações nos ajudam a compreender a dificuldade na operação do transporte coletivo no Rio de Janeiro.

Primeiramente, para entendermos o aumento na frota de automóveis particulares é importante observar as políticas públicas, principalmente do governo federal, a partir de 2003. O aumento real do salário mínimo na primeira década do século XXI, além de incentivos fiscais a montadoras e consumidores, foram determinantes para que a população usufruísse desse bem.

Outro fator importante é a diferença de qualidade entre a viagem do transporte coletivo e a do transporte motorizado individual. O automóvel é considerado uma opção de maior conforto para o usuário por razões bastante inteligíveis, como viagem porta a porta. No transporte coletivo, o usuário precisa ir até um determinado local para acessar o transporte e desembarcar em outro que não necessariamente será o local exato a que quer chegar. O automóvel individual oferece essa possibilidade de forma mais precisa. Outra característica que diferencia bastante os dois modos de transporte é a privacidade. Estar no seu próprio carro garante ao usuário a privacidade e, conseqüentemente, o conforto que o transporte coletivo não é capaz de oferecer.

Os custos também são um fator a ser considerado. No Brasil, os custos do transporte individual são pequenos se comparados a outros lugares do mundo. Eduardo Vasconcellos, engenheiro e grande estudiosos da mobilidade urbana no país, disse em uma entrevista a Juciano Rodrigues e Jean Legroux, da revista *e-metropolis*:

[...] quando você faz a conta de qual é o custo de desembolso de se fazer uma viagem, que é o que mais determina a decisão das pessoas, a vantagem continua sendo do automóvel. [...] Chega-se ao absurdo da pessoa com um automóvel gastar um valor igual ou menor do que a tarifa do ônibus para realizar um deslocamento em São Paulo de 7 km ou 8 km. É até possível ver as pessoas dizerem: “Mas que absurdo, eu

paguei ontem 30 reais para estacionar.” Mas, quando você faz a conta de todo mundo que sai de automóvel no Brasil todo dia, no mínimo 90% das pessoas não pagarão para estacionar.” (RODRIGUES; LEGROUX, 2017, n. p.)

O autor deixa claro como a competição entre o transporte coletivo e o individual é desleal e revela uma realidade bastante oculta na sociedade brasileira: o problema não é apenas a falta de transporte coletivo ou a falta de infraestrutura de transporte, mas principalmente como o transporte coletivo está inserido na sociedade brasileira, seja do ponto de vista cultural, seja do ponto de vista econômico.

Essa incongruência gera uma queda de dominós, causando vários problemas, seja no sistema de transporte coletivo, que não consegue competir com as facilidades do transporte privado, seja no transporte individual, uma vez que à medida que a população adquire e utiliza automóvel próprio, torna as viagens mais longas em razão de congestionamentos, seja no planejamento urbano, que não consegue dar conta dos problemas que o automóvel e a sua relação com a cidade provoca.

Considerações finais

O tema da mobilidade urbana no Brasil precisa ser observado com grande cautela, principalmente quando falamos sobre o transporte coletivo. A política desenvolvimentista dos anos 1950 introduziu o automóvel na sociedade brasileira como um bem indispensável. Essa ideologia garantiu a prosperidade do transporte individual em detrimento do transporte coletivo, que não recebeu incentivos reais para garantir sua sustentabilidade.

A hipótese inicial, que indicava a falta de infraestrutura para as viagens no eixo Duque de Caxias–Rio de Janeiro, não vem se confirmando quando nos debruçamos sobre os dados e as leituras da bibliografia selecionada. O que vem se confirmando é que o transporte coletivo está fadado ao fracasso como política pública, pois os atores políticos o retiraram das discussões.

Quando observamos projetos inovadores, como o VLT ou os BRTs no Rio de Janeiro, podemos inferir que, considerando as políticas de financiamento do transporte público, as políticas de estacionamento, preços de tarifa e impostos, esses sistemas tendem sempre a entrar em colapso, como inclusive já é a realidade desses modais.

Na capital fluminense e principalmente no eixo entre Duque de Caxias– Rio de Janeiro essa situação é bastante reveladora, visto que a renda *per capita* alta – cerca de R\$ 45.490,91 (IBGE,2021) – não reflete a renda real das pessoas no município, porque conta com a arrecadação da refinaria da Petrobras, a Reduc, elevando consideravelmente a renda *per capita* do município.

Abaixo podemos observar a divisão modal a partir da renda por motivo de trabalho:

Tabela 2 – Modo de Transporte por classe de renda (SM – salário mínimo) – Motivo Trabalho

Viagens não-motorizadas por motivo trabalho (negócios)	1.313.183	%
Até 2 SM	975.498	74,3
Mais de 2 até 5 SM	161.931	12,3
Mais de 5 SM	175.755	13,4
Viagens em transporte individual motivo trabalho (negócios)	1.707.230	27
Até 2 SM	558.004	32,7
Mais de 2 até 5 SM	454.733	26,6
Mais de 5 SM	694.493	40,7
Viagens em transporte coletivo por motivo trabalho (negócios)	4.638.370	73
Até 2 SM	2.430.166	52,4
Mais de 2 até 5 SM	1.624.843	35,0
Mais de 5 SM	583.361	12,6

Fonte: PDTU (2015).

Como podemos observar na Tabela 2, mais da metade das viagens de transporte coletivo por motivo trabalho é feita por pessoas de baixa renda (com menos de 2 salários mínimos). Essas pessoas são as que mais têm seu direito à cidade negado, considerando a qualidade do transporte coletivo.

A população que utiliza esse transporte sucateado busca novas formas de se transportar com melhor custo-benefício. Sob essa égide, o transporte coletivo pressiona o preço da passagem, que tende a aumentar com a falta de passageiros, colocando o sistema em um ciclo vicioso insustentável.

Assim, é imperativo que o estado promova o transporte coletivo como um direito, como ele foi reconhecido pela Lei nº 12.587/2012, que compõe a Política Nacional de

Mobilidade Urbana (PNMU), universalizando-o como já é feito com a saúde e a educação, por exemplo.

Para essa universalização, é preciso, pois, alterar o status quo do transporte no Brasil com um novo financiamento do transporte coletivo, a proibição de estacionamentos em via pública, a taxação das empresas que exploram o transporte privado por aplicativo, taxas mais contundentes ao transporte individual, como forma de subsidiar o transporte coletivo universal, investimentos em novas tecnologias e novos modos de transporte de alta capacidade, que sejam mais rápidos e limpos do ponto de vista ambiental.

Essas ações, se tomadas, nos possibilitarão dar um passo em direção ao tão sonhado direito à cidade, descrito por Henri Lefebvre na década de 1970 e que ainda é, segundo o próprio autor, um devir, uma virtualidade.

Nesse sentido, respondendo à provocação do título deste artigo, a pesquisa tem mostrado que a situação atual desse eixo de transporte é, em primeiro lugar, consequência de ações políticas anteriores. No entanto, entendemos que também pode ser encarada como um projeto, pois os problemas apontados não são novidades para o setor público, inclusive do ponto de vista constitucional, considerando a existência do Estatuto da Cidade em vigor desde a publicação da Lei nº 10.257/2001. A não solução desses problemas urbanos é fruto de um projeto da classe hegemônica deste país, que busca não apenas enriquecer às custas do trabalho da classe trabalhadora, mas tornar a cidade apenas uma forma de habitar e não um habitat (LEFEBVRE, 2001).

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS. *Anuário NTU: 2018-2019*. Brasília: Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável: Princípios e Diretrizes*. Brasília. 2004.

_____. *Lei nº. 12.587, de 3 de janeiro e 2012*. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943 e

- das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, 2012.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acessado em: 30 de junho de 2021.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social. *Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS)*. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/index.php?e=1> Acessado em: 31 de agosto de 2021.
- CARVALHO, Filipe. A metropolização do espaço e o transporte coletivo intermunicipal por ônibus a partir de Duque de Caxias. 2021. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Anál. Social*, Lisboa, n. 215, p. 304-328, jun. 2015. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732015000200004. Acessado em: 14 outubro 2020.
- ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – PDTU/RM do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- _____. *Plano Diretor Urbano Integrado do Rio de Janeiro – PDUI/RM do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. 1º edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A produção do espaço*. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Rev. geogr. Norte Gd.*, Santiago, n. 39, p. 7-20, maio 2008. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022008000100002. Acessado em: 14 de outubro 2020.
- _____. Observações sobre o conceito de espaço – tempo. GEOUSP. *Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 14 outubro 2020.
- _____. Totalidade e tríades: compreendendo o pensamento de Lefebvre. In: FRIDMAN, Fania; GENNARI, Luciana; LENCIONI, Sandra (org.). *Políticas públicas e*

territórios: onze estudos latino-americanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2018.

LEOPOLDO, Eudes. Metropolização regional e nova regionalização do capital. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 85-102, abril 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000100085. Acessado em: 14 de outubro de 2020.

IBGE. *Censo Demográfico – 1991*: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n20_caracteristicas_populacao_domicilios_rj.pdf. Acessado em: junho de 2021.

RODRIGUES, Juciano; LEGROUX, Jean. Idas e vindas: passado, presente e futuro da mobilidade urbana no Brasil. Entrevista de Eduardo Vasconcellos à revista *e-metropolis*, Rio de Janeiro: INCT/UFRJ, ano 8, n° 30, p. 51-60, setembro de 2017. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/230/original/emetropolis30_entrevista.pdf?1508981726. Acessado em: junho de 2021.

SUPERVIA. *Relatório demanda de passageiros por estação, 2019*. Disponível em: https://www.supervia.com.br/sites/default/files/demanda_de_passageiros_por_estacao_2019-12.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2021.

VASCONCELLOS, Eduardo A. *Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas*. São Paulo: Editora Unidas, 1996.

TRAJETOS LABORAIS PERIFÉRICOS: CONTRADIÇÕES DA MOBILIDADE URBANA PARA O TRABALHO E A BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE DO TRABALHADOR EM NOVA IGUAÇU-RJ

Flávia da Silva Souza

*Bolsista CAPES de Doutorado do Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ)*

Introdução

Ao longo do tempo, as diversas mudanças urbanas nos espaços considerados periféricos criaram os desafios que enfrentados por todos aqueles que residem nesses espaços. As intensas contradições podem ser observadas nos espaços caracterizados como periféricos em múltiplas dimensões do cotidiano, como nos aspectos social, cultural, econômico e geográfico.

Aqui, a elucidação da contradição será analisada no campo da mobilidade e circulação urbana para os trabalhadores que residem em Nova Iguaçu e, principalmente, para a faixa pobre que recorre à bicicleta como alternativa de mobilidade. É válido introduzir o debate enfatizando o posicionamento crítico de adjetivar o termo “trabalhador” como “trabalhador pobre”, pois a análise realizada em outras pesquisas e orientada por estudos/teorias¹ e a vivência diária apresentam, de forma mais evidente, os usos da bicicleta com as finalidades de trabalho e de redução dos custos com transporte.

A questão apresentada acima é derivada das precariedades que assolam a população trabalhadora, pois, na medida em que não se tem uma mobilidade urbana promotora de espacialidade ampla e suficiente, agrava-se a precarização laboral e de vida. O cerne do debate se assenta na ausência da fluidez e transporte como direito (BRASIL, 1988),

¹ Discussões de autores como Hobsbawm, que apresenta a junção dos termos (mesmo tecendo sobre outro tempo, espaço e temática).

gerando uma reação em cadeia: comprometimento de parte do salário com transporte, atrasos em razão da mobilidade limitada e falta de promoção de espacialidade irrestrita.²

O objetivo maior foi analisar as contradições vivenciadas pelos trabalhadores que residem na cidade de Nova Iguaçu, no que diz respeito à mobilidade e à circulação urbana da população trabalhadora pobre, pois são eles que mais necessitam dos transportes urbanos, principalmente para o trabalho, e que utilizam a bicicleta como alternativa de locomoção.

Por primeiro objetivo específico, busca-se compreender as negações e implicações vivenciadas pelos trabalhadores pobres que residem em Nova Iguaçu e necessitam do transporte coletivo para locomover-se em diferentes espaços; por segundo, dimensionar os impactos da mobilidade e circulação urbana para os trabalhadores pobres que utilizam a bicicleta como alternativa de mobilidade no cotidiano; por terceiro, e último, elucidar algumas ações propositivas que poderiam ser implementadas pelos agentes econômicos³ para a mobilidade e circulação da força de trabalho.

O caminho trilhado pela pesquisa consiste em levantamento e leitura da bibliografia sobre a temática, perpassando assuntos que são essenciais para uma compreensão mais global do núcleo da discussão principal. Também serão considerados breves levantamentos acerca da realidade que o trabalhador pobre enfrenta e da mobilidade que lhe é ofertada e/ou negada, e dos usos das bicicletas como alternativa.

Autores como Barbosa (2014 e 2015) fornecem subsídios sólidos de entendimento da mobilidade urbana como direito de todos; Silveira e Cocco (2010 e 2013) são fundamentais para refletir acerca do transporte; Marx (2017 [1867]) e Hobsbawm (2015 [2000]) são cruciais para a reflexão sobre trabalhador na sociedade permeada por diversas contradições do capital; todos são de suma importância para a temática.

A escolha de Nova Iguaçu como elemento da análise espaçotemporal a partir da temática apresentada deriva das especificidades de um espaço marcado por desigualdades – históricas e geográficas –, pois desde seu processo de formação como município fornece importantes elementos para a compreensão da realidade dos trabalhadores pobres, que

² Tal denominação parte da visão de que o acesso irrestrito, sem custos, ao transporte é capaz de incentivar/prover maiores vivências em diferentes espaços.

³ Empregadores no geral, como exemplificação: comerciantes, empresários, entre outros mais.

são permeados por diversas contradições (no que tange à mobilidade urbana dos espaços considerados periféricos e do modo que se apropriam dele).

O trabalho redigido é derivado de leituras e desdobramentos de uma pesquisa doutoral na etapa de elaboração, mesmo assim se acredita que poderá ser uma breve contribuição, a partir da ciência geográfica, na compreensão da mobilidade e circulação urbana dos espaços ditos periféricos, dos fluxos voltados para o trabalho e da situação cotidiana enfrentada pelos trabalhadores pobres que necessitam de locomoção.

Desenvolvimento: breve análise da situação crítica do transporte, dos trajetos laborais dos trabalhadores pobres e das contradições que cerceiam direitos

O transporte coletivo como meio essencial dos fluxos e dinâmicas dos trabalhadores passa por inúmeros atravessamentos, como falta de frota, superlotação, congestionamento, alto valor das tarifas e afins. Pode-se dizer que todos os agravamentos cotidianos do trânsito impactam a fluidez pelo espaço.

A locomoção da população é a pauta da presente pesquisa em dois sentidos distintos, mas que ao mesmo tempo são relacionais na figura da mobilidade e circulação. Adentrando no debate conceitual, podemos distinguir ambos os elementos a partir de Barbosa, que chama atenção para a ideia de circulação, como o movimento que se realiza com os deslocamentos físicos de um local para outro do espaço, e que energia, matéria e informação estão diretamente envolvidas no processo do mover-se, ou ser movido, em condições concretas, inclusive técnicas, de realização dos negócios, do trabalho e da própria vida (2015).

Para o mesmo autor, a mobilidade possui sua natureza relacional e nos coloca diante da tensão de relações desiguais de apropriação e uso do espaço; desse modo, quando abordamos a questão da mobilidade, necessariamente precisamos inseri-la no contexto de poder onde as coisas se movem e são movidas, entre e intra localidades, lugares e territórios (BARBOSA, 2015, p. 177).

Aqui, é conciliada a temática da mobilidade com a análise dos modos de vida e sobrevivência, pois as (i) mobilidades podem intensificar mais ainda os problemas de precarização de vida e da jornada de trabalho: acredita-se que o valor da força de trabalho é (e deve ser calculado) pelo valor dos meios de subsistência necessários à manutenção

de seu possuidor (MARX, 2017 [1867], p. 245) em cada espaço-tempo a partir dos custos de subsistência em cada sociedade. E, na medida em que não é capaz de arcar com os custos de subsistência, o uso da força de trabalho pode impactar diretamente no corpo do trabalhador.

A discussão apresentada é realizada de maneira breve pelas limitações próprias do escopo do artigo e pela complexidade e aprofundamento da temática e dos assuntos que permeiam toda a pesquisa. Mas é válido ressaltar que tal esforço de reflexão é substancial para a compreensão do espaço urbano e do cotidiano.

Ao retomar o debate destaco que autores como Marx ganham relevo na orientação da discussão da presente pesquisa ao evidenciar as condições precárias do trabalho que afetam diretamente o trabalhador (pobre e pertencente à classe média), pois a lógica atual é derivada de processos históricos que mantêm os trabalhadores em padecimento.

Algumas das reflexões históricas de Marx são resgatadas para o espaço-tempo aqui analisado, por ele ter pontuado sobre o ramo da produção acerca do desperdício de tempo de trabalho, como de matéria-prima, apregoando que

[...] o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho. Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu. Não quer que seja furtado (MARX, 2017, p. 272).

Ao transpor a discussão para o momento atual, identificamos que a aplicabilidade do tempo de trabalho pelos empregadores se assemelha à existência do controle de ponto e à produtividade almejada pelo tempo pago. O debate da jornada de trabalho é mencionado pela necessidade de reconhecermos que o tempo gasto no transporte faz parte da equação do tempo que é furtado do descanso e ócio do trabalhador, a perda de tempo de sono e horas que poderiam ser dedicados ao lazer, atividades políticas e outras funções que são desconsideradas do tempo pago pelo uso da força de trabalho.

A título de acréscimo, quando destacamos a especificidade do trabalhador pobre, o termo “trabalhador” abriga também os trabalhadores que compõem a classe média (por mais que estes não se vejam ou não queiram fazer a parte dela como tal). Hobsbawm (2015) também nos ajuda a compreender os sentidos históricos do proletariado que se difere dos trabalhadores pobres na dimensão histórica (política e social).

[...] “os pobres”, ou na verdade qualquer grupo subalterno, tornam-se sujeitos e não objetos da história somente através de coletividades formalizadas, não importa sob que tipo de estrutura. Todos sempre possuem famílias, relações sociais, atitudes com relação à sexualidade, infância e morte, e todas as características que mantêm os historiadores sociais proveitosamente atarefados (HOBSBAWM, 2015, p. 482).

Acerca de prerrogativas de se analisar as dimensões dos direitos sob a ótica dos pobres, Hobsbawm (2015) explica que é fundamental reconhecer que, por mais que estejamos imersos em um mundo capitalista e que seja utópico pensar em dignidade e direitos em uma lógica que necessita se distinguir da vigente, acredita-se ser necessário pensar na mobilidade e circulação dos trabalhadores como direito na esfera trabalhista que seja assegurado pelos empregadores (visão para além do custeio de tarifas para a circulação laboral) e de modo social, e não imerso em contradições.

No capítulo em que disserta sobre “O operariado e os direitos humanos”, Hobsbawm (2015) tece indagações acerca dos Direitos Humanos de Thomas Paine, pois o importante não é os homens terem direitos econômicos e sociais, e sim haver políticas como cobrança impostos dos ricos para a criação de fundos de pagamentos aos pobres, aos desempregados e aos idosos, pois, sem políticas como essas, os direitos humanos (e acreditamos que sociais) são inúteis.

E, por mais que a aplicabilidade da discussão seja diferente da aqui proposta, observa-se que a mobilidade e circulação como direito deve ser entendida no campo de responsabilidade do empregador dentro da estrutura posta, quando se trata da finalidade para o trabalho. Em virtude das contradições, nas quais os que mais lucram com a força de trabalho móvel devem garantir circulação – já que como direito social plenamente aplicado seja utópico –, as “forças do mercado” devem intervir na promoção de qualidade e quantidade de transportes para que sejam aplicadas diretamente no transporte coletivo.

(I) mobilidades do cotidiano laboral a partir do transporte coletivo

O transporte coletivo dito público⁴ é formulado e administrado pelo pagamento de tarifas pelos usuários (que na reflexão aqui apresentada são os trabalhadores pobres). A

⁴ Debate tecido no artigo intitulado “Jornadas desiguais: da mobilidade urbana precária ao *home office* enquanto opção de fuga do tempo gasto no trânsito na área metropolitana do Rio de Janeiro” (ver mais em SOUZA, 2021).

garantia de mobilidade e circulação urbana na esfera de mercado se mostrou inapta, mas observamos que a situação periférica dos trabalhadores pobres os insere em condições ainda mais precárias.

A discussão do trabalho parte da perspectiva dos espaços ditos periféricos e perpassa a precarização das condições de moradia, mobilidade e circulação. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) como um todo, e principalmente na Baixada Fluminense, os fluxos do trabalho usufruem dos anseios de boa parcela da população que está em constante movimento para cumprir suas funções. Isso se dá em virtude das distâncias que os trabalhadores pobres são obrigados a percorrer entre a residência e o trabalho.

A contradição apresentada é agravada quando se concebe que a mobilidade poderia ser capaz de possibilitar melhor fluidez e circulação da força de trabalho e, conseqüentemente, melhoria de vida da população. Afinal, “[...] a eficiência da mobilidade da força de trabalho é fundamental para a reprodução do próprio capital que, em geral, tende a negá-la” (SILVEIRA; COCCO, 2010, p. 64).

Segundo Silveira e Cocco, as interações espaciais efetuadas mediante uso de transporte público são amplamente determinantes para a produtividade do trabalho e para o desenvolvimento, assim como para a condução de um processo de estruturação da cidade mais justa em acessibilidade para os segmentos sociais de baixa renda (2010, p. 63). Os autores ainda reforçam que

No caso do transporte coletivo, efetua-se essa “potenciação” ao resguardar a força produtiva do trabalhador – sua saúde física e mental – mediante acessibilidades temporais adequadas e em boas condições de conforto, além de promover uma mobilidade que possibilite ao trabalhador interações espaciais motivadas por outras formas de reprodução social [...] (SILVEIRA; COCCO, 2010, p. 71).

Com base no que foi levantado acima, é possível reconhecer os limites e possibilidades que o transporte coletivo pode oferecer aos trabalhadores. Em diversas obras, Milton Santos destacou a problemática da mobilidade, destacando que os espaços de circulação se prestam de maneira diferente à utilização pelas firmas⁵ dentro das cidades

⁵ Para Santos (2014a, p. 17), firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias, e são distintas das instituições.

e que o uso seletivo se dá sobretudo através desse processo, uma vez que, nas condições atuais de circulação rápida do capital, isso se dá pela necessidade de rápida transformação do produto em mercado ou capital dinheiro (2014a,).

Ainda para esse autor, a circulação e distribuição de mercadorias também exigem melhores condições urbanas para se promover fluidez, e isso requer a presença de uma rede de transportes que aumente a sua força. Mas é indispensável também transformar as massas (população) produzidas em fluxos (SANTOS, 2014a). E podemos observar que, quando se investe em transporte para os trabalhadores, a circulação de pessoas e mercadorias é uma faca de dois gumes para as cidades, por mais que cada uma tenha suas particularidades.

Segundo Santos (2013), é possível destacar a importância de se analisar as massas, os fluxos e o tempo; e, ao centrar na discussão das massas, ele diz que a população não é somente uma “massa”, mas também um fator gerador de fluxos que é preciso se evidenciar: as causas, os graus de mobilidade, a porcentagem das pessoas que se deslocam, a duração desses deslocamentos e motivos. Ao observarmos quando se reflete sobre os fluxos com a finalidade para o trabalho, é preciso redobrar a atenção, por mais que não nos atentemos ao debate exclusivamente acerca das redes urbanas, sendo válido apontar isso no presente momento.

Em um breve levantamento acerca das tarifas de transporte dos meios que circulam e que compõem a malha de Nova Iguaçu (Tabela 1), é possível notar um elevado valor tarifário que não condiz com o valor do salário mínimo atual (R\$1.212,00). Muitos dos trabalhadores chegam a comprometer 10% (dez por cento) do salário com transporte.

Tabela 1 – Valor das tarifas de transporte coletivo que circulam (e compõem a malha) da cidade de Nova Iguaçu-RJ em janeiro de 2022

MEIO DE TRANSPORTE	CUSTO DA TARIFA
Ônibus intermunicipal (*)	R\$4,05

Ônibus municipal	R\$4,10
Trem urbano [SuperVia]	R\$7,00 ⁶
Vans (regulamentadas)	R\$4,00

(*) Ônibus que circulam em Nova Iguaçu e que fazem o trajeto pelos municípios vizinhos.

Fonte: Elaboração própria (2021-2022).

Considerando que diversos trabalhos não pagam (ou ressarcem) seus funcionários pelos custos com transporte coletivo ou particular, isso agrava ainda mais a discussão aqui apresentada, pois o trabalhador não arca apenas com os desafios de morar longe dos seus locais de trabalho e com a circulação urbana insuficiente, mas com a perda de tempo no trânsito e com o valor tarifário.

Para Marx (2017, p. 246), os meios de subsistência têm, portanto, de ser suficientes para manter os indivíduos trabalhando em sua condição normal de vida. E, assim, concebemos que destinar mais de 10% da renda ao transporte não é algo que deva ser “naturalizado”, assim como destinar 2 (duas) horas ou mais do dia dentro do transporte. Se o valor da tarifa passa por um processo de valorização constante, minimamente o salário mínimo deve acompanhar os custos e a valorização do transporte e/ou deve-se pleitear o direito ao transporte como parte da garantia por dignidade.

Devido ao custo da passagem e a outras dificuldades na utilização dos meios oficiais, muitos usuários de transporte público no Grande Rio acabam optando pelo uso de modais de transporte não oficiais, como vans e “lotadas”, ou estabelecendo moradias impróprias, em ambos os casos, colocando em risco sua própria segurança (PERO; MIHESSEN, 2013, p. 31).

Se o transporte coletivo denominado “público” fosse um direito assegurado a todos, problemas como esses não seriam pauta no cotidiano dos trabalhadores pobres. Mas parece que problemáticas como essas estão distantes de serem sanadas para se pensar mais em equidade na circulação da população trabalhadora nos espaços urbanos.

⁶De acordo com a deliberação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp) nº 1.223, de 29 de dezembro de 2021, foi homologado o reajuste da tarifa dos trens do Rio, a partir de 2 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.supervia.com.br/>>. Acessado em: 27 jan. 2022,

Para Silveira e Cocco (2013), o transporte público não consegue antecipar ou ser implementado de modo concomitante à urbanização, e podemos dizer que isso é percebido no cotidiano de diversos trabalhadores que residem e/ou trabalham na Baixada Fluminense – e na RMRJ como um todo. E os transportes particulares também não conseguem tal feito, pois isso tem adensado ainda mais os problemas relativos a engarrafamentos nos centros urbanos.

Para a resolução da questão posta, uma alternativa apontada por outros autores é pensar no investimento no transporte coletivo pelas empresas/indústrias/estabelecimentos comerciais – atividades econômicas em geral como um todo – que demandam trabalhadores com melhor locomoção no espaço para a execução de suas atividades, no que tange à circulação de mercadorias e de pessoas no urbano.

Inúmeros setores de atividades econômicas necessitam de força de trabalho que tenha fluidez espacial para ocupar seus postos de trabalho e realizar suas atividades. Todavia, no cenário nacional, pautas como essa são pouco exploradas como opção de viabilizar a mobilidade urbana menos onerosa a curto e médio prazo.⁷

No transporte coletivo não é diferente: o acesso pago pela via das tarifas configura solo fértil para diversas empresas que lucram com a circulação de pessoas no país. O estado do Rio de Janeiro apresenta diversas questões relacionadas às concessões do transporte. Enquanto o transporte não possui o status de direito em uma outra estrutura diferente da capitalista, pesquisas como essas serão fonte de problematização da mobilidade e circulação urbana.

Vou de *bike*? : impactos e alternativas para a mobilidade e circulação urbana para os trabalhadores pobres

Iniciando o debate do atual tópico, é válido elucidar que apresentaremos brevemente a questão da bicicleta como opção de transporte em Nova Iguaçu, pois a discussão se apresenta de modo muito mais amplo e complexo. A discussão maior, que é solidificada por outros elementos pautados no real, pode ser observada em uma pesquisa

⁷ É sabido que a problemática só será sanada com a garantia plena do direito ao transporte sem a cobrança de algum tipo de pagamento e com a melhoria da oferta de transporte que leve em conta a demanda real.

doutoral da autora que tece o presente texto. Assim, evidenciamos neste momento a bicicleta como uma alternativa de fuga da insuficiência do transporte coletivo.

Em meio ao emaranhado de relações socioespaciais que foi apresentado anteriormente neste artigo, pode-se observar que as alternativas são realizadas pelos trabalhadores pobres, que utilizam a bicicleta como redução dos custos com transporte e em razão da insuficiência de transporte coletivo que alcance todos os espaços (escala dos bairros) que são caracterizados como periféricos.

Há inúmeras pesquisas que apontam as limitações cotidianas e urbanas para aqueles que recorrem à bicicleta como meio de transporte. A indagação que nos faz discorrer sobre tal problemática se assenta no fato de muitos ciclistas utilizarem a bicicleta mesmo com tantos desafios para a realização da prática em um espaço dotado de ausências de infraestrutura cicloviária, disponibilidade de paraciclos e bicicletários gratuitos, entre outros mais.

É possível afirmar que os desafios da mobilidade urbana nos espaços ditos periféricos são duplamente mais agravados se comparados aos espaços denominados como “centrais”, pois o processo de precarização dos transportes coletivos é muito mais intenso e não alcança o grande contingente populacional que deles depende para realização de funções básicas da vida, como trabalho, lazer, educação, entre outros mais, além de uma má distribuição territorial (quantitativa e qualitativa) das malhas.

Esses espaços abrigam boa parcela de trabalhadores pobres que não possuem veículos (em razão do salário precário e limitado) e não têm, historicamente, um espaço dotado por bom planejamento e gestão urbana que seja capaz de promover uma mobilidade e infraestrutura que considere as dinâmicas e fluxos da população pobre residente – o que também leva a uma desconsideração dos fluxos realizados por ciclistas (por mais que seja um fluxo expressivo).

Ao analisarmos tal questão a partir de Nova Iguaçu, colocamos a centralidade das relações cotidianas que marcam esse espaço como periférico, que afeta diretamente os corpos que necessitam por ele circular para prover meios de sobrevivência. Delimitamos as questões pertinentes relacionadas à mobilidade e à circulação urbana com a finalidade fundamental o trabalho; e, ao relacionarmos outras questões pertinentes ao debate, estaremos tratando da temática em sua totalidade.

Os intensos fluxos no cotidiano semanal da cidade de Nova Iguaçu, por sua vez, são levados em conta, principalmente aqueles voltados à dinâmica laboral, visto que estão diretamente relacionados aos modos de vida e/ou sobrevivência das pessoas que recorrem ao trabalho (que pode se configurar como assalariado, formal, informal, autônomo, entre outras modalidades) e que utilizam a bicicleta de forma complementar ao trem ou como meio principal de locomoção.

Pode-se afirmar que existem intensa dinâmica, fluxo e circulação da população que recorre à bicicleta para trabalhar - diferente de outros cuja finalidade é o lazer e práticas a ele ligadas relacionadas. Isso pode ser comprovado pelo histórico da formação de um espaço de trabalhadores (SOUZA, 2019), intenso fluxo de ciclistas nos horários de maior circulação dos trabalhadores nas ruas (ida ao trabalho e regresso às residências), grande número de bicicletários privados especializados no entorno das estações de trem da SuperVia. Assim, podemos exemplificar isso de modo mais latente na cidade de Nova Iguaçu em bairros como Comendador Soares (Imagem 1)⁸ devido à inserção de bicicletários e entrada de bicicletas nos modais de trem (mesmo que aplicada de modo pontual foi observada uma demanda por parte da administradora de trens).

⁸ Hipótese inicialmente formulada no artigo “Cidade de ciclistas, mas não para ciclistas: a bicicleta como meio de transporte nos bairros de Comendador Soares e Austin em Nova Iguaçu-RJ” (SANTOS; SILVA; SOUZA, 2016).



Imagem 1 – Fotografias do cotidiano semanal na Estação de Trem da SuperVia no bairro de Comendador Soares em Nova Iguaçu-RJ e em seu entorno

Fonte: Elaboração própria (2021).

Esses mesmos fluxos e dinâmicas das bicicletas propõem novas formas e outros modos de compreender, vivenciar e se orientar no espaço, pois este é parte de uma coletividade que deve ser (re)pensada para os trabalhadores que necessitam se locomover, pois não há como projetar cidades para pessoas sem considerar que a vida também é permeada pelo trabalho como status da sobrevivência da população.

Os trabalhadores pobres que utilizam a bicicleta como opção viável estão vulneráveis nas cidades e se expõem ao risco de acidentes para economizar o salário que mal custeia os meios básicos de vida e o tempo nos transportes que se tornam imóveis no trânsito das cidades nos dias de trabalho. Eles usam a bicicleta também para o lazer nos dias em que estão livres de suas funções laborais, como prática de exercícios físicos, preservação ambiental, entre outros usos.

Por isso, a mobilidade urbana deve incorporar as práticas espaciais dos trabalhadores e outros mais como parte da política de mobilidade dos lugares. E pensar alternativas para a concretização de segurança na prática para os diferentes motivos de uso e estratégias de contribuição dos agentes que exercem atividades econômicas no

transporte coletivo, pois serão/são os maiores beneficiados com a circulação urbana da força de trabalho e, conseqüentemente, de suas mercadorias.

Mediante isso, pode-se indicar que “a utilização da bicicleta passou igualmente a ser considerada uma alternativa em razão do déficit de transporte público [...]” (GENGHINI, 2014, p. 136), mas é possível detectar que se torne uma estratégia de sobrevivência para trabalhadores pobres imersos na problemática espacial.

A dimensão do trabalho de modo mais amplo pode ser uma das primeiras medidas para solucionar ou diminuir alguns dos problemas de mobilidade urbana da população dita periférica ou até mesmo central. E isso deve vir auxiliado de infraestrutura para abrigar as práticas ciclísticas e políticas de incentivo para aqueles que podem realizar tal prática, pois o corpo pode ter limitações físicas para isso, e determinadas localidades não são ideais para o uso da bike pela morfologia.

Acerca do investimento em equipamentos de segurança para utilização em sua jornada diária ao trabalho, podemos citar Genghini (2014, p. 165), que, discorrendo acerca dos incentivos para os trabalhadores na realização da prática ciclista, afirma que “[...] são essenciais para inserir a bicicleta no cotidiano da sociedade brasileira, principalmente no deslocamento para o trabalho”.

A afirmativa do parágrafo anterior, associada a uma demanda real e eficiente de transportes coletivos, pode proporcionar melhores condições de jornada e de fluidez espacial aos trabalhadores. É válido destacar que, por mais arraigada que seja a mentalidade de obtenção dos veículos como status socioeconômico, isso ainda está longe de ser uma realidade concreta para a população pobre, afora que as cidades não conseguem arcar com o grande fluxo daí decorrente (além da problemática ambiental).

A bicicleta como parte da jornada laboral é uma estratégia que não apenas beneficia os trabalhadores em geral (principalmente os mais pobres), mas também daqueles que obtêm os lucros da força de trabalho, dos que gastam boa parte do seu tempo com mobilidade e circulação urbana no seu cotidiano. Por isso, os agentes econômicos/financeiros devem custear a circulação de seus trabalhadores, indo além dos vales-transporte (e isso quando é uma opção ofertada para os trabalhadores).

Considerações finais

Desenvolvemos na pesquisa a perspectiva pautada pela cidade de Nova Iguaçu como uma das ditas periferias da Baixada Fluminense, tendo a cidade do Rio de Janeiro como ponto central (sentido geográfico) de relações financeiras e de serviços, mas é válido ressaltar que, para aqueles que realizam as suas vidas nas ditas periferias, a centralidade é realizada a partir de sua posicionalidade e lugar no mundo.

Mediante isso, pode-se perceber que as questões de mobilidade e circulação são distintas de outros espaços considerados centrais. E quando se vê imerso nessas questões, o trabalhador pobre recorre a outras estratégias para conseguir realizar suas atividades laborais em espaços distantes de sua residência.

Por isso, na cidade de Nova Iguaçu, não há um dia em que o observador não se depare com um trabalhador na condição periférica utilizando a bicicleta em sua jornada diária pela sobrevivência, em razão de a bicicleta ser uma importante ferramenta cotidiana, um elo entre distância geográfica e social do mundo do trabalho. Com isso, trajetos são negados por limitações espaciais e por uma mobilidade urbana marcada pelos adjetivos como fragmentada, insuficiente, cara e parcelar.

A bicicleta, no presente trabalho, foi um ponto de encontro da discussão que perpassa a realidade laboral dos trabalhadores que compõem o objeto de estudo – a lógica e dinâmica da mobilidade urbana para o trabalho e pelo trabalhador no espaço urbano de Nova Iguaçu–, que buscou concentrar na mobilidade iguaçuana e, conseqüentemente, na circulação urbana que é ofertada para os trabalhadores pobres.

A partir da mesma (e das ações que se dão pelo trabalho), foi possível detectar as inúmeras contradições intrínsecas no fenômeno observado e as táticas que são elaboradas para o enfrentamento das limitações espaciais e insuficiências dos transportes coletivos, onde ainda não é possível reconhecer uma mobilidade urbana dita ideal e o transporte como direito de todo cidadão (SANTOS, 2014b).

Concluimos que os empregadores e outros agentes que compõem as firmas devem investir em opções de mobilidade para o trabalhador em sentido amplo (como exemplificação: modais de bicicletas e transporte coletivo), pois isso irá resultar em melhorias na mobilidade e circulação urbana das cidades e removerá parte do ônus de

locomoção dos trabalhadores, pois há muitos encargos para eles e um dos maiores beneficiados com uma força de trabalho móvel são empregadores.

A reflexão também levantou a necessidade de (re)formular alternativas a curto e médio prazo e de se ir ao cerne da questão para solucioná-la e evidenciar que existem outras formas de realizar o desenvolvimento das políticas e do sistema de transporte. Concluiu-se também que é fundamental repassar todos os encargos com circulação do trabalho para os empregadores, fornecer dignidade às jornadas de trabalho e repensar o modo como é ofertado o transporte coletivo.

As contradições são históricas e geográficas, alteram a vida de todos que ocupam os lugares e, principalmente, daqueles que necessitam sobreviver em meio às desigualdades socioespaciais que formam e continuam formando os espaços ditos periféricos. Mas, em contrapartida, há resistência no espaço que a bicicleta ganhou centralidade na jornada de trabalho.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BARBOSA, Jorge. A mobilidade urbana no processo de metropolização: um ensaio crítico sobre as condições da condição social do espaço urbano no contemporâneo. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina (org.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015. p. 171-186.
- _____. A mobilidade urbana como expressão do Direito à MetrÓpole. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. *Um novo planejamento para um novo Brasil?*. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 190-205, 2014.
- GENGHINI, Marco Aurélio Barberato. Políticas públicas para o uso da bicicleta como meio de transporte para o trabalho: entre realidade e utopia. *Direito e Liberdade*, Natal, v. 16, n. 1, p. 135-169, jan./abr. 2014.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 [2000].
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].
- PERO, Valéria; MIHESSEN, Vitor. Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro. *Revista Econômica*, v.15, n. 2, 2013. p. 23-50.

- SANTOS, Djalma; SILVA, Filipe Emanuel; SOUZA, Flávia. Cidade de ciclistas, mas não para ciclistas: a bicicleta como meio de transporte nos bairros de Comendador Soares e Austin em Nova Iguaçu-RJ. In: OLIVEIRA, Anita; CARVALHO, Roberta (org.). *Ações culturais e a cidade: expressões territoriais do cotidiano na Baixada Fluminense*. Nova Iguaçu: Editora Contorno, 2016. p. 17-76.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 5. ed., 2. reimpr, 2014a.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 7. ed., 2. reimpr, 2014b.
- _____. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 5. ed., 1. reimpr, 2013 [1978].
- SILVEIRA, Márcio Rogério; COCCO, Rodrigo Giraldi. Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, n. 1, p. 63-81, maio/2020.
- _____. Transporte público, mobilidade e planejamento urbano: contradições essenciais. *Revista Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 41-53, 2013.
- SOUZA, Flávia. Jornadas desiguais: da mobilidade urbana precária ao *home office* enquanto opção de fuga do tempo gasto no trânsito na área metropolitana do Rio de Janeiro. *Espaço e Economia [online]*, v. 1, n. 22, p. 1-20, 2021.
- _____. O aprofundamento de desigualdades no espaço do trabalhador a partir do Programa “Minha Casa, Minha Vida” no município de Nova Iguaçu-RJ. Dissertação (Mestrado). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.
- SUPERVIA. Disponível em: <<https://www.supervia.com.br/>>. Acessado em: 15 de jan. 2022.

CULTURA, POLÍTICA E TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA FLUMINENSE

As transformações recentes na periferia do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, conhecido popularmente como Baixada Fluminense, tem exigido novas reflexões. Os estudos sobre aspectos culturais, sobre a política local e sobre elementos sociais e ambientais que forjam estruturas do território são necessários para revelar as tendências e contradições existentes nesta região. Tais estudos são, ainda, a oportunidade de tecer crítica a tendências e pensar em oportunidades para suprimir velhos e novos dilemas para a região que passa por uma intensa transformação. Essas oportunidades vão desde a forma em que podemos pensar as práticas de pesquisa e conservação da memória até as possibilidades de se refletir sobre tendências de desenvolvimento econômico e planejamento territorial na região. Por isso, esse livro configura-se como mais uma possibilidade de pensar a região e suas contradições.

